

Antonio Carlos Ribeiro Fester

Justiça e Paz

Memórias da Comissão de São Paulo

PROFETISMO, SACERDÓCIO E LAICATO

Por vezes, o Sacerdote e até o Sumo Sacerdote se vêem às voltas com as interpelações do Profeta. São os grandes momentos da Bíblia, as viradas da história da cristandade. Todo o clero, sobretudo o alto, tem de enfrentar os Jeremias, Isaías, Ezequiel, Amós, os Savanarola, Giordano Bruno, e mais perto de nós Bartolomeu de Las Casas. Mas felicidade maior para a Igreja e para o mundo é quando o profetismo se irmana com o sacerdócio e o laicato. João XXIII, Hélder Câmara, Oscar Romero, Paulo Evaristo juntam em si carisma e poder sagrado, mas para apontar o dom da profecia, na plenitude dos tempos, espalhada e ativa em todo o povo de Deus.

É o que se conta e se pinta com muito gosto e até com boa dosagem de engenho e arte neste livro, em que a leveza joga um agradável colorido na densidade da mensagem e dos eventos.

O cenário imenso e variado é o nosso país e o nosso povo, vivendo seu drama singelo e heróico, vítima que não se acomoda diante da violência de perto e de longe, pois tem de encaixar os golpes vindos dos monstros frios da dominação do dinheiro e dos agentes armados da tirania uniformizada. Aí, emerge a figura de dom Paulo Evaristo, não se sabe por que, apontado certas horas como detestável pelos graúdos da imprensa e da espada, sempre discreto, enfrentando na suavidade tudo o que é ameaça e violência. Vai levando para a frente a turma da coragem e da esperança, operários, estudantes, intelectuais, líderes, tentando abrir caminho para a democracia, para os direitos humanos, para a justiça e a paz, no em-

penho de dar realidade ao anúncio dos valores evangélicos.

Há uns rasgos dessas tragédias de ontem e de hoje, singelas ou sublimes, que mexem mesmo com a gente, porque fazem ver companheiros e companheiras no calor da luta ou no dia-a-dia sufocante. Os acontecimentos miúdos invadem a grande história. Vejam lá Dalmo Dallari na cadeira de rodas diante do papa, e a oficialidade toda agitada porque era preciso esconder do insigne visitante, João Paulo II, este espetáculo "de mau gosto", este escândalo, em boa hora valorosamente provocado.

Toda a trama tecida no livro é assim um belo exemplo da história vivida e falada tornando-se memória cativante, acendendo ou reacendendo a esperança, o gosto da partilha e da luta. O autor e vinte e quatro entrevistados do porte de Hélio Bicudo, Antonio Candido, Frei Betto e do próprio dom Paulo Evaristo nos dão a sensação de que paga mesmo a pena estar do lado do povo, nessa aventura de buscar a paz nos batendo pela justiça.

Pois o fio condutor de todo o itinerário é a Comissão Justiça e Paz, na perspectiva e no dinamismo da Teologia da Libertação, contando com o apoio e a energia do Bispo profeta de quem celebramos os 60 anos de sacerdócio.

Outros podem hesitar e até se acomodar; dom Paulo Evaristo não deixa lugar para dúvidas e esquecimentos. Nele e com ele resplandece o acontecimento maior: o Vaticano II é mesmo o novo Pentecostes para a Igreja e para o mundo.

É o que vem mostrar, por meio de flashes cinematográficos, este trabalho documentado e gostoso que é o livro de Antonio Carlos Ribeiro Fester.

Frei Carlos Josaphat

JUSTIÇA E PAZ:
MEMÓRIAS DA COMISSÃO DE SÃO PAULO

Antonio Carlos Ribeiro Fester

Este livro é dedicado a

DOM PAULO EVARISTO ARNS

com afeto

“muita diferença faz entre lutar com as mãos e abandoná-las para trás porque ao menos esse mar não pode adiantar-se mais.”

João Cabral de Melo Neto
(Morte e Vida Severina)

Nota introdutória

Este livro foi escrito atendendo a um antigo anseio de Dom Paulo Evaristo Arns, preocupado com a falta de memória histórica que nos cerca e querendo preservar, especificamente, a história da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Como é de seu hábito, confiou em meu trabalho, dando-me total liberdade. Acabei, de certa forma, extrapolando a mera história da Comissão, ao tentar resgatar aspectos da trajetória de Dom Paulo e de outras pessoas, em sua luta pela defesa dos direitos humanos, na qual a Comissão foi um de seus braços, talvez o mais privilegiado e certamente o primeiro.

Escrevi-o também, a partir da ótica e da inserção da Comissão em alguns aspectos da Teologia da Libertação e de sua apropriação da concepção dos Direitos Humanos.

Efetuei algumas entrevistas, a título de amostragem da dinâmica, da composição e do funcionamento da Comissão. Estas entrevistas fundamentam a elaboração e a leitura deste livro, pois permitiram o registro da história e das realizações da Comissão que a tornaram uma das mais significativas das instituições defensoras do Direitos Humanos, com uma efetiva participação na redemocratização do Brasil e como colaboradora na de alguns países vizinhos, valendo-lhe o renome internacional.

Certamente, outras pessoas que não foram entrevistadas são tão relevantes para a história da Comissão quanto as que têm voz nestas páginas. Mas vale dizer, desde já, que uma das características básicas da entidade foi a ausência de personalismos, a participação desinteressada, a existência de um grupo com espírito público e que teve, como objetivo primordial, a defesa dos Direitos Humanos. A Comissão constituiu um grupo coeso, fraterno e igualitário, sem maiores hierarquias, à exceção da respeitável liderança, por todos os títulos, de seu fundador e maior estimulador, o Cardeal Arns.

Tampouco tive a possibilidade, por impedimentos pessoais, temporais e outros, de pesquisar documentos, arquivos, artigos de jornais etc., à exceção da bibliografia constante das notas de rodapé. Certamente isto constitui um limite. Não é, portanto, uma história exaustiva, da Comissão; são, antes, pontos de vista, meus e dos entrevistados. Procurei respeitar a ordem cronológica e, possivelmente, posso ter omitido alguns fatos significativos, nunca propositadamente. Lacunas que, tenho certeza, outros livros e outros estudos preencherão, na medida em que este livro se pretende, inclusive, uma fonte primária. De qualquer forma, foi escrito, diria mesmo que com paixão, tentando, ao máximo, preservar a objetividade e citando as fontes. Daí o seu título: **Justiça e Paz: Memórias da Comissão de São Paulo.**

Agradeço a Dom Paulo, que mo inspirou, e a todas as pessoas entrevistadas, sempre revelando a maior disponibilidade e confiança. Agradeço também a Helena Moreau e a João Donizete de Almeida pela ajuda inestimável na transcrição das entrevistas. O mais está dito no corpo do próprio livro.

Só me resta desejar, à prezada leitora ou ao prezado leitor, que encontrem informação e prazer em sua leitura, apesar de algumas memórias dolorosas para todos nós – as quais, por isto mesmo, não devem ser esquecidas, para que tais fatos jamais se repitam.

Cordialmente,

Antonio Carlos Ribeiro Fester

Índice

I. A PÚRPURA TINGIDA

Espiritualidade de Dom Paulo Evaristo Arns / Populorum Progresso / Pacem in Terris / Teologia da Libertação : a Salvação se dá através da inclusão / Medellín / Documento Justiça no Mundo / Martin Luther King, Che Guevara / Pactos Internacionais / Morte de Edson Luiz no Calabouço / Governador Sodré agredido na Praça da S  / AI.5.

Prisão de Antonio Funari Filho / Marina Borges e os dominicanos, presos / Cartas dos dominicanos / Dom Paulo Evaristo funda a Comissão Justiça e Paz de São Paulo / Fábio Konder Comparato procura Dalmo de Abreu Dallari / Primeiros membros / D. Paulo fala sobre a Comissão Justiça e Paz de São Paulo

II. O PROTAGONISMO DOS LEIGOS

Primeiros membros / Regimento / Dalmo de Abreu Dallari / José Carlos Dias / Luiz Antonio Alves de Souza / Waldemar Rossi / Margarida Genevois / Candido Procópio / Tenório Cavalcanti, a palestra que não houve / José Gregori /  ris Ari  e Zuma Duarte / Márcia Jaime / As primeiras reuniões da Comissão Justiça e Paz

III. A NOITE ESCURA

Alexandre Vannucchi Leme / Ditaduras na América Latina / Ivy Nogueira Nico, funcionária / Prisão de Waldemar Rossi e Maria Nilde / José Carlos Dias x Heleni Guariba / Morte de frei Tito de Alencar Lima / Prisão de Vinícius Caldeira Brant e outros / Dom Paulo Evaristo Arns publica “O Evangelho incomoda ?” / Comissão Justiça e Paz de São Paulo   registrada oficialmente / Morre Vladimir Herzog / Morre Manoel Fiel Filho / O Dr. Antonio Carlos M. Cesarino fala sobre a tortura

IV. O ESQUADRÃO

Dom Paulo Evaristo Arns e frei Betto falam sobre o Esquadrão / Hélio Bicudo escreve e a Comissão publica Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte / Jornal do Brasil, La Suisse, Jornal da Tarde, Miami Herald, L’Europeo, Stern falam sobre o livro / Dalmo Dallari resenha / Entre os mais vendidos de 1979 / Hélio Bicudo fala sobre Fleury / Entrevistado pela Playboy / Traduzido na Itália / Hélio Bicudo e Dom Paulo Evaristo Arns.

V. MADRUGADA

O que são Direitos Humanos / São Paulo – Crescimento e Pobreza / Cardeal Gantin / A noite do Basta / Maria Helena Gregori presa na Penha / Invasão da PUC / Morrem os

Papas Paulo VI e João Paulo I / Movimento contra a Carestia / Aparecido Galdino / O Cardeal Arns em Puebla / Frei Betto assume a Pastoral Operária do ABC / Ricardo Kotscho ingressa na Comissão Justiça e Paz / Anistia / Morre Santo Dias da Silva

VI. UM PAPA NO BRASIL

Greve dos Metalúrgicos / Frei Betto x Luís Inácio Lula da Silva x José Carlos Dias / Prisão de José Carlos Dias, Dalmo Dallari e Luís Inácio Lula da Silva / Seqüestro de Dalmo Dallari / Dalmo na missa do Papa / Waldemar Rossi com o Papa, no Morumbi / Lula com o Papa, no Colégio Santo Américo / Dalmo Dallari recebe o prêmio Juca Pato

VII. VAI SER TÃO BONITO SE OUVIR A CANÇÃO, CANTADA DE NOVO

A questão dos passaportes / Antonio Candido entra na Comissão Justiça e Paz / Marco Antonio Rodrigues Barbosa entra na CJP / José Gregori fala da Lei dos Estrangeiros / Belisário dos Santos Júnior entra na CJP e fala da Lei dos Estrangeiros / Márcia Jaime fala do atendimento aos estrangeiros / Antonio Funari Júnior entra na CJP / Margarida Genevois fala da entrada de Paulo Sérgio Pinheiro / Antonio Carlos Malheiros ingressa na CJP / Adolfo Perez Esquivel preso em São Paulo / Antonio Candido defende o Cardeal Arns / Os atentado terroristas da direita / As fundações do PT e do PSDB / Margarida Genevois assume a Presidência quando José Gregori sai candidato a deputado / Falsificação do jornal O São Paulo / José Carlos Dias, Secretário Estadual da Justiça / Os corpos de Frei Tito de Alencar Lima e de Alexandre Vannucchi Leme na Catedral / Tribunal Tiradentes / Sem terra acampam no Ibirapuera / Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego / O garoto Joilson é assassinado no centro de SP / Diretas Já

VIII. Margarida

Dom Paulo Evaristo Arns fala sobre Margarida Genevois / Fazenda São Francisco, o Instituto Veritas / Representando o Cardeal Arns / Margarida Genevois e os dominicanos / Dom Helder e a poesia / O policial / Os financiamentos / Anfitriã / Chile, Nicarágua, Cuba, Pequim e Haiti / Luiz Perez Aguirre / Procurando corpos de desaparecidos no Araguaia / Prêmios / Ivani Piccablotto trabalhando na Comissão / Dalmo, Malheiros, Dias e Barbosa falam sobre Margarida Genevois

IX. Mudando mentalidades

Marco Antonio Rodrigues Barbosa e o Projeto de Educação em Direitos Humanos / As três vias do Projeto Educação em Direitos Humanos / Marco Antonio Barbosa contata Paulo Freire / Belisário dos Santos Júnior contata o Instituto Interamericano de Direitos Humanos / Depoimento de Leticia Olguin / Seminários em 1987 / Tuvilla Rayo / Na Costa Rica e em

Cuba / Agosto de 88, cursos diversos / Barbosa avalia o Projeto / Paulo Freire, Secretário Municipal de Educação / Resultados dos trabalhos / A pesquisa de Mara Kotscho / Depoimento de Dalmo de Abreu Dallari / O Projeto no Paraná / Em Santo André / Novos membros da Comissão / Treinamento para os conselhos tutelares do ECA / Pesquisa sobre desrespeito aos direitos humanos na escola / Fundação da Rede Brasileira de Educação em DH / Visita a Paulo Freire.

X. DEMOCRACIA?

Pena de morte / O prontuário de José Carlos Dias / Padre Josimo / Serra Pelada / Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte / Fábio Konder Comparato / Morre Chico Mendes / Assassinato em El Salvador / O seqüestro de Abílio Diniz / A vala de Perus / Fora Collor ! / O massacre do Carandiru / Trinta anos da Pazem in Terris / Antonio Carlos Malheiros vai para o Tribunal de Alçada / O Cardeal Arns recebe o prêmio Niwano da Paz / Luiz Antonio Alves de Sousa torna-se Secretário Adjunto da Segurança Pública / Belisário dos Santos Júnior assume a Secretaria Estadual da Justiça / Marco Antonio Barbosa fala sobre a formação de quadros / Belisário dos Santos Júnior fala sobre a emergência de novos movimentos sociais / Margarida ganha o prêmio Baha'u'llah / Marcha Global contra o Trabalho Infantil / Dom Cláudio Hummes, novo Cardeal Arcebispo de São Paulo, e a Comissão Justiça e Paz / Depoimento de Guilherme Amorim Campos da Silva / Antonio Carlos Malheiros, o atual presidente / Campanha em defesa da República e da Democracia / Belisário dos Santos Júnior reflete sobre a Comissão / Marco Antonio Rodrigues Barbosa faz um balanço / Antonio Funari Filho, Ouvidor de Polícia / Sobre a redução da violência / Margarida Genevois e o Prêmio Nobel / O bilhete

XI. O Cardeal dos Direitos Humanos

Dom Paulo Evaristo Arns analisa alguns presidentes da Comissão / Membros da Comissão falam sobre Dom Paulo: Margarida Genevois, Dalmo de Abreu Dallari, Belisário dos Santos Júnior, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, José Carlos Dias.
- Coragem !

Anexos:

- a) Membros da Comissão**
- b) Diretorias da Comissão**
- c) Aguirre, um profeta uruguaio**
- d) Sobre o autor**

I

A PÚRPURA TINGIDA

Jesus nasceria pobre e doaria sua vida pela humanidade ainda que o homem não houvesse pecado. Tudo é proveniente do amor do Pai, glorificado pela criatura que é o homem Cristo, o qual, por sua vez, recebe ou deveria receber o amor das criaturas humanas. Todos os humanos que praticam o bem unem-se a Cristo para a glorificação do Pai.

“Pobreza significa, portanto, a entrega total a Cristo, sem outras compensações terrenas que não fossem a glorificação do Filho de Deus e a homenagem total do universo a Jesus, centro de toda a criação”.

Esta é a base da espiritualidade de dom Paulo Evaristo Arns, a partir do pensamento de Duns Escoto¹; esta mesma espiritualidade que o levou a tornar-se conhecido como o Cardeal dos Direitos Humanos, especialmente através da fundação e dos trabalhos efetuados pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

“Jesus não foi indiferente nem estranho ao problema da dignidade e dos direitos da pessoa humana, nem às necessidades dos mais fracos, dos mais necessitados e das vítimas da injustiça. Em todos os momentos Ele revelou uma solidariedade real com os mais pobres e miseráveis (Mt 11,28-30); lutou contra a injustiça, a hipocrisia, os abusos do poder, a avidez de ganho dos ricos, indiferentes aos sofrimentos dos pobres, apelando fortemente para a prestação de contas final, quando voltará na glória para julgar os vivos e os mortos.

“No Evangelho estão contidas claramente algumas verdades fundamentais, que plasmaram profundamente o pensamento social da Igreja no seu caminho através dos séculos. Assim, por exemplo, Jesus afirma e proclama uma igualdade essencial de dignidade entre todos os seres humanos, homens e mulheres, qualquer que seja a sua etnia, a nação ou raça, a cultura, a pertença política e a condição social”.²

O Papa Paulo VI, na Encíclica sobre o Desenvolvimento dos Povos (*Populorum Progressio*), de 26 de março de 1967, na introdução intitulada “A questão social abrange agora o mundo inteiro”, refere-se à criação da Pontifícia Comissão Justiça e Paz:

“...julgamos ser nosso dever criar entre os organismos centrais da Igreja, uma Comissão pontifícia encarregada de ‘suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos atuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso’: *Justiça e Paz* é o seu nome e o seu programa. Pensamos que este mesmo programa pode e deve unir, com os nossos filhos católicos e irmãos cristãos, os homens de boa vontade. Por isso é a todos que hoje dirigimos este apelo solene

¹ ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: testemunho de uma vida**. RJ: Sextante, 2001’, p.332 (Nas demais notas esta obra constará como **Da esperança**)

² “Orientações para o estudo e o ensino da doutrina social da Igreja na formação sacerdotal” – Documento da Congregação para a Educação Católica, de 30.12.1988. In: **Encíclicas e Documentos Sociais**. Coletânea organizada e anotada por Frei Constantino Bombo OFM. SP, LTr, 1993, p.484.

a uma ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade.”

Mas esta iniciativa já era resultante do disposto na encíclica sobre a Paz Cristã, a “Pacem in Terris”, do Papa João XXIII, de 11 de abril de 1963, que provocou grande comoção, não só por ser o primeiro documento papal oficial dedicado aos direitos do homem, inserindo-os num contexto de solidariedade, mas por ser dirigida a todos os homens de boa vontade. Trata-se de uma verdadeira carta de direitos humanos, acrescida dos aspectos espirituais. Assim, no item 10, do sub-título Todo Ser Humano é Pessoa, Sujeito de Direitos e Deveres, pode-se ler:

“E se contemplarmos a dignidade da pessoa humana à luz das verdades reveladas, não poderemos deixar de tê-la em estima incomparavelmente maior. Trata-se, com efeito, de pessoas remidas pelo Sangue de Cristo, as quais com a graça se tornaram filhos e amigos de Deus, herdeiros da glória eterna”.

E, no item seguinte, sob o subtítulo Direitos : “E, ao nos dispormos a tratar dos direitos do homem, advertimos, de início, que o ser humano tem direito á existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis. Segue-se, daí, que a pessoa tem também o direito de ser amparada em caso de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, de desemprego forçado, e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento por circunstâncias independentes de sua vontade.”

Na Pacem in Terris, os títulos Na Colaboração Mútua (“32. Não bastará, por exemplo, reconhecer o direito da pessoa aos bens indispensáveis à sua subsistência, se não envidarmos todos os esforços para que cada um disponha desses meios em quantidade suficiente”) e Convivência na Verdade, na Justiça, no Amor, na Liberdade (“35. A convivência entre os seres humanos só poderá, pois, ser considerada bem constituída, fecunda e conforme à dignidade humana, quando fundada sobre a verdade , como adverte o Apóstolo {Éf. 4,25}: *Renunciai à mentira e falai a verdade cada um com seu próximo, pois somos membros uns dos outros*. Isso se obterá se cada um reconhecer devidamente tanto os próprios direitos quanto os próprios deveres para com os demais. A comunidade humana será tal como acabamos de a delinear, se os cidadãos, guiados pela justiça, se dedicarem ao respeito dos direitos alheios e ao cumprimento dos próprios deveres; se se deixarem conduzir por um amor que sinta as necessidades alheias como próprias, fazendo os outros participantes dos próprios bens, e se tenderem todos a que haja na orbe terrestre uma perfeita comunhão de valores culturais e espirituais. Nem basta isso. A sociedade humana realiza-se na liberdade digna de cidadãos que, sendo por natureza dotados de razão, assumem a responsabilidade do próprio agir”).

Nos dois títulos acima, já encontramos princípios que nortearão a Teologia da Libertação, que pretenderá fazer de todo e qualquer ser humano um sujeito de sua própria história, a qual surge oficialmente a partir de 1972, com a publicação do livro de Gustavo Gutierrez, e tornar-se-á um dos fios motivadores dos trabalhos da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Na concepção da Teologia da Libertação, e na de dom Paulo também, para Jesus a Salvação se dá através da inclusão. A briga fundamental dos fariseus com Jesus era por causa dos tipos de pessoa que Ele chamava para participarem da mesa, da comensalidade da qual Ele dava testemunho. Os fariseus acreditavam que a Salvação seria uma

decorrência da pureza.³ Dom Paulo e os membros da Comissão Justiça e Paz jamais consideraram um pré-requisito para o atendimento de qualquer pessoa, a sua religião, seu credo político ou quaisquer outros aspectos.

A inclusão como forma privilegiada de evangelização também é resultante do voto que o então estudante da Sorbonne fizera a si mesmo ao entrar em contato com os egressos de campos de concentração da 2ª Guerra Mundial, jamais discriminar ninguém.

Escreveu, em suas memórias :”...a convivência com presos e ex-presos de ambos os lados dessa guerra estúpida e total me fez abominar todo tipo de ditadura e aderir ao programa de solidariedade em qualquer ocasião e país”.⁴

A existência de um organismo como a Comissão já estava prevista, por exemplo, no item 24 da mesma Encíclica *Pacen in Terris*:”Como tanto inculcamos na Encíclica *Mater et Magistra*, é de todo indispensável se constitua uma vasta rede de agremiações ou organismos intermediários, adequados a fins que os indivíduos por si sós não possam conseguir de maneira eficaz. Semelhantes agremiações e organismos são elementos absolutamente indispensáveis para salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa humana, sem lhes comprometer o sentido de responsabilidade”.

.....

Em agosto e setembro de 1968, teve lugar a II Conferência do Episcopado Latino-americano, na cidade de Medellín, na Colômbia.

“Um dos significados mais importantes e duradouros de Medellín”, escreveu Gustavo Gutiérrez, trinta anos depois, “é o fato de que nessa Conferência a Igreja latino-americana expressa sua maturidade. Ser uma Igreja adulta que confronte sem máscaras a realidade histórica em que vive é a condição para uma autêntica comunhão com a Igreja universal”.⁵

No texto oficial das Conclusões da Conferência, encontramos reflexões sobre a justiça e a paz: “Se o desenvolvimento é o novo nome da paz”, conforme consta na *Populorum Progressio*, “o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz”.⁶

“A paz é, antes de mais nada, obra da justiça. Ela supõe e exige a instauração de uma ordem justa na qual todos os homens possam realizar-se como homens, onde sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações satisfeitas, seu acesso à verdade reconhecido e sua liberdade pessoal garantida. Uma ordem na qual os homens não sejam objetos, e sim agentes de sua própria história. Portanto, onde existem injustiça, desigualdade entre os homens e as nações, atenta-se contra a paz”

E, mais adiante : “Uma paz estática e aparente pode ser alcançada com o emprego da força; uma paz autêntica implica luta, capacidade inventiva, conquista permanente. A paz não se acha, há que construí-la. O cristão é um artesão da paz. Esta tarefa, dada a situação descrita acima, reveste-se de um caráter especial, em nosso continente; por isso, o

³ Conforme Ana Flora Anderson e Frei Gilberto Gorgulho, aula de 14 de maio de 2005 do Curso de Bíblia.

⁴ **Da esperança**, p.146

⁵ GUTIÉRREZ, Gustavo.”A atualidade de Medellín”. In: **Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual ?**. SP: Paulinas, 1998, p.251.

⁶ **Conclusões da Conferência de Medellín**. Edição citada, p.59.

Povo de Deus na América Latina, seguindo o exemplo de Cristo, deverá enfrentar com audácia e valentia o egoísmo, a injustiça pessoal e coletiva.

“A paz é, finalmente, fruto do amor, expressão de uma real fraternidade entre os homens. Fraternidade trazida por Cristo, Príncipe da Paz, ao reconciliar todos os homens com o Pai. A solidariedade humana só pode ser realizada em Cristo, que dá a Paz que o mundo não pode dar. O amor é a alma da justiça. O cristão que trabalha pela justiça social deve cultivar sempre a paz e o amor em seu coração.”⁷.

Na construção da paz, o documento sugere, entre outras linhas, despertar nos homens e nos povos “uma viva consciência da justiça, inspirando-lhes um sentido dinâmico de responsabilidade e solidariedade” – “Defender segundo o mandato evangélico o direito dos pobres e oprimidos, urgindo nossos governos e classes dirigentes a que eliminem tudo quanto destrói a paz social: injustiça, inércia, venalidade, insensibilidade” – “Denunciar energeticamente os abusos e as injustiças, conseqüências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração” – “Convidar também as diversas confissões e comunidades cristãs e não ⁸cristãs a colaborarem nesta fundamental tarefa de nossos tempos” – “Encorajar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, para a reivindicação e consolidação de seus direitos na busca de uma verdadeira justiça.”

Para tanto, as Comissões Justiça e Paz deverão ser promovidas. Em 1, 21 o documento diz:

“A ‘Comissão Justiça e Paz’ deverá ser promovida em todos os países pelo menos em nível nacional. Deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral, qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de estabelecer diálogo eficaz com as pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum; deverá denunciar tudo que possa lesar a justiça e colocar em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para conseguir soluções adequadas a cada situação”.

Do Sínodo dos Bispos sobre o Sacerdócio Ministerial e a Justiça no Mundo, resultou o documento a Justiça no Mundo, divulgado em 24 de novembro de 1971, o qual diz, em seu item 64, na seção A Ação Internacional : “Reconheça-se que a ordem internacional está radicada nos direitos e na dignidade inamissíveis do homem. A Declaração dos Direitos do Homem, feita pelas Nações Unidas, seja ratificada por aqueles governos que ainda não deram sua adesão a esta convenção e seja observada integralmente por todos”.

Falando das Injustiças sem Voz, o mesmo documento, no item 23, observa : “A justiça é violada também por formas de opressão, antigas e novas, que derivam da restrição dos direitos individuais, tanto nas repressões exercidas pelo poder político, como na violência atuada pelas reações privadas, que vão até o limite extremo de não respeitarem as condições elementares da integridade pessoal. São por demais conhecidos os casos de tortura, especialmente contra os prisioneiros políticos, aos quais aliás se nega, muitas vezes, um processo normal, ou que se vêem submetidos a arbitrariedades no julgamento”. Afirmando que o trabalho a favor da justiça deve ser permanente nas dioceses, o documento fala também em Educação para a Justiça, um trabalho que a Comissão de São Paulo desenvolverá quando da redemocratização do Brasil : “...o método educativo, para a

⁷ Op. Cit., p.65-67

⁸ Idem, ibidem, p.71-73

justiça, deve ser tal que ensine os homens a levarem uma vida que atenda à realidade global da mesma e seja pautada segundo os princípios evangélicos da moral pessoal e social, que desabroche num testemunho cristão vital”.

Em 1963, Martin Luther King liderou a Marcha para Washington, pelos direitos civis no Alabama, com a participação de mais de 200.000 pessoas. Tendo a não-violência como maneira de demonstrar resistência, na oportunidade proferiu o famoso discurso “Eu tenho um sonho”. Agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, em 1964, foi assassinado em 4 de abril de 1968.

No mesmo ano, o americano médio protestou violentamente contra o recrutamento obrigatório para a guerra do Vietnam. Movimentos estudantis tiveram lugar também nos campus universitários parisienses e em diversos outros países. Em 9 de outubro de 1967, Ernesto Che Guevara fora assassinado na Bolívia. Em julho de 1963, a Argélia conquistara sua independência da França e o Congo também libertou-se da Bélgica, após uma guerra de sete anos, em 1967. A década foi permeada por muitas outras guerras que assinalavam o fim do colonialismo europeu político: Angola (1961-1975), Moçambique (1964-1975), Guiné Bissau (1964-1974), Namíbia (1966-1990) e muitas outras.

Revolução e descolonização foram as características dos anos 60. Direitos humanos, direitos civis tornaram-se a pauta dos debates universitários e dos noticiários, quando não havia censura.

No âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 dezembro de 1966, dois Pactos Internacionais abrangeram o conjunto dos direitos civis e políticos, bem como os direitos econômicos sociais e culturais. Trata-se do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. “Ao primeiro deles, foi anexado um Protocolo Facultativo, atribuindo ao Comitê de Direitos Humanos, instituído por aquele Pacto, competência para receber e processar denúncias de violação de direitos humanos, formuladas por indivíduos contra qualquer dos Estados-Partes”.⁹

Mas para o bispo auxiliar do cardeal dom Agnelo Rossi, empossado em 24 de julho de 1966, na região norte, na igreja matriz de Santana, Paulo Evaristo Arns, outros fatores mais próximos e concretos o faziam preocupar-se com os direitos humanos.

Impressionado com o caso de um homem que há 23 anos aguardava julgamento, dom Paulo Evaristo intercedeu pelos presos comuns, solicitando a revisão dos processos, e testemunha : ”Minha intercessão não teve qualquer resultado por causa da dureza dos corações”.¹⁰

“Em 28 de março de 1968, foi morto, no Rio, o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, sob disparos efetuados por policiais que reprimiam uma manifestação pacífica em defesa do restaurante universitário “Calabouço”, em vias de ser fechado. Como um rastilho de pólvora, seguiram-se manifestações vigorosas de protesto, em todo o país, com os choques e a repressão policial se repetindo em todo o país. No Rio de Janeiro, no dia 25 de junho, realizou-se uma passeata com 100 mil pessoas, que partiam do repúdio àquele brutal assassinato do jovem Edson para repudiar também toda a política econômica imposta desde 1964 e as inúmeras medidas restritivas da liberdade de manifestação”.¹¹

⁹ COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação História dos Direitos Humanos**. SP: Saraiva, 1999, p.249

¹⁰ **Da esperança**, p.146

¹¹ **Brasil Nunca Mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p.134

Em 1º de maio de 1968, quando o governador do Estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré ia iniciar seu discurso na Praça da Sé, “teve início uma seqüência de vaias, entrechoques e correrias que culminaram com a ocupação dos palanques pelos sindicalistas combativos, enquanto aquela autoridade se refugiava no interior da Catedral, ferido por uma pedrada na frente”. Jornalistas e transeuntes que pouco ou nada tiveram a ver com o fato é que acabaram sendo acusado no inquérito que se seguiu. Em 16 e 17 de julho, os metalúrgicos de Osasco realizaram “a mais importante experiência de greve desde que tivera início o Regime Militar. (...) O processo que se seguiu teve como figura central um operário da Cobrasma, José Campos Barreto, que já fora seminarista na Bahia e terminaria já morrendo, em setembro de 1971, ao lado de Carlos Lamarca, na luta clandestina da VPR. Eis outro exemplo significativo de pessoas impelidas a atividades radicais de oposição após terem passado por experiências em que foram cortados os canais possíveis de participação num regime democrático”.¹²

Em 13 de dezembro de 1968 reunia-se o Conselho de Segurança Nacional, no Palácio das Laranjeiras, sob a presidência do marechal Arthur da Costa e Silva. Cada ministro recebeu uma cópia do Ato Institucional n 5, que aquela reunião aprovaria. “Começava uma missa negra”, historia Elio Gaspari.¹³

Presentes o vice-presidente da República, Pedro Aleixo; o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; Lyra Tavares, ministro do Exército; Magalhães Pinto, Chanceler; Antonio da Gama e Silva, ministro da Justiça; Antonio Delfim Neto, ministro da Fazenda; Ivo Arzua, ministro da Agricultura; general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; general Emílio Garastazzu Médici, chefe do SNI-Serviço Nacional de Informações; Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil; general Jayme Portella; Affonso de Albuquerque Lima, ministro do Interior e outros.

Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, argumentou : “Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”.¹⁴

Ainda Elio Gaspari : “Quando as portas da sala se abriram, era noite. Duraria dez anos e dezoito dias.

“Horas mais tarde, Gama e Silva anunciou diante das câmeras de TV o texto do Ato Institucional nº. 5. Pela primeira vez desde 1937 e pela quinta vez na história do Brasil, o Congresso era fechado por tempo indeterminado. O Ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964. Restabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, suspendiam-se as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. Outro patrocina o confisco de bens. Pedro Aleixo queixara-se de que ‘pouco restava’ da Constituição, pois o AI-5 de Gama e Silva ultrapassava de muito a essência ditatorial do AI-1: o que restasse, caso incomodasse, podia ser mudado pelo presidente da República, como ele bem entendesse. Quando o locutor da Agência Nacional terminou de ler o artigo 12 do Ato e se desfez a rede nacional de rádio e televisão, os ministros abraçaram-se.

“A pior das marcas ditatoriais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no seu artigo 10: ‘Fica suspenso a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional. Estava atendida a reivindicação

¹² **Brasil Nunca Mais**, p.130

¹³ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. SP: Companhia das Letras, 2002, p.333 e ss

¹⁴ **A Ditadura Envergonhada**, p.337

da máquina repressiva. O habeas corpus é um inocente princípio de direito, pelo qual desde o alvorecer do segundo milênio se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado. Toda vez que a Justiça concedia o hábeas corpus a um suspeito, isso significava apenas que ele era vítima de perseguição inepta, mas desde os primeiros dias de 1964 esse instituto foi visto como um túnel por onde escapavam os inimigos do regime. Três meses depois da edição do AI-5, estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender quaisquer cidadãos por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores. Os dez dias de incomunicabilidade vinham a ser o dobro do tempo que a Coroa portuguesa permitia pelo alvará de 1705. Estava montado o cenário para os crimes da ditadura.”¹⁵

.....

O advogado Antonio Funari Filho foi preso dias depois da edição do AI.5 :

“Em 1967 ou início de 68, comecei a advogar para presos políticos. Um companheiro da AP foi preso num comício pelo Voto Nulo. O sobrenome dele é Assisrati, o apelido era Tim e hoje é casado com a Catarina Melone. O irmão dele, meu amigo e ex-companheiro de uma república veio me procurar. Indiquei um advogado e sugeri quebrar a incomunicabilidade, através da necessidade de assistência médica. A tortura ainda não estava instalada. Procurei o Dr. Aldo Lins e Silva que, na conversa, disse que pegaria o caso se eu pegasse com ele. Comecei a auxiliá-lo e ele me convidou para ir para o escritório dele, na Xavier de Toledo.

“A seguir, tivemos o famoso Congresso da UNE, de Ibiúna, e entramos com habeas-corpus para todos os quatrocentos presos. Quem assinou o pedido de habeas-corpus fui eu porque o Evandro Lins e Silva, primo do Aldo, era Ministro do Supremo Tribunal Federal e teria que se dar por impedido se o Aldo assinasse a petição. No escritório também trabalhava o Dr. Dárcio de Arruda Campos, como jornalista Matias Arrudão, no jornal o Estado de São Paulo, juiz cassado com quem também aprendi muito. Foram estes os meus professores de advocacia. Depois da Anistia, ele voltou a ser juiz e aposentou-se.

“O Aldo foi a Europa, atender a um caso internacional, e fiquei com a responsabilidade de acompanhar os processos, principalmente do pessoal preso, que, naquela ocasião, eram o Travassos, o Dirceu, Vladimir Palmeira, o Ribas e outros. Estavam presos no forte de Santos, fiquei acompanhando este pessoal, até que em 11 de dezembro de 1968 conseguimos um habeas-corpus para soltá-los.

“No dia 12, o emissário, ao invés de entregar o documento no escritório, entregou-o na USP, por causa do Paulo de Tarso Wenceslau, que era da ALN. Só no dia 13 nós recebemos o habeas-corpus no escritório. Fomos, o Paulo de Tarso, a Wilma Ari, jornalista da Folha, e eu, à Auditoria, que estava fechada. Fomos atrás do escrivão, muito simpático, dispôs-se a datilografar o alvará de soltura, desde que o juiz desse a ordem. Fomos procurar o juiz, em Pinheiros, perto da Pedrosa de Moraes. Ele não estava, esperamos, soubemos que ele tinha sido chamado para ir ao quartel do II Exército, no Ibirapuera. Lá pelas quatro horas, naquele solão, encontramos com ele saindo do quartel e colocamos o caso para ele expedir o alvará de soltura. Alegou que não podia porque era feriado militar. Reiterou que

¹⁵ A Ditadura Envergonhada, p.340, 341

não podia e eu disse que pediria a prisão dele por descumprir ordem do Supremo. Ele quis conversar comigo em particular, ficamos perto de um jeep e ele disse que, se soltasse, ele é que seria preso. Acabara der receber ordem do II Exército para não soltar os rapazes e se eu quisesse saber o porquê, ouvisse a Hora do Brasil.

“Fomos para o escritório do Aldo, ligamos o radinho e ouvimos, em segunda mão, o Ato nº 5. Acirrou tudo. Eu já respondia processo pela prisão de 1966, mas continuei advogando. Pedi para Joaquim Carvalho fazer uma audiência em meu lugar e encontrei um conhecido no ônibus que me advertiu – eu iria ter minha audiência no dia seguinte – que o pessoal da ALN iria tomar a auditoria. Pensei que não poderia colocar o Joaquim, o Travassos, o Dirceu, naquela fria. Na conversa que tive com o Dirceu e o Travassos, eles disseram para o pessoal não fazer esta bobagem, poderia até haver mortes, e eles desistiram. Na volta, um irmão do Travassos passou um bilhete para ele – bilhetes da AP com bobagens, notícias internacionais e nacionais – e o Travassos, no dia da audiência deles, me pediu para ficar com o bilhete do irmão porque ele ia ser revistado. Sai de lá e joguei fora o bilhete, mas um guardinha viu e achou que eu estava passando algo para o Travassos.

“Quando voltei de um cafezinho, fui preso, quem me deu voz de prisão foi o promotor. Perguntaram se eu tinha feito serviço militar, CPOR, e fui para o Dops. Arrumei mais um processo, crime de bilhetagem. Fiquei na cela do Hélio Navarro, deputado cassado. Fiquei preso sete meses e sete dias. Estava lá o pessoal do Crusp. Depois o Hélio e eu fomos para o presídio Tiradentes. Tinha muita gente, muitos há muito tempo esperando para serem ouvidos. Inauguramos o Tiradentes, que voltava a ser presídio político como fora na época de Getúlio Vargas, quando teve como primeiro hóspede o Monteiro Lobato.

“Ocupamos uma cela. As outras celas estavam sendo usadas pelo Esquadrão da Morte. Tinham um formato quadrado, com um corredor interno e um poço, um prédio aberto para dentro, com dois andares de celas. Prendiam as pessoas condenadas pelo Esquadrão, davam um tratamento vip para elas, alimentação, barbeiro, roupa nova etc. E depois vinha um furgão de padaria, colocavam estas pessoas e levavam para um lugar onde, segundo soube, eles soltavam, mandavam correr e faziam uma caçada, a caça humana. Não sei para onde eles foram depois.

“Depois começou a chegar o pessoal do Crusp, da UNE, o Matta Machado, que foi assassinado depois, o Luiz Saul, vice-presidente da UNE na ocasião, o Eptácio César Maia, hoje prefeito do Rio, naquela época estudante de Engenharia de Minas, em Ouro Preto.

“A cadeia, de certo modo, ensina você a conviver com o excesso de tempo, a ficar consigo próprio e lhe propicia um contato interessante porque ali juntavam-se diversas concepções políticas e ideológicas. Eu não era inexperiente em cadeia e isto me facilitou muito. Você deve ter esperança mas precisa ter paciência. Fui solto em 7 de setembro de 1969.”

.....

A irmã Maurina Borges, presa política, relatou a dom Paulo, em celebração eucarística no presídio, as torturas praticadas pela polícia em Ribeirão Preto e a

conseqüente excomunhão dos torturadores pelo arcebispo daquela arquidiocese, Dom Felício Vasconcelos.¹⁶

No dia 2 de novembro de 1969, um domingo, os frades dominicanos Yves Lebaupin e Fernando Brito foram presos, no Rio de Janeiro. No dia 3, em São Paulo, o convento dominicano das Perdizes foi invadido e o apartamento que alguns frades ocupavam na rua Rego Freitas foi ocupado.

No dia 4, terça à noite, Carlos Marighella, líder da ALN-Ação Libertadora Nacional, foi metralhado por policiais na alameda Casa Branca, em São Paulo, na presença dos dois dominicanos, frei Ivo e frei Fernando, “envolvidos pela trama muito bem tecida pelos delegados e investigadores do DOPS”.¹⁷

A 6 de novembro, nos jornais gaúchos, frei Betto, escondido em um convento de freiras, tinha a cabeça a prêmio. No dia 9, estava preso.¹⁸ Foram presos também os frades Roberto Romano, Giorgio Callegari e Tito de Alencar Lima, entre outros.

Os dominicanos franceses escreveram uma carta ao Cardeal Roy, então presidente da Comissão Justiça e Paz do Vaticano: “...qualquer tentativa que visasse dissociar o caso dos nossos irmãos dominicanos do conjunto da Igreja e de sua presença no seio da realidade brasileira atual equivaleria a cair no laço armado pelo poder”.¹⁹

Por indicação do jurista Fábio Konder Comparato, doutor pela Universidade de Paris, professor da Faculdade de Direito da USP, foi contratado pelo provincial frei Domingos Maia Leite, para a defesa dos dominicanos, o advogado Mário de Passos Simas.²⁰

Nas cartas escritas na prisão pelos dominicanos, reunidas e publicadas em livros, podemos encontrar testemunhos da presença de dom Paulo Evaristo. Alceu de Amoroso Lima pronunciou-se, a respeito das cartas: “...nada foi publicado, durante toda a evolução de nossa literatura e de nossa História religiosa, que exceda a essas cartas, como ensinamento moral, com experiência humana e até mesmo como beleza literária”.²¹

“Dom Paulo Evaristo Arns, novo arcebispo de São Paulo, veio visitar-nos no dia seguinte à sua nomeação pelo Papa Paulo VI. Ouvimos pelo rádio a sua posse e gostamos muito de sua locução, firme e simples”(03.11.70).²²

“Sábado passado acordamos todos às seis horas. Às sete, chegou à cela Dom Paulo Evaristo Arns. Veio celebrar conosco. Foi uma missa muito expressiva, cantada, apertada dentro dessa cela. Tomou o café conosco, reforçado pelo pão de ló que o padre Luiz, capelão da PM, trouxe. D.Paulo perguntou por vocês. Mandou dizer que em fevereiro irá a Belo Horizonte, e pretende almoçar aí em casa” (25.11.70).²³

Em 20 de janeiro de 1971, frei Fernando escreve : “Atualmente já não estamos mais privados da eucaristia. A proibição caiu desde que D. Paulo Evaristo Arns foi nomeado

¹⁶ **Da esperança**, p.147

¹⁷ Dom Amaury Castanho em O São Paulo, semanário da Arquidiocese, edição de 29.11.69, cf. BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito**. 11ª ed. rev. e ampl.SP: Casa Amarela, 2000, p.191

¹⁸ **Batismo de Sangue**, p.119

¹⁹ Carta publicada no jornal Le Monde, em 15.11.69, apud **Batismo de Sangue**, p.157.

²⁰ SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.94 (nas demais citações este livro constará como **Evanize**).

²¹ BETTO, Frei. **Cartas da Prisão**. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1977, p.12

²² BETTO, Frei. **Das catacumbas**. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. RJ: Civilização Brasileira, 1978 p.96

²³ **Das catacumbas**, p.104

arcebispo de São Paulo. Desde meados de novembro do ano passado, após um ano, comecei a celebrar na cela. Para nós isto tem uma importância capital”.²⁴

Em 27 de janeiro, foram presos o padre Giulio Vicine e Yara Spadini, assistente social. Padre Giulio, posteriormente, foi encaminhado para a mesma cela dos dominicanos. Dom Paulo constatou suas torturas e indispôs-se com o governador Abreu Sodré.

“Giulio foi interrogado na auditoria segunda-feira. D.Paulo esteve presente. Parece que Giulio nos fará companhia por um bom tempo”(03.03.71).²⁵

Em 4 de fevereiro, Dom Paulo emitiu a “primeira denúncia pública de tortura infligida pela regime militar”.²⁶ Todas as igrejas afixaram o texto em suas portas e o jornal O São Paulo divulgou-o. “A nota do arcebispo repercutiu em todo o Brasil e também no exterior. O jornal O São Paulo em matéria publicada no dia 13 de fevereiro afirmava que ‘a nota foi transcrita na íntegra, na maioria dos órgãos de imprensa do país e lida em inúmeras emissoras de rádio. Sabemos, também, de sua ampla divulgação em jornais da Itália, França, Espanha, Estados Unidos e outras nações’.”²⁷

“D. Paulo apareceu no fim da tarde”(11.03.71). “O jornal O São Paulo publicou a mensagem de Páscoa que enviamos a D. Paulo Evaristo Arns. Ele nos visitou na sexta-feira da paixão”(14.04.71). “D. Paulo esteve aqui na semana passada. Além do bom papo, trouxe-nos uns bolinhos feitos em casa, oferta do Conselho de Presbíteros da Arquidiocese”(05.10.71). “Sábado passado, D. Candido Padim veio concelebrar conosco.(...) D. Paulo Evaristo Arns também esteve aqui, há cerca de dez ou quinze dias. Achei-o bem melhor de saúde. A perna já está dando menos trabalho”(10.11.71). “Na tarde do dia de Natal, D. Paulo veio cumprimentar-nos. A visita dele causou ótima impressão. Percorreu cela por cela, falou com cada família. Todos os presos deram a ele, de presente, uma grande cruz de couro, na qual gravamos a frase do Evangelho: “*O Bom Pastor é aquele que dá a vida pelas suas ovelhas*”(30.12.71).²⁸

“A novela policial em torno da morte de Carlos Marighella e do envolvimento dos frades é bem mais fantasiosa do que se supõe. Durante dois anos, o dr. Mário de Passos Simas, nosso advogado, estudou pormenorizadamente o castelo de cartas que encheu as páginas dos jornais, em novembro de 1969, e as folhas do inquérito policial remetido à Justiça Militar.

“Sala do tribunal da 2ª Auditoria do Exército, na rua Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo. Dias 13 e 14 de setembro de 1971 – julgamento dos dominicanos. Há vinte e dois meses aguardávamos, presos, aquele momento. O recinto, repleto, ouvia em silêncio o advogado de defesa (...) jovem doutor de rosto redondo, pele morena, ombros largos, a beca escura perfeitamente alinhada em seu corpo robusto, a voz firme e pausada, traindo certo timbre irônico(...)

“Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, trajava *clergyman* cinza, mordida levemente a ponta do cachimbo e ouvia atento a argumentação da defesa. Desde que assumira a arquidiocese, sucedendo a dom Agnelo Rossi – que fora nomeado pelo papa para ocupar importante função em Roma, como forma de ficar afastado de São Paulo -, dom Paulo tornara-se nosso defensor e amigo. Quando bispo-auxiliar de São Paulo,

²⁴ BRITO, Frei Fernando de; LESBAUPIN, Frei Ivo; CHRISTO, Frei Carlos Alberto Libânio. **O canto na fogueira**. Prefácio de Carlos Mesters. Petrópolis: Vozes, 1977, p.63

²⁵ **Das catucumbas**, p. 134.

²⁶ **Evanize**, p.115

²⁷ **Evanize**, p.116

²⁸ **Das catacumbas**, págs. 135, 147, 175, 177, 182.

responsável pela região Norte, ele foi proibido pelos militares de nos visitar no presídio Tiradentes. Nomeado arcebispo, desafiou a ordem e fez questão de estar conosco antes de tomar posse. Sua atividade à frente da Sé paulista nasceu de um gesto concreto em defesa dos direitos humanos. Corajoso, lúcido, dotado de extrema sensibilidade para com as questões sociais, dom Paulo não marcaria data nem hora para nos levar apoio nos momentos mais difíceis do cárcere. Passava longas tardes ao nosso lado, animando-nos na fé, reabastecendo nossas esperanças, celebrando em nossa cela a vitória da vida sobre a morte. Desde então nasceu entre nós uma amizade firmada no sangue que nos banhou nas catacumbas. Sua púrpura foi, de fato, tingida nos subterrâneos da história, lá onde o sofrimento dos confessores e dos mártires da justiça ergue-se como clamor de libertação.

“Agora, sem nenhuma deferência especial, o cardeal de São Paulo encontrava-se sentado entre os que assistiam ao julgamento, atento às palavras da defesa.(...) Ao lado do cardeal Arns, dom Lucas Moreira Neves, bispo-auxiliar de São Paulo, dom Cândido Padim, bispo de Bauru, e dom Alano Du Noday, bispo de Porto Nacional, acompanhavam interessados as palavras do advogado o único som que se ouvia, além do ruído provocado por fotógrafos e cinegrafistas.(...)O Mestre da Ordem dos Pregadores fazia-se representar, no julgamento, pelo padre Nicolas Gobert, provincial dos dominicanos do Peru. Frei Domingos Maia Leite e Frei Edson Braga sentaram-se ao seu lado no decorrer da sessão.(...) O cônsul geral da Itália em São Paulo, presente em consideração a Frei Giorgio Callegari – que respondia ao processo em liberdade após um ano de cárcere -, não parecia impressionado com o que ouvia. Dir-se-ia tratar-se de um diplomata britânico que, do alto de sua fleuma, observa a violência dos trópicos.

“O advogado defendia os réus a partir das acusações feitas pela polícia e assumidas pela promotoria. Antes de querer provar a nossa inocência, estava interessado em desmoralizar as acusações que pesavam sobre nós. Fazia da defesa um ataque. Revelava as contradições da argumentação policial. Eram os que nos acusavam que deveriam, primeiro, ser capazes de provar a nossa culpa.”²⁹

“Dom Paulo, nosso mediador, esteve aqui no domingo, mas as autoridades não permitiram que falasse conosco”(15.05.72). “Dr. Simas veio ver-nos. D. Paulo tem feito o que pode. D. Ivo entrevistou-se com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Parece que todos os companheiros do Tiradentes que estavam, em greve de fome foram mesmo para a Casa de Detenção. No presídio teriam ficado Paulo Vanuchi, Mário Bogliani e um outro companheiro em greve.(...)O homem forte é aquele que faz da Palavra de Deus o seu único alimento”(17.05.72). “Pela manhã, ao sair da Penitenciária, Fernando, Ivo e eu fomos avisados que D. Paulo nos visitaria logo que chegássemos à detenção. De fato, ele esteve aqui, mas mais uma vez não conseguiu nos ver” (19.05.72).³⁰

“Caríssimo D. Paulo Evaristo Arns,

Nesses dias pensamos muito no Sr. Era nossa tranquilidade saber que o Sr. tinha aceito interceder por nós. Em meio a todo aquele sofrimento, vimos rostos de companheiros amargurados pela fome iluminarem-se à simples menção do seu nome.(...) Quanto mais o grão de mostarda revela, à minha volta, a dimensão do Reino – Reino já presente – mais sinto uma vergonha diante daqueles que, anonimamente, realizam na cruz a redenção. Vejo que o nosso sofrimento é insignificante diante do que sofrem outros homens

²⁹ **Batismo de sangue**, p.197-200.

³⁰ **Cartas da prisão**, págs.46, 48 e 51.

encarcerados. Homens que não têm, como temos, as luzes da razão e da fé para poderem, ao menos, situarem-se na terrível realidade em que se encontram. Ali está Jesus: desfigurado, o corpo dilacerado pelas duras penas, a alma ressecada pela desesperança. Um número dentro de uma cela.

“Esses, sim, são os condenados da terra, os convidados ao banquete. Gozam da especial bem-aventurança de Deus se ter tornado, na cruz, tão desfigurado e abandonado quanto eles. Essa solidariedade viva, real, pascal do próprio Deus com a sua sorte, é sem dúvida a maior graça que esses seres humanos receberam, sem o saberem. E foi um deles o primeiro a usufruir da visão beatífica do Pai, imediatamente após ter merecido na cruz os mesmos sofrimentos do Filho.

“Quando o sr. definiu, em sua pastoral, o problema carcerário como um dos prioritários, talvez não imaginasse o quanto esta medida era necessária e acertada.

“Não sabemos como agradecer o que tem feito por nós. Talvez estejamos na situação dos nove leprosos que não voltaram, pois, quem sabe, julgassem ser muito pouco um simples ‘muito obrigado’. Temos vontade de dizer mais, sem saber como.

“Agora nossa preocupação volta-se para os outros presos, cuja situação é crônica. Esses não têm, como nós, meios de sensibilizarem a opinião pública e a Igreja. Sofrem calados, sem quem fale por eles. E sofrem tanto que se permanecem vivos, não é por uma esperança – é porque alguma coisa no homem o faz temer a morte e o prende irresistivelmente à vida.

“Gostaríamos de receber sua visita. Temos uma árdua e longa tarefa pela frente. Mas o Senhor está conosco e nos conduz por seus caminhos”(24 de maio de 1972).³¹

.....

Ao final da Assembléia Ordinária do Regional Sul-1 da CNBB, realizada em Brodósqui (SP), de 6 a 8 de junho de 1972, foi publicado o primeiro documento dos bispos paulistas denunciando a tortura. O Documento de Brodósqui, também conhecido como “Testemunho de Paz”, fruto da iniciativa de Dom Paulo:

“....coloquei em pauta o problema das prisões arbitrárias, das torturas e do desaparecimento de pessoas presas.

“Discussão difícil. Para tudo havia provas. Mas testemunhos orais do que escritos. Assim mesmo, alguns médicos do Hospital das Clínicas e de outras partes prometiam passar-nos as provas, caso fosse indispensável.

“Afinal constituímos a comissão de redação do documento Testemunho de Paz, denunciando a situação de terror entre nós.(...) O texto insistia nas palavras do décimo quarto capítulo do Evangelho de Mateus, em que João Batista, ao ser preso por Herodes, diz: ‘Não te é lícito...prender sem ordem judiciária, torturar, matar...’

“Nenhum órgão de imprensa pôde divulgá-lo. Em São Paulo imprimimos cinquenta mil exemplares para distribuição após as missas, com os cuidados indispensáveis. Ainda prescrevemos um dia de jejum total aos fiéis das dioceses paulistas. Um padre capuchinho teve a coragem de ler o texto do Testemunho de Paz durante uma missa no Clube Militar. Evidentemente sob protestos.”³²

³¹ **O canto na fogueira**, p.244/5.

³² **Da esperança**, p.353

Vide **Evanize**, p.124/5

.....

Em 1972, Dom Paulo Evaristo Arns ofereceu uma série de refeições individuais. Estava convidando pessoas para fundarem e dirigirem uma Comissão Justiça e Paz. Todos negaram, alegando trabalhos e falta de tempo, mas o motivo real era um só: medo.

Fábio Konder Comparato procurou Dalmo de Abreu Dallari e convidou-o a presidir a futura Comissão Justiça e Paz, uma vez que ele próprio, segundo Dallari, é portador de uma grande timidez, ojeriza à projeção, além de um sistemático espírito germânico.

“Houve um dia em que o Fábio Comparato me procurou. O Fábio era amigo e colega de turma da minha primeira mulher, da Marta, que faleceu em 1973. (...) O Fábio foi o introdutor. O convite de Dom Paulo veio através do Fábio. E o Fábio me disse : *“eu estou em contato com Dom Paulo e ele está criando, em São Paulo, a Comissão Justiça e Paz”*. Eu já era livre-docente e estava tomando posse, estava fazendo muitos pronunciamentos contra a ditadura e aí o Fábio me procurou e disse: *“Dom Paulo está criando a Comissão Justiça e Paz e gostaria de conversar com você”*. Fui conversar com Dom Paulo e nesta conversa Dom Paulo disse: *“eu gostaria que você fosse o presidente desta Comissão”*. Dom Paulo estava compondo a Comissão. E o Fábio tem uma característica pessoal, ele detesta cargos, posições. Tem ojeriza a isto. Provavelmente, ele foi um dos convidados a ser presidente e não aceitou. Então, fui o primeiro presidente. Foram cinco, os convidados. Eu fui conversar com ele lá na avenida Higienópolis.(...) É a pura verdade, as pessoas tinham medo. Ou era inconveniente, iria arriscar posições. Então foi o medo, a conveniência, não é. Mas eu aceitei imediatamente. Eu estava sempre acompanhando os pronunciamentos de Dom Paulo, tinha grande entusiasmo pelas posições dele.”³³

Já dizia o documento de Medellín, a Comissão Justiça e Paz “deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral, qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de estabelecer diálogo eficaz com as pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum...”

Portanto, informalmente, diria até que sigilosamente, e de tal forma que sequer a data ficou registrada, para fazer frente aos desmandos da ditadura e às necessidades dos presos políticos e de seus familiares, foi criada a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, inicialmente contando com a participação de Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari e Mário de Passos Simas. Por ser presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, foi convocado Luiz Antonio Alves de Souza; e por integrar a Pastoral Operária, o metalúrgico Waldemar Rossi. A seguir, José Carlos Dias, o eminente criminalista, foi convidado por Luiz Antonio Alves de Souza, e, meses depois, uma mulher, a primeira, Margarida Bulhões Pedreira Genevois, foi convidada por Fábio Comparato para integrar a Comissão.

.....

Dom Paulo assim se referiu à fundação da Comissão :

“Pensei em comissão de defesa contra a tortura e contra as prisões. Foi aí que vi que já existia em Roma, fundada por Paulo VI, uma Comissão (Justiça e Paz), da qual participava um membro da Universidade de Notre Dame, que mais tarde me concedeu o

³³ Dalmo de Abreu Dallari, entrevista em 03 de novembro de 2004

título de Doutor Honoris Causa, juntamente com o Jimmy Carter. Quando fui a Roma, este homem me disse o que fazer. Alertou para não deixar ninguém sozinho, para formar uma comissão de juristas e de pessoas respeitáveis, de notáveis dentro da sociedade.”

Este homem que disse a Dom Paulo o que fazer, membro da Comissão Justiça e Paz do Vaticano, é o padre norte-americano Brian Heir, da Congregação de Santa Cruz, mantenedora da universidade de Notre Dame, em Indiana, Estados Unidos, e do colégio Santa Cruz, em São Paulo,³⁴

“Voltei e convidei mais de dez e um por um disse que gostaria, que achava necessário, mas que não poderia aceitar, um por medo, outro porque tinha cargo de responsabilidade, outro porque tinha família, ninguém aceitou. O único que aceitou na hora, imediatamente, foi o Dalmo Dallari. Naquele momento, já era membro de uma organização suíça de juristas, além de professor muito respeitado na USP. Mais tarde, será o primeiro diretor eleito da Faculdade de Direito.

“Nunca reprovei ninguém que fosse apresentado e todos os que vieram foram muito fiéis e nunca se negaram a um serviço, mesmo que perigoso, em favor das pessoas que tivessem sido presas arbitrariamente. Lembro-me de que insisti junto a ele de que não fossem apenas juristas, mas de diversas profissões e que houvesse um grupo de senhoras. Reuníamos toda a semana sem falta, para discutir o que tinha acontecido e sempre havia mais assunto do que tempo, sempre na Cúria, lá onde ela está hoje. (av.Higienópolis, 890)

“Tínhamos muitas visitas da polícia, que queria saber onde estava a sede da Comissão Justiça e Paz. E nós dizíamos que era em Roma, no Vaticano. E a sede está lá mesmo, porque a daqui é a aprovada por um membro da Comissão romana. Nossa Comissão difere de todas, no Brasil, por ser especializada em defender os perseguidos e os pobres. No início sequer fazíamos ata. Até por precaução, para que não caíssem em mãos indevidas. Em segundo lugar, porque a memória era tão fresca e as pessoas tomavam parte tão ativa que a gente não pensava em ata. A gente pensava em, imediatamente, dar a cada pessoa a tarefa para a semana ou por mais tempo, conforme a necessidade.

“Eu não queria frei Gorgulho nisto, para protegê-lo. Ele atendeu a meu pedido para sempre me acompanhar nas visitas aos dominicanos. E como ele tem uma memória muito fiel, não esquece uma palavra, nem um gesto, nada, relata tudo como foi. Sempre que terminávamos, ele fazia o relato e eu marcava o que era necessário.

“Há algo que eu preciso dizer. Eu nunca fiz um pedido à Comissão Justiça e Paz que não fosse atendido imediatamente, que a pessoa não se dispusesse a verificar o que tinha acontecido. Por exemplo, se havia morte ou prisão por causa de ideologia, eu pedia à Justiça e Paz para ir lá, como pedi, por exemplo, ao Mário Simas. Uma noite, a uma hora da manhã, acordei com a notícia de que, em Vila Clementino, havia uma atrapalhão grande e que estavam prendendo católicos de primeira. Eu disse: Mário Simas, está acontecendo isto. O que o senhor acha que devemos fazer ? Ele disse: Dom Paulo, em cinco minutos eu estou no meu carro. Vou lá e depois informo o senhor. Ele foi e depois me informou, inclusive como poderíamos agir e ajudar. A Comissão Justiça e Paz de São Paulo nunca negou o favor de ajudar um preso ou uma pessoa perseguida, nenhuma vez.”³⁵

³⁴ O nome deste padre foi gentilmente pesquisado por Maria Ângela Borsoi e Ana Flora Anderson.

³⁵ **Dom Paulo Evaristo Arns, entrevista em 23 de setembro de 2003**

II

O PROTAGONISMO DOS LEIGOS

Numa pasta do arquivo pessoal do Cardeal Arns pode-se ler: Comissão Justiça e Paz. Regimento. Membros. Currículos.

São duas as relações de membros, sem data. A provavelmente mais antiga nomeia : Dr. Fábio Comparato, Dr. Hélio Bicudo, Íris Arié, Dr. José Carlos Dias, Dr. Luiz Antonio Alves de Souza, Margarida Genevois, Waldemar Rossi, Zuma Castro Duarte, Dr. Dalmo Dallari, Dr. Mário Simas.

A segunda nomeia Dr. José Carlos Dias, Dr. Dalmo de Abreu Dallari, Dr. Mário Simas, Dr. Fábio Comparato, Dr. Hélio Bicudo, Íris Arié, Margarida Genevois, Waldemar Rossi, Dr. Candido Procópio Ferreira de Camargo, Dr. José Gregori e Thereza Brandão Machado.

Creemos que elas não se excluem, ao contrário, complementam-se. De qualquer forma, nos fornecem os nomes dos primeiros integrantes da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Do Regimento Organizacional, também sem data, consta:

“Artº 1º - Sob a denominação de Comissão Pontifícia ‘Justiça e Paz’ (Seção Paulista) é constituída uma comissão paulista de estudos e trabalho, com sede em São Paulo (SP) e com duração por tempo indeterminado.

“Artº 2º - A Seção Paulista da Comissão Pontifícia ‘Justiça e Paz’ é criada como correspondente em São Paulo daquele organismo internacional instituído pelo Motu Próprio ‘Catholicam Christi Ecclesiam’, de 06 de janeiro de 1967, e da seção brasileira.

“Artº 3º - A Seção Paulista da Comissão Pontifícia ‘Justiça e Paz’ foi criada para realizar os seguintes fins e objetivos:

- a) analisar e interpretar as encíclicas e documentos conciliares relacionados com os ideais de justiça e paz visando converter aquelas aspirações em conquista de cada homem e de cada nação;
- b) analisar e interpretar todos os documentos relacionados com os direitos humanos, com a justiça e a paz, e com o progresso social dos povos;
- c) estabelecer as bases de uma estreita e permanente cooperação, quer com o Órgão Central da Comissão Pontifícia ‘Justiça e Paz’ em Roma, com a Seção Brasileira, e todas as outras seções nacionais e sub-seções regionais, quer com as instituições religiosas ou seculares interessadas nos mesmos objetivos, no Brasil e em outras partes do mundo;
- d) coligir e interpretar dados e informações a respeito de problemas relacionados com o desenvolvimento do País, com a justiça e a paz, com os direitos humanos, as causas e conseqüências do atraso econômico e cultural de algumas regiões do País, e transmitir os resultados de tais estudos aos organismos interessados;
- e) participar, juntamente com a Seção Nacional e todas as outras seções e sub-seções da Comissão Pontifícia ‘Justiça e Paz’, no esforço comum de formulação de uma ‘teologia do desenvolvimento’;
- f) submeter à Hierarquia Eclesiástica, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e aos poderes e órgãos do Estado, as recomendações que

entender oportunas e convenientes para a consecução dos seus objetivos próprios e específicos;

- g) buscar a cooperação dos organismos e agências seculares que, em qualquer parte do mundo, venham se ocupando das questões econômicas, políticas e sociais ligadas, direta ou indiretamente, às aspirações de justiça e paz, nos termos preconizados na Constituição Pastoral ‘Gaudium et Spes’ e na Encíclica ‘Populorum Progressio’, e;
- h) adotar quaisquer medidas e providências que entender necessárias à realização dos seus fins e objetivos.”

O capítulo II fala em oito membros efetivos e oito suplentes, “os quais exercerão suas funções organizados em conselho”, o qual “poderá nomear tantos assessores e consultores técnicos quantos entender necessários para o eficiente desempenho de suas atividades”. Estabelece que os membros se reunirão mensalmente ou “extraordinariamente sempre que forem convocados pelo Secretário Geral, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelo Presidente da Comissão Representativa da Regional Sul-1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”.

O capítulo III, Disposições Gerais, prescreve que por maioria absoluta de votos, a Comissão poderá, a qualquer tempo, “adquirir personalidade jurídica, constituindo-se, obedecidas as disposições legais, em associação civil de fins culturais e sociais, sem intuito lucrativo”. Prescreve também que quaisquer serviços prestados em nome da Comissão não serão remunerados e que nenhum membro responderá pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da Comissão

.....

Dalmo de Abreu Dallari nasceu numa família católica, em Serra Negra. Foi coroinha e, depois, Congregado Mariano. Mudando-se para São Paulo, fez o curso de madureza e depois foi aluno do Colégio do Estado. Começou se afastar da Igreja porque no ambiente estudantil havia duas modas.

“Uma delas era ser anti-americano e eu fiquei anti-americano. A outra moda era ser anti-clerical, era culpar a Igreja pelas injustiças: a Igreja é associada dos patrões, era tudo nesta linha. Então, se afaste da Igreja porque estes padres são falsos. Eu continuei indo à missa, mas sem ter um envolvimento maior. Por exemplo, eu não fui Congregado Mariano em São Paulo”.³⁶

Em 1958, casou-se com Marta, uma colega de faculdade, filha de russos, com a qual teve seis filhos.

“A Marta era colega de faculdade, mas não de turma. Veio dois anos depois de mim. Era muito católica, filha de russo, russo branco, russo não comunista mas refugiado; o avô tinha se refugiado no Brasil. Ela era aluna do Colégio Des Oiseaux e era de comunhão diária. Mesmo quando aluna da faculdade, antes da aula, ia comungar. Havia uma grande amiga dela, hoje casada com o Fernando Barros Martins, a Edith Oliveira Ribeiro. Era colega de turma da Marta e as duas iam comungar na igreja de São Francisco, antes da aula. Fiquei noivo da Marta, casei-me com ela e com isto comecei a freqüentar mais a Igreja.

Fábio Comparato também foi colega de turma da minha mulher e eram amigos, e havia uma amizade entre as famílias do Fábio e da Marta, minha mulher. Mas o Fábio

³⁶ Dalmo de Abreu Dallari, entrevista em 03 de novembro de 2004.

sempre foi muito tímido e se relacionava com poucas pessoas, mas através da Marta que eu me aproximei dele e ficamos muito amigos também.

Por conta da Marta, me aproximei mais da Igreja e um ponto muito importante de aproximação foi o Amparo Maternal. O Amparo Maternal era uma instituição muito mal vista. Era chamada de a casa da mãe solteira. Grande número das assistidas, naquela época, eram prostitutas.

A neta do Rui Barbosa, Lucila, era um das fundadoras³⁷. Mas, enfim, como é que cheguei ao Amparo Maternal ? Porque a Marta ficou grávida e o ginecologista dela era o professor Álvaro Guimarães Filho, professor da Escola Paulista de Medicina, muito católico, mas um apoiador incondicional do Amparo Maternal. Ele era muito dado, tinha muita autoridade e, por isso, era um homem independente. Ele dava apoio às mulheres porque achava que toda mãe tem que ter apoio, não importa se é casada, se não é casada, importa que é mãe. Isto de uma forma muito coerente com a sua ética médica que, por sua vez, era uma ética cristã. Eu não vou perguntar se é casada ou não, é uma mãe, eu tenho que dar assistência. E ele difundiu esta idéia no Amparo Maternal. Tanto que houve um conflito com a ordem religiosa que dirigia o Amparo...

E aí a madre Dominec rompeu com a Ordem para ficar no Amparo Maternal. Eu tenho uma admiração fantástica por ela. Uma pessoa de uma coragem excepcional. O professor sempre dizendo que a Madre era muito teimosa, mas ela é bretã. E a Madre sempre dizendo: o professor é muito teimoso, mas a gente tem que ter paciência com ele. Os dois eram formidáveis.

Isto foi muito importante para o meu envolvimento com Direitos Humanos. Através da Madre e do Amparo Maternal, comecei a me envolver com a pobreza, com os favelados. E a Madre exigia isto da gente, não é ? Esta sociedade hipócrita, que fica fazendo discursos mas não faz nada, que não respeita as pessoas. Você tem que respeitar. Se você é realmente cristão, você tem que viver com eles, não é ? Ela exigia isto, que é parte do cristianismo. E isto, depois, acabou pesando muito em toda a minha trajetória. Por isto, tenho uma admiração enorme por ela.

Madre Dominec me mostrou o caminho, na vida. É isto que você tem que fazer. E ela era pequenininha, uma perna um pouco mais curta que a outra. Andava com um lencinho branco na cabeça e andava distâncias enormes pois recusava-se a usar condução, para não gastar dinheiro dos pobres. Ela ia me procurar na minha casa...todas as vezes que ela me encontrava, perguntava : ‘Doutor, o senhor está feliz ?’.Era o chavão da Madre. Está feliz ? Aí contava as coisas dela, com um medo enorme de estar incomodando. Madre Dominec, talvez um dia eu escreva um livro sobre ela.

Comecei a ter um envolvimento cada vez maior e também a ficar indignado com as injustiças que eles sofriam com a hipocrisia da sociedade. Havia invencionices. Uma vez a Folha de São Paulo publicou uma reportagem dizendo que havia um cemitério clandestino no Amparo. Era apenas o cuidado do prof. Guimarães para enterrar placentas, porque eles não tinham incinerador e assim era um cuidado de higiene. Foi em meados dos anos 50.. Foi lá, a polícia, e caíram do cavalo porque não tinha ninguém enterrado lá.

As reuniões da Comissão Justiça e Paz eram sempre na casa de Dom Paulo e, às vezes, na cúria, às vezes na casa dele, mas sempre com Dom Paulo. E era curioso, porque a

³⁷ Médica da turma de 52, Lucila tornou-se a irmã Ana de Lourdes, que atendeu ao apelo de Cunha Bueno para participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19.03.64, o dia em que a direita foi às ruas – Sérgio Dávila na p.A 12 da Folha de São Paulo de 19.03.04

gente saia da reunião e sabia que ia ser seguido. Eu saia sozinho com o meu carrinho, só que eu percebia o carro me perseguindo o tempo todo. Eles tinham que vigiar para saber onde é que eu ia, fazer os relatórios.

Do grupo inicial, eu só conhecia o Comparato. O Hélio, eu conhecia de nome porque ele já era um brigador, mas nunca tinha tido contato pessoal. A relação com estas pessoas ficou muito amiga porque tínhamos consciência de que estávamos numa briga comum, de que nós todos estávamos correndo risco. Nós todos tínhamos muita convicção, senão não estaríamos lá. A nossa idéia era de que o Cristianismo ou era militante ou não era Cristianismo. Ou você faz alguma coisa ou, então, o que é que há ?

Isto nos dava uma afetividade. Era uma fraternidade que está aí até hoje. Porque havia um vínculo muito profundo, é o vínculo de sentimento, o vínculo da crença, mas também no sentido de que a nossa crença tem que ser vivida. Todos tinham essa convicção”³⁸.

.....

José Carlos Dias rememora:

“Eu era advogado criminal, sempre fui, desde quando comecei na advocacia. Comecei também a defender presos políticos, isso em 1968, 1969, embora eu tivesse me formado em 1963. Atuei bastante na Justiça Militar, éramos poucos os advogados que trabalhavam na polícia militar. Um determinado dia, eu recebo um pedido para eu ir a uma reunião com Dom Paulo. Quem foi no escritório conversar comigo foi o Luís Antonio Alves de Sousa que, na ocasião, era presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e ia ser o representante estudantil da Comissão. Ele foi escalado para ir ao meu escritório e fazer o convite para eu ir à casa de Dom Paulo. E fui á casa de Dom Paulo, para a reunião, na rua Mococa, no Sumaré.³⁹

“Eu me lembro de algumas pessoas que estavam lá. Margarida Genevois, Íris Ariê; tenho a impressão de que o Dalmo também estava, o Fábio Comparato, não me lembro exatamente quais os outros. Dom Paulo achava que a Comissão tinha um papel importante e, por isso, ele queria que a coisa começasse a funcionar. (...) Dom Paulo mantinha a posição de que éramos uma Comissão Pontifícia, para dar um respaldo maior.

“A Comissão foi recebida por nós, advogados, com grande entusiasmo, porque passávamos, assim, a ter um organismo – a Igreja já fazia isto, mas não de uma forma tão estruturada – porque era Dom Paulo e algumas pessoas para ajudar. A Comissão passou a ser o porão, a catacumba para onde as pessoas iam para registrar suas queixas, as suas expectativas familiares, ou, então, para relatar as violência praticadas no DOI-CODI, no Dops principalmente e em outros locais. Para nós, foi muito importante porque não tínhamos isso.

³⁸ **Dalmo de Abreu Dallari, entrevista** em 03 de novembro de 2004.

³⁹ Dom Paulo morou no Sumaré no seguinte endereço: Rua Mococa 71 (travessa sem saída da Av.Dr.Arnaldo). Morou lá desde março de 1973 (o domingo em que retornou de Roma como Cardeal novo marcou a entrada dele na nova casa, com toda a família Arns reunida para um almoço festivo, inclusive Dona Helena, a mãe dele). De lá mudou para a residência Frei Galvão, na Luz, em março de 1987 (nessa mudança, saíram as Missionárias de Jesus Crucificado, que serviam o Arcebispo desde o Palácio, e entraram as Franciscanas da Ação Pastoral, que continuam a servi-lo até hoje). Apud **Maria Ângela Borsoi**.

“A Ordem dos Advogados funcionava de uma maneira mais institucionalizada, representa uma categoria extremamente burguesa e liberal e foi assumindo posições mais progressistas justamente quando os advogados começaram a ser atingidos e os advogados começaram a fazer denúncias de torturas. Mas o primeiro passo foi dado, em São Paulo, pela Igreja, por Dom Paulo, indiscutivelmente

“Então nós tínhamos reuniões, avaliações e participávamos também da Comissão nacional que tinha uma política um pouco diferente, uma política um pouco mais conservadora, Dom Paulo ousava mais, lógico. Dom Eugênio era extremamente conservador naquela época e o Cândido Mendes administrava com habilidade esse conservadorismo de Dom Eugênio. Mas, indiscutivelmente, a grande Comissão foi a paulista, com repercussão internacional. Eu sou testemunha disto, tive várias reuniões no exterior, na Europa, e a Comissão era sempre conhecidíssima.(...)”

“Nós fomos a Perrigot, no interior da França, Regina e eu, e vimos lá o sino da igreja tocando as seis horas da tarde, um riozinho correndo debaixo de uma gruta, tem uma gruta, a gruta forma a igreja e nós chegamos e havia poucas pessoas. Eram tão poucas as pessoas que o padre fez assim, em volta da mesa, em volta do altar, e perguntou de onde éramos porque ele queria interceder por nosso país. Quando eu disse que éramos de São Paulo, Brasil, , o padre exclamou: ‘Ah ! São Paulo do grande cardeal Arns, que está numa luta maravilhosa. Vamos então pedir que Deus proteja o vosso cardeal’. Você ouve uma coisa dessas, um negócio maravilhoso, numa cidadezinha pequena da França, você se dá conta da importância que ele tinha em todo o clero progressista”.⁴⁰

.....

Luiz Antonio Alves de Souza, lembra-se que “o convite de Dom Paulo, para que eu integrasse a Comissão, chegou até mim através do Professor Comparato, em outubro ou novembro de 72. Eu tinha acabado de ser eleito presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, não era ainda presidente empossado. Ele estava formando a Comissão que tinha um caráter representativo de diversos setores da sociedade. Eu era o representante dos alunos. Formei-me em 74, fui presidente do XI em 1973. Provavelmente, eles queriam um representante de um centro acadêmico que, além da representatividade natural, não fosse tão vulnerável quanto alguns centros que tinham apanhado muito da ditadura. Talvez fosse esse o intuito. Tradição, representatividade não vulnerabilidade. Claro que, naquela época, ninguém tinha garantia de nada, mas havia alguns centros acadêmicos que eram mais visados, o pessoal de Letras, da História e da Sociologia normalmente era mais visado e, talvez, por isto, e também pelo fato de que eu tinha sido um candidato independente, não era ligado a nenhum dos partidos políticos clandestinos ou oficiais que existiam. Tinha o perfil que, acredito, Dom Paulo considerou adequado”.⁴¹

.....

⁴⁰ **José Carlos Dias em entrevista** em 14 de fevereiro de 2005.

⁴¹ **Luiz Antonio Alves de Souza, entrevista** em 15 de junho de 2005.

Waldemar Rossi, nas palavras dele mesmo, teve uma infância dura mas feliz. Uma família estável, mãe bastante religiosa e o pai religioso como qualquer um. Mas era uma família que se entendia. Com dez anos, Rossi começou a trabalhar como bóia-fria, uma vez que o pai já estava doente.

“Meus pais me deram uma segurança muito grande, todos os dois. Meu pai sofria de reumatismo infeccioso e não havia recursos no interior, sobretudo numa cidade com vinte mil habitantes. Era difícil, ele sofria para o diabo, havia dois avós morando conosco, os dois com mais de setenta anos, era difícilimo e a gente fazia de tudo. Com tudo isso, ele era muito firme, nunca desanimou.

“Depois, quando completou quarenta anos, minha mãe estava com trinta e seis e eu com dezessete. Completou no dia 15 e morreu no dia 16, uma pneumonia dupla. Foi duro. Dois meses e meio antes, tinha morrido a minha avó materna, que morava conosco. Dois meses depois, morre o meu avô e vinte dias depois, o meu pai. No interior, os velórios se faziam em casa. Em três meses, saíram três enterros de casa.

“Nós ficamos, éramos oito irmãos, o mais velho com dezenove e o mais novo com onze. Imagine a situação. Minha mãe, analfabeta. Trabalhadora mas analfabeta. Lavadeira de roupa. Ela se manteve firme, sofreu mas manteve-se firme. Tudo isto formou o caráter da gente, marcou a vida. Então eu resisti bem, sem maior problema, nunca me apavorei realmente, nem na hora da tortura.

“Uma coisa é sentir o que você está sentindo e ter a sensação de morte, de desespero; outra coisa é perder o equilíbrio emocional. Caso interessante foi do Ivo Carneiro Valença. Consta do livro Tortura Nunca Mais. Este senhor foi preso pelo DOI-CODI e dez dias depois levado para o Dops. Ele estava com os dois pulsos e as duas canelas em carne viva. Me aproximei dele, começamos a conversar, vi que ele estava com dificuldade para caminhar. Tinha recebido um medicamento do meu cunhado e me propus a fazer massagens na perna dele e começamos a conversar. Ele contou que ficara quatro dias amarrado, em pé, em xis, as mãos e os pés abertos.

“Imagina, ele tinha quase a minha altura, entrou no DOI-CODI pesando 110 quilos; no dia em que entrou no DOPS pesava 90. Perdeu vinte quilos em dez dias. Davam uma porçãozinha de arroz por dia e três copos d’água. E queriam que ele desse outros nomes dos dirigentes do PC, porque ele era membro do peceção de Pernambuco. Ele disse: ‘Olha, sou do PC, ser comunista não é crime. Se vocês quiserem me matar, matem, mas eu não vou dar nome de companheiros’. Depois de quatro dias, foram buscar filha dele, de vinte e três anos, deixaram-na nua e a torturaram na frente dele. Eu tive que pedir perdão à minha filha, perdão, porque eu não podia delatar meus irmãos’.

“Aí nós fomos conversando, trocando idéias, e eu fui fazendo a comparação de pessoas que têm uma preparação política, ideológica, psíquica, fortes, capazes de resistir a todo um sistema, a toda repressão, com aqueles que, de fato, não estão preparados. Embora, intelectualmente, sejam revolucionários. Vi experiências incríveis, para mim foi uma tremenda escola de vida aqueles quatro meses de prisão. Uma situação limite.

“Vi um outro cara, preso comum, assaltante de banco, que não tinha nada a ver com política. Estava em uma das celas lá e saiu uma conversa sobre um tal de microfilme. Esse cara bolou um treco para dizer aos policiais que aquele fulano, que falou do microfilme, sabia onde estava o tal microfilme. Foram buscar o cara e levaram para a tortura e o homem disse: ‘o que eu tinha que falar já falei, esta história é mentira dele’. Apertam. ‘Você quer saber de uma coisa ? Pendura os dois num pau-de-arara, quem não tiver a verdade, vai falar’.

“Falar isto para torturador, meu, precisa muita convicção, muita firmeza. Tanto que mandaram ele de volta para a cela e deram um pau no outro, porque inventou uma história. Essas diferenças eu pude sentir lá dentro. Sempre quando alguém pergunta se corre risco, risco sempre corre, mas tem que estar preparado para tudo. Ainda assim, eu diria que a coisa que mais mexeu comigo nem foi isso. Foi a circunstância da morte do meu pai. Essa foi dura”.⁴²

Aos 22 anos, em Sertãozinho, Waldemar Rossi foi a uma palestra sobre o Cristão no Mundo Moderno, promovida pela Congregação Mariana e proferida pelo promotor público da cidade, com 25 anos, Plínio de Arruda Sampaio.

“A minha espiritualidade era eu e Deus. E o meu irmão onde é que estava ? Isso mudou radicalmente a minha vida. Depois, recebi um convite dele (Plínio) para participar de um grupinho da Ação Católica onde eu era o único operário, eu era pedreiro lá em Sertãozinho. Ele me levou para conhecer o bispo que apoiava o movimento da Ação Católica, dom Luís do Amaral Mozinho.(...)

“Não foi fácil. A minha cidade é uma cidade de muitas usinas de açúcar e tínhamos conflitos muito sérios e, então, dava cada esquentada. Tínhamos um vigário lá, desses vitalícios, muito amigo dos grandes usineiros. Um dia, tive um enfrentamento com ele, uma conversa de mais de hora, dizendo que eu era cristão, não por conta dele, mas porque eu acreditava no Evangelho, não nele. E mostrei tudo o que ele fazia e quantos deixavam a Igreja. Ele passou a me respeitar.(...)

“Eu tinha vinte e sete anos quando recebi um convite para deixar Sertãozinho, vir para São Paulo, coordenar a JOC-Juventude Operária Católica na região sul, que incluía São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande. Era romper com a minha história, eu nasci e me criei lá. Saí de uma cidade de vinte mil habitantes e vir para este mundaréu aqui. Foi difícil, eu estava rompendo com tudo. Solteiro, tinha desmanchado um noivado, tinha perdido minha mãe há menos de um ano. Tudo muito intensamente. Isso explica porque eu sou muito radical. Graças a Deus, eu sou radical, sectário mas radical, porque eu não abro mão das minhas raízes, não abro mão mesmo.(...)

Em 1964, Waldemar casou-se com a Célia, também da JOC e desenvolveram uma experiência com as comunidades e com o movimento sindical. Depois de algum tempo, surgiu um primeiro grupo de trabalhadores cristãos que começou a refletir sobre a situação da classe dos operários e os desafios evangélicos

“Em 1970, dom Agnelo Rossi chamou, através de dom Luís Maria Satori, trabalhadores e operários cristãos para criar uma Pastoral Operária e convocou uma primeira reunião da qual, propositadamente, não participei. O pessoal já comprou o conflito e na segunda reunião ficaram três grupos. Daí foi pra frente. Naquele ano, nos propusemos e cobramos do cardeal, celebrar a missa pelo salário, porque o mês de outubro era o mês que reunia sete categorias profissionais que iam para a luta salarial. No dia 18 de outubro de 1970, ele celebra, na Sé, a missa pelo salário justo. Dom Agnelo Rossi, que tinha uma visão diferente da coisa, oficializa a Pastoral Operária com esta missa. Na semana seguinte ele é mandado para o Vaticano e Dom Paulo é nomeado. Eu conhecia Dom Paulo porque ele era bispo auxiliar da zona norte, de Santana. Tínhamos pouco contato mas nos conhecíamos.

⁴² **Waldemar Rossi em entrevista**, em 14 de abril de 2005

“No fim de 1971, um companheiro nosso, militante da AP, Luís Hirata⁴³, foi preso pelo DOI-CODI e dias depois, internado como indigente, com um pedido de transplante renal. Uma enfermeira o reconheceu, deu atendimento a ele, que morreu em seguida.⁴⁴ O pessoal da AP logo informou a Dom Paulo como foi a morte dele e aí ficou um problema. Tinha que denunciar a morte dele, mas como fazer ?

“Dom Paulo chamou a Pastoral Operária para uma reunião lá no Palácio Pio XII e nessa reunião ele conversou exatamente sobre o caso do Luís Hirata e de como fazer para denunciar não colocando em risco a vida da moça que era a denunciante. Discutindo isto, ele nos questionou a respeito de uma das propostas de luta, a de, para combater os militares, ir até a luta armada e ele nos questionou sobre isto. Estabeleceu-se um diálogo muito rico. E perguntou a mim: ‘E você, mata ?’. Perguntei-lhe se podia fazer algumas indagações. ‘Lógico, faça’. Então, fiz duas perguntas para ele. Primeira, o trabalhador tem o direito de se organizar para defender os seus direitos ? Direito não, tem o dever. Pois é, então estamos fazendo isto. Mas chega o momento em que estamos ganhando força, vem a repressão e nos ataca. Como é que faz. Mas aí é legítima defesa. Essa foi a primeira parte do diálogo.

“A segunda, como é que nos colocávamos dentro da proposta de luta armada, eu não lembro perfeitamente a resposta porque disse a ele o seguinte: Dom Paulo, nós queremos construir uma sociedade mais justa. Mas nós sabemos, pela história, que não existe nenhum caso de luta com violência que a iniciativa tenha partido do povo. Quando houve, houve como reação do povo a uma violência maior que existia, não como iniciativa do povo. Por isso, nós não sabemos como vai se dar no Brasil. Gostaríamos que houvesse uma mudança pelos meios legais, normais. Mas se um dia chegar o momento da correlação de forças, de haver uma mudança, como é que a burguesia vai reagir depende dela.

“Bom. Isso foi a conversa. Ele deu todo o apoio à nossa luta e, um mês depois, tivemos uma assembléia da Pastoral Operária e ele foi.(...) Eu defendi uma proposta dizendo que, independentemente da nossa vontade, existe uma exploração de classe e, existindo exploração, é lógico que o explorado reage. Isso é luta de classe. Bem, se existe exploração e existe luta para acabar com a exploração, isso é uma resposta evangélica, porque isso é busca de Justiça. Pois entendemos o seguinte: o trabalhador deve se conscientizar a partir de sua situação de trabalhador e não da benevolência do patrão, pois o patrão, enquanto for patrão, vai estar explorando. Temos que fazer o enfrentamento e o trabalhador tem que ser o agente de sua libertação. Bem, ele deu, explicitamente, apoio a essa linha pastoral e, alguns dias depois, me convidou para participar da Comissão Justiça e Paz.(...)

“A primeira reunião a que eu fui, foi na Cúria. Estava o Mário Simas, aquele que era coordenador do Cebrap e já faleceu, o Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Estava o Dalmo Dallari, o Fábio Comparato, o José Carlos Dias, a Margarida Genevois e a Íris Ariê. O Luís Antonio e eu entramos quase juntos, mas acho que ele entrou antes de mim, já estava sim.

“Quando tinha reunião, eu não perdia uma por várias razões. Primeiro, porque era a oportunidade de falar, de ouvir o que estava ocorrendo, receber as informações e levar, também, os nossos problemas, de gente nossa presa, essas coisas. A convivência ali era

⁴³ 1944-1971. Vide MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo/BoitempoEditorial, 1999, p. 490.

⁴⁴ Evanize, p.119

extraordinária porque eu só tinha a aprender. Imagina, com essa turma toda, eu era o único operário lá com um nível de instrução de primeiro grau.(...)Acho que Dom Paulo me levou exatamente por isso. Porque eu tinha uma experiência de enfrentamento com o sistema enquanto classe”.⁴⁵

.....

“Eu conhecia o Fábio Comparato dos Dominicanos, depois a Monique é francesa, eu não me lembro, mas acho que foi através dos Dominicanos. Naquela época tinha o Carbonel, mas eu não era ligada ao Carbonel, mas tinha outros padres franceses. Então a gente se conhecia, se encontrava naqueles grupos e um belo dia ele me telefona: “Olha, o cardeal pediu para falar com você, lhe convidar para integrar a Comissão, eu mal conhecia o cardeal, só de nome, não tinha idéia, eu disse” Fábio, tudo bem, mas o que é isso ?

“E ele disse, é complicado explicar, é negócio de Igreja, para a gente refletir sobre o que está acontecendo, mas você vai lá e fica sabendo. Então eu cai de pára-quedas, assim aflitíssima, preocupada, porque o que vai ter lá, e sabendo que tinha umas pessoas importantes. Já estava o Dalmo, Zé Carlos já estava, o Bicudo, o Mário Simas. A Íris entrou bem depois, fui eu que a convidei. O Waldemar acho que já estava quando eu entrei. Porque pelo estatuto, você sabe, tinha que ter uma mulher, um operário e um estudante, além dos outros. E quando eu entrei, me disse o Fábio, que o D. Paulo estava com dificuldade de ter uma mulher lá. Parece que ele tinha feitos alguns convites, e que o pessoal tinha ficado meio apavorado com que ouvia e tal e arrepiou carreira.

É assim que Margarida Genevois conta sua entrada na Comissão.

“A primeira vez que eu fui, que eu conheci pessoalmente D. Paulo, foi na casa dele. Numa reunião no sobradinho do Sumaré. Algumas reuniões eram lá e eram até na cozinha porque a frente era muito próxima. A casa era pequena. Tinha um pequeno jardim, mas era próximo do murinho que era baixinho, então o pessoal achava muito vulnerável. Era melhor, então, ficar na cozinha. Depois passou para sala quando eram mais numerosos. E aqueles móveis que até hoje eu acho que ele tem. Não digo que fossem muitas, mas teve. E depois em 1973, eu me lembro como se fosse hoje, ainda estávamos lá na casa dele E eu me lembro porque eu ficava super inibida com aqueles cobríssimos todos, né.....ah, eu modesta.

“Depois havia na cúria, o grupo ficou maior, aí as reuniões eram na sala de D. Paulo. Eu estava fazendo Sociologia e Política, estava acabando, mas sempre fui muito tímida, inibida, então aquelas pessoas...Lembro-me de todos se revoltando com o negócio do Allende, não é ? Fazer, acontecer, não sei quem foi, se o Bicudo, Dalmo ou Fábio, a gente precisava fazer..... Deve ter sido o Fábio, uma declaração contra isso, que é um absurdo, e aí, eu, timidamente, disse: ‘Eu também faço questão de assinar’. D. Paulo segurando o cachimbo, olhando para mim, disse: ‘Primeira vez que vem uma mulher aqui, com coragem de assinar alguma coisa’.

“Sabe, me deu um pânico, digo, disse uma besteira, não era para assinar, eu me lembro até hoje, sabe que eu achei que havia cometido alguma gafe, e não era para querer assinar coisas. Eu estava muito insegura com o pessoal todo. Mas depois a gente se integrou, ficou muito, finalmente um grupo extraordinário, coeso e amigo.

⁴⁵ **Waldemar Rossi. entrevista** , em 14 de abril de 2005

“Pouco depois já começaram as pessoas a virem a procurar D. Paulo. Vinham em quantidades enormes. Não estava dando conta, então ele pediu alguém do grupo para ajudá-lo a receber. E como eu era a mais liberada, então fui. As primeiras vezes eu ficava na sala de D. Paulo, sabe aquela sala grande de dentro, porque ele só ia, não sei se era na quarta ou quinta-feira, e eu ia nos outros dias. Quer dizer comecei indo uma vez, depois fui várias, enfim, depois todos os dias de manhã e à tarde. Mas, no começo, era na sala dele.

“As pessoas vinham pedindo auxílio, seja porque parente estava preso e eles queriam orientação e advogados. Eles vinham e a gente encaminhava para José Carlos, Mário Simas, que eram especialistas. Eram poucos os advogados que aceitavam presos políticos. Isso ninguém se lembra, a maioria dos advogados não queriam ter clientes presos políticos. Prejudicava a carreira, então era meia dúzia, os que estavam na Comissão, mais Idibal e o Greenhalgh, quem mais que tinha lá, eram muito poucos, mas mandávamos sobretudo para Mário Simas, José Carlos. O Bicudo era outro tipo de trabalho, mas o Zé Carlos tinha mais de setenta clientes assim, nesse campo. Então, a gente recebia, dava uma orientação de como podia fazer alguma coisa e tomava nota dos desaparecidos, entrava em contato, depois a coisa fluindo, quando o problema estava muito sério, a gente dava um jeito de mandar embora do país. Para isso a gente conseguia verba, especialmente da Europa, acho que só da Europa, dos Estados Unidos não existia, nem pensar”⁴⁶.

.....

Candido Procópio Ferreira de Camargo era formado em Direito pela USP (1945) e em Filosofia pela PUC (1949). Foi diretor da divisão de treinamento da Tecelagem Parahyba AS, em São José dos Campos, entre outras funções, e assistente técnico da divisão de orientação social do SESI, departamento regional de São Paulo.

Em 1969, tornou-se diretor do CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Foi professor da Escola de Sociologia e Política, onde Margarida Genevois o conheceu, professor de sociologia da PUC de São Paulo e na Faculdade de Rio Claro, onde também ensinou Fundamentos Filosóficos das Ciências Sociais. Em 1971, era também diretor do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional, anexo ao Departamento de Estatística Aplicada da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP.

Foi o examinador de bancas de livre docência de intelectuais de renome, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Paula Beiguelman, Oswaldo Xedieh, Paul Israel Singer e outros.

Religião e demografia parecem ter sido suas principais preocupações, como se depreende de sua participação em congressos (em Kiev, México, Chile e Salvador, Bahia) e em artigos publicados e livros. Entre eles, Kardecismo e Umbanda (SP: Pioneira, 1961), Aspectos Sociológicos do Espiritismo em São Paulo (Friburgo, Suíça, 1961), Estudo de Fertilidade (SP: CEBRAP, 1970), Igreja e Desenvolvimento (SP: CEBRAP, 1971).⁴⁷

.....

Dalmo Dallari, recordando seus tempos de aluno da faculdade, conta:

⁴⁶ Margarida Genevois, entrevista, em 13 de novembro de 2004.

⁴⁷ Dados extraídos do currículo constante dos arquivos do Cardeal Arns.

“Houve um dia, isso foi mais ou menos em 1955 ou 1956, em que um deputado federal, famoso na época, vinha da baixada Fluminense e gostava de ser fotografado com uma capa preta e a metralhadora, o Tenório Cavalcanti, por alguma razão que não sei qual era, resolveu sair pelo Brasil fazendo discurso sobre Rui Barbosa, que não tinha nada a ver com o perfil de Tenório, que era um pistoleiro. Mas talvez para criar uma imagem de intelectual. E aí, um dia se anunciou que ele iria fazer uma palestra sobre Rui Barbosa na Faculdade de Direito, no largo do São Francisco.

“Tenório era um político militante, tinha um partido. Naturalmente, o pessoal do partido dele estava promovendo isso, então anunciou que às sete da noite, o Tenório iria lá para fazer a palestra. Os estudantes ficaram revoltados achando que era uma ofensa, uma ofensa com a própria escola, com sua tradição de luta pela liberdade, pelo direito, porque era uma palestra de um pistoleiro que andava com uma metralhadora na mão, e os estudantes se mobilizaram e decidiram que não iam permitir a palestra.

“Eu fazia parte desse grupo de linha de frente de resistência e, quando o Tenório deveria chegar na Faculdade, nós nos colocamos na porta da Faculdade para impedir a entrada. E o Tenório viajava com um grupo de capangas, de auxiliares, o que incluía alguns guarda-costas e jornalistas. E estávamos na porta da Faculdade esperando a chegada dele, para impedir a entrada, quando tivemos a notícia de que tinha entrado pela porta do fundo.

“E aí fomos lá, ele estava na sala dos estudantes, já abarrotada, porque havia muito curiosidade, polêmica e estava sendo feita uma apresentação inicial para que depois ele falasse, e nós entramos fazendo barulho: ‘Ele não vai falar, ele não vai falar’, e aí alguém pegou o microfone e aos berros: ‘o deputado tem que ser respeitado e não sei o quê’. E houve um certo silêncio da platéia.

“Quando Tenório pegou o microfone, um estudante com um vozeirão, lá do meio, gritou: ‘Senhor Tenório Cavalcanti, vossa Excelência é o representante máximo do gangaceirismo político no Brasil, e não vai falar nessa escola’. Era o Zé Gregório, e a esta altura os guarda-costas foram pra cima do Gregório, e os estudantes foram defendê-lo e foi um tumulto, uma empurra-empurra, mas eles sentiram que não dava para segurar, porque a estudantada toda estava do lado de Gregório. E o Tenório Cavalcanti, com a metralhadora e tudo, saiu correndo e correndo saiu pela porta da frente da faculdade e desceu o largo, a rua de São Francisco, com um grupo de estudantes atrás, gritando: ‘pega, pega’, e o deputado foi embora. Na verdade quem acabou com a conferência foi o Zé Gregório.”⁴⁸

.....

“Um dia, almoçando no Edifício Itália, naquele restaurante italiano que tem lá, o Zé Carlos Dias disse que estava tendo contato com Dom Paulo. Dom Paulo estava tendo uma sobrecarga de trabalho a respeito de Direitos humanos, e era, digamos, tipo político, por razões políticas, mas a coisa vinha se alargando, as pessoas conhecendo esta disposição de se trabalhar com direitos humanos lá na Cúria. E achava uma coisa muito válida, e eu estava numa fase exatamente à procura de fazer”⁴⁹.

Nessa época, José Gregori advogava e dava aulas de Direito Civil na PUC, com o professor Ozório, cunhado do Plínio de Arruda Sampaio, e agora um desembargador

⁴⁸ **Dalmo de Abreu Dallari**, entrevista em 03 de novembro de 2004

⁴⁹ **José Gregori**, entrevista, em 23 de março de 2004.

aposentado. Posteriormente, lecionou Introdução à Ciência do Direito, na cadeira do Franco Montoro.

“O fato é que eu tinha tido um trabalho muito ativo logo depois da Revolução. Eu me liguei a grupos cariocas ligados ao único jornal que, de fato, fazia oposição sistemática ao Governo, que era o Correio da Manhã e que acabou fechando. Eu tinha ficado na ponte Rio - São Paulo, quando trabalhei com o Santiago Dantas. A Revolução me pegou... logo que eu trabalhei com o Santiago Dantas... o Santiago Dantas, estudar a Petrobrás... houve uma crise entre o governo e os militares, já no finzinho do governo Goulart, mais uma crise entre dezenas de crises do governo Goulart, e ele, para acalmar a crise, nomeou uma comissão de alto nível e um dos membros dessa comissão era o Fernando Gasparian: "não tem advogado que entende de lei", então eu vou por o seu nome para a comissão. Comissão da Petrobrás, do governo para estudar a Petrobrás. Então, eu fui para o Rio, mais uma vez fiquei nessa ponte Rio - São Paulo. Quando veio a Revolução, eu afetivamente e politicamente ainda me achava ligado ao Santiago, já não era mais [...] e profissionalmente eu trabalhava nessa comissão de alto nível. Tanto assim, que sou dos pouquíssimos que estive no Palácio das Laranjeiras do 31 de março para o 1º de abril, porque eu fui acompanhando o Santiago que foi chamado pelo Jango. É, o fato de ter essa vivência anterior ao 64 fez com que eu vivesse todos aqueles episódios da queda do Jango, mais ou menos, mais hiper-dramática para o nosso grupo e, sobretudo, para a nossa geração. Eu tinha começado na política muito cedo, a gente começou na política bem antes dos 30 anos, se você pegar Plínio da Arruda Sampaio, Almino Afonso... Eu sou de 1930. Então é uma geração que começa antes dos 30, precocemente, e para a qual 64 foi uma espécie de guilhotina, do ponto de vista da carreira, do ponto de vista de caminhada profissional. Então, essa fase, que se seguiu a 64, eu fiquei com uma atividade residual, de vez em quando tinha um manifesto... Essa fase pós 64 foi carioca, as coisas começaram a acontecer em São Paulo após 68, aí quase tudo que acontece é em São Paulo. Não é à toa que há dez anos quem governa o Brasil é São Paulo, seja com o grupo do Fernando Henrique, seja com o grupo do Lula.

“Eu encontrei com o Zé Carlos. Por que eu encontrei com o Zé Carlos? Porque nós tivemos uma fase desconstruída, porque estavam surgindo as primeiras notícias de tortura. No começo achávamos que era exagero, uma coisa fora de propósito, pelo que agente tinha vivido no Brasil do ponto de vista de participação política, do ponto de vista de participação em si. No começo, "isso deve ser exagero", mas as coisas foram se avolumando, os indícios foram se avolumando. Então, começamos a nos reunir na minha casa anterior, na Vila Nova Conceição. Éramos eu, o Zé Carlos, o Celso Lafer, a ex-mulher do Celso Lafer, a Betty Mindlin, antropóloga. O jornalista Realy, que hoje, não, desde há muito tempo está na França. Jornalista do Estadão, do Jornal da Tarde, da Panamericana; o Comparato, e o que agente fazia? A gente se reunia para dizer: ‘eu recebi essa notícia’, aí o outro dizia: ‘eu recebi tal notícia’, cruzávamos informações e foi na época que o caso mais dramático foi de um médico judeu, Chael⁵⁰, que foi assassinado, acho que no Rio de Janeiro. Esse era uma evidência, não só de tortura, mas de tortura e morte.

“Bem, era uma coisa muito singela, muito pequena, de troca de informações, com, às vezes, a possibilidade de verificar se dava pra fazer alguma coisa. O Montoro às vezes me dava informações, quer dizer, alguns políticos da época, nos davam informações. Nós sabíamos também que tinha um Pastor que nos dava informações a esse respeito. Acho que

⁵⁰ Chael Charles Schreier (1946-1969). Vide **Dos filhos deste solo**, p.433

já era o Wright, não me lembro com certeza absoluta se era o Wright. Era com essa finalidade de trocar informações, a respeito de tortura. Bom, esse grupo durou pouco tempo, a coisa começou a pesar pra cima do Reali e ele resolveu sair de São Paulo, foi para a França, trabalhar como correspondente da... E praticamente o grupo se desarticulou.

“E, exatamente num almoço nesse local, falando com o Zé Carlos, eu disse: ‘olha, com essa *expertise* que eu tenho, de ajudar as pessoas, que é boa porque eu consegui ajudar... a minha posição de advogado, a minha posição social é boa para isso, porque eu estou na militância declarada, sabida, eu gostaria de continuar fazendo, aquele nosso grupo lá em casa se desfez’. Ele disse: ‘olha, eu tenho tido muito contato com Dom Paulo, tem uma Comissão que é uma coisa ligada ao Vaticano, pelo menos institucionalmente; conheci uma senhora do Rio de Janeiro’ - ele falou quase a metade do almoço sobre Dom Paulo, e a outra metade, sobre a dona Margarida – ‘que é irmã do Bulhões Pedreira, que é um advogado do Rio’ - que eu conhecia do tempo do Santiago Dantas, do primeiríssimo time dos advogados do Rio de Janeiro, e eu me interessei. Eu disse: ‘olha, em princípio, eu já vi este Bispo, uma ou outra vez, na televisão, achei um homem ponderado, com carisma, nunca estive com ele pessoalmente, mas...’. Ele disse: ‘bom, eu vou propor o seu nome, pelo menos sondar sobre a possibilidade’. E dias depois, ele disse ‘sondei, têm referências a seu respeito, você poderia se juntar ao grupo’. ‘Eu vou me juntar’, ele disse, ou “eu já me juntei”. Eu: ‘tá bom’, e fui à primeira reunião.

“Lembro bem da primeira reunião na Cúria - Dom Paulo ainda fumava cachimbo e fumava quase que seguidamente – e eu tive muito boa impressão dele: muito ponderado, falava pouco, queria nos ouvir, mais ou menos me fez uma pergunta: ‘quais são as suas atividades, ultimamente?’”. E eu reencontrei o Dallari que tinha sido muito meu camarada no tempo da faculdade de Direito, meu calouro. Eu tenho um ano mais de faculdade do que ele.

“Eu fui muito ativo na minha vida universitária, fui orador do centro acadêmico XI de Agosto. Fiz a UEE, fiz a UNE, que naquele tempo era um celeiro, não só um celeiro de civismo como também o lugar em que você, paulista, tomava conhecimento do Brasil. Naquele tempo essa coisa de você ter idéia do Brasil, não era fácil, se viajava pouco. O avião ainda não era esse lotação que é hoje, a telefonia era rudimentar, não tinha Rede Globo, não tinha havido a grande migração nordestina. Então, pra ter idéia do Brasil, você tinha que ir pro Rio de Janeiro. Não era fácil, precisava ter uma passagem de trem.

“Então, o Dallari foi muito meu camarada nas lutas acadêmicas, porque ele dirigia um jornal na faculdade. Ele era muito ligado a um presidente do XI de Agosto que, naquele tempo, tinha muita expressão. São Paulo pequeno, o Centro Acadêmico XI de Agosto era uma coisa conhecida por todos, e o Dallari foi muito ligado a esse presidente, chamado Vitor Augusto Fazzano; eu também era amigo, era colaborador do Centro, de modo que a gente tinha muita convivência. Depois, fomos pra cá, e pra lá, eu perdi um pouco o contato com o Dallari e retomei na Comissão.

“Uma vez por semana a gente se reunia lá na Cúria, naquele salão de trás. Já se tinha aquela salinha com funcionamento diurno da Comissão. As reuniões, noventa por cento delas eram à noite. A Íris e a Margarida providenciavam sempre um lanchinho, e a gente ia conversando e comendo bons sanduíches que as duas arrumavam. Bom, depois chegou o Mário Simas e com esse formato a Comissão ficou vários anos.

“No começo, a nossa relação com o Dom Paulo era muito institucional, ele não vinha a todas as reuniões. A cada três ou quatro reuniões, ele vinha e o Bicudo, esqueci do Bicudo, o Dallari e o Bicudo, o Bicudo era da Comissão. E, quer dizer, nós recebíamos às

vezes, pedidos do Dom Paulo: ‘pensem tal coisa’, ‘olha, Dom Paulo está querendo encontrar com fulano’, ou ‘saiu uma notícia, Dom Paulo gostaria. que analisasse essa notícia’; mas contato pessoal não era tão freqüente.

“Depois que a Comissão foi se tornando mais protagonista, esse relacionamento se estreitou a ponto de Dom Paulo comparecer a uma reunião fora da Cúria, o que era muito raro. Dom Paulo sempre estabeleceu isto de não ir à casa de ninguém, não ir a aniversário de ninguém, como ele não estabeleceu exceção, ninguém se sentia rejeitado, sábia decisão dele. E ele foi pessoalmente numa reunião que a Comissão fez na casa do Fábio Comparato.

“Eu sei dizer que à medida em que a ditadura se demorou, se tornou mais combatida, nós fomos ampliando a nossa atividade. Eu me lembro, na primeira vez que eu fui naquela Comissão de troca de informações, uma vez encontramos com o Fábio num Banco em que ele era advogado, e me lembro de uma frase dele que, de certa maneira, balizou um pouco o trabalho da Comissão: ‘nós não podemos ter com o terrorismo, com a guerrilha, nem mesmo um contato piedoso’. E, então, a autoridade da Comissão veio muito por conta de que nós não tínhamos um tipo de protagonismo político, mas, no entanto, as vítimas eram guerrilheiros, eram chamados de terroristas, estavam na clandestinidade, na luta armada”.⁵¹

.....

Margarida lembra: “Zuma Duarte entrou em 1978, indicada pela Íris. Era da Ação Católica e morreu de câncer, não ficou muito tempo na Comissão, foi muito dedicada. Depois da Íris, entraram Marcos Pacheco de Toledo Ferraz, Flávio Di Giorgi, Teresa Brandão, que ficou alguns anos. O Marcos chegou a ser tesoureiro.”⁵²

Iris Arié, formada em filosofia pelo Instituto Sedes Sapientiae, era casada com o Dr. Georges Arié. Foi uma das fundadoras, depois secretária e mais tarde presidente do Amparo Maternal. Foi membro da Diretoria da Associação Paulista de Amparo à Mulher. Quando entrou na Comissão, em 1972, presidia o Movimento de Renovação Cristã, derivado da Ação Católica, onde militava desde os anos 50.⁵³

Zuma de Carvalho Duarte era formada em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo. Casando-se, em 1947, com o médico José Coimbra Duarte, teve oito filhos.

Com grande atuação na Igreja de São Paulo, participou da Comissão Mista encarregada de refletir sobre os ministérios da mulher na Igreja, sob a direção de Ana Flora Anderson e de frei Gilberto Gorgulho OP. Integrava a Renovação Cristã e a Fraternidade Leiga de São Domingos. Segundo Ana Flora Anderson: “Zuma morreu de câncer há muito tempo. Ela recusou tratamento porque quis morrer em casa, em paz”.

Uma carta de Zuma Duarte, datada de 6 de junho de 1975, para Dom Paulo, dá uma dimensão de sua dedicação à Igreja de São Paulo. Depois de explicar-se por ter faltado a duas reuniões da Comissão, que, marcadas em cima da hora, coincidiram com compromissos que já tinha assumido, os dois também com a Igreja, relata algumas atividades:

⁵¹ **José Gregori, entrevista**, em 23 de março de 2004.

⁵² **Margarida Genevois, entrevista** em 13 de novembro de 2004

⁵³ Currículo de Íris Arié, em pasta do arquivo pessoal do Cardeal Arns.

“Desde julho de 1974, venho fazendo um trabalho de conscientização entre amigos, parentes, companheiras da Renovação Cristã, sensibilizando-os para os problemas dos encarcerados e de suas famílias. Consegui arranjar contribuintes mensais para poder enviar todas as semanas algum alimento extra, remédios, desinfetantes e artigos de higiene para alguns daqueles infelizes que não recebem visitas. Faço isto através da colaboração do Pe. Curran, com o qual estou em contato constantemente.

“Faço também o relatório dos atendimentos da Comissão na Cúria às 2^{as} feiras.

“Comecei a comparecer ao Plantão das 2^{as} feiras mas senti-me desnecessária ali pois invariavelmente já lá estavam Margarida ou Íris que sabiam resolver os casos muito melhor do que eu.(...)

“Sendo assim, bem vê o senhor que eu poderia continuar, não como membro da comissão, mas como assessora e daria assim meu lugar nas reuniões para outra pessoa mais qualificada para este setor deliberativo que é exercido nas reuniões. Pelo coração, jamais me desligaria mas é preciso reconhecer o lugar em que se pode trabalhar melhor pelo irmão. Não sendo da comissão eu poderia organizar, por exemplo, visitas às famílias dos presos para saber de suas reais necessidades ou, quem sabe, outro tipo de atividade em relação a outras áreas injustiçadas e por vezes esquecidas, pela urgência dos presos políticos. Sendo da Comissão, sinto que quase nada se pode fazer sem envolver todo o grupo.

“Coloco-me inteiramente em suas mãos, esperando uma decisão que, vinda do senhor, terá para mim o valor de uma ordem.”

.....

Nos primeiros anos, salvo erro, compunham a Comissão : Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, Hélio Bicudo, Luiz Antonio Alves de Sousa, José Carlos Dias, Margarida Bulhões Pedreira Genevois, Waldemar Rossi, Mário de Passos Simas, José Gregori, Thereza Brandão (grande amiga dos dominicanos e que depois passou a atuar no Clamor), Íris Andrade Ariê, Marcos Pacheco Ferraz, Zuma Duarte, Caetano Lagrasta Neto, Márcia Jaime, Paulo Sérgio Pinheiro e Cândido Procópio Ferreira de Camargo.

As reuniões eram na Cúria, na sala de Dom Paulo, ou no sobradinho do Sumaré, em que ele morava. Depois, com o aumento numérico dos integrantes da Comissão, passaram a ser no salão do fundo, na Cúria.

Face à afluência de público, Margarida Genevois dava plantões diários na sala de Dom Paulo, nos dias em que ele não ia à Cúria. Posteriormente, ele fez instalar a Comissão numa salinha no andar inferior, primeira porta à direita de quem entrava pelos fundos. Íris Ariê começou a partilhar os plantões com Margarida.

Com o aumento de serviços e necessidade de se organizar uma infra-estrutura, Margarida contratou Ivy Nogueira Nicco para secretariar a Comissão. Nos anos oitenta, uma segunda secretária, Ivanni Piccablotto foi contratada, além de offices-boys e estagiários e outros contratados para tarefas pontuais. Uma outra sala, maior e vizinha à redação do jornal O São Paulo, foi cedida à Comissão. Posteriormente, uma terceira, que acabou por abrigar a ACNUR.

No final dos anos 70, início dos 80, mais voluntários vieram compor a Comissão: os advogados Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Antonio Carlos Malheiros, Vicente Roig, o urbanista Cândido Malta Filho, o professor de jornalismo e poeta Flávio Di Giorgi, o

eminente jurista e professor Goffredo da Silva Telles (neto, pela parte materna, de Dona Olívia Guedes Penteado, amigas e mecenas dos modernistas), Maria Eugênia Raposo da Silva Telles, Maria Victória Mesquita Benevides (especialista em sociologia política), Vicente Roig, Alfredo Bosi, Ricardo Kotscho e os jovens Sylvia Whitaker, Theodomiro Dias Neto e Eduardo Pizarro Carnelós.

No final dos anos 80, início dos 90, adentraram à Comissão, Antonio Carlos Cesarino, Evelyn Naked (da Faculdade de Saúde Pública), Ligia Bove, Lilia do Amaral Azevedo (do Grupo Solidário São Domingos), Maria Nilde Mascellani (que faleceu logo a seguir), Milton Almeida dos Santos (considerado um dos maiores geógrafos do mundo), Paulo José Villela Lomar (militante cristão e advogado especializado em urbanismo), Maria Luiza Bierrenbach, Therezinha Fram, Guilherme Amorim Campos da Silva, além do jornalista Fábio Cypriano e do professor Antonio Carlos Ribeiro Fester, estes dois últimos, anteriormente, funcionários da Comissão.

Durante os anos 90, Maria Isabel Malheiros F. de Castilho, Ernandi Faria (cardiologista), Ewaldo de Almeida Pinto, Francisco Whitaker (também secretário geral da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e um dos organizadores do Fórum Social Mundial, ex-vereador e ex-assessor, durante muitos anos, do Cardeal Arns), Geraldo Magela Pessoa Tardelli, José Sérgio Fonseca de Carvalho (professor da Faculdade de Educação da USP), Marcelo Oliveira de Faria, a empresária Maria Cristina Nascimento, Paulo Afonso Ronca e Sérgio Haddad, educadores, além de Humberto Pereira da Silva, autor de uma das primeiras dissertações de mestrado sobre direitos humanos, em São Paulo, também ingressaram na Comissão.

Como se vê, além de um número significativo de advogados, especialmente nos anos de maior violência ditatorial, uma composição heterogênea e de nomes, na sua grande maioria, significativos e influentes na vida sócio-cultural-política do país ou da cidade.

Todos com uma participação voluntária, sem remuneração de espécie alguma. Muitos não freqüentando praticamente as reuniões mas sempre prontos a prestar serviços à Comissão ou pela Comissão, quando solicitados. Outros, poucos felizmente, apenas como membros decorativos ou para constar.

Com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo cumpriu-se a contento uma das intenções do Concílio Vaticano II, a de se conceder maior responsabilidade e participação aos leigos, do seio da Igreja para uma atuação efetiva e eficaz na sociedade.

III

A NOITE ESCURA

A fundação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo não afastou Dom Paulo Evaristo das lutas pelos direitos humanos, ao contrário. Ele, cada vez mais, mergulhava no mar de escolhos de desrespeito à dignidade humana para evitar os naufrágios e as mortes sem sentido.

Em mais uma das cartas da prisão, datada de 20 de outubro de 1972, frei Betto escreveu: “A morte é apenas a irrupção definitiva de Deus em nós”⁵⁴. Estavam na penitenciária de Presidente Wenceslau, para onde tinham sido transferidos, a 640 quilômetros de São Paulo, longe das famílias, do advogado.

Um mês depois, escreveu: “....chegaram D. Paulo Evaristo, D. José Gonçalves, D. Lucas Neves e frei Gilberto Gorgulho. Descemos os seis presos políticos, e os acompanhamos na visita que fizeram à penitenciária. Vieram até a nossa cela, que aliás não andava lá muito arrumada. Deu pra gente conversar com calma e falamos da experiência do trabalho pastoral junto aos presos comuns. A rádio da cidade apareceu para entrevistar o arcebispo. D. Paulo estava muito bem, comunicativo, despreocupado. O Gorgulho a gente não via há mais de dois anos. Passaram aqui três horas e prometeram que voltarão em dezembro. D. Paulo disse que gostou muito da visita de vocês.”⁵⁵

Em 7 de março de 1973, frei Betto refere-se à investidura de Dom Paulo como Cardeal, ocorrida no dia 5, quando recebeu o chapéu cardinalício das mãos do Papa Paulo VI : “Esperávamos a visita do Mestre Geral, mas ele telefonou do convento de Caracas, avisando que deveria regressar a Roma para participar da cerimônia de investidura dos novos cardeais. D. Paulo Evaristo Arns aproveitará para fazer um retiro em Assis. Temos que rezar muito por ele. Sua disposição evangélica tem provocado a inquietação e a ira dos setores que querem uma Igreja submissa aos poderes do mundo e não ao Espírito de Deus.”⁵⁶

Em 18 de março de 1973, Dom Paulo Evaristo Arns chega a São Paulo como Cardeal e foi recepcionado, na Praça da Sé, por quase dez mil pessoas.⁵⁷ Na véspera, sábado, 17 de março, um estudante da USP, vulgo Minhoca, era dado como preso.

“Ninguém vira o Minhoca desde a manhã do dia anterior, sexta-feira. A notícia trazidas às chopadas deflagrou uma enervada operação de contatos e perguntas. (...) O pessoal dos Barracos já estava por dentro: Letras, Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia, Geologia – a Geo – e a Medicina também. Faltava a FAU, a faculdade de Arquitetura, a faculdade de Economia...Um outro avisou o pessoal da Poli, a Escola Politécnica, de engenharia, que avisou a turma do Largo São Francisco, a escola dos advogados. Estes foram atrás de advogados, de deputados, de jornalistas – a imprensa era só para avisar porque estava sob censura prévia, nem tudo era publicado, principalmente se se tratava de estudante sumido”.(...)

⁵⁴ **Cartas da prisão**, p.127

⁵⁵ **Cartas da prisão**, p.135

⁵⁶ **Cartas da prisão**, p.169

⁵⁷ **Evanize**, p.129

“Os outros presos, que haviam ouvido o jovem gritar com intensidade no começo da tarde e depois foram ouvindo os gritos baixarem e irem se tornando mais débeis, eram os mesmos que o haviam visto sair de manhã caminhando normalmente para mais uma sessão de interrogatórios. Também o viram voltar, por volta do meio-dia, carregado pelos carcereiros, mas ainda assim com forças para gritar:

“Meu nome é Alexandre Vannucchi Leme. Sou estudante de Geologia. Me acusam de ser da ALN e...eu só disse o meu nome.

“Aquele Alexandre era o Minhoca, porque pequeno e franzino, 22 anos, tinha 1 metro e 62 centímetros de altura, 60 quilos, míope, dispensado de servir o exército ‘por insuficiência física temporária para o serviço militar’, conforme lançado em seu certificado de reservista, estudante de Geologia na USP, muito popular e querido entre os colegas. Sim: militante da ALN junto à universidade, a Ação Libertadora Nacional. Só dissera o nome, não abria nada.(...)”

“Um pouco antes das 7 horas da noite daquele sábado, dá-se a entrada do corpo do Minhoca no Instituto Médico Legal, na Rua Teodoro Sampaio, quase esquina com a Avenida Doutor Arnaldo, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Vestia camiseta preta, calça Lee, blusa de lã cinza, sapatos e meia pretos.”⁵⁸

Assembléias de estudantes, reuniões, indignação. Uns queriam que Dom Paulo rezasse uma missa. Alguém achou impossível: “Mas ele não se recusou a celebrar uma missa para o Otavinho, da Oban, aquele delegado morto pela guerrilha do Rio ? Como ele vai poder celebrar uma missa para alguém acusado de ser um terrorista ?”.⁵⁹

O medo era grande. Perseu Abramo fez questão de acompanhar a filha; Orôncio Vaz Arruda⁶⁰, meu vizinho e com ligações no governo, fez questão de me acompanhar para garantir-me a integridade física. No interior da Catedral, encontrei-me com Paulo Gaudêncio e muitos outros. A missa foi celebrada em 30 de março de 1973. A Comissão Justiça e Paz compareceu em peso.⁶¹ Foi a primeira grande manifestação pública contra a ditadura e num contexto bem mais opressivo do que a por Herzog, que, muitos, erroneamente, consideram como um momento maior de enfrentamento.⁶²

“Apesar da proibição imposta pela censura a qualquer anúncio da missa, das tentativas de bloquear o tráfego, da presença de tropas de choque nas imediações da Sé e na USP, 3 mil pessoas estiveram presentes ao serviço religioso. À entrada da catedral, cada uma recebia uma folha de missa, que também servia para cobrir o rosto das câmaras dos policiais. A polícia distribuiu uma versão falsificada do manifesto da liderança estudantil. Enquanto as sirenes de polícia soavam do lado de fora, dom Paulo, dom José e 24 padres conduziam as pessoas em orações e canções, inclusive ‘Caminhando’ (‘Pra não dizer que não falei de flores’), a canção de protesto do compositor exilado Geraldo Vandré, que fora proibida pela censura. Usando passagens bíblicas, dom Paulo admoestou as autoridades.(...)”

⁵⁸ COSTA, Caio Túlio. **Cale-se. A saga de Vannucchi Leme-A USP como aldeia gaulesa-O show proibido de Gilberto Gil**. SP: A Girafa Editora. 2003, p. 20-25

⁵⁹ **Cale-se**, p.86/7

⁶⁰ Orôncio Vaz de Arruda Filho (1921-1988) escreveu **Andanças** (SP: Nobel, 1987) e **Memorando** (Edição particular, 1973). Advogado, diretor cultural da Fundação Oscar Americano, casado com a pintora Rachel Correia – filha de Alexandre Correia - teve dois filhos e era amigo de Cândido Procópio Camargo e da família Severo Gomes, também ligada à Comissão

⁶¹ Vide **Da esperança**, p.357

⁶² SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução de Carlos Eduardo Lins e Silva e Maria Cecília de Sá Porto. SP: Companhia das Letras, p.382

“Depois da missa, as pessoas cantavam e deixavam calmamente a catedral, enquanto as forças de segurança se postavam numa área de cem quadras, prontas para reprimir qualquer tentativa de manifestação política.

“Nem todos os estudantes e clérigos apoiavam dom Paulo. Dom Vicente Marchetti Zioni, o bispo conservador cuja chegada a Botucatu provocou a saída de muitos clérigos, recusou um pedido de estudantes para rezar uma missa. A polícia ficou satisfeita. Em São Paulo, organizações de extrema-direita distribuíram panfletos contra a missa. Um grupo na extremamente conservadora Faculdade de Direito da USP, por exemplo, chamou Alexandre de ‘terrorista’ e a missa em sua memória de ‘ridícula’. O grupo concluía: ‘As cabeças vão rolar, e podem estar certos, colegas, de que não serão as nossas’.(...) No DOI-CODI, o major Ustra e seus torturadores espancaram prisioneiros, num espasmo de raiva e medo provocado pela missa.(...) A missa foi a primeira grande reunião política de estudantes desde 1969.”⁶³

Por indicação de Dom Paulo, Mário Simas e José Carlos Dias passaram a tratar do caso.⁶⁴ “...a família Leme e a Igreja abriram uma outra frente com a ajuda de dois advogados da CJP-SP, Mário Simas, que defendera os dominicanos, e José Carlos Dias. Eles requisitaram à polícia, aos tribunais e aos militares que devolvessem o corpo e investigassem o incidente por completo. Os pedidos subiram todos os degraus da cadeia hierárquica até o general Souza Mello. Ele não respondeu nem enviou o caso às autoridades civis, o que significava o reconhecimento implícito de que a morte ocorrera em uma instalação militar, como o DOI-CODI”. A mãe de Vannuchi escreveu ao Papa e, posteriormente, os bispos levaram o caso à Comissão Bipartite, que englobava e tentava um diálogo entre os bispos e os militares.⁶⁵

“A grande indignação contra a morte de Alexandre levou a Igreja a exercer sua nova política de defesa dos direitos humanos. Ela se tornou a ‘voz dos que não têm voz’ para a família e para milhares de enlutados proibidos de protestar. A noção dos direitos humanos passou de abstração a ação concreta.(...)”

“Por operar na cidade que tinha a repressão mais pesada a CJP-SP acabou por obscurecer o trabalho das outras, inclusive a CJP-BR. A equipe de bons advogados da CJP-SP ajudou as famílias de centenas de prisioneiros, enquanto o cardeal visitava freqüentemente as prisões e exigia visitas com os prisioneiros. Dom Paulo enfatizava a denúncia pública das violações dos direitos humanos e, entre meados e o final dos anos 70, a CJP-SP liderou a campanha nacional contra a repressão e pela redemocratização.”⁶⁶

Em 18 de abril de 1973, em seu último ano de prisão, frei Betto escreveu: “...quando a via sacra de um cardeal na semana santa tem uma estação no cárcere, é sinal de que muita coisa mudou na Igreja. D. Paulo Evaristo Arns veio visitar-nos na segunda-feira. Conversamos durante duas horas. Pensar que ele viajou 700 km de carro para ver meia dúzia de presos políticos é entender porque São Paulo dizia que a sabedoria de Deus é loucura para os homens.”⁶⁷

.....

⁶³ **Diálogos na sombra**, p.395-398

⁶⁴ **Evanize**, p.145

⁶⁵ **Diálogos na sombra**, p.400

⁶⁶ **Diálogos nas sombras**, p.404 e 333.

⁶⁷ **Cartas da prisão**, p.188

Em 11 de setembro de 1973, o presidente chileno Salvador Allende, foi assassinado no palácio de La Moneda, sede do governo. Allende nacionalizara as minas de cobre, as siderúrgicas, o carvão e o salitre. Estatizara bancos, a exploração petrolífera e a produção de energia elétrica. Reduzira o analfabetismo, em suma, contrariara os interesses do capital estrangeiro.

Para os brasileiros que tinham se exilado no Chile, começava a procura por outros países que pudessem abrigá-los. Para milhares de chilenos, começava a procura pelo exílio, fugas. O governo Pinochet (1973-1985) caracterizou-se como um dos mais autoritários da América Latina.

Durante sua ditadura, cerca de vinte e nove mil pessoas foram presas ou torturadas e cerca de três mil e duzentos foram mortas. Entre os presos, 87 crianças menores de doze anos na época. “As crianças foram detidas pelo regime militar porque presenciaram a prisão de seus pais ou ainda porque estavam sendo gestadas por suas mães quando estas foram presas”.⁶⁸

Sanguinária também foi a ditadura argentina, que se instalou de 1976 a 1983. Oficialmente, o número de desaparecidos é nove mil, mas as entidades de direitos humanos calculam em mais de vinte mil as pessoas mortas ou desaparecidas.

Também no Uruguai, onde atuavam os Tupamaros, de 1973 a 1985 houve um governo militar com muitas infringências aos direitos humanos. Na luta pela redemocratização do país, terá um papel fundamental o jesuíta Luiz Pérez Aguirre, que veio a se tornar um dos colaboradores da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Em 1979, Anastasio Somoza Garcia, governando a Nicarágua por quarenta anos, foi derrubado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional e Daniel Ortega foi eleito presidente de um governo de tendências socialistas, gerando grandes esperanças na América Latina, tal como sucedera com Cuba no final dos anos 50. Mas esta experiência seria derrotada nas urnas em 1990, depois de um desempenho polêmico.

No Paraguai, Alfredo Stroessner, no governo desde 1954, cairia em 1989 e buscou asilo em território brasileiro. Ditadores à parte, de todos estes países começaram a procurar refazer a vida no Brasil milhares de refugiados políticos. Em um país que também vivia um ditadura, acabavam por recorrer ao bispo, encaminhavam-se para a av. Higienópolis nº 890.

“Não estávamos dando conta, eu me lembro do pátio cheio de gente, você olhava assim, uma multidão.....No pátio da cúria, atrás, em cima.”, lembra-se, com uma certa angústia, Margarida Genevois.

“E eles ficavam ali com crianças, mulheres. Estavam esperando para serem atendidos. E a gente aflita porque não estava dando conta, não tinha possibilidade. E eles precisavam de tudo, de casa para morar, de roupas para vestir, de médico e atendimento psicológico. Fui a Paris e me indicaram para falar com a Acnur que eu não sabia o era. Fui ver madame Taviani, uma senhora de origem italiana, muito expansiva, gozadíssima. Expliquei, olha, nós estamos com uma multidão de refugiados. É uma loucura. Não se preocupe, isso tem em todo país, vocês estão com ditadura, todo dia chega brasileiro aqui, e vocês tentam impedir ditaduras que estão lá, não entendo nada disso, é complicado mas é assim. Por que os nossos militares fingiam que não estavam vendo para bancarem os bonzinhos internacionalmente.

⁶⁸ **Jornal Folha de São Paulo**, 02.06.05, p. A 15.

“Chilenos, argentinos, uruguaios. Depois, os chilenos foram bem mais, lá pelos anos de 1973, mais foi tudo por aí uma atrás da outra, os golpes. Me lembro que expliquei o problema, ela disse: “ bom isso é complicado, é bom você escrever para o presidente da Acnur em Genebra. Quem é o presidente? É o Príncipe Sadrudin Aga Khan. Virgem, meu Deus ! Como é que se escreve para um príncipe ? Eu fiquei em palpos de aranha e isso tinha que ser feito logo. Eu me lembro que eu pedi até auxílio do Charles Antoine. Bom, escrevemos, depois disso ele mandou uma espécie de inspetor para assuntar, aquelas coisas. Por outro lado Henri, Marina Bandeira, tinham pedido auxílio a Acnur então ele mandou uma representante. Ela veio, foi ao Rio, veio aqui e viu que realmente era um fato complicado. E depois disso veio uma pessoa para ficar fixa. Era o Guy Prime, um amor de rapaz, muito simpático, inteligente, enfim, com muita afinidade, isso é importante, ficou muito amigo nosso. Várias vezes, depois, estive em Genebra, ele morava lá, a gente se encontrava e tal. Mas o Guy foi também um aliado nas coisas, e procurava resolver tudo, muito compreensivo. Ele era de carreira nas questões diplomáticas e ficou bastante tempo. Depois, ele saiu, vieram outros, mas eu acho que o principal papel foi na época dele aqui.

“Eles tinham verba, tinham um tanto para cada refugiado, que recebia uma espécie de mesada, era pouco, mas dava para não morrer de fome. Quem se ocupou disso, depois, foi a Rosa Maria. A Acnur estava aqui por causa da Comissão, estava dentro da nossa sala, funcionava na nossa sala. Quando precisavam de alguma coisa, nós é que fazíamos o cartão de apresentação. Tínhamos um grupo de psicólogos que atendiam, gratuitamente, os refugiados que estavam precisando de apoio. Havia alguns brasileiros que já estavam fichados. Eu me lembro que eu fazia o cartão e eu que assinava. A Misereor também foi ótima, e foi uma ajuda desde o início da Comissão, obtida através de D. Paulo.”⁶⁹

Uma vez por semana, muitas vezes aos sábados, Dom Paulo recebia familiares de desaparecidos ou de presos políticos. Uma delas me contou com muita emoção, há anos, não me lembro do seu nome agora, que ele abria a gaveta, dava balas para as crianças, brincava com as crianças, colocava-as no colo.

Ele recorda: “Não era só isso. Quem trazia notícias da família ou de alguém preso na família era sempre a mulher ou a filha. Sempre. Mas houve uma exceção. Nós vimos que foi presa uma japonesinha, estudante do ensino superior. Estava sendo torturada. Fomos para a casa da mãe e pedimos que ela nos autorizasse a fazer o processo. Ela respondeu: ‘Se minha filha errou, que pague’. E não nos deu licença de fazermos o processo. Tivemos que fazer um procedimento jurídico bem mais complicado, para poder defendê-la e ela era inocente, inocente de tudo, nunca tinha feito política....E a mãe disse: ‘Ela que pague o que fez’. Este foi um caso que me chocou tremendamente, o da japonesa. E eu disse: ‘Esta nós vamos tirar da cadeia’. E tiramos. Dois ou três dias depois, ela estava fora. Empregamos todos os meios possíveis. Isto foi no tempo em que a Margarida Genevois era a presidente.”⁷⁰

.....

⁶⁹ Margarida Genevois, entrevista em 13 de novembro de 2004

⁷⁰ Dom Paulo Evaristo Arns, entrevista em 23.09.2005

Dallari lembra-se, uma das coisas com que tomavam cuidado era em não anotar os nomes das pessoas que procuravam a Comissão. Isto poderia comprometê-las.⁷¹

Ivy Nogueira Nicco, viúva, estava com o filho, Enzo, exilado. Além dele, tinha filhas estudando em colégios particulares e comentou com sua amiga Íris Ariê, em uma reunião da Ação Católica, que ambas freqüentavam, que precisava trabalhar. Íris encaminhou-a para a Comissão. Ivy disse a Margarida que tinha o curso de biblioteconomia feito no Mackenzie e imediatamente foi aceita, começando a trabalhar, no dia seguinte.

“Margarida pediu que eu arrumasse os arquivos, para ir me familiarizando com os documentos. Depois que peguei jeito, comecei a fazer arquivos de jornais, correspondência. Dos jornais eu deveria recortar e arquivar temas como política, menores, prisão, direitos humanos e outros”.

Durante uns dez anos, foi a única funcionária da Comissão. Levava correspondência para ser assinada nos escritórios dos advogados, especialmente de José Carlos Dias; fazia o correio. Datilografou muito do que a Comissão publicou; endereçou e envelopou cartas. Inicialmente, trabalhava meio período, à tarde. Depois, com o aumento do volume de trabalho, em período integral.

Atendia as pessoas que procuravam a Comissão, especialmente quando Margarida não estava: “O pátio ficava lotado, faziam fila. Predominavam os estrangeiros, especialmente chilenos e argentinos”. Escutava de tudo, escutava todos.

Com o tempo, assumiu outras incumbências. D. Paulo solicitou-lhe que fosse encontrar-se com uma chilena grávida, na Catedral, encontro agendado. Ivy sentou-se nos últimos bancos da Catedral, perambulou pelas naves, finalmente a moça apareceu. Uma kombi as esperava, na porta perto da sacristia e levaram a clandestina para a Cúria, são e salva.

De outra feita, outra moça, num hotelzinho perdido na boca do lixo, nas imediações da Estação da Luz. Desta vez, Ivy foi acompanhada por um rapaz indicado por Rosa Maria, da Acnur. Foi a única vez que teve medo. Ser vista entrando com um rapaz em um hotel suspeito poderia depor contra a sua moral. No porão, outra chilena, doente. Chamaram a ambulância. Removeram-na para o Hospital São Camilo.

Levou uma outra mulher para o aeroporto, num embarque de alto risco. A moça foi deitada no carro, atrás dos bancos do motorista, para não ser vista. Ao chegarem, esgueirou-se, pegou o avião. Havia olheiros para verificar se a operação tivera sucesso ou se a pessoa fora presa.

Um jovem refugiado foi morar num apartamento debaixo do de Ivy, instalado pela mãe. Quando a polícia o localizou e chegou ao prédio, ele, pela janela, entrou no apartamento dela e escondeu-se embaixo de sua cama. O rapaz mudou-se imediatamente. Ivy continua lá, há mais de quarenta anos.

“Escondi muita gente neste apartamento. Eu estava pronta para viajar, com passaporte e tudo. Um casal argentino veio me ver, os dois aos prantos, queixando-se por estarem vivendo num porão infectado de baratas. Consultei minha filha, Maria Eugênia, que pensa como nós. Chamei-os e entreguei as chaves. Ficaram aqui enquanto estive na Europa. Ele arrumou um armário meu, que estava caindo. Era advogado e ela, professora de inglês na Argentina. Depois, foram para a Espanha através da Acnur. Fui visitá-los lá”.

Além de Ivy, muitas pessoas, membros da Comissão, católicos progressistas ou não, militantes políticos, ordens religiosas, pessoas de boa vontade em geral, acolhiam os

⁷¹ Dalmo Dallari, entrevista em 03.11.04

refugiados ou mesmo os brasileiros que viviam na clandestinidade, em suas casas, ou prestavam-lhes algum tipo de solidariedade.

Dois sustos inesquecíveis. Um soldado ficou rondando a sala da Comissão. Discretamente Ivy procurou o Dr. Edson Liciardi, então diretor financeiro da Cúria. Ele disse que se acalmasse. Era apenas o capelão militar. Outro quando seu carro foi abordado por um de polícia que a fechou e pararam em frente à Cúria. Era um primo que queria cumprimentá-la, o delegado Tácito Pinheiro Machado.

Seu filho Enzo fazia a via sacra dos exilados: Chile, Cuba e França. Dom Paulo sempre perguntava por ele : “Um dia, o dr. Edson me chamou. Dona Ivy, sonhei com o Enzo e ele disse que estava passando necessidade. A senhora me permite mandar um pulôver para ele ? Me deu quinhentos dólares. Enzo assim que chegou do exílio quis visitar o túmulo do pai e, em seguida, conhecer o Dr. Edson. Tem coisas que a gente não esquece...”

Sentia-se valorizada, respeitada, querida. Fábio Comparato achou ruim porque ela estava trabalhando com o pé engessado e fez seu motorista levá-la para casa. “São gentilezas que cativam a gente. Eu me dava com todos.

“Trabalhar na Comissão foi o período mais feliz de minha vida. A Comissão Justiça e Paz me ensinou a ser tolerante e aprendi a ser mais alegre. Toda a minha vida, eu fui bitolada pelas circunstâncias. Na Comissão, me sentia útil. A gente cresce em todos os pontos de vista. Uma ocasião, em Paris, o Enzo foi receber uns exilados. Um deles falou na Comissão e deu um grito de alegria quando Enzo disse que era meu filho. Quantas vezes tirei dinheiro da minha bolsa para dar para alguém. Eu pensava no meu filho. Eu tentava tratar os outros da forma como eu gostaria que o meu filho estivesse sendo tratado no exílio.

“Tudo isto faz a gente crescer, ficar mais humana, ter vontade de abraçar o mundo, de dar amor para todo o mundo”.⁷²

.....

“A campanha contra a Igreja se tornou mais intensa quando o clero assumiu seu papel de ser ‘a voz dos que não têm voz’. Um exemplo perfeito foi o semanário arquidiocesano O São Paulo, sujeito a censura prévia de 1971 a 1978.(...)”

“A abordagem brutal contra O São Paulo se estendeu à rádio da Arquidiocese, a Nove de Julho (...) Em 3 de outubro de 1973, véspera do terceiro aniversário de dom Paulo como arcebispo, o presidente Médici subitamente ordenou que a estação fosse fechada. A Rádio Nove de Julho tinha o segundo mais poderoso transmissor entre as estações de rádio católicas do Brasil.(...) Dom Paulo teve que vender o equipamento da estação e arrumar dinheiro por intermédio de uma campanha especial de doações para pagar direitos trabalhistas no valor de quase 100 mil dólares aos funcionários que ficaram sem emprego. Esse incidente prejudicou ainda mais as relações entre o governo e o Vaticano.”⁷³

A coleta se deu na missa do dia 9 de novembro. “Houve muita mobilização por parte de diferentes setores para a volta da concessão à rádio. Membros da CNBB enviaram sua solidariedade ao cardeal. Telegramas de movimentos de jovens e de religiosos – 500

⁷² Ivy Nogueira Nicco, entrevista em 20 de abril de 2005

⁷³ Diálogos na sombra, p.349-354

sacerdotes assinaram um desses telegramas e enviaram para a presidência da República – chegavam continuamente. Grande parte dos católicos escrevia a Brasília pedindo a volta da programação.”⁷⁴

Nesta como em outras ocasiões de crise, os advogados que integravam a Comissão atuaram, no mínimo, como interlocutores do Cardeal quanto às providências cabíveis.

Numa reunião organizadora da futura entidade nacional ecumênica CESE-Coordenadoria Ecumênica de Serviço, decidiu-se priorizar a questão dos direitos humanos através da publicação e difusão de um folheto contendo a Declaração Universal de 1948.

O reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana, e o pastor Manoel de Melo, da Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, procuraram Dom Paulo para participar do lançamento e ele aceitou. “A ocasião era propícia. Estava sendo comemorado o 25º aniversário da Declaração. Muitos jornalistas compareceram e o folheto ecumênico foi amplamente divulgado”. Este folheto marcou o início de uma forte amizade e cooperação entre Dom Paulo e Jaime Wright. “O cardeal passou a apresentar o pastor presbiteriano como seu bispo-auxiliar honorário, encarregado de direitos humanos e relações internacionais”.

Aproximou-os mais ainda a prisão, tortura e morte de Paulo Stuart Wright, deputado estadual em Santa Catarina e líder da AP, irmão do reverendo. José Carlos Dias entrou com pedido de hábeas corpus, “foi atrás de testemunhas, mas, como resposta, só recebeu o silêncio das autoridades”.⁷⁵

José Carlos Dias assumiu também o caso da professora Maria Nilde Mascellani, profissional de grande expressão em sua área e que viria a trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas, presa em 18 de janeiro de 1974, e que muito repercutiu na época, pelas arbitrariedades e requintes de tortura a que foi submetida.⁷⁶

Seis dias depois, em 24 de janeiro, o membro da Comissão Justiça e Paz, Waldemar Rossi foi preso, com outros companheiros, em uma reunião de lideranças operárias na Igreja São João Batista, no Brás.⁷⁷

José Carlos Dias depõe : “Acompanhei Dom Paulo para visitar Waldemar Rossi e Maria Nilde, que estavam presos. Waldemar veio ao nosso encontro mancando. Maria Nilde Mascelani foi torturada de várias formas. Uma delas, sem apanhar, não me recordo, mas creio que não apanhou, mas foi submetida à mudanças de luz, clarões e trevas, e teve um problema de glaucoma e perdeu a vista em função disto. Negaram-lhe o colírio que ela tinha que pingar. Deixaram-na sem alimento. Quando ela estava com fome trouxeram-lhe um prato cheio de presunto e disseram; ‘Seu amigo padre Agostinho está aqui. Se quiser, pode comer o presunto’. Ela ficou horrorizada, foi terrível, porque a essa altura ela imaginou que o Agostinho estivesse morto.

“Nesse período, levei o Agostinho para minha casa. Anos antes, ele já tivera que se esconder por contra do Esquadrão da Morte, na casa do Cardeal Rossi. Primeiro, eu disse para ele se recolher no colégio São Bento. Ele me prometeu que ia, ficou lá alguns dias, depois voltou dizendo que não agüentava mais, que era muito chato ficar lá o tempo todo. E

⁷⁴ **Evanize**, p.160

⁷⁵ **Evanize**, p.153-156

⁷⁶ **Evanize**, p.161-166

⁷⁷ Vide **Da esperança**, p.199-200,362 e 379

Evanize, p.166-168

Diálogos na sombra, p.342,346-7

deixou comigo um dossiê, uma porção de documentos, ele tinha uma ligação muito grande com a Maria Nilde.

“Aí, peguei o padre Agostinho e levei para casa. Eu não estava morando na minha casa porque ela estava sendo reformada, eu estava em um apartamento. Mas na casa tinha como ficar. Deixei o Agostinho lá e pedi a um padre redentorista, hoje ex-padre, Carlos Felício da Silveira, amigo meu, que ficasse tomando conta do Agostinho, ficasse lá de carcereiro. Ele gostava muito do Agostinho e foi fazer companhia para ele. Era uma casa na rua Diogo Moreira. Padre Agostinho ficou lá algum tempo, depois foi para Ribeirão e não foi preso.

“Eu não me lembro em quais circunstâncias a Maria Nilde foi presa. Eu estive do lado dela, defendi ela na Justiça Militar. Se não me engano, Lúcio Vieira era o diretor do Dops. Em conversa com Dom Paulo, contou que tinha um tio bispo. Então, Dom Paulo disse; ‘Você sabe muito bem o que eu posso fazer contra o senhores e contra todos os outros policiais. Eu os excomungarei, se eu ouvir um relato de tortura !’. O diretor ficou branco.”⁷⁸

Waldemar Rossi rememora : “Fiquei preso quatro meses. Quando chegamos no DOPS, para surpresa minha, vi lá um organograma, enquanto estavam registrando a prisão da gente. Um dos caras disse: ‘Você conhece isto ?’. Seria besteira dizer que não: ‘Claro ! É um organograma partidário’. Falou: ‘Você conhece o MPL ? Você é um dos dirigentes nacionais’. Nunca eu tinha ouvido falar neste nome. Depois, quando estive com os depoimentos em mãos, oficial, vi que uma pessoa perdera o equilíbrio quando levava uns tapas e começou a falar uma porção de coisas, contou tudo o que estava ocorrendo e disse que aquilo era o partido do Movimento Popular pela Libertação. Nossa sorte é que quando fomos interrogados, eu disse: ‘Se vocês têm documentos dizendo que na reunião nós estávamos discutindo a possibilidade de formar um partido, como é que nós éramos um partido ? Alguma coisa está errada, está na cabeça de alguém, não na nossa, isso não existe.

“Os quatro que fomos presos juntos fomos colocados numa cela em que estava também o Fernando, ligado a Maria Nilde, que também estava presa naqueles dias. O que vamos dizer ? Precisamos ter uma linha comum. Era simples, somos sindicalistas, somos pastoral, partido nós não somos, qualquer coisa neste sentido nós temos que negar, sempre, porque nome não tem, não é ? A gente morre mas não tem nome.

“Foi preso junto conosco o Carlucio Castanha, que tinha chegado aquele dia de Recife. Ele foi para a minha casa, fomos para reunião e ele foi preso nessa reunião. Ele tinha que dizer que foi por acaso. Eu disse que ela era da ACO-Ação Católica Operária e foi me procurar porque queria encontrar o pessoal da ACO. Meu filho tinha sofrido um pequeno acidente e precisei levar para o hospital enquanto ele ficou com os meus outros filhos porque a Célia, minha mulher, tinha saído. E ele foi junto para a reunião da pastoral – e quando eu falava de reunião de pastoral, eu levava um tapa, não é? Ele de alegre não tinha nada, sabia o que estava fazendo, mas tínhamos que dizer isto.

“No dia seguinte, eu fui levado para a sala de tortura, depois de ver o Flores passar, sendo levado para uma outra cela, com as pernas abertas, se apoiando na parede e no tira que o levava para dentro. As torturas em mim foram basicamente choques no corpo inteiro, pancadas poucas, várias horas de choque e o pau-de-arara.

“Começa com o pau-de-arara, e prende e comprime a perna contra a barra. Você começa a ter problema com a circulação; então, durante pares de horas eles foram me

⁷⁸ José Carlos Dias, entrevista em 14 de fevereiro de 2005.

torturando, até perceberem que eu estava perdendo a sensibilidade das pernas. Me tiraram do pau-de-arara, eu fiz massagem na perna, me puseram outra vez, continuou a sessão. Enquanto isto, eles iam fazendo perguntas e eu ia negando mas fui descobrindo tudo o que eles sabiam, ou seja, quem, preso no dia anterior, contou uma série de coisas, de reuniões que fazíamos, locais das reuniões, assuntos tratados, tudo, tudo e disse que se chamava MPL.

“Eu fiquei com problemas de surdez. Levei choque no ouvido, choques, muito choque, choque no corpo inteirinho. Fiquei todo queimado. Dos dois mamilos alguns dias depois saiu uma crosta, perdi os mamilos

“A cabeça estava ótima, sem problemas. Não me apavorei em nenhum momento. Acho que era muita convicção, eu tinha muita certeza, sempre tive muita certeza das coisas que faço. Posso estar errado mas faço com muita convicção. E como eu já tinha ouvido uma porção de depoimentos sobre torturas e tudo, enfrentei firme, sem problema nenhuma. A tortura, ainda mais quando é choque, vai levando ao desespero. Você imagina um choque rápido, já é uma agressão. Agora imagine uma sequência de algumas horas de choque em todo o corpo, se retorcendo. Mas minha cabeça funcionou bem. Com segurança eu fui ouvindo tudo o que eles disseram.

“Achei que podia morrer, sem sombra de dúvida. Eu esperava a morte mas não me preocupei com isto, não. Na segunda parte da sessão, é aí que entra o papel de Dom Paulo. Ele já tinha denunciado a nossa prisão, porque a Célia procurou o Mário Simas – ele também era advogado do Sindicato dos Metalúrgicos – ela e a Cida, mulher do Vito Gianotti, procuraram o Mário Simas dizendo que nós não tínhamos voltado para casa e isso nunca havia acontecido. Aí, ele apertou o Joaquinção e este ligou para o Dops e conversou amigavelmente com os caras do Dops. Ele está lá, preso para averiguação. Então elas e o Mário Simas imediatamente avisaram Dom Paulo, que recebeu as duas e partiu para as denúncias. Nessa hora, quer dizer, já havia estourado. E eles sabiam quem eu era, sem sombra de dúvidas, o peso que tinha e tudo o mais.

“Eu estava no Dops e quem comandava era o Fleury. Não era brincadeira. No quinto dia em que eu estava sozinho na cela, foram me buscar para fazer uma acareação com o Carlúcio. Quando eu falava em pastoral, tapas. ‘Eu tinha que ir naquela reunião, ele foi preso mas não tinha nada a ver. Ele não conhece essa experiência.’ Alguém abriu a porta e falou: ‘Tá batendo, a acareação confirmou’. No dia seguinte, O Carlúcio foi mandado embora. Não descobriram que ele tinha um mandado de prisão lá do Recife.

“Doze dias sem tomar banho. Eu me lavava com lenço e um pouco de água, não mais. Tivemos, depois, um interrogatório mais oficial. No mês de março eu fui levado para o Rio, lá no Quartel General do Quitandinha, porque como tinha presos no Rio também, a partir da prisão aqui de São Paulo, o Primeiro Exército pegou o caso para ele e abriu um IPM-Inquérito Policial Militar. Então fomos levados lá e foi feito o interrogatório formal. No dia 15 de março fui obrigado a participar, indiretamente, da posse do Geisel. Saia o carrasco azul e entrava o Geisel. Foi no quartel, lá eu estava em melhores condições, sem sombra de dúvida. Até me deram comida dos oficiais, de manhã vinha lombinho no meio do pão. Fui solto no dia 28 de maio.

“A primeira visita que recebi foi de Dom Paulo, vinte e cinco dias depois que eu estava preso. Antes de subir para falar com ele, me fizeram tirar a roupa e olharam para ver se não tinha marca. Mas na hora em que entrei na sala, Dom Paulo falou para o cara: ‘Esse homem foi torturado’. Eu arrastava o pé, andava com dificuldade. Claro, depois de quatro a cinco horas de pau-de-arara, com as duas pernas comprimidas, eu tinha que ter um

problema sério. Estava ele e um outro bispo. Ele sempre conta isto nas reuniões, nos livros, conta como é que foi o enfrentamento.

“Mario Simas, José Carlos Dias também me visitaram. A Comissão Justiça e Paz me deu todo o apoio. A partir da visita de D. Paulo, liberou. Toda semana, toda quinta-feira, a Célia ia me visitar, ela e outras pessoas. Me levavam os filhos. Um dia eu percebi o porquê desta abertura. Um dos caras que vivia provocando a gente, o carcereiro, disse o seguinte: ‘Pô, esse treco aqui é uma droga, esse tal de MPL tem gente no mundo inteiro, tem até princesa envolvida nisso’. Era a Champonè, uma francesa ligada ao Comitê Catholique.

“Eles denunciaram na Europa; na Itália, na França, na Bélgica. O Vito é italiano, a mulher dele foi atrás do embaixada, do consulado aqui. Houve pressão, tanta que ele saiu em dois meses. E também tinha o pessoal da FASE, esse grupo que trabalha com educação popular e tem no Brasil inteiro.

“Dom Paulo fez uma carta, mandou para todos os padres e pediu que fosse lida nas missas. Boa parte deles leu; outros não estavam nem aí. A carta era a denúncia de nossa prisão. Ele disse que tentava me visitar e não conseguia. Um dia, ele ficou paramentado em frente ao Dops, andando de um lado para o outro. E entrou lá meio na marra, subiu na sala meio na marra. Foi no dia que ele conseguiu me ver.⁷⁹

“Quando voltei à minha atividade normal, o Fábio Comparato, sabendo que eu precisava trabalhar, falou com o dono da Metal Leve, o José Mindlin. Ele trabalhava lá, o Fábio, trabalhava na assessoria jurídica. Conversou, explicou o meu caso. ‘Se tiver vaga, manda ele fazer teste; se tiver qualquer problema, me avise’. E, de fato, estavam precisando de inspetor de qualidade. Eu fui lá, fiz o teste, passei sem problema nenhum; não precisou de interferência. Mas eu precisava sair, toda a semana eu devia estar lá no Dops, assinando uma ficha. Isto foi durante uns dois meses. Depois, mandei às favas.

“Meu filho foi internado no hospital da zona sul. Minha esposa ia lá visitar. Quando ela saía de casa, tinha um carro parado, em frente, sempre. Quando ela saía, o carro ia acompanhando, sem falar nada. Ela tomava o ônibus e ia embora. Alguns dias depois, ela percebeu que quando chegava na Sé, para tomar o ônibus, eles já estavam lá, e quando chegava na zona sul, eles estavam lá outra vez. Tortura psicológica. Um dia ela falou: ‘Não agüento mais’. Eu disse: ‘Fique tranqüila. Enquanto eles estiverem se mostrando você não corre perigo. O dia em que eles pararem de se mostrar, você fala comigo porque aí é outra história.

“Um dia me chamaram numa região episcopal, para contar um pouco dessa história, como é que tinha sido. No intervalo, um padre antigo, nem me lembro quem ele é, me chamou de lado e perguntou: ‘Lá no Dops, você conseguia rezar ?’. Respondi : ‘Olha, desde que fui para lá, fui com uma coisa na cabeça: eu tenho que ser fiel aos meus amigos, fiel à minha proposta, tenho que resistir. O tempo todo fiquei com esta preocupação. E quando eu estava lá dentro, na cela, tinha dia que tinha cinco pessoas, tinha dia com trinta pessoas. A gente procurava entender as pessoas que passavam por lá, com trabalhar etc. Você não conseguia rezar. Então ficou uma interrogação na minha cabeça. O que é rezar ?

“É oração formal ? Teve um cara que esteve preso lá e falou: ‘Podemos fazer uma celebração’. E eu: ‘Aqui dentro nunca. Já viu fazer celebração aqui ? Eu quero mais é colocar esses caras pra se ferrar. Há coisas importantes. Quando a gente está atento ao que

⁷⁹ Vide narração de Dom Paulo in **Da Esperança**, p.379

se passa, presta atenção nas reações das pessoas, você vê pessoas que se desestruturaram lá dentro, gente com dois dias que estava lá e desesperada porque tinha filha pequena e tal. Foi preciso chegar na pessoa e falar: ‘pára’, dar uma chacoalhada. Dizer: ‘Pára, reflete’. Não foi uma vez só.”⁸⁰

.....

Período de noite escura, mas também de algumas luzes.

Para José Carlos Dias, “no caso desses desaparecidos, o que mais me traumatizou, foi o de Heleni Guariba, casada com o José Olavo Leite Ribeiro. Defendi ela e o marido e, em determinado momento, ela foi posta em liberdade, teve a prisão relaxada. Até me surpreendi, não estava fácil e ela era de lutar, de pegar em armas, quer dizer, luta armada mesmo e aí, passa algum tempo, o procurador Durval Moura Araújo, um homem terrivelmente articulado com os órgãos de informação, me falou: ‘Zé Carlos, por questões ética quero dizer o seguinte: eu não tenho onde pedir a preventiva da Heleni, outra vez, viu ? E eu recebi umas informações preocupantes e achei que era melhor pedir’. Eu falei: ‘agradeço’, estranhando o promotor avisando o advogado de que vai pedir a preventiva. Daí eu telefonei para a Heleni. Ela era uma figura extrovertida e, quando foi solta, passou a freqüentar o escritório, para sair um pouco da fossa em que ela estava, aquela coisa. De vez em quando, ia lá. Eu liguei, Heleni, preciso falar com você. ‘Então eu vou aí’-‘Não venha não. Hoje eu estou muito atrapalhado, aqui. Mas eu vou ter que sair de casa, hoje à noite, às oito em ponto’. Eu estava morando no apartamento que era deles. O Zé estava preso e eles me emprestaram o apartamento por alguns meses, enquanto terminava a reforma da minha casa. Fiquei muito amigo do casal, uma família rica. ‘Oito em ponto, eu vou precisar sair’. Falei de uma forma de quem diz ‘eu estou marcando um ponto com você, não é?’.

“Às oito horas, estavam, lá em casa, meu sogro, minha sogra, um monte de gente. Aí eu descí na Alameda Jaú, perto da Consolação; quando cheguei à rua, ela estava na calçada. Eu olho assim, tinha uma perua, indiscutivelmente com os tiras do DOI-CODI, na porta. Ela veio vindo na minha direção, com o cabelo vermelho, tinha pintado o cabelo. E eu, epa ! Não é por vaidade que Heleni faz isto, minha Nossa Senhora, vamos ser presos, os dois.

“Eu a abracei mais apertado do que faria normalmente, entendeu ? Assim como se eu a estivesse atracando e assoprei no ouvido dela: ‘Heleni, tem polícia aí. Vamos subir para o meu apartamento porque a sua prisão preventiva foi decretada’.

“E ela respondeu : ‘Não, eu não vou entrar aí, eu te queimo, eu vou embora’. E nós fomos em direção à rua da Consolação e o carro estava aqui, fomos em direção contrário, fomos indo, devagarzinho. ‘Imagine ! Você pensa até nisto, em me dar dinheiro ? Não, não’.

“Eu soube que dali ela foi para o Teatro de Arena, estive com o Guarnieri lá e desapareceu. Foi para o Rio – ela era da VPR – e teve um encontro com o Celestino, não me lembro se é este o nome – da ALN. Os dois foram presos.

⁸⁰ Waldemar Rossi, entrevista em 14 de abril de 2005.

“Tudo isto nós levantamos depois, quer dizer, o trabalho que eu fiz pessoalmente, conversando com um montão de gente e, no final, me deparei com isto: os dois desapareceram. De repente, o José Olavo e a namorada do outro rapaz, os dois se uniram para procurar seus companheiros, o tempo passou, e eles acabaram se casando. Engraçado, né ? Fui fazer uma palestra em Uberaba e acabei ficando na casa deles.

“Bem, mas a Heleni foi presa e levada para Petrópolis e foi morta naquela casa em Petrópolis. Estuprada e esfaqueada. É a informação que eu tive de uma presa que estava lá. E o quê me atormenta, é que reconstituindo tudo isto, eu chego à conclusão de que fui instrumentalizado para que ela fosse presa.

“Hoje, eu reconstituo da seguinte forma: o procurador Durval Moura Araújo devia estar desconfiado de que ela devia ter contatos. Não sei se já sabiam disto quando ela teve a prisão relaxada ou posteriormente. Não prenderam ela em frente à minha casa porque queriam saber onde ela ia, não tenha dúvidas, eles queriam ter certeza de que eu iria avisá-la. Eu avisei, ela se mandou, a partir daí, obviamente, os passos dela foram seguidos. Porque ela foi presa logo depois e eu disse a ela: ‘Você vai me telefonar a cada três dias’.

“Veja você. Eu que sou um profissional da defesa, levo uma cliente à morte. É doloroso. Tenho a absoluta certeza de que a polícia presenciou meu diálogo com ela, não tenho a menor dúvida. Eram policiais que estavam lá. E veja que absurdo: se eles eram, e eram, não faziam a menor questão de dizer que não eram, pois parados na porta de casa, com aquela veraneio, com aqueles três homens na frente e dois atrás, obviamente que eram. E depois eu fiquei vendo, lá de dentro do prédio, logo depois que ela foi embora, eles foram embora também. E não nos prenderam....Não interessava prender naquela hora, eles queriam ver quem ela iria contatar porque ela era a ligação da ALN com a VPR.

“Eu só estou querendo mostrar que coisa maquiavélica....Foi muito sofrido tudo isto para mim, veja como os meus cabelos estão brancos e há muito tempo. Foi uma das minhas experiências mais dolorosas. Mas eu não acho que tenha errado. Fiz o que teria de ser feito.

“Experiências gratificantes foram algumas liberdade que a gente conseguiu. Eram seiscentos, setecentos clientes. Foram seres notáveis que eu vi saindo e hoje estão por aí, não é ? Foi um desafio impressionante. A mim foi ensinado...Esse lado heróico da advocacia criminal, para a qual eu não estava preparado, a faculdade não prepara ninguém para defender presos políticos, foi uma coisa muito enriquecedora. É o capítulo que mais me orgulha na minha profissão, na minha carreira”.⁸¹

.....

Ele está estendido, dependurado no madeiro, o mártir dos mártires dos cárceres latino-americanos. Ele está exposto ao sol, ao vento, às intempéries. Suas mãos não estão transpassadas, muito menos seus pés que oscilam. Traspassado o seu cérebro, sua mente, pelas torturas, pelo anátema letal do carrasco que ele temia rever a cada momento. Apenas a corda o prende, pelo pescoço, presa no galho de uma árvore. Seu corpo está morto, ele não. Ele secou toda dor, lá onde o ódio não tem lugar. Suas noites de silêncio se acabaram. Ele ressuscitou, ele está na casa do Pai, ele vê Deus frente a frente, preferiu morrer do que perder a vida, ele encontrou a paz, ele vive.

⁸¹ José Carlos Dias, entrevista em 14 de fevereiro de 2005.

Seu amigo de sempre escreveu: “Balançando entre o céu e a terra, sob a copa de um álamo, o corpo de Frei Tito de Alencar Lima foi descoberto no sábado, 10 de agosto de 1974.

“Do outro lado da vida, ele encontrara a unidade perdida”.⁸²

Margarida Genevois conheceu-o em Paris: “Um pouco antes dele morrer, e ele, não sei porquê, eu estava na casa da Genevieve, no apartamentos deles, e ele foi almoçar comigo lá. E eu fiquei impressionadíssima, porque conversando normalmente não havia nenhum assunto a que ele desse segmento. Ele começava a falar, você dizia, ‘a porque isso, aquilo, a reportagem no jornal, tal fulano fez isso e aquilo’. ‘Não vi, mas você sabe quando o Fleury me torturou’, ele contava, sempre falando disso, era uma idéia fixa. Eu fiquei muito impressionada, pois ele devia estar com um problema sério, psicológico. Eu me lembro que falei para o pessoal - a colônia brasileira estava sempre se reunindo – ‘Gente, vocês se ocupem com o Tito. Ele não está bem, precisa de apoio’. E o pessoal dizia: ‘a gente tenta de tudo, mas ele aceita até um certo tempo. Depois, ele fica desconfiado de que a pessoa é traidora, que não é bem amiga dele, sabe ? Desconfia de todo mundo, é difícil lidar com ele’. Várias pessoas me disseram que já tentaram tudo para trazê-lo, para estar junto com a gente, mas não conseguiram. Ele já estava desarrumado mesmo. Muita pena, mas era aflitivo. E ele foi muito bem tratado lá pelos dominicanos, deram um apoio muito positivo.”⁸³

.....

Dias antes, em sete de agosto, Dom Paulo, acompanhado de José Carlos Dias e de Cândido Mendes, presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz, levou treze familiares de desaparecidos políticos a Brasília, para uma entrevista com o general Golbery do Couto e Silva, na sede da CNBB. Meses depois, o governo informou que nenhuma daquelas pessoas tinha sido presa.⁸⁴

Dias depois, um membro da Comissão, Cândido Procópio Camargo, apelou a que Dom Paulo, o qual encontrava-se em um encontro em Atibaia, socorresse os membros do CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, presos.

“Instado a intervir para salvar as vidas dos pesquisadores Vinícius Caldeira Brant, Paul Singer e outros, voltei de imediato a São Paulo. Em minha sala de visitas me aguardavam os professores Fernando Henrique Cardoso e Cândido Procópio. De outros, não me lembro. Convenceram-me a comunicar-me, pessoal e energicamente, com o general-comandante do 2º Exército, Ednardo d’Ávila Mello. Já era tarde, quase vinte e três horas daquele sábado, quando me deixaram. O leitor pode imaginar que dificilmente eu conseguiria conciliar o sono naquela noite. Tomei calmante para dormir e raciocinar ao mesmo tempo. Só conseguia imaginar à minha frente torturadores e torturados. Às duas da manhã levantei-me. Fui até o escritório e redigi carta enérgica ao comandante, acusando-o

⁸² **Batismo de sangue**, 11ª edição, p.285

⁸³ **Margarida Genevois, entrevista** em 13 de novembro de 2004.

Sobre a morte de Frei Tito ver também **Da esperança**, p.373, **Evanize**, p.171, **Das sombras**, p.404 e outras.

⁸⁴ **Da esperança**, p.373

de responsabilidade por esses atos atrozes, que seriam comunicados a todos os centros de difusão da Europa e dos Estados Unidos. Lembro-me bem de que a letra me saía um tanto trêmula e desfigurada, como acontece quando estou cansado ou interiormente perturbado.

“O efeito da carta, entregue sob protocolo ao general na manhã seguinte, em pleno domingo, dia 22 de setembro de 1974, surtiu efeito instantâneo. Ednardo veio pessoalmente à minha residência, acompanhado apenas por um oficial, e negou qualquer tortura ou dano aos prisioneiros. Provei-lhe, de imediato, que o pesquisador Vinícius Caldeira Brant, torturado horrorosamente, estava nas últimas, e entreguei-lhe a lista de outros nomes já sob tortura ou com ameaça de sofrê-la. Todos esses intelectuais me eram muito caros porque a maioria havia sido expulsa da universidade e alguns foram acolhidos pela PUC de São Paulo, com imensa honra para nós. (...) No mesmo dia, à tarde – às quinze horas mais ou menos -, alguém gritou pelas salas de interrogatório e de torturas: ‘O chefe manda suspender o trabalho’. Depois ouvi que fora a hora certa para salvar o Dr. Vinícius e talvez outros.

“Nos dias seguintes foi lançada uma bomba na casa alugada onde funcionava o CEBRAP. Este fato e outras ameaças obrigaram os cientistas a alugar um andar bem mais alto num arranha-céu da Avenida Paulista, onde os vi trabalhar como heróis após uma batalha, mas esperançosos de ganharem a guerra.”⁸⁵

Em 27 de setembro teve início o Sínodo Mundial dos Bispos, em Roma. Dom Paulo “apresentou um documento sobre o direitos do homem, que acabou sendo assumido pela totalidade dos participantes com a aprovação em 23 de outubro”, intitulado Direitos Humanos e reconciliação.⁸⁶

Para acelerar o regime democrático e a compreensão dos deveres de cidadania, Dom Paulo, organizou, com a secretaria de coordenação pastoral da arquidiocese, nas noites de 6 a 8 de novembro de 1974, um Ensaio de Abordagem dos Problemas de Evangelização em São Paulo. Participaram seis especialistas do CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso inclusive, oito professores da PUC e da USP, jornalistas da revista Visão, alguns padres, e entre eles frei Gorgulho, duas religiosas, “além de quatro secretárias, dentre as quais Margarida Genevois, da Comissão Justiça e Paz.

“Tão auspicioso foi o resultado da reunião, que o grupo sentiu necessidade de maior aprofundamento. Assim, durante quase um ano, continuamos a conversar periodicamente. As propostas eram gravadas e copiadas para servirem a futuras iniciativas numa hora tão decisiva de nossa convivência. Foi aí que alguém começou a brincar referindo-se ao grupo como os ‘loucos’, porque projetavam um Brasil novo, em que todos participassem da evolução positiva de nossa história”.⁸⁷

Em 1975, saiu publicado o livro O Evangelho: Incomoda? Inquieta? Interessa?, de autoria do Cardeal Arns, contendo uma síntese das intervenções e círculos de estudo do Sínodo de setembro do ano anterior.

No segundo capítulo, Dom Paulo reproduziu o documento sobre Direitos Humanos, precedido de algumas observações:

“Durante os primeiros dias do Sínodo, ouviam-se vozes de todas as partes da terra, desde a Polônia até a Índia, desde a América do Norte, pedindo declaração expressiva sobre os Direitos Humanos. E a motivação que os Padres apresentavam era convincente: se todos

⁸⁵ **Da esperança**, p.358/9

⁸⁶ **Evanize**, p.173

⁸⁷ **Da esperança**, p.185

os homens de boa-vontade manifestam especial sensibilidade para os Direitos Humanos, é o Evangelho e toda a Revelação de Deus que lhes fornece uma fundamentação mais sólida, capaz de gerar também um comprometimento mais pessoal e comunitário. Afinal, os Direitos Humanos fazem parte integrante da mensagem de Jesus”⁸⁸

O documento Direitos Humanos e reconciliação aborda o direito à vida, ao sustento, à liberdade religiosa e refere-se aos direitos sócio-econômicos bem como aos direitos políticos e culturais. O terceiro e último capítulo tem como título a “Libertação pela Evangelização”. A libertação, em termos teológicos, conforme o bispo López Trujillo, Secretário Geral do CELAM, conduz “*para a plena assimilação a Cristo, imagem perfeita do Pai*”. (...) “A opção libertadora não esconde os conflitos e as tensões, mas também não os estimula e, muito menos, os fomenta. Rejeita expressamente a tentação da violência, venha de onde vier. A violência não passa de uma forma de desesperança na força transformadora da Palavra e na possibilidade de criação de novos homens”. E encerra o livro, reproduzindo palavras textuais da “Declaração Final do Sínodo”, entre as quais:

“Fiel à sua tarefa de evangelização, a Igreja, como comunidade verdadeiramente pobre, orante e fraterna, muito pode contribuir para a salvação integral, ou seja, para a plena libertação dos homens. Pois ela pode extrair do próprio Evangelho, argumentos mais profundos e impulsos, sempre novos, para promover uma dedicação generosa ao serviço de todos os homens, e principalmente dos pobres, dos mais fracos e dos oprimidos, e para remover as consequências do pecado nas estruturas sociais e políticas injustas”.

Pois, como escreveu Dom Paulo, páginas antes: “Afinal, o Reino de Deus já começou. Está no meio de nós, enquanto viver, em cada um, Cristo, Homem-Deus; Cristo morto e ressuscitado; Cristo, Servo e Senhor da História”.⁸⁹

.....

Em 1975, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo adquiriu personalidade jurídica ao ser registrada em Cartório. Dalmo Dallari testemunha:

“Foi proposta minha. E foi muito discutido. Por exemplo, a Comissão do Rio de Janeiro ficou furiosa com isto. Houve uma contrariedade muito grande na Comissão carioca, presidida pelo Cândido Mendes. Nós somos dependência da Igreja, não sei o quê, não existe isto. Mas por que eu fiz a proposta ? Porque já tínhamos sido chamados de subversivos. Iria haver um momento em que seria preciso mostrar que temos existência legal. Os companheiros logo entenderam....Eu tinha experiência com delegacia, com militares, eu é que ia às delegacias, aos quartéis, Cândido Mendes não ia. Quando Hélio Bicudo lançou o livro dele, nós dois fomos convocados pela polícia federal e o delegado disse isto, falando comigo: ‘O senhor é presidente de um grupo subversivo’. Por causa disto, achei que era prudente, conveniente até, para proteger a Comissão. Foi dada personalidade jurídica, registramos em cartório e fui eleito presidente dessa sociedade, se bem que, na verdade, eu, desde o início, mais ou menos em 72, presidia a Comissão”.⁹⁰

⁸⁸ ARNS, Cardeal. **O Evangelho incomoda ? Inquieta ? Interessa ? Sínodo da Evangelização**. SP: Edições Loyola, 1975, p.107

⁸⁹ **O Evangelho incomoda ?** p.164-5, 94.

⁹⁰ **Dalmo Dallari, entrevista** em 03.11.2004

.....

Dom Paulo reunia-se periodicamente com jornalistas :

“Nós não tínhamos mais liberdade de imprensa. Quem me ajudou muito, nessa época, foi sempre a imprensa estrangeira. A BBC de Londres, todos os dias, em contato comigo. Nunca telefonavam. Sempre mandavam alguém saber. E também a American Express e a France Express. As três que estavam sempre à nossa disposição. Um dia, chegamos a reunir todo o grupo deles, deu mais de cinquenta. Imagine ! Cinquenta jornalistas, que compareceram quando os convidei para fora da cidade de São Paulo, bem longe daqui e não digo o lugar porque até hoje eu não sei. Fomos lá e ficamos uma tarde inteira contando um para os outros o que estava acontecendo. Eles contavam e eu contava. Então nós nos informamos a respeito de tudo, tudo, e assim cada um tinha o direito de perguntar e responder, mas não tinha o direito de gravar. Isto no início da Comissão. Era muito fácil ter acesso à imprensa estrangeira. Havia uma redatora da Globo, cujo nome sei mais não digo, e uma redatora do Jornal do Brasil, e as duas estavam todos os dias, sem exceção, na Cúria, quando eu estava lá, para saber as novidades. Elas ficavam depois que todas as pessoas eram atendidas e me sugeriram, muitas vezes, como se poderia tornar pública uma coisa no Brasil, sem que o governo desconfiasse que isto era verdade.”⁹¹

Compareciam José Maria Mayrink, Jan Rocha, Ricardo Carvalho, Fernando Pacheco Jordão, Dermi Azevedo, Ricardo Kotscho, entre outros. Kotscho, na época repórter do jornal O Estado de São Paulo, historia :

“ Eu fazia muitas reportagens sobre esse negócio do Cone Sul, parece coisa do século passado. É, foi no século passado. Pessoas que saíam da Argentina e vinham para o Brasil, saíam do Brasil e iam para o Chile. Na verdade, estas pessoas só tinham a Igreja para recorrer e, dentro da Igreja, havia este grupo que era a Comissão. A Justiça e Paz era uma grande fonte de notícias do que estava acontecendo no Brasil, porque era a época de censura, tudo proibido, tudo censurado. A Cúria era o lugar onde os jornalistas iam muito, como hoje se vai ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto. Tudo o que acontecia, iam reclamar para o bispo e os jornalistas iam lá para saber quais eram as queixas. E, ao mesmo tempo, era uma coisa de duas mãos, os jornalistas também levavam informações. Era um trabalho conjunto entre Cúria, Dom Paulo, jornalistas e membros da Comissão.

“Dom Paulo foi o grande personagem deste período de resistência. Foi o que aglutinou, juntou. Era o mesmo cara que podia falar um dia com o Tuma, com a OAB, com os Mesquita, sabe ? Era o único que podia fazer isso. Ele foi a síntese da sociedade civil. E embora tivesse esta importância emblemática, estratégica, ele era e é um cara como a gente. Sabe ? Se estava nos lugares, perguntava como você estava. Não tinha aquela pompa. Havia os Natais na cúria, todo o ano ele recebia os jornalistas na véspera do Natal, um grupo de jornalistas, os mais próximos dele.

“Para mim, a Igreja era Dom Paulo, era mesmo. As coisas importantes, tinha que falar com ele. Ele também, às vezes, me chamava para conversar na casa dele. Tantas coisas que não se podia nem escrever, era tão somente para eu saber. “Olha, está acontecendo isto e não sei o quê”. Dom Paulo tem este lado jornalista de querer saber das novidades, estar bem informado. Ele também é jornalista e gosta de mostrar a carteirinha

⁹¹ Dom Paulo Evaristo Arns, entrevista em 23.09.2003

dele, de jornalista. Agora, às vezes, no mesmo dia, eu tinha que falar com Dom Paulo e com o Romeu Tuma, chefe da polícia política do Dops. Aí, eu também ficava sabendo de coisas do outro lado.

“Era uma época estressante. Geralmente as pessoas vão à igreja em busca de paz, espiritualidade, para rezar. No caso da Comissão, era uma agitação permanente, tem notícia ruim, é claro, mas, às vezes, as coisas davam certo. Você ajudava alguém, mas era, permanentemente uma tensão, sempre vinha mais alguém para contar mais alguma coisa e tal.”⁹²

Dom Paulo os elogia: “Os jornalistas foram muito fiéis a todos os ideais, idéias e mesmo às estratégias da Comissão Justiça e Paz, durante os anos mais quentes. Os 1.005 que assinaram o compromisso de denunciar toda ação de tortura e repressão, quiseram e puderam cumprir com o seu juramento, assinado no dia morte de Herzog.”⁹³

A notícia da morte de Vladimir Herzog chegou à residência episcopal por volta das 17 horas do dia 25 de outubro de 1975.

“Menos de dez horas depois de ter sido detido, o jornalista foi barbaramente assassinado. O Exército, que, para justificar o ‘suicídio’, mostrou foto de Vlado enforcado, não convenceu. Nem a Dom Paulo. Em nenhum momento o cardeal acreditou na versão de suicídio. (...) O caixão do jornalista ficou fechado até as 11 horas de segunda-feira, horário marcado para o sepultamento. Durante toda a noite, cenas de lamento e indignação tomaram conta do local. Dom Paulo Evaristo Arns orou em silêncio diante do corpo de Vladimir, sem acreditar que aquela tragédia não tinha sido evitada.”. Ao chegar ao cemitério, D. Paulo “reparou que não havia rabinos e estranhou”. (...) “Alguns judeus pediram a Dom Paulo que não fizesse nenhum pronunciamento. No túmulo 64, quadra 28, estava o corpo de Vladimir Herzog, longe do local reservado para os suicidas.”⁹⁴ Em 1995, o ex-presidente Geisel afirmaria que “foi um verdadeiro assassinato”.⁹⁵

São Paulo, 31 de outubro de 1975, Catedral da Sé. “Dom Paulo Evaristo Arns, reverendo Jaime Wright e rabino Henry Sobel eram os três homens que presidiriam o culto por Herzog e por uma nova era na situação política do país. Depois desse encontro a vida destes religiosos, que até então atuavam individualmente, passou a estabelecer um principal paralelo: era líderes de três igrejas diferentes, todos com ideais renovadores, liberais e fortemente criticados por suas instituições. A partir dali eles estariam juntos e seriam lembrados sempre que o assunto fosse direitos humanos e justiça social.

“Mais de 8 mil pessoas ocupavam o interior da igreja, e do lado de fora outra multidão se posicionou em toda as ruas e praças próximas à Praça da Sé. (...) A cerimônia representava o começo de uma nova fase política no Brasil. As pessoas mostravam o destemor diante da repressão. Apesar da fila de soldados com seus cachorros e suas mochilas cheias de bombas de gás lacrimogêneo em frente às escadas, as pessoas pareciam não ter medo da prisão e da tortura que, facilmente, poderia ocorrer naqueles momentos. O temor foi transferido para os soldados, que não resistiram quando a multidão desceu os degraus da Sé e os enfrentou cantando hinos religiosos. Eles recuaram. Seguraram os cães. Os militares pareciam impressionados com a coragem daquela gente toda. A multidão saiu da igreja e se dispersou sem tumultos”.

⁹² **Ricardo Kotscho, entrevista**, em 29 de março de 2005

⁹³ **Dom Paulo Evaristo Arns, entrevista** em 23.09.2003

⁹⁴ **Evanize**, p.184-196

⁹⁵ **Diálogo nas sombras**, P.380

Na véspera, “os bispos brasileiros estavam reunidos em Itaici, São Paulo, a aprovaram o documento *Não oprimas teu irmão*, que deveria ser distribuído nas igrejas, afirmando: ‘Não é lícito efetuar prisões da forma como freqüentemente estão sendo feitas entre nós. Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas métodos de tortura física, psíquica ou moral’”.⁹⁶

Dias depois da morte de Vlado, o jornalista Rodolfo Konder, que estivera preso com Vladimir e ouvira seus gritos e o silêncio subsequente, prestou declarações⁹⁷ no escritório de José Carlos Dias. Estavam presentes, além de José Carlos, o padre Rolim, Gofredo Telles Júnior, Hélio Bicudo, Arnaldo Malheiros Filho e José Roberto Leal.

O depoimento ficou guardado no cofre do escritório de José Carlos Dias. Com a morte de Manoel Fiel Filho, três meses depois, a viúva de Herzog, Clarice, e Fernando Pacheco Jordão procuraram Rodolfo Konder dizendo que era hora de divulgar seu testemunho. Ele concordou e logo estava em todos os meios de divulgação. Como Rodolfo previra, a repressão começou a ameaçá-lo com telefonemas e tudo o mais. Ele fugiu pela fronteira e de Buenos Aires seguiu para o Canadá, onde ficou dois anos, e depois para os Estados Unidos, onde ficou um, no período de 1976 a 1978. Foi seu segundo exílio, o primeiro fora em 1964.⁹⁸

José Carlos Dias esclarece que “tinha algumas coisas como advogado e outras enquanto Comissão. Fui advogado, acompanhei o inquérito da Clarice Herzog, fui procurado enquanto eu. Já o caso do Santo Dias eu assumi enquanto Comissão. Marco Antonio Barbosa assumiu o caso Herzog na parte civil, porque tentei acompanhar o inquérito mas fui barrado no quartel. Não me deixaram entrar e Marco Antonio entrou sozinho. Fui eu que indiquei o escritório do Marco Antonio e do Samuel Figueiredo e eles conseguiram uma vitória extraordinária”.⁹⁹

Manoel Fiel Filho, operário, 49 anos, foi assassinado em 19 de janeiro de 1976, “em circunstâncias muito parecidas às do jornalista, inclusive no mesmo local: rua Tomás Carvalho, 1.030, no Dói-Codi.”¹⁰⁰ Não tinha atividades políticas e provavelmente foi preso por engano.

“A coisa mais importante para mim, como jornalista, foi o seguinte: estavam me escondendo a morte de Manoel Fiel Filho” – lembra-se Ricardo Kotscho – “Quando morreu o Vlado, o Geisel advertiu o comando do 2º Exército de que se houvesse mais um caso como aquele, seria o fim. Então eles ficaram se cuidando para não repetir o caso. E aconteceu com o Fiel Filho. Esconderam, não sei por quanto tempo. Não divulgaram a morte do Vlado mas imediatamente você ficou sabendo que havia morrido. A única coisa que eu tinha era o endereço da fábrica em que ele trabalhava, na Mooca. Cheguei na fábrica, perguntei por ele, sem dizer o que era exatamente. Você conhece o Fiel Filho ? E todo mundo com medo de falar até que alguém me deu o endereço dele, onde ele morava. Quando cheguei a casa estava fechada. E eu comecei a perguntar para os vizinhos. Você não está sabendo que ele morreu ? Cadê a família dele, não tem ninguém, a casa está vazia. Então uma vizinha disse: ‘Olha, uma cunhada dele mora perto da padaria no bairro tal’. Uma indicação vaga à beça. Fui atrás disto, era a única coisa que eu tinha.

⁹⁶ Evanize, p.196-203

⁹⁷ Vide parte do depoimento em Evanize, p.187/8

⁹⁸ Rodolfo Konder, entrevista em 03 de junho de 2005.

⁹⁹ José Carlos Dias, entrevista em 14 de fevereiro de 2005

¹⁰⁰ Evanize, p.207

“Fui para a padaria, tomei cerveja e comi sanduíche e tal. Aí vi passar na rua um sujeito que tinha pinta de padre, aquele colarinho aqui, já não se usava batina. Eu fui, me apresentei, sou fulano de tal, jornalista, amigo de Dom Paulo e da Comissão Justiça e Paz. Quando eu falei que era amigo de Dom Paulo, ele disse: ‘Você deu sorte, acabei de sair da casa onde está a viúva do Manoel, casa da cunhada, da família. Aí ele me levou lá, abriu as portas e a viúva contou tudo e consegui a matéria.

“Fui o primeiro a divulgar na imprensa, no Estadão. O que eu sei é que a viúva me contou como jogaram as coisas dele na casa deles, num saco plástico, saco de lixo, com documentos, sapatos, objetos pessoais, como se dissessem isto aqui é o que sobrou do seu marido, e foram embora.

“Eu recebi o prêmio Esso, de certa forma ligado a esta matéria Foi no mesmo ano da Mordomia, da reportagem sobre a mordomia, ficaram as duas como finalistas, para escolher entre as duas. Depois me contaram que o Cláudio Abramo, um cara do júri, disse: ‘Não sei porque estão discutindo tanto, porque as duas são do mesmo autor, pode dar para qualquer uma das duas’. Mas deram para a da mordomia, que teve uma repercussão enorme, foi a primeira denúncia contra os militares, depois do fim da censura. E o Manoel Fiel Filho foi apenas mais um que mataram. Só que caiu o comandante do 2º Exército, por causa dele. E as coisas começaram a melhorar...

“Teve uma barra pesada quando fiz a matéria das mordomias, uma denúncia do vandalismo do regime militar. Aí, recebi uns recados : ‘Cuidado !’, coisa comum na época. A coisa pesou mais quando fiz a matéria da morte do Manoel Fiel Filho, uma coisa que tentaram esconder. O Vlado era uma figura conhecida, o Fiel Filho não, era um simples operário, um metalúrgico. O Estadão tinha informações muito vagas e fui atrás e consegui levantar a história numa época em que a Mara, minha mulher, estava grávida. Meus colegas mais velhos, do jornal, disseram: ‘Olha Kotscho, o jeito é sumir da área que os caras vão te pegar’. Vou fazer o quê se eu sou jornalista ? Daí surgiu um convite para ser correspondente no exterior e fui para a Alemanha”.¹⁰¹

.....

É José Gregori quem conta :

“De repente, uma esposa de um intelectual apareceu na CJP dizendo que havia tido uma tentativa de seqüestro na casa dela, uma coisa política, porque foi na véspera do marido prestar depoimento em Brasília, sobre o trabalho dele. Além de violência, depredaram a casa, era uma coisa que oscilava entre anti-semitismo e repressão, porque o marido era descendente de judeu e era também problema com o trabalho dele, além do problema dele ter sido líder comunista. Este é um milagre do qual não se conta o santo. Bom, isso deu um trabalho tremendo, inclusive porque nada era verdade, era uma apoteose, foi tudo uma simulação. Problema da pessoa, de repente, precisar chamar a atenção sobre si com a simulação da violência e tal, utilizar toda a mecânica de atuação da Justiça e Paz sem nada se confirmar. Foi um constrangimento, houve intermediários e o caso se resolveu sem maiores seqüelas, pelo menos para a Comissão. Isso pra te dar idéia do que virou a Comissão de Justiça e Paz.

¹⁰¹ **Ricardo Kotscho**, entrevista em 29.03.05.

“Mas, de repente, apareceu uma senhora baixinha e tal, lá na Comissão, e diz: ‘olha eu sei algumas coisas, há alguns anos, ou há muitos anos, nunca tive coragem de contar, mas agora vendo os senhores...’. Porque tinha um pouco de televisão, um pouco de jornal, foi a fase de maior notoriedade da Comissão de Justiça e Paz. Estou sendo muito cuidadoso em falar notoriedade e não importância, porque importância ela sempre teve. Essa senhora disse: ‘eu queria contar o meu caso, mas, eu só confio nos senhores, etcetera e tal...’. Então tomamos o depoimento confidencial. E quem era? Era a viúva do Manoel Fiel Filho. Esse depoimento mostrou, no seu detalhamento, a gravidade da coisa, e aí nós entregamos o caso para o Samuel MacDowell e para o Marco Antonio Barbosa, que promoveram uma ação de indenização civil.”¹⁰²

“Durante dois anos a esposa de Manoel Fiel Filho viveu com o medo de ser perseguida. Nos três meses seguintes à morte, morou na casa duma irmã. Depois, mudou-se para um apartamento e nunca mais quis voltar para a residência onde vivia com o marido. No bairro onde nasceu e sempre viveu, Água Rasa, os vizinhos perguntavam por Fiel. Com receio, ela mentia. ‘Ele teve um infarto na firma e morreu’.

“O exemplo de Clarice Herzog, determinada em esclarecer a morte de Vladimir, ajudou Teresa. Ela viu que também poderia lutar pela verdade. Resolveu procurar Dom Paulo Evaristo Arns, que colocou à sua disposição os advogados da Comissão Justiça e Paz. Estiveram no caso José Gregori, José Carlos Dias, Samuel McDowell de Figueiredo, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Heleno Fragoso e Sérgio Bermudes.

“O processo demorou. Só em 1997 Teresa Fiel foi indenizada pelo morte do marido. E só então a união reconheceu sua responsabilidade no assassinato”. O novo comandante do 2º Exército, Dilermando Gomes Monteiro, tinha bom contato com Dom Paulo e sempre lhe perguntava, afirmando, que as coisas estavam melhorando, “não estão, Dom Paulo?”. A resposta era um sonoro Não ! “A resposta do Cardeal vinha seguida duma série de reclamações sobre casos de tortura que continuavam acontecendo”.¹⁰³

.....

Márcia Jaime formou-se em Direito na PUC, turma de 1970 :

“José Carlos Dias deu algumas aulas no meu curso, a convite de professores de lá. Nós, os estudantes de direito da PUC, organizamos um julgamento do Esquadrão da Morte, e ele participou, bem como de outros eventos. Depois, também tive contato com José Carlos Dias quando ele trabalhou junto a política da Febem.

“Fui indicada para a Comissão, provavelmente por ele, em 1976, quando me apresentou Margarida Genevois. O que mais me marcou na Comissão foi que ali existia um grupo com espírito público, com espírito de realmente desenvolver um trabalho que pudesse significar uma alteração na sociedade brasileira, sem nenhum outro interesse, pessoal, de carreira política, enfim, sem nenhum interesse de se beneficiar para algum cargo, nada disso. Era realmente um grupo que tinha com objetivo lutar pelo bem comum, pelos princípios democráticos, pelos direitos humanos. A figura do Cardeal surge como a

¹⁰² **José Gregori**, entrevista em 23.03.04.

¹⁰³ **Evanize**, p.210

do grande inspirador, como aquele que nos estimulava nos momentos mais difíceis; ele era, realmente, o coração da Comissão “.¹⁰⁴

.....

No final dos anos 60 e nos anos 70, as pessoas egressas da prisão, traumatizadas pelos mais variados motivos, vivendo na clandestinidade, para aliviarem-se de seus padecimentos psicológicos, usando seus codinomes e dizendo-se indicadas pelo “Dr. Paiva”, um médico fictício, eram orientadas a procurar, no ambulatório psiquiátrico do Hospital das Clínicas, o Dr. Cesarino.

Antonio Carlos Massarotto Cesarino, que no final dos anos 80 veio a tornar-se membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, foi presidente da UEE - União Estadual dos Estudantes, em São Paulo, de 1956 a 1957. Integrava, também, o Grupão, um grupo universitário formado pela JUC, por um grupo que se chamava de independente, e por um pessoal de esquerda que não era propriamente do Partidão, sendo, alguns, da UJC - União da Juventude Comunista. Este Grupão foi a base do grupo que se integrou à AP - Ação Popular, em São Paulo; faz parte da pré-história da AP.

“Eu me considerava de esquerda, socialista. Sempre fui cristão, até pensava que era socialista cristão. Mas nunca fui da JUC, da UJC, do PC, do Partido Socialista. Quando me formei, percebi que me faltava muita coisa como médico. Por isto, mergulhei na Residência. Mesmo sendo psiquiatra, deveria ter uma boa base de medicina.

“Madre Cristina, no Sedes Sapientiae, onde fui professor e terapeuta, pesou muito na minha formação ética, psicoterápica e política, inclusive. Ela interrompia minhas aulas, em plena ditadura, para convocar para as passeatas. Um dia, no meio da aula, uma aluna fez sinal de silêncio para mim. Não entendi, terminei a aula e havia três rapazes desconhecidos, lá só estudavam mulheres, mas pensei que fossem alunos novos. A aluna veio me dizer, baixinho: ‘Os três são do Dops’. Nunca tive maiores problemas com a repressão, só fui preso antes do golpe, diversas vezes, chegava na delegacia e o delegado dizia: ‘Oi meu filho, que coisa, você é um quase médico, vai embora pra casa, vai, dê lembranças para o seu pai’.

“Nessa época, era conselheiro da UNE, uma espécie de senado, Conselho Nacional dos Estudantes e era um deles. Em seguida, foi eleito, para a presidência da UNE, o João Manoel Conrado Ribeiro. Eu seria o candidato natural, mas deixei de apresentar minha candidatura, em Nova Friburgo (1958), porque eu tinha uma prova e vim a São Paulo. Não consegui voltar para lá porque não tinha teto, os aviões não subiam, naquele tempo era mais precário do que hoje. O Conrado era do meu grupo, era meu secretário-geral quando presidi a UEE. Daí, fui me afastando e quando acabei a Residência fui-me embora direto para a Europa”.

Em Heidelberg, Cesarino doutorou-se em psiquiatria social, com um estudo estatístico dos principais diagnósticos psiquiátricos de 1900 a 1960, em duas Universidades, na Alemanha. Seu orientador foi um dos primeiros psiquiatras que, na Alemanha, fez psiquiatria social. Cesarino queria fazê-la no Brasil, mas quando voltou, não tinha onde e nem como. Só começou a trabalhar com psiquiatria social muito mais tarde, na

¹⁰⁴ Márcia Jaime, entrevista em 15 de junho de 2005

redemocratização, com Montoro no Estado e Covas na Prefeitura. Foi chefe do serviço de Saúde Mental da Secretaria de Saúde da Prefeitura e um dos organizadores do chamado Projeto da Zona Norte. Foi a primeira experiência, no Brasil, de gestão democrática da saúde mental, com uma série de resultados interessantes, lançando sementes que estão por aí.

Também foi do primeiro grupo de Psicodrama, no Brasil.. Começou por volta de 68, juntamente com o saudoso Pedro Paulo de Uzeda Moreira, com Laércio de Almeida Lopes, Íris de Azevedo, Alfredo Correia Soeiro, Deocleciano Alves, José Manuel d'Alessandro e Michael Schwartzschild, estes dois últimos também já falecidos.

“De repente, de dois grupos de doze a quinze pessoas cada, de um ano para o outro, estávamos com trezentos alunos de psicodrama. Tornou-se um movimento muito forte e fizemos o Congresso Internacional de 70, no MASP, que, na época, foi um grande ‘happening’.”

Paralelamente, atendia os que se diziam enviados pelo “Dr. Paiva”:

“Organizei, juntando uma porção de colegas psiquiatras, um serviço de atendimento à pessoas que tivessem sido torturadas ou nem tão torturadas, mas tinham sido presas e ficado assustadíssimas pela situação de repressão e estavam mal e não tinham dinheiro nenhum. As pessoas, quando me procuravam no ambulatório do Hospital das Clínicas, diziam ter sido indicadas pelo ‘Dr. Paiva’. Fiquei lá nos anos 70 e parte dos anos 80. Foi quando fizemos a primeira greve de médicos no Brasil, eu estava no CRM e no Sindicato de Médicos, mas isto já é outra história.

“Eu as atendia ou as encaminhava para os meus colegas. O único que posso falar o nome, porque tenho certeza de que ele me autorizaria se não tivesse morrido – no momento, não há tempo para consultarmos os demais – é o Pedro Paulo de Uzeda Moreira. Tratávamos destas pessoas, quando possível, no próprio HC, mas só eu trabalhava lá. Em geral, não era possível, estas pessoas não tinham documentos, tinham documentos falsos e não sei o nome de nenhuma delas até hoje, porque já chegavam com seus nomes de guerra. Quando não os atendia no HC, eu os recebia no consultório, quando possível, ou na rua, em qualquer lugar. Alguns eu recebia no meu apartamento, num período em que morava sozinho. Uma das mulheres que foi presa me avisou que olharam a carteirinha dela de endereços e estava lá o meu nome, telefone, e comentaram: ‘Ah ! Outra vez este Dr. Cesarino. Precisamos ir buscá-lo qualquer dia.’. Ai parei de receber no apartamento. Aos poucos, a clandestinidade foi sendo desmontada, estes clientes foram indo embora....

“Do Herbert de Souza, o Betinho, eu falo porque ele contou isto até na televisão. Tratei-o de um a dois anos, com regularidade. Víamo-nos praticamente toda a semana, íamos almoçar, cada vez num restaurante e eu pagava, ele sem um tostão. Durava uma hora, uma hora e meia, a gente almoçando, mastigando mesmo. No meu consultório era impossível, ele era a figura mais manjada do mundo. Ele não apareceu com codinome, era o Betinho mesmo.

“Betinho foi operado no HC por um cirurgião colega meu. Foi internado com nome falso e a cirurgia era de risco, porque tinha uma úlcera sangrante e era hemofílico. Foi operado, tratado de um jeito corretíssimo, teve alta médica mas não oficial. Um certo dia, vestiu-se com roupa comum e foi-se embora pelos fundos, um paciente que sumiu. Às vezes acontecia no HC. Sumiu. Saiu pelos fundos, lá onde é a Atlética, o clube dos estudantes. A partir destas fugas, fecharam lá embaixo, era o ponto de fuga das pessoas na situação dele, clandestinos que iam tratar de torturas, de tiros, estas coisas. Até hoje é

fechado, mas hoje tem porta, porteiro, mas de carro você não entra mais. Tudo isto foi nos anos 70.

“Houve um outro caso, o de um colega meu, seqüestrado para tratar de um militante que se feriu gravemente, não me lembro mais como é que foi, mas teve um dedo decepado e estava sangrando e precisavam de um cirurgião para tratá-lo. Seqüestraram este cirurgião, que é ótimo e meu amigo até hoje – também não vou falar o nome dele – para operar o rapaz. Conseguiram o material que ele mandou comprar, ele fez tudo direitinho mas ficou apavorado. Passei um tempão conversando com ele. Em seguida, ele ficou preso no Dops. Foi bem tratado mas teve que ver álbuns e álbuns de fotografia, para ver se reconhecia alguém. Não reconheceu ninguém ou não quis, mas acho que não conhecia ninguém porque não tinha nenhum envolvimento político. Enquanto estava preso, estavam também levantando a sua ficha. Quando viram que não havia nada, soltaram. Que eu saiba estas coisas nunca foram contadas, muito menos publicadas.”

Com relação aos torturadores, Cesarino observa:

“Um dia, um rapaz me contou que, depois de uma sessão de tortura, ficou sentado, conversando com os torturadores, estava um papo meio ameno. O torturador estava fumando, de repente jogou o cigarro no chão, pegou o pé do rapaz, descalço, para apagar o cigarro, no meio de um papo muito bom. ‘Acabou a sessão, não vou ser mais torturado’. Este tipo de coisa inesperadamente brutal, realmente agressivo, sem nenhuma meta, ‘vou te torturar para que você me conte onde está fulano’, tem até uma certa lógica, ainda que horrível, mas inteligível.’ Mas entender que você, que está conversando comigo amigavelmente, pega o meu pé e apaga o cigarro com o meu pé, sem razão, é um sadismo infantil, bem brutal.

“Havia mil coisas deste tipo. O que deprimia mais estes clientes não era o fato em si da tortura – claro que a tortura é sempre tortura – mas perceber o outro, o torturador, como uma pessoa que é animalesca, tão pouco solidária, má, má a este ponto, até de se divertir e brincar. ‘Eu estive arriscando a minha vida, inclusive tendo que ficar na clandestinidade, para salvar as pessoas e, de repente, uma destas pessoas que eu quis salvar está me destruindo.’¹⁰⁵

“Um torturador é criado, por exemplo, da seguinte maneira: na época da ditadura grega dos coronéis, de muita tortura, arregimentavam jovens, muito jovens, pessoal do interior, mal formado ou bem pouco informado, e eles eram colocados numa situação de viverem praticamente enclausurados, com treinamento militar, com pouco contato com o mundo exterior e disciplina muito rígida. Criavam entre si muita amizade, práticas esportivas. Jovens simples, tinham que obedecer. O treinamento de obediência era cotidiano. De repente, três horas da manhã, acorda todo mundo, banho frio, ‘não pensa, obedece’. Até que chega um dia no qual você recebe ordem de torturar seu companheiro que está ali, seu amigo, dorme na cama ao lado. E vai.

“Na SS dos alemães, cada juvenzinho recebia um cachorro. Alemão gosta muito de cachorro, não sei porquê. Eu também gosto. Pega um filhotinho e você tem a função de criar, de cuidar. Você vai ficando amigo, é quase um filhinho. Um dia, você recebe a ordem – também é a mesma coisa – mate o seu cachorro. Você vai fabricando um cara com uma

¹⁰⁵ Vide também CESARINO, A.C.M. “Tortura e Psiquiatria”. In: **Boletim de Psiquiatria**. Órgão Oficial do Centro de Estudos do Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Escola Paulista de Medicina. Volume 17, número 4, dezembro de 1984, p.177-180.

obediência cega, sem nenhum limite moral, sem raciocínio. Tem que fazer, faz, qualquer coisa.

“Na minha tese de doutorado, fiz um estudo estatístico dos principais diagnósticos psiquiátricos de 1900 a 1960, em duas Universidades, na Alemanha. Naquele tempo, se internava muito, praticamente todos os distúrbios mais graves eram internados. Os diagnósticos principais eram esquizofrenia, depressão, mania – que é o contrário da depressão -, e psicopatia, o que hoje chamamos de sóciopatia, o psicopata mesmo. O que acontece com estes diagnósticos no 3º Reich ? Desaparecem, não têm mais, diminui consideravelmente o número de psicopatas internados, os psicopatas, de alguma forma, seriam utilizados pelo regime. Não temos prova escrita disto, mas é uma das explicações”.

Quanto às reações dos torturados, fala o Dr. Cesarino :

“Eu diria que quem teve uma infância boa, pais cuidadores, protetores, e que, de alguma forma, davam uma formação psicológica boa, porque a criança ou adolescente se sentia bem recebido, evidentemente é um indivíduo mais forte na vida, com uma boa infraestrutura emocional, com mais facilidade para enfrentar todas as dificuldades que a vida sempre oferece. Certamente a tortura é uma das dificuldades mais extremas e essas pessoas teriam mais condições para agüentar do que outras que sempre tiveram uma vida infeliz, etc.

“Mas, por outro lado, isto não é puramente verdade. Primeiro, porque nunca tive uma preocupação de pesquisar sistematicamente a vida de ninguém. Os trabalhos que eu fazia eram bastante localizados porque estes militantes tinham que ficar muito pouco tempo sob meus cuidados. Não podiam ficar um, dois anos fazendo terapia comigo porque era arriscado para eles e para mim. Era uma coisa rápida e rasteira, dez a vinte sessões, comigo e com os outros colegas, também. O que durou mais tempo foi o Betinho que ficou um ano e meio, dois anos, não sei. Até que ele foi embora para o exterior. Demos o dinheiro para ele comprar passagem, já não lembro mais se ele foi via Argentina ou Paraguai.

“Eram terapias breves, terapia focal. Às vezes com remédio. Mas deu para ajudar boa parte das pessoas, dezenas e dezenas de pessoas que nós atendemos. Mas lembro-me bastante de um que ficou muito marcado. O torturador se dirigiu muito ao sexo dele. Eu nunca vi, mas ele dizia que tinha o pênis todo deformado, um dos testículos arrebitado com alicate. Ele chorava sempre. Uns não foram tão torturados ou tinham, de fato, uma estrutura psicológica mais forte e conseguiram superar.

“Estou lembrando, também, de um jovenzinho que foi muito torturado, mas depois passou, ele fez cartório, já era preso oficial, porque enquanto é torturado o cidadão não existe, se morrer, morreu, ninguém sabe. Mas depois que já fez cartório, como eles diziam, não vão torturar mais porque já têm as informações que queriam, então ele virou um herói. Ficou na Tiradentes junto com outros de esquerda, recebendo livros, cigarro, comida. Este rapaz, se não me engano, tinha interrompido um curso de Engenharia para entrar na luta armada, ficou preso até a Anistia, era um herói, tinha namorada, tinha tudo. Até aí ele estava muito bem. Quando saiu, ele não era mais herói, não tinha mais toda aquela paparicação de que os heróis eram alvo, não tinha mais a namorada, não tinha profissão, não tinha nada e aí ele deprimiu e me procurou. Foi mais um que tratei de graça porque era a mesma origem. Também perdeu o grupo de amigos, porque os amigos saíram e cada um pegou um destino – tudo classe média - e ele não tinha isto, não tinha substrato familiar suficiente, seus pais eram muito simples e deprimiu gravemente. Há também a depressão dos que agüentaram bem enquanto estavam presos, mas quando soltos e livres da tensão, deprimiram, uma depressão ‘pós-parto’.

“Não se pode classificá-los, os torturados, nem de heróicos e nem de covardes, porque os limites humanos são desconhecidos de todos nós. Ninguém sabe seu limite até atingi-lo. Você não pode dizer que é melhor a pessoa que pode levantar oitenta quilos do que a outra que só consegue levantar vinte. A mesma tortura em duas pessoas diferentes repercute de forma diversa. Um agüenta, outro desmorona. Há pessoas que têm uma estrutura mais resistente e outras que têm menos e ponto final. Só isso.”¹⁰⁶

¹⁰⁶ Antonio Carlos Cesarino, entrevista em 9 de junho de 2005

IV

O ESQUADRÃO

Em 26 de abril de 1976, a Comissão Justiça e Paz deu a público o livro Meu depoimento sobre o esquadrão da morte, de autoria de Hélio Bicudo.

Mas esta odisséia tinha começado anos antes.

“Quando fui nomeado arcebispo de São Paulo, a primeira coisa que fiz foi visitar os presos, celebrar a santa missa com eles e levar o capelão do hospital a cuidar bem deles, no sentido de terem acesso a Eucaristia e os demais presos também sentirem a presença da Igreja.

“Foi lá que o Betto me contou que uma pessoa ia ser morta na noite seguinte. Neste momento, esta pessoa, que ia ser morta, apareceu na janela ao lado e Betto me mostrou, de maneira que pude ver a feição daquela pessoa. Fui imediatamente para a Cúria, convidei Dom Benedito e fomos ao Governador que, naquele tempo, era o Laudo Natel. Deixei uma carta e ele respondeu à carta em três dias, dizendo que se o senhor não acredita em mim, o que mais eu posso fazer? Negou. Completamente. No dia seguinte, apareceu em todos os jornais um homem morto no Horto Florestal. Era aquele. Não sei o nome, mas frei Betto sabe o nome dele. Casos semelhantes apareciam em todos os lugares. A tortura se tornou lugar comum, para todos os presos”ⁱ

Perguntei a frei Betto o nome do preso:

“Não me lembro. Isso era muito comum. Foi o esquadrão da morte. O presídio Tiradentes era um presídio de detenção, aliás, chamava-se assim, Casa de Detenção. O que é uma casa de detenção? A polícia pega o sujeito na rua, em flagrante ou não e o detém até encaminhar o inquérito ao judiciário, ou seja, era a fase da tortura, do interrogatório. Então, todo o dia, de manhã, saiam os que eles chamavam de Bondão, que era um grande veículo fechado do DEIC, para onde levavam os presos, que eram torturados, lá, o dia inteiro. A volta do Bondão era deprimente para nós. Ver os caras que saiam inteiros e voltavam arrebatados.

“O Esquadrão da Morte ia lá de noite, com a conivência do diretor do presídio, Olinto Denardi – este cara está denunciado pelo Hélio Bicudo – eles iam lá à noite, tiravam os presos e os matavam na periferia, dizendo que houve um confronto, aquelas coisas. Como não estavam oficialmente presos, ninguém podia provar.

“Um dos recursos que o Hélio utilizou foi o fato de alguns deles, voltando muito machucados das torturas, serem atendidos por médicos presos políticos, que tiveram o cuidado de registrar o nome desses rapazes num caderno. Foi desse caderno que Bicudo se utilizou para mostrar que as vítimas do esquadrão eram sonegadas da justiça para serem liquidadas.”ⁱⁱ

.....

Hélio Bicudo, membro da Comissão e Procurador da Justiça do Estado de São Paulo, foi nomeado, em julho de 1970, para “*assumir a supervisão e orientação das tarefas pertinentes ao Ministério Público, no que respeita à preservação da Lei e do Direito, no episódio do denominado ‘Esquadrão da Morte’*”ⁱⁱⁱ

Um mês antes de sua nomeação, Agostinho dos Santos, investigador de Polícia, fora morto nos arredores da capital paulista. A Polícia de São Paulo logo o vingara, pois seu assassino, vulgo Nego Sete, fora varado por uns oitenta tiros. Sobre esta sanha de vingança, escreveu posteriormente o Dr. Bicudo, que o *“sangue desse marginal, porém, não foi o bastante, nem suficiente, para saciar a sede de vingança dos companheiros do investigador assassinado. Para eles, a cada policial morto no cumprimento do dever, tinha de corresponder já não o sacrifício de quem lhe roubara a vida, mas o de dez marginais. Dez vidas por uma só ! Como sinal dos tempos de violência que vivemos, não podia haver nada mais triste.*

“E, se bem o disseram, os vingativos policiais melhor o fizeram retirando do Presídio Tiradentes nove ou dez presos, os quais foram fuzilados numa seqüência de dias que se contam entre os mais negros da história de uma sociedade organicamente diferenciada como a paulista, que justamente se reclama do seu culto ao Direito e à Justiça”.^{iv}

Sua nomeação irritou *“altos escalões do governo estadual, tanto assim que o Procurador Geral esteve a pique de cair”*. Percebendo que a polícia se recusava a cooperar, Bicudo decidiu pedir auxílio aos órgãos federais. Uma audiência com o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em nada resultou. O Governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré, nomeou uma comissão administrativa, em agosto, entendendo que assim afastaria Bicudo das investigações, mas a Comissão é que foi desfeita, em outubro, por conflitar com o processo judicial.

“A leitura das sindicâncias revelou que era exata a idéia de que o ‘Esquadrão da Morte’, institucionalizado na Polícia, deixara de obedecer às intenções que tinham aparentemente presidido à sua formação. Se, logo de início, parecia que ele tomava a simpática atitude de defender as pessoas e os bens da população desta cidade, eliminando bandidos, não tardou a impor-se-nos a conclusão de que semelhante instrumento servia para favorecer quadrilhas de traficantes de drogas em detrimento de outras, assegurar a prostituição organizada e vender proteção, pura e simplesmente, a exemplo do que fazia e ainda hoje faz nos Estados Unidos, a Máfia. Constituíra-se assim, dentro do Poder Policial, um poder maior e incontrolável, que era usado para fins inconfessáveis e que, livre de peias legais, também poderia vir a ser utilizado para fins políticos”.^v

A investigação da morte de “Nego Sete” pelo Esquadrão, e com testemunhas, inclusive de um padre, padre Agostinho, deram novos e fortes provas do crime. Mas o delegado Sérgio Paranhos Fleury, participante, inclusive, desta morte, tinha sua impunidade assegurada:

“Era, sem dúvida, um autêntico produto do meio em que moldou sua personalidade. Homem de alguma coragem pessoal, deixou-se, entretanto, arrastar pelas seduções do próprio mundo que se dispôs a combater. Segundo testemunhos registrados em vários processos, tornou-se homicida cruel, corrompeu-se no tráfico de entorpecentes e ele próprio sujeitou-se a dopagens que, segundo um policial do DEIC, eram a única maneira de comandar as matanças frias, como aquelas executadas pelo ‘Esquadrão da Morte’.

“De uma atuação destacada nessa entidade homicida, foi o delegado Fleury chamado pelos órgãos de segurança para a luta contra o terrorismo. Nela se atolou completamente, participando de caçadas, prisões, torturas e execuções de elementos incriminados de subversivos. E, como tal, chegou a ser considerado, pelas Forças

Armadas, como verdadeiro herói nacional, condecorado, dentre outros, pelo Ministério da Marinha, com a medalha de ‘Amigo da Marinha’.

“E daí a proteção de que se beneficiava e continua beneficiando.”^{vi} Temido, por essa mesma proteção, recebe vênias de juizes e promotores temerosos de futuras e eventuais represálias. Transformado em homem símbolo da luta contra a subversão, não se pejaram as autoridades federais de lhe dispensar todo o peso de um apoio incondicional, que chegou a se refletir na edição de lei especial que o pudesse livrar da prisão provisória decorrente de sentenças de pronúncia que o remetiam a julgamento pelo Tribunal do Júri e impondo censura a órgãos de imprensa que expediam considerações a propósito de sua atuação policial, apontando-o como violento e corrupto.”^{vii}

A ousadia de Hélio Bicudo tornou-o alvo de ameaças não só a sua pessoa mas aos seus familiares. Para garantir a continuidade de seu trabalho, julgou necessário que a opinião pública fosse devidamente informada.

“Foi por esse motivo que acedi a informar jornais e revistas daquilo que se passava em São Paulo e das dificuldades que se antepunham a uma atividade que era indubitavelmente do mais alto interesse público. Essa orientação me valeu não poucas críticas, porque, segundo se afirmava, permitia que notícias desabonadoras para o País circulassem no Exterior.”^{viii}

Em suas investigações, Hélio Bicudo logrou obter provas de outras retiradas de pessoas da prisão para serem mortos na periferia da cidade, além de outros crimes, conseguindo denunciar cerca de 35 pessoas, entre delegados, investigadores, outros funcionários da polícia e alcaguetas.^{ix} Seu trabalho acarretou um aumento da pressão contra a sua pessoa, redundando em sua exoneração, pelo procurador-geral do Estado, em 2 de agosto de 1971. Em Brasília, os senadores Franco Montoro e Carvalho Pinto pronunciaram-se a seu favor.

Ao ser afastado de suas atribuições, Hélio Bicudo encaminhou relatório de suas atividades ao Procuradores de Justiça, no qual podemos ler, entre outras afirmativas :

“A par das ameaças, através de telefonemas anônimos começaram a surgir notícias de que não se toleraria a inclusão, nas denúncias, do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. A esse respeito, recebi a visita do Procurador da Justiça, João Batista de Santana, assessor do referido Secretário da Segurança Danilo Darcy da Cunha Mello, que se achou no dever de avisar-me de que estava eu sendo considerado pelas autoridades da Secretaria da Segurança, senão comunista, pelo menos um ‘inocente útil’, pois a incriminação daquele delegado – responsável pela morte do terrorista Marighela – seria tomada como ato de contestação aos órgãos de segurança, na área de São Paulo”(...

“Desejo ainda acentuar que o trabalho realizado o foi em meio de ameaças e pressões de toda a sorte: desde pronunciamentos e entrevistas do então Governador do Estado, sr. Roberto Costa de Abreu Sodré, negando até a existência do ‘Esquadrão da Morte’, notícias de atentados pessoais, ‘fugas’ misteriosas como a ultimamente, ocorrida no Departamento Estadual de Ordem Pública e Social (DEOPS), do policial Ademar Augusto de Oliveira, onde se acham implicados dois delegados de polícia, e ameaças de represálias pessoais, com a montagem de investigações para incriminar a minha atuação na vida pública, como atentatória da segurança nacional ou propiciadora de enriquecimento ilícito. E não poderia deixar de lamentar que – à exceção de dois policiais de pequena categoria – nenhum dos implicados foi, sequer, afastado de suas funções, e, muito ao contrário, alguns deles foram elogiados publicamente, promovidos por

merecimento e até, um deles condecorado, num verdadeiro e inconcebível acinte à própria majestade da Justiça.”(...)

“E, ao terminar, ressalto a contribuição ímpar dos doutores Dirceu de Mello e José Sylvio Fonseca Tavares, os quais, com grande dedicação e invulgar espírito público se constituíram em colaboradores de tanta relevância que não fôsse o auxílio por eles emprestado, dificilmente conseguiríamos chegar aos resultados assinalados. E, por igual, não poderia omitir a atuação dos ilustres e dignos juízes Nelson Fonseca, titular da Vara da Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária e do juiz auxiliar Paulo Restiffe Netto, que tudo fizeram para apoiar as iniciativas do Ministério Público, demonstrando profundo e equilibrado senso de Justiça. Por último, é de se assinalar a dedicação de todos os funcionários da Vara e, em particular, de d. Yara De Nolla, que se desdobraram, sem considerações pessoais, para que a nossa missão tivesse o suporte material indispensável aos resultados a que chegou”^x

“Só depois de ter deixado a supervisão das apurações relativas ao ‘Esquadrão da Morte’ é que tive a satisfação de receber os votos de solidariedade de gente de todas as camadas, desde homens simples do povo a altos dignatários civis e eclesiásticos. Particularmente, a Associação dos Advogados de São Paulo, o Instituto dos Advogados, os Tribunais de Alçada Civil e Criminal, apressaram-se em congratular-se comigo pelos serviços que prestei.”^{xi}

As represálias não se fizeram esperar. Seu escritório na alameda Santos foi invadido em setembro de 1971. Dias antes, fora perseguido por um carro, no Rio de Janeiro. Em janeiro de 1976, sua residência, em São Paulo, foi violada. Estes casos até hoje não foram apurados.

Hélio Bicudo escreveu o livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* em três meses, publicando-o só cinco anos depois, em 1976.^{xii}

Frei Ludovico, da Editora Vozes, recusou publicá-lo para não correr o risco da apreensão. Júlio de Mesquita Neto, do jornal O Estado de São Paulo, do qual Hélio Bicudo foi editorialista durante vinte e sete anos, encaminhou-o para Carlos Lacerda. O encontro deu-se no Hotel Jaraguá e foi constrangedor, segundo Bicudo, pois mal se conheciam, e foi recebido por um Lacerda sem sapatos, sem camisas, apenas de calças e vistosas correntes de ouro sobre o peito. Lacerda prometeu publicá-lo mas, tempos depois, enviou carta dizendo que só o publicaria se o autor desse a Roberto de Abreu Sodré, governador do Estado de São Paulo na época dos feitos narrados, o direito de defesa. Fernando Gasparian, da Editora Paz e Terra, dispôs-se a editá-lo, mas Hélio não quis expor um amigo que já tinha suficientes problemas com o governo militar.

Comentando com D. Paulo que estava desistindo de editar o livro, o Cardeal Arns imediatamente bancou a publicação, através da Comissão Justiça e Paz, com a impressão, na Revista dos Tribunais, de 3.000 exemplares. Assim que ficou pronto, os membros da Comissão, perante a hipótese de uma provável apreensão, passaram a noite preparando a remessa dos exemplares pelo correio, para as mais variadas autoridades e pessoas ligadas à defesa dos direitos do cidadão^{xiii}. Esta estratégia revelou-se mais do que acertada quando a

Polícia Federal chamou Dalmo Dallari, então presidente da entidade, e Hélio Bicudo, na intenção de proibir a distribuição.

Margarida Genevois sempre conta da sensação que sentiu quando um soldado entrou na sala da Comissão, na Cúria, carregando um exemplar do livro. Estou presa, pensou, mas o rapaz queria apenas trocar o exemplar que o Secretário de Segurança Pública recebera, com diversas páginas em branco.

No mesmo dia da 1ª edição (26 de abril de 1976), providenciou-se a segunda, num total, até agora, de nove edições, com os direitos autorais cedidos para a Comissão Justiça e Paz, nomeada, no livro, como Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. O prefácio de Ruy Mesquita e a Apresentação da Comissão constam da obra desde o seu surgimento :

“O rigor da moral evangélica considera como ‘servo inútil’ o que se limitou a realizar a sua tarefa, sem nada acrescentar de iniciativa ou de criação pessoal (Lucas 17, 7-10). Na lógica da ‘boa nova’, só é digno de louvor quem agiu por amor, o que supõe um superamento do caráter obrigatório ou vinculado do ato praticado.

Sem dúvida, na organização administrativa do Estado, esse rigor não é aplicável. Admite-se que o funcionário público seja premiado pelo estrito cumprimento de seus deveres estatutários. Em contrapartida, porém, a prevaricação, consistente na falta de desempenho de um dever de ofício, em razão de sentimento ou de interesse pessoal, é punida como crime.

Tratando-se de um membro do Ministério Público, cujo munus consiste na defesa do interesse social pela iniciativa de aplicação da lei, a ninguém ocorreria louvá-lo, numa sociedade bem formada, pelo simples fato de executar, estritamente, as suas obrigações funcionais de promover a persecução judicial de criminosos. Pode-se, pois, afirmar, com absoluta segurança que, quando um representante do Ministério Público necessita de uma virtude fora do comum para exercer o seu ofício, do qual acaba sendo afastado pelo próprio Estado sem razões plausíveis, é porque se está diante de grave deformação social.

Ao patrocinar a publicação do presente trabalho, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo não teve em mira louvar a atuação de um dos seus mais ilustres membros, mas denunciar uma situação de permanente assalto à segurança pública, perpetrado por funcionários precipuamente incumbidos de preservá-la.”

A partir da 2ª edição, consta uma advertência do autor para evitar “interpretações menos exatas” :

“O esquadrão havia matado algumas centenas de pobres diabos, durante a gestão, na Vara da Corregedoria da Polícia e dos Presídios, do Juiz Alexandrino Prado Sampaio, que se quedava impassível diante desse morticínio. As sindicâncias que, posteriormente, levaram à identificação dos assassinos foram encontradas abandonadas na Corregedoria.

Com a substituição do juiz Alexandrino Prado Sampaio pelo juiz Nelson Fonseca, a mudança foi rápida. Tomando este conhecimento imediato do problema, representou incontinenti ao Tribunal de Justiça, afirmando que não tinha meios de cumprir seu dever, pois a Polícia negava-se a cooperar e inerte permanecia o Ministério Público. A partir desse momento a Justiça saiu do fundo do poço, com o discurso proferido pelo presidente Cantidiano Garcia de Almeida, que consta do Apêndice no. 7.

O mais está contado em meu depoimento.”

Em 18 de outubro de 1976, a propósito do livro, O Jornal do Brasil publicou matéria sob o título “Bicudo revela o que sabe sobre o Esquadrão da Morte”.^{xiv} O final da entrevista diz :

“O delegado Sérgio Paranhos Fleury é descrito por, Bicudo como figura de destaque na atuação do Esquadrão da Morte, mas não como sua principal figura : ‘Ele apenas cumpria uma tarefa que lhe atribuíram. É, sem dúvida, um autêntico produto do meio em que moldou sua personalidade. Homem de alguma coragem pessoal, deixou-se, entretanto, arrastar pelas seduções do próprio mundo que se dispôs a combater. Segundo testemunhos registrados em vários processos, tornou-se homicida cruel’.

Lembra Bicudo que o delegado Fleury chegou a ser preso devido a um pronunciamento da Justiça. Pergunta : ‘O que aconteceu ?’ e responde : ‘Foi promulgada uma lei, no ano de 1973, que modificou o Código Penal Brasileiro, segundo a qual os pronunciados poderiam ser processados em liberdade, até o dia do julgamento. Considero essa lei – que, por sinal, acabou merecendo o nome de Lei Fleury – uma quebra no Direito. Não só no Brasil, mas de todos os povos civilizados.

O procurador admite que a passagem do delegado Fleury para o combate à subversão prejudicou a continuidade das investigações.

Hélio Bicudo conclui : ‘A partir do momento em que realmente começaram a surgir provas que incriminavam policiais na formação e atuação do Esquadrão da Morte, passei a ser uma figura incômoda para a administração pública. Esse incômodo tornou-se ainda maior quando avisei que iria iniciar a fase de investigações que me levaria aos verdadeiros mentores intelectuais do Esquadrão. Fui, então, exonerado.’

No dia seguinte, 19 de outubro, o jornal *La Suisse* noticia o livro sob o título “L’escadron de la mort brésilien aurait fait 200 morts à Sao Paulo :

“Le commissaire Sergio Paranhos Fleury, qui avait dirigé les opérations de police qui avaient entraîné la mort de deux dirigeants communistes, Carlos Marighela et Joaquim Camara, en 1969 e 1970, ‘est un membre de l ’escadron de la mort’, révèle en outre M. Bicudo, qui précise que Fleury fut ‘protégé par les autorités en raison de son combat contre la subversion’.

O Jornal da Tarde de 27 de novembro de 1976 publica um artigo do escritor Osman Lins, que faleceria dois anos depois, sob o título “*Discutindo uma punição*”, no caso a que o Procurador Geral da Justiça, Dr. Gilberto Quintanilha Ribeiro, infligira a Hélio Bicudo. Escreve o autor de Avalovara :

“Não conheço o Dr. Hélio Pereira Bicudo e, do seu livro, li apenas alguns trechos publicados na imprensa. Do que li, pude inferir quatro coisas: o autor é um homem desiludido com o aparelho judicial a que pertence e a que tem servido toda a sua vida; não é, entretanto, um desiludido da opinião pública, um homem sem fé no seu povo, para o qual, em última instância, parece apelar; deve ter motivos fortes para vir a público, pois não iria arriscar sem razões sua longa carreira e até, pode-se dizer, sua integridade física; se o fez, é por amor à Justiça”.

E, mais adiante, com referência ao sigilo que Bicudo teria infringido :

“Para mim – e acho que também para o público, ou para uma grande parcela do público, as Leis, Regulamentos e Atos que obrigam os ilustres membros do Ministério Público a esse sigilo são bem discutíveis. Estarei equivocado se penso que elas põem o Colégio de Procuradores ao abrigo da opinião pública ? Pensemos bem, amigos: nunca se

faz a portas fechadas, encerradas a sete chaves, sob votos de sigilo, com sanções para quem romper o segredo, aquilo que visa ao bem comum e que paira acima das críticas.”

No Jornal O Estado de São Paulo de 8 de dezembro do mesmo ano, o também escritor Luís Martins, comentando o artigo de Osman, que dizia não conhecer Bicudo, escreve, na crônica “Um Homem” :

“Pois eu o conheço, meu caro Osman – e li todo o seu livro, num exemplar que teve a gentileza de me oferecer.

“Tenho a impressão de que você se surpreenderia, se fosse apresentado ao procurador Hélio Bicudo. Talvez o imagine um homenzarrão com porte de atleta, ar de valentão, falando grosso, espécie de ferrabraz desabusado, tipo convencional do herói cinematográfico que, em defesa de um ideal, enfrenta e desafia céus e terras, disposto a topar qualquer parada. Talvez você assim o imaginasse. E ver-se-ia em frente a um cavalheiro de ar recolhido, aparência tímida, fala mansa, atitudes discretas e corteses – e um sorriso cordial cintilando sob o bigode já grisalho. As aparências enganam.”

E, encerrando a crônica :

“Uma semana depois (o seu livro tinha acabado de sair), eu o encontrei por acaso, num estacionamento de automóveis: estava só e era a própria imagem da modéstia e da tranquilidade. Vale a pena conhecê-lo, Osman Lins. Hoje em dia, quando se diz de alguém que ‘é um homem’, já se lhe presta excepcional homenagem. Pois Hélio Bicudo é um homem extraordinário. Quanto ao seu artigo, permita-me dizer-lhe que me pareceu uma convincente e irresponsável manifestação de bom-senso e equidade.”

El Miami Herald, de 23 de fevereiro de 1977, publica artigo de João Alves das Neves^{xv}, sob o título “? Que és el ‘escuadrón de la muerte?’”, noticiando a publicação do livro.

“Io e lo squadrone della morte”. Sob este título, a revista italiana L’Europeo^{xvi}, publica entrevista de Duilio Pallottelli com Bicudo : “Helio Pereira Bicudo è un uomo di 54 anni, fragile, minuto.....Dopo l’intervista sono andato nella sua casa, alla periferia di San Paolo, dove vive con la moglie e sette figli. L’ho fotografato in giardino, insime ai ragazzi. Quando l’ho salutato ho avuto la sensazione che la sua piccola mano, ossuta e gentile, si spezzava dentro la mia.”

Em abril de 1977, a revista alemã Stern^{xvii}, sob o título *Die furchtlose Kirche*, publicou ampla matéria sob a Igreja Católica perseguida pela ditadura militar no Brasil, relatando o seqüestro de D. Adriano Hipólito, a morte do padre João Bosco Bunier, a atuação intrépida de D. Paulo Evaristo Arns e a publicação do livro de Hélio : *“Bicudo teve problemas iniciais para conseguir um editor, posto que os documentos por ele apontados demonstravam, sem sombra de dúvida, que os esquadrões da morte agiam com a aprovação de do governo militar, Somente a Igreja Católica ousou publicar o livro de Bicudo. Desde então, também o autor é destinatário de cartas ameaçadoras da AAB. Acerca dos propósitos deste grupo, Bicudo disse : ‘Para eles, quem proferir uma crítica é comunista’. A organização de assistência a presos políticos, Amnesty International, indica que, nos últimos dez anos, ocorreram três mil torturas e matanças, por conta do esquadrão da morte. Atrás da fachada de alegria de viver, do Pão de Açúcar, da Praia de Copacabana e dos shows de samba, estabeleceu-se, no Brasil, um dos regimes mais perversos do mundo.”*

Em 19 de abril de 1977, o Jornal do Brasil publica a 5ª edição do livro : *“Há 20 semanas na relação dos mais vendidos, o livro Meu depoimento...chega agora às livrarias em quinta edição e atinge 25 mil exemplares desde seu lançamento”*.

Dalmo de Abreu Dallari publica, em 12 de junho, no Suplemento Cultural do jornal O Estado de São Paulo, uma resenha, de duas colunas, do livro, em que diz : *“escrito em estilo direto, mencionando nomes, descendo a pormenores dos fatos, sem nenhuma veleidade de brilho literário, mas com a preocupação de comprovar cada afirmação, sendo importante notar que o livro contém um Apêndice de cento e sessenta páginas, nas quais se acham transcritos documentos altamente esclarecedores. Por que o livro ? É o próprio Autor quem o explica, informando que pretendeu dar ao trabalho, ‘não só os contornos de um depoimento, mas os de uma advertência contra o poder extralegal, que conduz, inevitavelmente, às formas mais graves de violência contra a pessoa humana’ ”*. E, no último parágrafo do texto a que chamou de *“Violência : ação e omissão”* :

“O depoimento de Hélio Pereira Bicudo é rico em pormenores e sobejamente elucidativo, contendo, realmente, uma advertência, dirigida aos que se esquecem de que o homem mais miserável, mais degradado, continua sendo um ser humano e deve ser tratado com justiça para que possa recuperar sua dignidade. Mas a advertência dirige-se também aos que acreditam que a violência, o arbítrio, a ação ilegal, podem ser convenientes à sociedade, sem se lembrarem de que uma vez arrombadas as comportas da legalidade, ninguém mais está protegido, sendo absolutamente improvável que a força bruta seja um caminho para a Justiça”.

A Revistas Veja publica, em janeiro de 1978, a relação dos livros mais vendidos no ano anterior. O livro Meu depoimento...aparece em quarto lugar, precedido por A Ilha, de Fernando de Moraes, o mais vendido, por Confesso que Vivi, de Pablo Neruda e por Os Militares no Poder, de Carlos Castello Branco

A revista semanal Isto É, de 8 de março de 1978, publicou comentário de Hélio Bicudo sobre o filme *Lúcio Flávio, O Passageiro da Agonia* :^{xviii}

“O filme de Hector Babenco é entregue ao público no momento em que a problemática do Esquadrão da Morte volta à tona do debate por ter sido decretada e, logo a seguir, quebrada a prisão preventiva de seu principal executivo, num ato – o primeiro –que, em outras circunstâncias, poderia ser considerado como de mera rotina, nos trâmites de um processo penal”.

No mesmo exemplar da revista, podia-se ler *“Durou muito pouco o infortúnio de Fleury”*, matéria contando que, preso durante sete dias, Fleury fora solto por ordem do juiz substituto Péricles de Toledo Piza, por seus *“bons antecedentes”*, voltando a ser diretor do DEIC. Mas, voltando ao texto de Hélio Bicudo :

“O instante é auspicioso, porque O Passageiro da Agonia mostra, com nítidos coloridos, como se fabrica um marginal, como ele é transformado em perigoso bandido e, no final, eliminado, porque não mais interessa ou porque se transformou num ‘arquivo’ por demais comprometedor, nas entrelaçadas relações entre o submundo da polícia e do crime”

Não está, neste parágrafo, a síntese da vida e morte do próprio Fleury ?

No mesmo mês, para a Revista Fatos e Fotos^{xix}, Bicudo declara que a libertação de Fleury prova que a polícia é quem manda e que o esquadrão da morte está bem vivo, matando ainda mais.

Em maio de 1978, a revista Entreviú^{xx} publica “Asesinos por cuenta del Estado”, e, sob a foto de Bicudo : *“Encargado de las investigaciones hasta que se pararon los pies. Empezaba a llegar al fondo”*.

Em sua edição mensal de novembro de 1978, a Revista Playboy publica uma entrevista de 12 páginas com Hélio Bicudo, *“O procurador da Justiça que desmascarou o Esquadrão da Morte”*.^{xxi} Ao apresentá-lo, a reportagem lembra que em 1955, de volta do interior, Bicudo foi designado para apurar o caso dos chevrolets, uma compra irregular de caminhões, feita pelo ex-governador Adhemar de Barros, que *“foi condenado por peculato e fugiu para a Bolívia (embora tenha conseguido depois que o Supremo Tribunal Federal anulasse a condenação e tenha até voltado ao governo paulista – um espécie de lição política que o digno Bicudo preferiu não aprender, como comprovou mais tarde em sua luta contra o Esquadrão)”*.

Bicudo afirma que foi exonerado quando ia passar da investigação dos autores diretos dos crimes do Esquadrão para os autores intelectuais; que em 1971 chegou a escrever uma carta – testamento, pois *“confiava muito mais nesse tipo de proteção do que na proteção que a polícia me dava”*, com cópias para Júlio de Mesquita Neto e para um estrangeiro que poderia divulgá-la internacionalmente se lhe acontecesse algo. Define que ser cristão é *“tentar se aproximar o tanto quanto possível das palavras dos Evangelhos: proteger o fraco contra o poderoso; lutar contra as injustiças sociais; tentar exercer suas atividades no sentido, como no meu caso no Ministério Público, de que a justiça se faça da maneira mais perfeita possível; tratar o delinqüente com o respeito que toda pessoa humana merece; e até mesmo lutar para que os direitos dos delinqüentes, que são os direitos da pessoa humana, sejam respeitados em qualquer faixa da atividade judiciária. Enfim, tratar de amar o próximo como a si mesmo.”*

Referindo-se ao fato de que o delegado Fleury estava engajado na luta contra a subversão, tarefa, no seu entender, que deveria ser entregue a um homem de passado absolutamente limpo. *“Uma má escolha não justificaria a permanência dele nessa luta”*. Perguntado, disse que não participaria do movimento de 64 porque é *“fácil retirar um Estado dos quadros constitucionais. Depois, para fazer a reposição, é uma luta de muitos anos”*. As omissões do Governo João Goulart *“poderiam ser corrigidas através dos mecanismos constitucionais existentes. Ele poderia sofrer um impeachment e a substituição se processaria normalmente”*.

Afirmou que a Justiça brasileira é uma Justiça de classe, sem equidade. *“É um problema de estrutura. Precisa mudar toda a estrutura social para que a gente possa realmente distribuir Justiça igual para todos”*. Colocando-se totalmente contra qualquer

tipo de censura, entre outras declarações, Bicudo disse que aquela revista poderia ser uma mera diversão visual para muitos mas achava que *“ela é uma revista séria. Li muitos artigos de grande seriedade na revista Playboy e foi exatamente por este motivo que acedi a fazer esta entrevista...”*

Em 19 de agosto de 1979, o Suplemento Cultural do jornal O Estado de São Paulo noticia o lançamento de *“Testimonianza sullo Squadrone della Morte”*, pela Editora Einaudi, de Turim, com 213 páginas. *“A tradução italiana, de responsabilidade de Savino D’Amico, com uma interessante nota introdutória, de autoria de M. A, que revela profundo conhecimento do episódio, de suas causas e implicações, guarda inteira fidelidade à edição brasileira, contendo, além do prefácio do jornalista Ruy Mesquita, todos os documentos que acompanham o texto original em português. De lembrar-se que ‘O meu depoimento sobre o esquadrão da morte’ já foi traduzido e editado em francês, espanhol e alemão, havendo projeto de uma edição em língua inglesa.*

Joana, a personagem de um seriado de 25 episódios, cada um com uma história, a repórter vivida por Regina Duarte, acompanhada pelo fotógrafo Marco Nanini, entrevistou Hélio Bicudo, em um dos capítulos.^{xxii}

Quando conversamos em sua casa, naquela já distante manhã de setembro de 2001, em meio a muitos outros jornais e revistas aqui não mencionados, perguntamos a Hélio Bicudo, então vice-prefeito da cidade de São Paulo, o que mais o realizara, escrever Meu depoimento...ou fundar o Centro Santo Dias ? Respondeu que nem uma coisa, nem outra, sua maior realização é ter tido o privilégio de trabalhar com Dom Paulo Evaristo, o Cardeal Arns. Compreendemos imediatamente.

ⁱ Dom Paulo Evaristo Arns, entrevista

ⁱⁱ Frei Betto, entrevista em 11 de maio de 2005

ⁱⁱⁱ BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 7ª ed. Ampliada. SP. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978, p.9

^{iv} **Meu depoimento**, p.17

^v **Meu depoimento**, p.26 e 27

^{vi} Fleury morreu em circunstâncias, por muitos consideradas como queima de arquivo, afogado nas águas do canal de Ilha Bela.

^{vii} **Meu depoimento**., p.41 e 42

^{viii} **Meu depoimento**, p.53

^{ix} Cf. O Estado de São Paulo, de 4 de agosto de 1971. Vide **Meu depoimento**, p.219.

^x **Meu depoimento**. Apêndice 28, p.235 a 242.

^{xi} **Meu depoimento**, p.84

^{xii} Os dados a seguir são fruto de entrevista com o Dr. Hélio Bicudo em 18 de setembro de 2001.

^{xiii} Em uma lista à guisa de sugestão para remessa dos primeiros exemplares do livro, constante do arquivo Hélio Bicudo, pode-se ler : 1. Presidente da República Francesa, 2. Ministro da Justiça da República Francesa.

3. Embaixador brasileiro em Paris, 4. Batonnier da Ordem dos Advogados na França, 5. Presidente da Comissão Justiça e Paz na França, 6. Arcebispo de Paris, 7. Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, 8. Secretário Geral da Conferência da Religião e Paz, em New York, 9. Arcebispo Proux, em Hull, Quebec, Canadá, 10. Embaixador dos U.S.A. em Paris, 11. Presidente dos U.S.A , 12. Embaixador Todman (U.S.A), 13. Embaixador Young (O N.U.), 14. Presidente da República Federal Alemã, 16. Secretário Geral do Vaticano, 16. Presidente do Brasil.

^{xiv} Todas as notícias e dados sobre o livro foram gentilmente cedidos para consulta pelo Dr. Hélio Bicudo, que nos franqueou seus arquivos pessoais, visando a redação deste histórico da Comissão.

^{xv} Colunista de O Estado de São Paulo, especialista em temas políticos e sócio-econômicos, sobre os quais colabora regularmente na Seção Esquina Latinoamericana da ALA Press (informa o próprio jornal, cf. recorte do arquivo Hélio Bicudo.)

^{xvi} L'Europeo. Settimanale Politico di Attualità. Ano XXXIII – no. 7 (1611), 18 febbraio 1977. Rizzoli-Editore, Milano-Roma, Printed in Italy, p.44 a 47 (com fotos chocantes do Esquadrão). No número seguinte a revista publica “Brasile : viaggio nella violenza politica”, citando novamente Bicudo, além de Percival de Souza e Aguinaldo Silva. E fazendo ligação da criminalidade com o jogo de bicho. O mesmo jornalista da matéria anterior, Duilio Pallottelli, informa que o livro de Bicudo é um best-seller, em termos de Brasil, ainda à venda em São Paulo mas fora de circulação no Rio de Janeiro.

^{xvii} Stern Magazine. Hamburgo, 21 april 1977, no. 18, p.70 a 76 e 236/237.

^{xviii} BICUDO, Hélio. O Terror vem ao alto – A trama que Lúcio Flávio ajudou a desvendar, in Revista Isto É . SP, Encontro Editorial Ltda, ano 2, no. 63, 8 de março de 1978, pág.72.

^{xix} Fatos e Fotos. RJ, Bloch Editora, 13 de março de 1978, no. 864, ano XVI, p.14 a 17.

^{xx} Entrevi. Barcelona, publicación semanal de Ediciones Zeta AS, ano 3, no. 103, 4-10 mayo 1978, pág.28 e segs.

^{xxi} Playboy. SP, Editora Abril, novembro de 1978, n.40, págs : 35, 36, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 122, 123, 124 e 126.

^{xxii} Revista Manchete. RJ, Bloch Editora, 22 de setembro de 1984, no. 692, ano 33, p.118. Em 30 de outubro de 1976, o no. 280, ano 21, págs.20 e 21, a mesma revista anunciara o lançamento do livro.

V

MADRUGADA

Minha cara leitora ou meu caro leitor: você é um ser único, um indivíduo que não se repete, e, como tal, patrimônio comum da humanidade. Só você tem uma determinada impressão digital, um timbre de voz, um potencial único para contribuir nos destinos de sua comunidade e, portanto, da humanidade. Cada vida que se perde, seja por desnutrição, antes de um ano de idade, seja por fome, aos cinco, seja pelas guerras, violência policial, acidentes de trânsito, de trabalhos, ou quaisquer outros, é uma perda irreparável.

Sendo único, indivíduo, você é diferente das outras pessoas, diferente mas jamais desigual. A igualdade é um dos fatores que o definem em sua dignidade. Do ponto de vista social, nós “não nascemos iguais, enquanto membros de uma coletividade, nós nos tornamos iguais em virtude de uma decisão conjunta que garanta a todos direitos iguais”, escreveu Celso Lafer. Do ponto de vista teológico, somos iguais porque somos, todos, filhos de Deus. E do ponto de vista ontológico, somos iguais porque sujeitos à mesma condição humana.

O brasileiro, como insiste o prof. Comparato, bem ou mal sabe o que é a liberdade, mas não tem a mínima noção de igualdade. País com a mais longa escravidão oficial, no ocidente, da qual resulta um profundo desprezo pela vida humana, explícito por figurar entre os campeões mundiais de acidentes de trabalho, de trânsito e de violência policial; também entre os primeiros na concentração de renda, com a maior parte numérica da população vivendo abaixo ou na linha da pobreza, o Brasil, repito, não se destaca pela noção de igualdade.

Quanto ao crime, boa parte dos criminosos não se percebia como tal. Quando dá por si, já matou, o revólver fumegando, em brigas de bares, nos fins de semana, brigas familiares ou de trânsito. A maior parte dos assassinos são primários. Todos somos criminosos em potencial e aceitar isto é o primeiro passo para que não o sejamos, seja nos desarmando, seja através do nosso auto-controle, da chamada “loucura controlada”.^{xxii}

Direitos Humanos são os direitos indispensáveis para que uma pessoa seja realmente uma pessoa; os direitos que garantem a dignidade e a integridade da pessoa. A dignidade humana não está no que a pessoa faz ou possui, mas no simples fato de ser uma pessoa humana.

Definem o ser humano na sua dignidade de pessoa: certas necessidades fundamentais (viver, respirar, falar, amar, pensar, comunicar, trabalhar, morar, ir e vir, reunir-se e outras); a igualdade, a liberdade (possibilidade de orientar-se pela decisão individual ou grupal); e a subsistência em condições dignas, não basta viver, é preciso viver dignamente.

Os direitos humanos têm, como característica, serem essenciais (são da essência do ser humano; são inerentes a todo e a qualquer ser humano); universais (pertencem a todos os homens, sem exceção, e não só aos trabalhadores ou aos ricos, às vítimas ou aos bandidos, aos ateus ou cristãos, aos humanos direitos...); inalienáveis (ninguém pode decidir se o outro é digno de respeito ou não, se é digno de viver ou não); e, invioláveis

(existem antes e independentemente das leis, ainda que estas os garantam e possibilitem – ou deveriam garantir e possibilitar - a sua vigência concreta).

Parece ser exatamente a partir da luta contra o Esquadrão da Morte que os defensores de direitos humanos, na época, a Comissão Justiça e Paz, passamos a ser desqualificados como defensores de bandidos.

Por outro lado, sabemos todos que a prisão, especialmente em países com uma sociedade injusta e historicamente desigualitária como o Brasil, destina-se, numa expressão até politicamente incorreta, aos chamados três pês: pobre, preto e prostituta. Há poucos anos, pesquisa efetuada no Paraná revelou que 97% dos presos tinham tido advogado dativo, isto é, não tiveram dinheiro para pagar advogado.

E até os anos 60, prisão não era assunto da classe média. Passou a ser quando os jovens de classe média foram presos por suas atividades estudantis ou solidárias, sempre vistas, pela ditadura, como subversivas, terroristas ou comunistas, que também as houve, mas não na proporção que a histeria direitista viu.

Muitos destes jovens, como o próprio frei Betto - preso porque ajudava pessoas a atravessarem as fronteiras, fugindo do país, da tortura ou da morte - estiveram presos com presos comuns e divulgaram as condições aviltantes em que viviam e vivem estes infratores.

Os militantes de direitos humanos jamais discordamos de que o infrator deva ser punido, mas de acordo com a lei. E a lei não prescreve que fiquem amontoados em celas contendo um número muito maior de pessoas do que a capacidade prevista, que sejam torturados, que devam praticar subornos e uma série de outras atividades ilegais, dentro do próprio presídio, para terem direito a um cigarro, por exemplo. É sob este aspecto que defendemos os presidiários, tentando preservar sua dignidade humana.

A defesa dos presos é apenas uma das preocupações dos militantes em direitos humanos, a principal nos anos 70, face à descabida repressão até agora relatada. Chamarmos de defensores de bandidos é ignorância, desconhecimento do que realmente sejam os direitos humanos, ou má-fé, esta em função de interesses econômicos ou políticos escusos. Mas, como se verá, praticamente todos os aspectos da vida humana tornaram-se, com o tempo, parte e objeto dos direitos humanos.

.....

Testemunho desta preocupação com outros aspectos da vida humana que não apenas os prisionais, foi a publicação do livro São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza, em 1976, pelas Edições Loyola, que obteve grande repercussão e ainda hoje é um marco nos estudos sobre a cidade.

Margarida Genevois depõe:

“Quando ficou pronto o livro São Paulo-Crescimento e Pobreza, o primeiro volume, o Candido Procópio chegou e me deu dizendo: ‘toma que o filho é seu’. A idéia deste livro surgiu de um comentário de Dom Paulo comigo. Ele me disse: ‘Ah! Estou aborrecido, fui convidado para fazer uma palestra sobre São Paulo e não tenho dados recentes e achei melhor não ir’. Fiquei chocada e pensei: ‘Não é possível que um Cardeal de São Paulo não tenha dados, no momento ele não tinha um assessor para isto’. Estava fazendo meu curso de Sociologia e Política, comecei a fazer a pesquisa para ele. Procurei o Candido Procópio, com quem já me dava, ele já era, inclusive da Comissão, e pedi sua ajuda. Procópio disse:

‘Fazer a pesquisa é fácil, mas quem vai fazer a análise ?’. Ele me disse que interessaria muito ao Cebrap fazer uma coisa destas. Mas o problema era a verba, seu eu arranjasse a verba. Levei o projeto para a França e consegui verba da CCFD, de uma outra entidade da Irlanda e também da Misereor. Deu uma trabalhadeira. Por isto que ele chegou e disse: ‘Toma que o filho é seu’. Não teve lançamento e os militares não gostaram do livro, tanto que lançaram uma bomba no Cebrap. Mas foi um sucesso enorme, imprevisto. As coisas começam assim, veio por uma questão prática.”^{xxii}

O livro foi resultado de um estudo realizado por pesquisadores do Cebrap-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, a saber: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Paul Israel Singer e Vinícius Caldeira Brant. Na capa, pode-se ler: “Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo”.

Na apresentação, datada de 24 de junho de 1976, Dom Paulo escreveu:

“...a Comissão Justiça e Paz de nossa Arquidiocese promoveu importante estudo sobre a Cidade de São Paulo e sua periferia. Entregando ao público o resultado desta tarefa, ela amplia o horizonte e aprofunda a compreensão dos Direitos Humanos. Amplia o horizonte, abraçando os problemas que se colocam para a maioria da população, no desamparo de seus direitos mais elementares; e aprofunda a compreensão, verificando a extensão dos males que nos afligem e buscando as suas causas a partir da raiz, para que esta possa ser atacada e extirpada.(...) O desenvolvimento paulistano, examinado à luz das condições de vida dos habitantes, traduz-se num elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. (...) A partir desta análise dos problemas de São Paulo, elaborada por renomados cientistas, convidamos o povo dessa cidade a refletir sobre esse lancinante desafio. Ninguém poderia sentir-se excluído desse convite. (...)”

“O Bispo, e com ele toda a Igreja, não pode assistir, calado, a uma violência difusa que atinge o povo, ceifando vidas, pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho e de trânsito, pelo excesso de trabalho, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transportes, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação. (...) Cumpre chegar às causas dos males e mobilizar-se para combatê-las com coragem, paciência e determinação”.

Em 1979, o livro foi traduzido e editado em inglês pelo CIIR-Catholic Institute for International Relations.

.....

Ricardo Kotscho também refletiu sobre a incompreensão a respeito dos defensores dos Direitos Humanos : “Uma coisa que não conseguimos, eu pelo menos não consegui, na minha área, a da comunicação, foi acabar com essa coisa de que a Igreja, Dom Paulo e a Comissão só defendem bandidos. Tem uma certa semelhança com o regime militar, quando ninguém queria defender os presos políticos e a Comissão se interessou muito. Até hoje, no Brasil, ninguém se interessa em defender estes casos das prisões, das Febens da vida. Não foi e não é uma coisa política, partidária, ideológica e o que mais quiserem. É tão somente uma política de direitos humanos, uma política a favor, em defesa das pessoas que não

tinham voz. Falava-se muito isto: ‘A Comissão era a voz das pessoas que não têm voz’, mas era mais, ela defendia os que não tinham defesa. É lógico que, na época da ditadura, tinha uma visibilidade, uma importância no noticiário, muito maior do que tem hoje, não é ? Mas como o movimento estudantil tinha, a OAB e a própria CNBB tinham”.^{xxii}

.....

Em 25 de janeiro de 1977, O Pró-Presidente, Dom Bernardin Gantin, da Pontifícia Comissão Justitia et Pax escrevia ao Cardeal Arns^{xxii}:

“Esta Comissão Pontifícia acaba de saber que a Comissão Justiça e Paz de São Paulo publicou dois textos : “O meu depoimento sobre o esquadrão da morte” e “São Paulo 1975: Crescimento e pobreza”.

Ao felicitar-me com Vossa Eminência do (sic) êxito desta iniciativa, segundo os comentários aparecidos na imprensa, que representa uma contribuição importante à educação da opinião pública sobre o tema do desenvolvimento das violações dos direitos do homem, muito agradeceria poder obter uns exemplares das publicações acima mencionadas não só para conhecer os textos, mas também para conservá-los no Centro de Documentação desta Comissão Pontifícia”.

No rodapé desta carta, pode-se ler, escrita a mão, a anotação de Maria Ângela Borsoi, a dedicada secretária de Dom Paulo desde os anos 60 : *“enviados 2 ex. de cada obra em 8.2.77”.*

Em 5 de março, o Cardeal Arns escreve a Dom Gantin :

“Exmo. Sr. Presidente,

Paz e Bem !

No dia 8 de fevereiro, enviamos à Pontifícia Comissão Justiça e Paz os dois livros : “O meu depoimento sobre o esquadrão da morte” e “São Paulo-1975 – Crescimento e Pobreza”.

Realmente, os dois tiveram a mais ampla divulgação no território nacional, e certamente acordaram as consciências para gravíssimos problemas de lesão da justiça. Também do exterior nos vieram pedidos de licença para tradução de ambas as obras.

Neste momento, a Comissão Justiça e Paz de nossa Arquidiocese se dedica a estudos sobre condições de encarcerados, ou seja, de presos comuns, e ainda sobre o problema do menor abandonado. Além disso, continua atendendo a casos de emergência, que infelizmente não são poucos. Mantemos para tanto um secretariado e um advogado em tempo integral. Os demais serviços são realizados por voluntários.

A resposta de Dom Gantin ao “Senhor Cardeal” não se fez esperar, pois datada de 25 de março :

“Agradecendo o envio bondoso, quero assegurar (sic) Vossa Eminência que tais livros foram lidos com interesse e muito apreciados.

Agradeço igualmente as informações que Vossa Eminência proporcionou sobre as actividades (sic) da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Formulando os melhores votos para o bom êxito de tais actividades (sic) importantes e delicadas, e estando muito disposto a qualquer forma possível de colaboração que Vossa Eminência creia útil, subscrevo-me com o maior respeito,

Muito atentamente,

Bernardin Gantin

Pró-Presidente ”

Ele não escreve “atenciosamente”, como é padrão nestas cartas formais. Escreve “atentamente”. O Vaticano estava atento, naqueles tempos de arbítrio, ao que acontecia no Brasil, na Arquidiocese de São Paulo e na Comissão Justiça e Paz.

Dalmo Dallari lembra-se de ter estado com o Cardeal Gantin, em Roma:

“Dom Paulo tinha sido convocado para ir ao Vaticano para encontrar um cardeal, Cardeal de Berlim, Cardeal Bernardin Gantin que tinha sido designado chefe da Justiça e Paz do Vaticano. Ele tinha recebido denúncias de desvirtuamento político, tinham chegado denúncias ao Vaticano de que a Comissão Justiça e Paz de São Paulo estava usando politicamente a entidade, e acabamos sabendo que foi do Rio de Janeiro que partiu essa denúncia. Não necessariamente do Dom Eugênio, pode ter sido a Justiça e Paz do Rio de Janeiro, que discordava da nossa posição. A Justiça e Paz do Rio de Janeiro queria entendimento com quem praticava tortura, o que nós rejeitamos, havia essa divergência.

“Pode publicar isso, e ainda recentemente saiu um livro para dizer que a igreja mantinha entendimento com os militares, na verdade quem mantinha era o grupo do Rio. Nós não mantínhamos e também nas próprias reuniões que naquele estado ocorreram eram claras as divergências da comissão do Rio com outras, mas aí em todo caso, um aspecto à parte. O que importa é que Dom Paulo tinha recebido esse convite para se explicar em Roma e isso coincidiu com uma viagem que eu ia fazer a Itália, para participar de um seminário, e Dom Paulo, tendo notícias da minha ida, pediu-me para que fosse ao Vaticano; ‘ninguém melhor do que você, que é o presidente da Comissão, você vai lá atender a esse convite, dar as explicações que foram solicitadas’.

“Houve uma situação muito interessante, porque o Cardeal Gantin tinha acabado de passar a Cardeal, de receber o chapéu cardinalício, cheguei no Vaticano, apresentei-me na portaria e o guarda, porteiro, perguntou com quem eu queria falar. Procurou na lista, não achava e aí me perguntou no melhor italiano sonoro: “é uma eminência ou é uma excelência?”. Disse a ele que era uma eminência, finalmente acabou localizando e fui recebido pelo Cardeal, recebido assim de uma maneira cordial, mas ele logo me disse que estavam recebendo denúncias de que tínhamos envolvimento político e estaríamos dando apoio a esquerda contra o governo, e disse: ‘temos notícias de que Dom Paulo está usando politicamente a Comissão’. Obviamente, fiquei indignado, achei um absurdo que o Cardeal fizesse uma colocação daquelas. Eu tinha uma hipótese, naquela situação concreta eu tinha uma vantagem muito grande, eu não era padre, não devia obediência ao Cardeal, não fazia parte da hierarquia, então podia falar com a mais absoluta franqueza e disse: ‘Senhor Cardeal, o que Dom Paulo faz, nós fazemos, é dar apoio a pessoas humanas, aos que estão sofrendo violência, injustiça e isso é cristianismo. Nós não fazemos política, estamos vivendo o cristianismo e queria saber, se Vossa Eminência estivesse nessa situação, recebesse uma pessoa que se dissesse comunista e fosse se queixar de perseguições, e Vossa Eminência não atendesse a essa pessoa, então vossa teoria não seria cristã’.

“O Cardeal levou um choque, um Cardeal acusado de não ser cristão. Não, ele disse, esse não é um comportamento cristão, o cristão dá apoio, assiste ao outro perseguido, um irmão precisando de apoio. No final, ele acabou concordando comigo e tempo depois ele veio a São Paulo e nos deu o maior apoio. Fatos da Justiça e Paz”.^{xxii}

Para Antonio Candido, nas memórias que tem da Comissão, o nome do Cardeal Gantin também é significativo:

“A coisa mais importante de que participei foi a redação de um documento para o Cardeal Gantin. Dom Paulo, um dia, apareceu lá e disse que tinha sido solicitado por uma daquelas comissões importantes do Vaticano, chefiada, naquele tempo, pelo Cardeal Gantin, um cardeal africano muito severo e intransigente. Pediram a Dom Paulo que se manifestasse a respeito de problemas de ética, problemas de conduta, uma série de coisas. E Dom Paulo passou a tarefa para a CJP. Então, nós dividimos os tópicos. Eu fiquei com um tópico e aproveitei para insinuar, discretamente, falar numa espécie de teologia do prazer, uma coisa assim. Eu sabia que não podia avançar muito o sinal, fiz de maneira um pouco sibilina, mas presente, afirmei. É preciso reconsiderar o problema ético para incorporar o direito ao prazer, não me lembro mais direito. Fiz a minha parte, o Flávio Di Giorgi fez a parte dele, cada um fez a sua parte. E foi a Íris Ariê que levou a Roma.

“Ela tinha que ir a Europa, naturalmente, era casada com um senhor, Jorge Ariê, de família francesa, são de Montepelier. Ela morreu, infelizmente, a Íris. Era uma senhora muito boa, correta e dedicada. Ela sentiu que o Cardeal Gantin olhou aquilo e tratou-a meio..., não a tratou com cortesia. Ela foi embora meio decepcionada e daí a uns dias ele mandou chamá-la e disse: “Li o documento de São Paulo e estou impressionado. No meio de uma quantidade de lugares comuns, todos os documentos repetem a mesma coisa, senti, no documento de São Paulo, originalidade e personalidade’. Não foi um documento qualquer, chamou a atenção de um Cardeal severo e que não tinha muito boa vontade com São Paulo, inclusive”^{xxii}

.....

O primeiro Plano Bial de Pastoral teve, como decorrência, a criação da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, tendo o reverendo Jaime (Wright) como único membro não-católico. O grupo era mais prático do que a Comissão Justiça e Paz. Cada região tinha um centro de direitos humanos que atendia a população no próprio bairro. Se um operário fosse preso indevidamente, as pessoas da comunidade já conheciam os advogados e os procuravam diretamente para resolver o caso. A rapidez com que agiam evitava que muitas pessoas fossem torturadas nos órgãos de repressão. A atitude do arcebispo visava fomentar a aceitação dos direitos humanos”^{xxii} Além de Jaime Wright integravam a nova Comissão Luiz Eduardo Greenhalgh, Fermino Fecchio, irmã Michael Nolan, Tereza Brandão, José Queiroz, padre Luigi Giuliani, entre outros.^{xxii}

A Comissão Justiça e Paz começou a trabalhar apenas com casos exemplares, formadores de jurisprudência e de repercussões políticas. Mas isto não lhe diminuiu os trabalhos, ao contrário.

.....

“No dia 22 de maio de 1977, a Universidade de Notre Dame, em Indiana, Estados Unidos, condecorou Arns com o título de Doutor honoris causa em Direito pelo trabalho

que vinha desenvolvendo em São Paulo. Ao lado de Dom Paulo estava o presidente norte-americano Jimmy Carter, que recebia ali o mesmo título – aquele era o primeiro contato numa amizade que se fortaleceria pouco tempo depois, na visita de Carter ao Brasil. Ao receber o diploma de doutor, o cardeal fez um discurso que não pode ser publicado no jornal O São Paulo.”^{xxii}

Em São Paulo, no TUCA-Teatro da Universidade Católica, realizou-se uma homenagem a dom Paulo pelo título recebido, a chamada “Noite do Compromisso”.

“Quatro mil pessoas estavam presentes. Além de Arns, a mesa estava composta pela reitora da PUC, Nadir Kfoury, o presidente da Câmara Municipal, Roberto Cardoso Alves, o reverendo Jaime Wright, o presidente da Comissão Justiça e Paz, Dalmo Dallari. Na platéia estavam o professor Gofredo da Silva Teles, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, os advogados Mário Simas e Hélio Bicudo e o Padre Roberto Grand-Maison, representante da Congregação de Santa Cruz, a qual pertence a Universidade de Notre Dame, entre outros.”^{xxii}

Falaram Dom Benedito de Ulhôa Vieira, Waldemar Rossi, padre Olívio Bedim leu mensagem do presidente da Universidade de Notre Dame, o jornalista Ewaldo Dantas, Jaime Wright e Dalmo Dallari: “...sabíamos, antes mesmo da Universidade de Notre Dame, que Dom Paulo era um doutor em direito e sabíamos porque o vemos diariamente pregando o direito, praticando o direito”.

A última fala, a de José Carlos Dias, entrou para a história :

“...o significado desta noite está a nos dizer do consenso universal de que os direitos humanos são a única esperança do gênero humano. (...)

“Onde existir um atingido, um perseguido, um torturado ou um morto de qualquer canto da terra, deve se levantar uma voz de qualquer nação, deve se levantar um coro de vozes de protesto contra a violação a todo este gênero humano.

“A posição firmada da Igreja e que foi firmada e reiterada em setembro de 74, no Sínodo sobre a evangelização, afirma, como ponto principal, o reconhecimento e a defesa dos direitos humanos....(...)

“Aqui, eu quero invadir um pouco a intimidade daquela casa simples da rua Mococa e lembrar a noite em que, reunidos numa mesa da copa, Dom Paulo traduzia a alguns a idéia da criação da Comissão Paulista de Justiça e Paz. Para nós, que o ouvíamos, deslumbrávamos com o sonho, mas ele que falava já vivia a realidade vibrante de sua vontade férrea de pastor e líder. A Comissão Justiça e Paz teve como Cristo a sua vida pública antecipada. É que acontecimentos que abalaram a nação fizeram com que nascesse mais depressa do que se imaginava e que se tornasse nos ouvidos do povo, que se transformasse em alguma coisa rudimentar e pobre, mas de muito calor, transmitindo confiança, respeito.”

E José Carlos Dias encerrou seu discurso, pedindo que “substituamos hoje o vocábulo milenar do ‘Amén’ por ‘Basta’”.^{xxii}

José Carlos também não esquece:

“Foi um ato impressionante. O plenário, o auditório repleto. E apagaram as luzes numa certa hora, foi grande o meu discurso até. Ao voltar a luz, eu me citei para que substituíssemos o amén por basta. E saímos gritando como uma palavra de ordem : “Basta !”, pelo teatro, foi uma coisa emocionante”.^{xxii}

Por isto, esta noite ficou conhecida como a noite do “Basta !”.

Mas a última palavra foi a do homenageado. Referindo-se ao momento em que recebeu o prêmio, nos Estados Unidos, disse : “Devo lhes confiar até que, nos momentos em que eu estava lá, acompanhado pelo Padre Corbeil, Padre Uchoa e Padre Jack, os únicos do Brasil, eu via desfilar diante de mim, durante toda a cerimônia – quase não peguei nada da cerimônia, por isso – eu via desfilar diante de mim algumas meninas, uns jovens, algumas pessoas que vinham à Cúria Metropolitana nas tardes de terças e quintas, nas manhãs de sábados. Vinham muitas vezes desesperadas, também em outras ocasiões. Eu vi sobretudo vinte e seis famílias com quem, um dia, fiz a peregrinação para buscar um de seus membros desaparecidos. E nenhum apareceu. Todos desapareceram.(...)”

“E se não fosse isso, se não fosse aquela possibilidade de apelar para os corações a qualquer hora e descobrir aí alguma coisa de eterno, de profundamente humano, de ligado à sorte de todos os homens, nós já teríamos desesperado. E nós não vamos desesperar !”

“Porque encontrei, nos próprios carcereiros e nos próprios torturadores sempre uma marca humana. E, esta última, ainda encontrei no domingo passado, ao sair de uma igreja, em que um pessoa chegou lá me dizendo: ‘O senhor não me conhece. Eu venho pedir hoje perdão a todos os que sofreram por minha causa. Eu torturei !’.”^{xxxii}

.....

Em setembro de 1977, “20 entidades decidiram se reunir e solidarizar-se com religiosos que, se não haviam sido torturados e mortos, estavam sendo perseguidos pelo regime militar”^{xxxii}, entre eles Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu (RJ) – seqüestrado em seu carro, foi assaltado, xingado inclusive de comunista e abandonado nu em uma estrada; seu carro explodiu em frente a CNBB, no bairro carioca da Glória -; Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (PA), contestador do latifúndio, acusado pelo bispo de Diamantina (MG), Dom Gerald Proença Sigaud, de ser comunista, o qual também fez a mesma acusação contra Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás.

Entre as vinte entidades, estava a Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Dom Paulo defendeu publicamente os bispos perseguidos e intercedeu por eles junto ao Papa, cujo apoio impediu a expulsão, do Brasil, do espanhol Casaldáliga.

“Embora não participasse pessoalmente da organização de 20 entidades reunidas no segundo semestre de 1977, o ‘Movimento pela Justiça e Libertação’, em solidariedade aos religiosos perseguidos, pelo menos seis dessas instituições eram diretamente ligadas à Arquidiocese de São Paulo. Isso já caracterizava o apoio do cardeal àquela iniciativa.”

Um manifesto sob o título “Pela justiça e libertação” foi redigido pelas entidades e 20 mil cópias foram impressas em forma de folhetos, distribuídos em várias regiões da cidade. Decidiram fazer um ato fora dos locais habituais para deixar claro que “quem pedia por justiça era o povo, e não mais o cardeal de São Paulo ou a Igreja progressista”. O local escolhido foi o Santuário da Penha, afastado do centro da cidade, e a data, 18 de setembro de 1977. Seis mil pessoas compareceram.

“Aqueles pessoas não estavam preparadas para enfrentar a polícia. Mas os militares não se importavam com isso. Erasmo Dias colocou toda a sua tropa para prender os manifestantes. Bateram com cassetetes, jogaram bombas de gás lacrimogêneo e prenderam pessoas.”^{xxxii}

“A ^{xxii}Maria Helena, minha mulher, foi presa também.” – lembra-se José Gregori – “Isto foi parar na primeira página de todos os jornais. Não há clientela que resista a uma coisa como esta. É um exemplo de como estava difícil consolidar as atividades da Comissão Justiça e Paz, na medida em que sua atividade foi crescendo, com a minha advocacia”. Margarida Genevois também estava na casa dos Gregori, quando Maria Helena chegou. ^{xxii}

.....

Em 22 de setembro de 1977, fazia dez dias que Steve Biko, um dos principais líderes sul-africanos contra o apartheid, fora assassinado. No Brasil, em 22 de setembro de 1977, Eugênio Lyra Silva, advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, foi assassinado.

Em 22 de setembro de 1977, o coronel Erasmo Dias invadiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no campus da Monte Alegre, exatamente quatro dias depois dos distúrbios na basílica da Penha.

“Livros, cadernos e jornais jogados pelo chão de todo o campus. Cadeiras e mesas arrebatadas. Jovens arrancados das salas de aulas sob ameaças. Cerca de 900 policiais armados e carregados de bombas de gás lacrimogêneo. Professores presos e agredidos. Depredações. Centenas e centenas de estudantes apavorados com tanta violência. Algumas garotas gravemente queimadas pelas bombas”. ^{xxii}

Dom Paulo, em Roma, foi avisado por Dalmo de Abreu Dallari, que presidiu a Comissão Justiça e Paz até 1978, e também por dom Benedito de Ulhoa Vieira, então seu bispo auxiliar. Voltou imediatamente:

“No mesmo dia fui verificar o que acontecera no *campus* das Perdizes. Realmente, ato de vandalismo. (...) O governador (Paulo Egydio Martins) perguntava ainda, pela televisão, ao vice-reitor, padre Edênio Valle, se esses livros não provavam à saciedade que a universidade Católica de São Paulo vinha deformando a mente de seus alunos. O vice-reitor, com a fineza e a inteligência que lhe são próprias, retrucou que ninguém sabia de onde vinham tais livros (...)uma universidade que se preze deve ter a biblioteca mais ampla e diversificada para estudos comparativos, tanto das ideologias quanto das ciências e técnicas modernas.” ^{xxii}

José Gregori tinha um bom relacionamento com Romeu Tuma.

“Nós tivemos um diálogo, uma ligação, por uns dois anos, que foi uma ligação importante. Quer dizer, eu nunca menti para ele, no sentido de dizer: ‘olha, tinham dois meninos namorando e foram presos e tal.’ Eu disse: ‘dois rapazes aí foram presos, não sei o que fizeram, mas eu quero saber, porque eu estou com a mãe deles na outra linha, se eles vão dormir em casa’. Esta era a minha chapa. Ele nunca mentiu. Eu não mentia do meu lado, ele não mentia do lado dele. Todas as vezes que ele dizia: ‘vão dormir em casa’, foram e, às vezes, ele dizia: ‘é, é um pouco mais complicado, acho que vai ter que ficar pra averiguação, e tal...’. Mas, ele já ficava sabendo que eu ‘estou sabendo: não matem que eu já sei que está aí’. Então, coisas do Brasil...”

“Você pode e deve publicar nestes termos porque foi uma coisa importante. Essa linha salvou muita gente. Porque não tinha *habeas corpus*, qual era a nossa política? ‘Olha pessoal, nós já sabemos que o sujeito tá preso’, e na hora que ele confirmava a prisão, ele

tinha o direito de supor que eu estava gravando, ele estava dizendo que o sujeito estava preso. Então, você já tem uma prova de que foi a polícia que fez desaparecer. A mecânica era essa. A morte por desaparecimento. Porque foi, em grande parte, a morte por desaparecimento que gerou o trabalho da Comissão. Então, a guerra de inteligência era muito importante. E essa justiça eu faço ao Romeu Tuma, era um diálogo sério, porque, quando ele não podia me dizer nada, ele dizia, a secretária dele, ou o secretário auxiliar diziam: ‘O Dr. Tuma foi num velório’. Eu já sabia que o negócio era grave. E houve um caso, até, em que durante três dias ele ficou nesse velório. E eu dizia: ‘mas como? Esse corpo já apodreceu, não é possível, há três dias que ele está no velório’. Mas, era a maneira, era a senha. Dizia: “nesse caso, é um caso tão federal, que eu estou ainda sem possibilidade de ter nenhum papel”. Conclusão: com essa possibilidade de saber, com boa certeza, coisas de um sujeito, que a pessoa seria libertada, e tal, eu fiquei... a minha grande atividade durante um tempo era essa, qualquer coisa: ‘fala com o Zé Gregori que o Zé Gregori tem possibilidade de saber onde está o sujeito e se o sujeito realmente foi preso’. Quer dizer, então, houve essa atividade também da Justiça e Paz, de colher na fonte a informação, e uma informação fidedigna, dado esse, não era pacto, mas essa disposição d’eu não mentir para ele e ele não mentir para mim.”^{xxii}

No dia da invasão da PUC, José Gregori não encontrou Romeu Tuma:

“Nesse dia, ele estava no ‘velório’. Diante da grandiosidade da coisa, da invasão, dele ‘estar no velório’, nós fomos ao quartel da Luz, da avenida Tiradentes. Quando invadiram a PUC, eles prenderam uns quarenta puqueanos e levaram para o quartel. Fomos para o quartel, Maria Helena e eu. Eu, enquanto Comissão; ela enquanto fundadora da Comissão de Mães. Depois, nós acompanhamos tudo. Eles ficaram a noite toda lá no quartel e depois começaram a ser transferidos para o DOPS. Alguns foram liberados, outros ainda ficaram alguns dias. Um dos que foi preso, foi o filho do Plínio de Arruda Sampaio, o Rui Afonso, o filho do Almino e o filho da nossa amiga, Bia Tess.”^{xxii}

Maria Helena Gregori conta : “Os jovens começaram a ir para a rua, a fazer passeata. Formamos uma Comissão de Mães. Então, acontecia alguma coisa, eles ligavam e a gente se reunia na casa de minha mãe, porque aqui era muito visado. Fazíamos o meio de campo, ligávamos para a Comissão Justiça e Paz. Começamos com isto em abril de 1977. Éramos eu, Zilá, Beatriz Tess, a mulher do Almino, Lígia Afonso, Luízinha Lateza, Heloisa Bandeira de Mello, Lúcia Helena Pessoa Ramos, Miriam Moreira Leite, Leda Lira, Judite Klotzel, a mãe do cineasta”.^{xxii} Margarida Genevois também se lembra : “Quando o Erasmo Dias fez aquela burrada, invadiu a PUC, nós nos reunimos todos na casa do Gregori”.^{xxii}

José Gregori continua : “As meninas ficaram muito queimadas e o advogado delas foi o Mário Simas, da Comissão. Nesta sala, eu recebi, sentado aí, um sueco, da Anistia Internacional, Thomas Havanach, que depois recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ele veio aqui para a gente fazer todo o relato e entregar as roupas das meninas para ele providenciar o exames, para saber que bomba era essa. Porque a nossa tese é de que não eram simples bombas de efeito moral. Ele veio aqui e não falava uma palavra de português. Quem era a intérprete era a mãe do Mangabeira Unger, filha do velho Mangabeira, de quem eu era amicíssimo.

“Era um negócio de *napalm*, pelo tipo de ferimento que causou.

“Vira a roda do tempo, aí eu ganho o Prêmio da ONU de Direitos Humanos. Vou para a Suécia, restam lá uma homenagem. Tinha um sueco, lá numa porta, me olhou

disfarçadamente e tal, depois voltou e, de repente, começa a sessão. ‘Presentes fulano, sicrano’ e falaram o nome dele. Aí é que eu olho: ‘poxa, é aquele camarada que me olhou. Esse é o camarada que esteve lá em casa’. Então quando falei, a primeira coisa era registrar a minha satisfação em encontrar quem esteve em minha casa, militante dos direitos humanos, lá no Brasil, numa época difícil. Ele ficou...ele não tinha noção se aquela pessoa que tinha encontrado no Brasil....ele ficou meio desconfiado, olhava para mim, ver se lembrava, nessa altura era um funcionário da carreira diplomática com um alto cargo no Ministério do Exterior da Suécia. Houve esse reencontro”.^{xxii}

.....

Em fins de 1977, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, a jornalista Jan Rocha e o reverendo Jaime Wright, com o apoio de Dom Paulo, fundaram o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul (CLAMOR), que ajudou a localizar crianças desaparecidas, filhas dos mortos ou perseguidos pelas ditaduras argentina, chilena, uruguaia e paraguaia.^{xxii}

.....

No dia 6 de agosto de 1978, morreu o Papa Paulo VI. Enquanto o Cardeal Arns estava em Roma, uma manifestação do “Movimento contra a carestia” foi marcada para a Praça da Sé. Proibida a manifestação na praça, na última hora, Dom Mauro Morelli, que ficara responsável pela Arquidiocese, resolveu abrir a Catedral.^{xxii} Waldemar Rossi estava lá :

“A polícia cercou com cães e tudo, polícia de choque. E o pessoal entrou dentro da Catedral. Se não me engano, o Dario Bevilacqua abriu a Catedral....ou já estava aberta....e o pessoal fez uma assembléia lá dentro. Mas teve gente que ficou fora porque não cabiam na Catedral. E entre esses alguns foram presos. Tem vários filmes que mostram, constantemente, essas cenas dos cachorros, bombas de gás lacrimogênio, o pessoal sendo arrastado, foi nesta manifestação. As lideranças eram o Aurélio Peres, a Irmã Passoni e outros. O pessoal era ligado às pastorais, às comunidades de base, especialmente da zona sul. E tinham apoio do pessoal da AP, do PC do B, foi um movimento forte. Nas reuniões, eu tinha sido contra porque o custo de vida é uma consequência do processo de exploração. Discuti isto inclusive em uma reunião da Pastoral Operária com o Dom Angélico Bernardino. E eu disse, nós corremos um risco grande colocando o combate à carestia no centro do debate. Porque a carestia não acaba e pode esvaziar o movimento. O que precisa acabar é a exploração de classe. Eu fui muito criticado por isto, mas passados alguns anos e feita uma avaliação, constatamos que muitas comunidades tinham desaparecido, se dissolvido. Mas o movimento em si valeu, porque despertou a consciência de muitos. O movimento foi forte, a manifestação da Sé foi forte, a ida a Brasília foi forte, mas depois esvaziou-se. Mas foi um dos movimentos mais fortes. Outro movimento fortíssimo também, ainda em 78, foi a eleição dos metalúrgicos de São Paulo, quando o Anísio Batista e o Santo Dias da Silva, ambos da Pastoral, encabeçaram uma chapa de oposição ao Joaquinção.

“A Comissão Justiça e Paz nos dava total apoio, ela estava presente, acompanhava. Havia, inclusive, o grupo de Re-Política.”^{xxiii}

Eleito em 26 de agosto, Albino Luciani assumiu como o Papa João Paulo I. Voltando ao Brasil, Dom Paulo celebrou missa de ação de graças por sua eleição em 10 de setembro. Mas no dia 29, o Papa Sorriso, como muitos o chamavam, também morreu. Em 2 de outubro, Dom Paulo voltou para Roma e no dia 16 de outubro de 1978, Karol Wojtyła, eleito Papa, adotou o nome de João Paulo II.

Ricardo Kotscho evoca: “Eu morava na Alemanha e fui cobrir as eleições dos dois Papas, em Roma. Eu era correspondente do Jornal do Brasil na Alemanha, na Europa, e o Dom Paulo era a minha fonte, pois eu já o conhecia daqui. Ele me ajudou muito. Eu brincava com ele, nas nossas conversas no Vaticano, o senhor parece jornalista, e ele respondia: ‘mas sou jornalista, tenho a carteirinha da ABI’. Eu o chamava de jornalista porque ele gostava de informar-se e de se informar, gostava de contar as coisas com detalhes”.^{xxii}

.....

Em setembro de 1978, “o Cardeal Arns reuniu a Comissão Justiça e Paz e pediu para os advogados cuidarem do caso de Aparecido Galdino Jacinto, benzedeiro que agrupou pessoas descontentes com a barragem que submergiu Rubinéia, cidadezinha do interior paulista. Preso em 1970, publicamente espancado a golpe de cassetetes, ficou em Santa Fé do Sul até fevereiro de 1971, quando foi transferido para o DEOPS, depois para o presídio Tiradentes, para a Casa de Detenção e, finalmente, em dezembro de 1972, após ter sido examinado por um médico, para o Manicômio Judiciário. “Ficou claro que Galdino havia sido vítima de arbitrariedades cometidas pela Polícia Militar. A intervenção da Comissão Justiça e Paz devolveu a liberdade a Aparecido Galdino Jacinto”.^{xxii}

.....

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano foi sediada em Puebla de Los Angeles, no México, em janeiro e fevereiro de 1979. Em 11 de fevereiro, alguns bispos falaram da repressão política:

“O bispo chileno Fernando Aristia disse, hoje, que em seu país há pelo menos dois mil desaparecidos políticos, dos quais a Igreja apresentou ao governo Pinochet 620 casos, sem merecer, até agora, nenhuma resposta:

“- Quando a Igreja defende os cidadãos, o governo militar chileno acusa-a de estar infiltrada por políticos e de se desviar de sua missão para ingressar no ativismo político – afirmou D. Aristia.

“D. Arns advertiu que ‘nunca foi tão grave, na América Latina, a situação dos presos políticos e a existência da tortura’. O presidente da conferência episcopal da Costa Rica, D. Román Arrieta, declarou que, no Continente, é uma realidade a existência de perseguidos políticos, de torturas e de seqüestros:

“Essa é uma das coisas que ensombrece o nosso Continente: temos que fazer um grande esforço para que essa mancha negra desapareça.

“O bispo mexicano de Ciudad Juarez, D. Manuel Tomás, reconheceu que ‘em muitos países da América Latina não se respeitam nem os mais elementares direitos da pessoa humana. Queremos evangelizar para a libertação integral do homem, fazendo uma opção preferencial pelo pobre e o oprimido e chamando à conversão aos que abusam do poder”.^{xxii}

.....

Frei Betto, quando saiu da prisão em fins de 1973, foi morar em Vitória do Espírito Santo. Logo nos conhecemos, eu era postulante dos dominicanos, para onde fui, indicado por Dom Daniel Sutner OSB, meu confessor durante trinta anos e que, quando lhe disse pretender entrar para a vida religiosa, ponderou que eu me daria melhor na Ordem dos Pregadores. Nesta condição, participei, em um fim de semana em Petrópolis, de um curso de História da Igreja, dado por Marina Bandeira. Estavam frei Márcio Couto (que celebrou meu casamento com Helenice Ciampi em 1983) e o ainda frei Ivo Lebauspin. Na ocasião, conheci também Chico Alencar, hoje deputado pelo Rio de Janeiro, e Dudu, apelido de Faustino Luiz Couto Teixeira, atualmente professor de Teologia das Religiões na Universidade Federal de Juiz de Fora, além do próprio Betto. Numa celebração ao ar livre, no alto de uma montanha, fiquei conhecendo uma música censurada na época, cantada ao violão por Chico Alencar, Cale-se, de Chico Buarque de Holanda.

Quando frei Betto mudou-se para São Paulo, em 1979, o que nos tornou amigos fraternos até hoje foi a literatura, pois eu acabara de publicar um livro de contos^{xxii}, e também a minha convivência contínua com alguns de seus confrades.

Também em 1979, Ricardo Kotscho voltou para o Brasil :

“Aconteceu uma coisa curiosa, quando eu estava na Alemanha. Um amigo nosso nos mandou o livro Batismo de Sangue e nós o lemos lá, na Alemanha. Não conhecia o Betto antes, aliás não conhecia o Lula também. Conheci os dois na volta e o livro, um belo livro, eu queria conhecer o autor. Eu o conheci lá no ABC, Betto estava saindo da Espírito Santo e estava na Pastoral Operária do ABC. Muitos artistas iam lá ajudar; conheci o Betto e a Eva Vilma no mesmo dia, lembro bem disso.

“Era aquela coisa de todo mundo junto, da sociedade civil, você sentia que tinha chegado a hora de dar uma virada no país, as pessoas se unindo, alguma coisa estava acontecendo de novo. Eu não me arrependo de ter voltado porque, normalmente, eu sempre peço para voltar, para sair. Um correspondente da Europa quer ficar o resto da vida, é o máximo a que você pode chegar na carreira, ganha em dólar, como se fosse um embaixador.

“E eu pedi para voltar porque essas coisas estavam acontecendo no Brasil. Eu vou perder o barco ? Não. Depois, no final desta história, quando eu fui para o Governo com eleição do Lula, creio que fui um dos poucos, junto com o Betto, que pediu para sair, que achou que já tinha dado um tempo. Há duas coisas que as pessoas não largam: uma é ser correspondente na Europa e a outra é o Poder. E eu larguei as duas coisas. Eu nunca tive esse apego, sabe ? Acho que em 78, estava acontecendo tudo aqui no Brasil, não tinha cabimento ser correspondente. É bonito, você cobre eleição do Papa e não sei o que mais. Mas encontrava com as pessoas lá e morria de saudades do Brasil. Morei dois anos lá. A família não queria voltar. A Mariana, a mais velha, começou a estudar lá.

“Primeiro, foi a ditadura de prender, matar, torturar, aquele negócio todo. Depois, foi um momento de desencanto com o país, muita gente foi embora e os que não foram para a luta armada desistiram, saíram do país por outros motivos. Todas estas pessoas acabaram voltando por volta de 1979, 1980, com a Anistia, que também foi uma luta.”^{xxii}

Em São Paulo e nomeado assessor da Pastoral Operária do ABC, por Dom Cláudio Hummes, frei Betto conheceu pessoas da Comissão durante a greve dos metalúrgicos, bem como o próprio Lula e Ricardo Kotscho. Com Zélio Alves Pinto, Marisa Marega e Kotscho, frei Betto fundou um Grupo de Oração ao qual, futuramente, integraram-se alguns membros da Comissão Justiça e Paz. Frei Betto tornou-se um interlocutor privilegiado de alguns membros da Comissão – Belisário dos Santos Júnior, Fábio Comparato, Waldemar Rossi - e, em especial, dos presidentes Margarida Genevois, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Antonio Funari Filho e Guilherme Amorim Campos da Silva.

Nessa época, Ricardo Kotscho, a convite de Dom Paulo, já eram um dos quadros da Comissão:

“Foi Dom Paulo mesmo quem me chamou. Porque a Comissão sempre teve gente de várias áreas da sociedade e eu entrei na cota do jornalismo. Basicamente, continuei fazendo as coisas que já fazia antes, ou seja, as coisas que sabia, como jornalista. Eu levava documentos para a Comissão e lá eu ficava sabendo de muita coisa que eu usava no jornal. Por outro lado, você não sabe se certos diálogos ou situações eram eventos da Comissão ou em reuniões da Anistia ou em outras campanhas ou movimentos, porque era tudo uma coisa só, eram sempre as mesmas pessoas. As pessoas da Comissão, você encontrava em todos os lugares, você encontrava nos comícios, nos enterros, nos julgamentos, nas missas. Advogados, jornalistas, misturava tudo e acabava sendo um bolo só. Quando eu estava em São Paulo, eu freqüentava as reuniões da Comissão, porque eu sempre fui muito de cumprir compromissos, mas eu viajava muito pelo Jornal, meu trabalho era mais estar viajando, fazendo reportagens.

“Mas eu me identificava muito com algumas pessoas. Primeiro, Dom Paulo; a Margarida, uma batalhadora, carregou o piano nas costas muito tempo, não é ? O Marco Antonio e o Zé Carlos Dias foram as pessoas mais próximas. Agora, o Fábio Comparato foi o grande pensador que tentava entender e explicar o que estava acontecendo. A grande figura do Antonio Candido. O Antonio Candido ia pouco mas só o fato de você conviver, de você participar de uma reunião com ele, já era uma coisa inigualável. Era um ponto de encontro. A Comissão era um ponto de encontro.”^{xxii}

.....

Em 28 de agosto de 1979, a noite escura começou a dar lugar à madrugada com a sanção da Lei de Anistia, que permitiu a volta de cerca de cinco mil exilados políticos, a libertação de presos políticos e a reintegração de funcionários públicos cassados.

A Comissão empenhou-se em esclarecer a população sobre o direito à anistia e uniu-se “às demais entidades democráticas na luta contra o projeto de anistia restrita, que tramitava pelo Congresso, esse bateu por uma anistia sem qualificativos, que abrangesse todos os punidos pela Lei de Segurança Nacional e todos os punidos por ato de exceção. Levantou seu repúdio à atual Lei de Anistia, seja por suas limitações, seja por englobar em seu ‘perdão’ quem jamais deveria ser perdoado, a saber, o torturador e o que cometeu abuso de poder sob a égide dos atos de exceção”.^{xxii}

.....

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo, juntamente com a OAB-Ordem dos Advogados do Brasil e com o Sindicato dos Jornalistas, lançou o prêmio Wladimir Herzog.

Mas no dia 30 de outubro de 1979, o operário Santo Dias da Silva foi assassinado pela repressão na porta de uma fábrica.

“Santo Dias foi assassinado na Capela do Socorro, quando a greve já estava adiantada. Nós estávamos reunidos na Cúria, a Comissão Justiça e Paz e eu, quando veio a notícia do assassinato. Eu mesmo fui atrás, peguei um jeep, porque era dia de chuva e fui procurá-lo. Acabei encontrando-o entre os cadáveres dissecados no Instituto Médico Legal. Eu já o conhecia. Ele era meu presidente da Comissão dos Trabalhadores e era presidente da Comissão do....Tinha dois cargos que o tornavam conhecido e respeitado por todo mundo. E fui dizendo, vocês são uns covardes, vocês atiraram pelas costas (e até hoje Dom Paulo fica com a voz indignada ao relembrar este momento). Coloquei o dedo no buraco da bala, no corpo dele, e rezei o Pai Nosso. Todos se encostaram nas paredes, todos os policiais, todas as autoridades”^{xxii}

José Gregori conta : “No caso Santo Dias, fui incumbido de levar o Bispo Dom Joel numa visita de protesto, de detalhes e providências, assim que chegou a notícia da morte. Mais ou menos às duas da tarde chegou essa notícia e eu acompanhei Dom Joel em nome da Arquidiocese e em nome da Comissão de Justiça e Paz ao DOPS, onde fomos recebidos pelo Dr. Romeu Tuma, pedindo providências e protestando contra a violência.

“O velório foi na Igreja da Consolação, passamos a noite praticamente no velório, e eu fui uma espécie de gerente da passeata inteira, porque o corpo saiu da Igreja da Consolação e foi para a Catedral. Na frente um carro com Dom Paulo, e todos os demais a pé, até a praça da Sé, muitos intelectuais, muitos professores universitários, muitos artistas, tinha povo também, o pessoal do bairro onde ele militava, era lá de Santo Amaro, Interlagos, e os companheiros dele. Ele tinha uma atuação sindical grande, eu me lembro bem do Flores, naquele tempo era líder sindical da oposição, na passeata, o Lula também estava. Houve uma missa, ou uma benção de corpo presente na Catedral. Estava também o Fernando Henrique, meu amigo há uns trinta e tantos anos e que já se tornara uma figura pública.”^{xxii}

José Carlos Dias lembra-se que “assim que soubemos da morte do Santo, fomos para a casa de Dom Paulo. De lá eu tive contato com o delegado Camargo Lima, um homem muito sério, hoje aposentado, foi professor da PUC, foi professor do Theo, meu filho. Eu acompanhei o caso, Camargo Lima fez o reconhecimento dos policiais que estavam lá e participaram do tiroteio. Lembro-me quando foi reconhecido o soldado que atirou, foi um fato importante. Acompanhei o caso até o momento em que fui nomeado Secretário da Justiça, e o Luiz Eduardo Greenhalgh continuou com o processo. Fiquei três anos como Secretário, desde a posse do Montoro, em 1983. E me afastei da Comissão, vi que não era possível permanecer, como autoridade pública teria que primar pela absoluta independência”^{xxii}

Frei Betto também se lembra da morte de Santo Dias : “Participei do enterro, fiz a caminhada da Consolação até a Catedral, participei de tudo.”. Margarida Genevois, Antonio Carlos Malheiros, praticamente todos compareceram aos funerais de Santo Dias.

Ricardo Kotscho: “Lembro-me bem, acabou o enterro, todo mundo foi embora. E eu queria pegar mais a história do Santo Dias, que ficou mais famoso depois de morto, como todos os outros. Como o Chico Mendes, eu sabia quem era, mas não sabia da vida dele,

onde nasceu, o que pensava. Aí, combinei com a viúva de ir para a casa dela e fomos conversando no caminho. Chegando lá não tinha chave para entrar, foi a sorte. Demoraram muito para achar a chave e a Ana Dias contou toda a vida deles. Publiquei no Jornal da República, eu trabalhava lá.”^{xxii}

Para Dom Paulo, a morte de “Santo Dias nos trouxe a garantia de que a greve, como último recurso contra a injustiça social, deve ser sempre pacífica, firme, enérgica e perseverante. Porém, a sorte que tocou a este querido operário e nosso amigo foi a sorte que toca ao próprio Filho de Deus, Jesus Cristo, pregado na cruz pelo povo que ele mesmo alimentou, advertindo os seus seguidores de que quem quisesse segui-lo deveria também carregar a cruz. Na palavra de Jesus Cristo, no entanto, nunca faltou a promessa da ressurreição. É o que concluímos de toda a luta autêntica dos operários, que não só merecem o maior respeito, mas também a possibilidade de viverem tranquilamente com a família e com o futuro da pátria, a grande família de Deus.”^{xxii}

.....

VI

UM PAPA NO BRASIL

As greves dos metalúrgicos. “Não era apenas por mais alguns por cento de aumento dos salários que eles lutavam: os peões jogaram tudo para serem tratados como gente, respeitados; queriam seu espaço na tal de abertura e, por isso, ergueram os braços, exigindo, ao invés de passar o resto da vida com a mão em forma de concha, mendigando. Não reclamavam favores, clamavam por seus direitos.(...) Pouco importava àquela altura que, do outro lado da batalha, nas reuniões da FIESP, um executivo de multinacional dissesse a outro ou a algum empresário brasileiro que ‘o Murilinho é gente nossa’. Desde o início e desde sempre o governo e os patrões estiveram do mesmo lado e, quando a peãozada entrou na briga, sabia disso. Quando o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, afirmava nas rádios que ‘o pressuposto é o império das leis’, todos sabiam que as leis existiam exatamente para deixar tudo como está, assegurando os privilégios dos donos do poder. Pois o bispo, aquele gaúcho franzino e pacato, que a peãozada chamava de Cláudio somente, não falou que ‘a caminhada de um povo para a libertação se faz decidindo, enfrentando e superando as abarreiras que se encontram no caminho’? Esta caminhada ainda é longa, mas já começou e é irreversível”.^{xxii}

O ministro do Trabalho, o paulista Murilo Macedo, decretou intervenção no sindicato dos metalúrgicos do ABC, que estava ameaçando uma greve geral. No decreto de intervenção, dispôs que o interventor seria o Delegado regional do Trabalho, em S. Paulo. Dalmo Dallari publicou artigo na Folha de S. Paulo dizendo ser, a intervenção, inconstitucional. Os metalúrgicos leram o artigo e convidaram-no para ir ao sindicato. Na noite em que Dalmo foi, Lula não estava e quem presidiu foi Djalma Bom, um líder depois eleito deputado, e Dalmo disse que o caminho era um mandato de segurança, pelo fato de ser um ato ilegal de autoridade. Solicitado a atuar como advogado do sindicato nesse mandato de segurança, aceitou.

“Combinamos que eu mandaria procuração e eles pegariam assinaturas e me dariam para entrar, e eu realmente recebi e entrei com o mandato de segurança. A autoridade competente para o mandato de segurança era o Juiz federal em S. Paulo, porque o interventor era sediado em S.P, então eu entrei contra o interventor, porque era ele que faria a intervenção. Antes que o juiz decidisse, ocorreram as prisões, prenderam todos os líderes metalúrgicos durante à noite. De manhã, às 6:00 horas, vieram a minha casa, tocaram a campainha, e eu, já viúvo, atendi...

“Era um grupo, inclusive com armas na mão; nós viemos convidá-lo à nos acompanhar, nós somos da polícia e viemos convidá-lo. Claro que um convite feito assim a gente não pode recusar, eu estava de pijama, pedi licença para me vestir e me deixaram, chamei minha filha mais velha, na ocasião tinha vinte e poucos anos, a Marta, e disse: eu estou sendo preso, você me acompanha até a porta e eu vou dizer já volto e você toma nota do carro, do número da chapa e, assim que sairmos, você corre para contar ao Carlos Guilherme Mota, que morava a cem metros da minha casa, era um grande amigo, professor da USP e colunista da Folha.

“Levaram-me para o Dops, eu fiquei atento para o caminho que eles estavam fazendo. Quando eu vi que o caminho levava ao Dops, fiquei tranquilo. Pela minha experiência, o Dops dava mais segurança que a policia federal ou do que o quartel, especialmente a Oban. Então, vi que estava sendo levado para o Dops, eu tinha estado lá tantas vezes. Chegando no Dops, eles me levaram para uma cela grande onde já estavam presos os metalúrgicos. Aconteceu uma coisa muito pitoresca, eles abriram a cela para que eu entrasse, o Djalma quando me viu chegando, abriu os braços e sorriu dizendo: ‘Que bom o nosso advogado está chegando’. Só que o advogado estava chegando preso também.

“Aí houve uma reação, o próprio presidente da Ordem, Mário Sergio Garcia, foi ao Dops para pedir a minha soltura, houve muitas interferências, eu fiquei lá algumas horas e depois fui solto. Naquela mesma manhã, eles prenderam o José Carlos Dias.

“Aconteceu uma coisa muito malandra. O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, certamente alertado por assessores jurídicos, republicou o ato de intervenção, republicou dizendo: “É republicado por ter saído com incorreções”. Mas, na republicação, ele substituiu o interventor; em vez de dizer o interventor será o delegado de trabalho de S.P, ele disse o interventor será o próprio Ministro, e isto, do ponto de vista processual, é muito importante, porque se o interventor é o Ministro, a competência é do Tribunal Superior, em Brasília, não era mais do Juiz de São Paulo, que não podia mais decidir, tanto que eu nunca mais tive notícias desse mandato de segurança, provavelmente não houve decisão, porque foi logo em seguida, o ato do Ministro tirando a competência do juiz. Fiquei lá algumas horas e fui solto. Eles pediram que eu prestasse um depoimento e ficou uma situação ridícula, porque eu perguntava ‘o que vocês querem saber, o que vocês querem que eu diga’ e nenhum deles sabia, eles precisavam de um documento qualquer que registrasse que eu tinha sido preso e solto. Falei que tinha sido preso arbitrariamente, não tinha nenhuma razão, não havia um porquê e meu documento parou por aí. Não fiquei sabendo exatamente como é a coisa... em termos de formalidades.”^{xxii}

.....

Tendo, o Governo, decretado a intervenção nos sindicatos, “Dom Cláudio Hummes, então bispo diocesano de Santo André, abriu as portas da Igreja Matriz de São Bernardo e transformou o local na sede provisória do sindicato. Era lá que a direção se encontrava para conduzir o movimento. Foi lá que começaram a pensar na criação dum fundo de greve. Dom Cláudio acompanhava tudo de perto”^{xxii}

Margarida Genevois esteve em uma das reuniões da Igreja Matriz. “Lembro-me de que Elias, o Fernando Henrique, o Montoro, está na foto, o Zé Carlos. Eu fui, mas não sai nesta famosa foto. Entramos, estávamos na primeira fila da igreja, porque era assim. Entrava um grupo, enchia a igreja de gente, e havia um discurso, de Lula e outros. Depois, saía todo mundo e entrava outra leva, porque não dava todo mundo, não é ? E a praça toda cercada, soldados com metralhadoras, o negócio era bravo, ‘a mise en scène’ impressionante”. Mas foi pacífico. Não houve nada, só o medo do pessoal. De repente, poderiam atirar. Mas não aconteceu nada neste dia. Eu sei que estava todo o pessoal nosso”^{xxii}

No entender de José Carlos Dias, um dos marcos de sua gestão como presidente da Justiça e Paz, foi a participação na greve do ABC, em 1980. Todas as manhãs, alguém da Comissão estava em São Bernardo para, como diz ele, “ser polícia da polícia”, garantindo o direito de reunião.

“Era uma pressão” – recorda José Carlos Dias – “Helicóptero baixando, aquela coisa, tropa de choque, vários políticos. Tenho fotos comprovando. Uma com Fernando Henrique, Montoro, Mário Covas, Tito Costa e eu; em outra, estou segurando o lenço por causa do gás lacrimogênio. Estas presenças foram muito importantes, as de Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, porque tornavam difícil a violência, mas apesar disso houve violência. O Montoro era senador, iam prendendo o Alemão, aquele líder. Ele arrancou o Alemão das mãos do policial militar e colocou dentro do carro dele. Eram atitudes assim que demonstravam uma presença importante.

“Uma noite em que prenderam muita gente, liguei para o Tuma e falei: ‘Tuma, vamos ver se você segura um pouco, estão prendendo demais, é um absurdo, injustificadamente, você não vê que é uma provocação? Segure os seus homens para eu poder segurar os meus’. Falei com dom Cláudio, fui para a casa do Lula ver como ele estava, a casa rodeada de polícia, aquele disfarce com (as peruas) Veraneios”^{xxii}.

Frei Betto dá testemunho da presença de membros da Comissão na greve:

“Eu saí da prisão em fins de 1973 e só vim para São Paulo em 1979. A Comissão só existe, para mim, a partir da minha volta para São Paulo. Acho que entrei em contato no período da greve do ABC. Logo que voltei para cá, Dom Cláudio me nomeou assessor da Pastoral Operária lá do ABC e eu já entrei no bojo daquele movimento grevista. A Comissão estava muito presente, através do José Gregori e do José Carlos Dias, isso eu lembro nitidamente. Lembro, inclusive, que os dois, quando as coisas estavam esquentando, antes do Lula ser preso, eu já estava ficando bastante tempo na casa do Lula, para dar segurança à família, a ele. Não me lembro se foi antes ou depois, eu sei que o José Gregório e o José Carlos Dias, juntos, foram à casa do Lula...Os dois foram à casa do Lula, muito preocupados comigo, dizendo que era muito temerário eu continuar ali, metido com a greve, porque eu era uma pessoa muito marcada e podia não só complicar a situação dos sindicalistas, como ser alvo de alguma coisa grave, porque para a repressão a pessoa mais visada, ali, era eu. Acharam que eu deveria sair do Brasil, eles teriam condições de facilitar etc. E eu disse: ‘De jeito nenhum, porque, primeiro, eu não devo nada a ninguém; já paguei o que tinha que pagar aos olhos deles; já sofri que tinha de sofrer, estou livre e ainda estão me devendo dois anos. Eu, como cristão, não ia deixar os sindicalistas no fogo e escapar, cair fora, salvar a minha pele, eu não estava preocupado comigo. Eu me lembro desse diálogo”^{xxii}.

Este diálogo, na memória de José Carlos, foi mais sucinto :

“Lula estava em casa, com frei Betto. Eu falei: ‘Lula, você vai ser preso, sua casa está rodeada. Você quer sair comigo, agora?’ ‘Não, eu vou ficar aqui mesmo’. Betto, eu acho que você não deveria ficar, não adianta você ser preso’. ‘Não, eu quero ficar’. Sai de lá, umas três ou quatro horas da manhã e fui para casa. Quando era mais ou menos sete horas da manhã, recebi um telefonema da casa do Dalmo, que a polícia foi lá e levou o Dalmo. Mas antes recebi um telefonema de que o Lula estava preso. Logo depois, recebo um telefonema da casa do Dalmo, ele pediu que me avisassem, ele estava sendo preso. Tocaram a campainha e o levaram.

“Daí eu achei que uma coisa muito grave estava acontecendo, para prenderem o Dalmo também. Consegui, através da irmã Lourdes, localizar Dom Paulo que tinha ido para o interior, para uma palestra ou alguma outra coisa. Conteí a ele o que estava acontecendo e ele disse: ‘vou voltar já para São Paulo’. Então, eu disse, vou para o escritório e vou preparar um hábeas corpus para o Dalmo e para o Lula.

“Era um sábado. Botei o paletó – advogado tinha que usar paletó – coloquei gravata e paletó, achei que ia advogar naquele dia. Então vou uniformizado, pegar plantão etc. Não sei porquê, me ocorreu, peguei o passaporte e coloquei no bolso. Várias vezes eu me senti em situação de risco, e eu digo que o advogado sofre uma situação de risco, porque coloca em risco seus clientes até pela bagagem que carrega....Por que peguei o passaporte ? Não sei. Mas vou dizer uma coisa. Toda vez que alguém estava em risco, naquela época, era uma coisa instintiva pegar o passaporte, para ter um salvo conduto na mão. Tantas histórias que ouvi...Não sei porque, mas nesse dia eu peguei o passaporte, porque eu achava que não havia clima para a prisão de um Dalmo, por exemplo, professor titular da São Francisco, que tinha sido Presidente da Comissão...

“Ah ! Tinha mais um fato. Nessa hora, a minha empregada, que era uma baianinha muito inteligente, disse: ‘Doutor, têm umas coisas esquisitas na frente’. ‘O que é que foi ?’. Tem uns homens com cara de polícia aí na esquina, com terno e tal’. Eu disse para Margarida, minha primeira mulher e mãe do Theo: ‘Eu vou saindo agora e dentro de vinte minutos eu telefono. Se não lhe telefonar é porque aconteceu alguma coisa. Daí você liga para o presidente da OAB, que era o José de Castro Biggi, o presidente do Conselho Federal era o Mário Sérgio Duarte Garcia. É mais fácil você ligar para o Arnaldo Malheiros, que ele se encarrega disto, e você liga para Dom Paulo.

“Saí de casa, eu morava lá na rua Agostinho Canto, no Butantã. Vi imediatamente que estava sendo seguido. Quando cheguei na praça Pan-americana, fui fechado por dois carros e pularam os homens com metralhadores e me fizeram descer com a mão na capota do carro. E me revistaram, aquela cena, como se eu fosse um delinqüente perigoso. Eu me senti um traficante naquela hora, um ato absurdamente injustificável. Naquele momento, achei que o negócio era muito grava, porque não é a forma que normalmente eles usam para a prisão de uma pessoas que não oferece perigo.

“Fui preso três vezes. Duas vezes, como advogado. Fui preso no DOI-CODI. Foram no escritório, armados, mas não houve esta truculência. Mas esta última foi a mais traumática, talvez pelo espetáculo. Eu diria que a segunda foi, talvez pelo espetáculo, porque você ter seu escritório invadido por policiais, ser levado numa Veraneio para o DOI-CODI, que é pior do que ir para o Dops. Nas duas vezes, fiquei preso umas cinco horas. Mas aí eu disse: ‘Porque tudo isso ?’. ‘Acha que não sabe, doutor ?’.”^{xxii}

Deixaram-no ir dirigindo seu próprio carro, com um policial ao seu lado, pistola apontada na sua direção, um cortejo de carros. José Carlos fez um itinerário mais longo para gastar os vinte minutos que referira à sua mulher. Quando chegaram, encontrou Aírton Soares, Luiz Eduardo Greenhalgh, vários colegas de escritório e soube que dezoito pessoas estavam presas. Acreditou que algo maior estivesse sendo cogitado e depois soube estar correto mas que a coisa fora abortada.

“Era um golpe, um endurecimento. Portanto, eles teriam que prender as pessoas naquele dia. O que impediu, a meu ver, foi Dom Paulo, Dom Luciano e o trabalho que fizeram no sentido de mostrar que o Papa estava para chegar. E que isso ia ser...,ia haver um caos. Aliás, eu falei isso, falei para o delegado lá, estariam criando um caso

internacional porque estavam prendendo dois presidentes da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, o quê, naquele momento, já estaria sendo comunicado ao Vaticano.

“Quando entrei, vi aquelas pessoas todas, alguns clientes meus, eu me senti, realmente, me deu uma angústia. E eles ficaram contentes, porque estavam pensando que o advogado deles estava chegando. Não sei porquê, o Dalmo estava lá e não foi levado, como eu fui, para a sala do delegado Edson Manhote. Quando eu cheguei, o Lula estava lá e eu insisti para que trouxessem o Dalmo. O Dalmo veio para a sala também, e o Airton Soares entra e começa: ‘Que coisa, hein ? Você chegou antes de mim’ – pensou que eu estava conversando com o Lula como advogado e eu pensei que ele soubesse, ficou uma conversa meio de louco. ‘Não, você é realmente um advogado extraordinário, chegou cedinho aqui’. Eu comecei a dar risada.

“Aí o Lula percebeu e disse: ‘Airton, não enche o saco ! Não está vendo, aí, que o cara está em cana ?.

“Como ? Você está preso ?

“Estou, e se fosse você, ia embora. Você é muito mais importante lá fora do que aqui. Daqui a pouco eles se lembram de segurá-lo aqui e só vai atrapalhar. Vai embora. Aqui não tem problema, o Mário Sérgio já vem vindo. Todo mundo já está sabendo. E depois chegaram, realmente, o Mário Sérgio e o Biggi.

“Mas aconteceu que o Mário Sérgio Duarte Garcia chegou. ‘Doutor, nós vamos tomar o depoimento deles e vamos liberar. O senhor fique tranquilo, o senhor pode ir embora. No começo da tarde, ele sai’.

“Eu não posso sair’.

“Como que o senhor ?... Faça o favor.

“Só saio daqui se eles saírem junto comigo.

“Mário Sérgio considerava-se preso. Foi um negócio importantíssimo, ele balançou. Veja, o Mário Sérgio é um homem conservador, presidente do Conselho Federal, mas um homem liberal, defensor das liberdades públicas. Um grande advogado. Você não imagina a multidão que estava na porta quando saímos, uma ou duas horas depois, a imprensa inclusive. Imediatamente, entrei em contato com Dom Paulo, que foi muito enfático no que me disse”.^{xxii}

Quando José Gregori soube das prisões de José Carlos e de Dalmo, a primeira coisa que fez foi mudar-se de casa. Acreditava que poderia ser o próximo e mais do que nunca precisaria estar solto, para agir. Seu sogro morava na mesma rua em que ele, quadras adiante:

“Jamais passaria pela cabeça dos policiais bater na porta do meu sogro, um homem de Banco, uma figura totalmente à margem da participação naqueles acontecimentos. Comecei a disparar telefonemas de lá e combinei uma visita. Como o Lula também havia sido preso, telefonei para Santo André para ver se o bispo, Dom Cláudio Hummes, todo paramentado e tal, não queria me acompanhar numa visita ao DOPS, em São Paulo.

“Ele topou e nós combinamos para as quatro horas, mais tarde, que nos encontraríamos na porta do DOPS. Visitaríamos o Lula, o Zé Carlos, o Dalmo, o Barelli e outros mais, era uma divisão muito grande, uma liderança também grande, quase todo o grupo do Lula. Bom, e isso tudo precedido de não sei quantos telefonemas. E, sobretudo com esse telefonema que não tinha censura porque era da casa do meu sogro, acalmando a tribo, a Comissão e todo mundo que estava conectado, porque nesse momento todo mundo

que tinha algum tipo de veleidade política achava que ia ser preso. Deu uma paranóia. Houve cinco horas de pânico. Cinco horas.

“O Dalmo e o Zé Carlos ficaram horas. O Lula, se não me engano, uns dez dias. Eu falei com Deus e o mundo, inclusive com Dom Paulo. Mas o raciocínio era o seguinte: "não vão hesitar em pegar o resto, e de repente pegam o Dom Paulo". Por isso é que te digo: "foram cinco horas de pânico". Foi pela manhã que eles começaram a prender; o Barelli estava correndo, fazendo *Cooper*, deve ter sido às 8 da manhã, 8:30 h., começou aí. E todo mundo disse: "bom, a ditadura tomou conta, o que é que vai acontecer?". ... E às 4hs, eu fui com o dom Cláudio. Era um delegado durão que estava lá, deu um chá de cadeira de 1:30 h., mas, sem que a gente ficasse esperando. Ficamos ouvindo ele contar coisas, defender as idéias dele. Eu tenho a impressão que o dom Cláudio Hummes desligou o aparelhinho e ficou rezando...

“Eles estavam no DOPS. Como eles viram o Dallari e o Zé Carlos e acharam que iam ser soltos pelos dois e, de repente, viram que eles abriram a porta da prisão, eles entraram e fecharam a porta da prisão, quando eles me viram, eles ficaram mais apavorados, eu e o Bispo, ‘a prisão aqui vai ser fuzilamento, o Gregori e o Bispo’. Mas ficaram felizes logo depois, porque conosco não abriram a porta nem fecharam. Mas deu pra gente: ‘tudo bem e tal, alguém ferido?’. E voltamos para o tal diálogo desagradável com o delegado e ele disse: ‘Olha, o senhor não vai levar o Lula’. Ele já tinha me dado a notícia que o Dallari e o Zé Carlos tinham sido soltos – ‘mas, ainda quero conversar com o Lula melhor... esclarecer umas coisas, nada de mais, mas preciso conversar com ele, e tal... mas o senhor leva o irmão dele’.

“Frei Chico saiu comigo e com o bispo. Quer dizer, então, não consegui tirar o Lula da cadeia, mas tirei o irmão do Lula da cadeia. Minha preocupação foi exatamente acalmar. Na hora que o pessoal divulgou que eu e o bispo tínhamos estado lá e, portanto, não tínhamos sido presos nem molestados, e ainda tínhamos saído com o frei Chico, isso foi um alívio para todo mundo. Isso foi em abril de 1980”^{xxii}.

Frei Betto lembra-se que, além da Comissão, “Dom Paulo, especialmente, deu muito apoio, rezando missa na Catedral quando Lula estava preso. Arrumou umas irmãs perto do Dops, que mandavam alimentação todos os dias. Ainda cobro do Lula até hoje, ele está devendo, uma visita a essas irmãs, porque sem vou lá, vou lá e nunca foi. Enfim, é isso de que me lembro”^{xxiii}.

Em suas memórias, Dom Paulo refere-se à missa : “Outro momento de profunda emoção se deu na Catedral de São Paulo, em 21 de abril de 1980, quando os líderes operários, tanto do ABC quanto de nossa cidade, foram presos sem nenhuma ordem judicial e sem nenhuma ação que justificasse sua reclusão.(...) Eu mesmo, quando fui visitar esses meus irmãos trabalhadores, pude ouvir, da parte do delegado Romeu Tuma, que tanto os operários quanto os presidentes da Comissão Justiça e Paz deveriam ser libertados o quanto antes. Havia dois motivos para isso: o primeiro, a repercussão no mundo inteiro, através dos jornalistas – mais de cinquenta – que acompanhavam a reação paulistana contra o regime totalitário. O segundo, igualmente apresentado por Tuma, era que todos aqueles que apareciam nas fotos e imagens incendiando carros e quebrando vitrines tinham o cabelo raspado, sendo, portanto, soldados e não operários. Felizmente tinham sido fotografados de perto por gente nossa.

“Preparamos, então, na catedral um encontro de oração em que pude contar os fatos que inocentavam os operários e mostravam a fraqueza do regime militar, que já adotava o

uso de mentiras e de enganos para seduzir o povo que aos poucos se afastava de seus ideais.(...)

“Nessa celebração, como de costume, proclamávamos a palavra do Evangelho e convidávamos representantes de diversas denominações cristãs e mesmo das religiões mundiais. Estes não se recusavam a participar, porque sabiam do efeito imediato desses atos públicos sobre a opinião mundial e também sobre a divulgação dentro do próprio Brasil.(...)

“Por ocasião desse ato na Catedral de São Paulo recebemos mensagens de apoio irrestrito de todos os estados do Brasil e de onze países do mundo inteiro, todas conservadas em nosso arquivo. A quantidade de telegramas, cartas e abaixo-assinados é de tal monta que, por curiosidade, colocamos seu conjunto sobre a balança para verificar o peso: atingiu a marca de cinco quilos e oitocentas gramas.”^{xxii}

“Lula e os companheiros do sindicato passaram a responder processo em liberdade.(...) Almir Pazzianotto, José Carlos Dias, José Gregori, Clóvis Rossi, Fernando Gomes de Moraes, Benedito Marcilio Alves da Silva depuseram como testemunhas de defesa. O advogado José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz, relatou que acompanhou os acontecimentos em São Bernardo do Campo durante a greve e que também foi preso na mesma época...”^{xxii}

.....

No dia 2 de julho de 1980, José Carlos Dias, chegando em sua casa, percebeu que um carro estava rondando repetidas vezes o quarteirão em que morava.. No dia seguinte, soube que tinha estado em sua fazenda no Vale do Paraíba, “um cara perguntando por mim, armado. O retrato falado, que foi feito, batia exatamente com uma das pessoas que havia atacado o Dalmo. Agora, se você perguntar para mim se isso é verdade ou não, eu não sei. Primeiro, não confio na pessoa que fez a descrição, porque é um sujeito muito malandro que poderia estar querendo me bajular; segundo porque o retratado é sempre parecido com outro, não é ? Você pode reparar nos retratos falados, pode haver uma falha. Mas eu tive a sensação de que estavam tentando fazer alguma coisa comigo. Quando cheguei em casa e soube que o Dalmo tinha sido seqüestrado e ainda não havia sido encontrado, liguei para o Secretário de Segurança e disse a ele que estava sentindo alguma coisa na minha casa. O desembargador Otávio Gonzaga, o Secretário, disse para eu não sair de casa, que ele ia ver o caso do Dalmo e mandar proteção para mim. E, realmente, aconteceu isso. A polícia foi para casa e passou a noite, o delegado sentado na sala, vários investigadores e lá fora, também, policiais militares”.^{xxii}

No dia 2 de julho de 1980, por volta das 7 horas da noite, na iminência da chegada do Papa João Paulo II a São Paulo, a primeira visita papal ao Brasil, Dalmo Dallari foi seqüestrado em frente à sua casa^{xxii}. Ele conta:

“Eu tinha recebido um convite para fazer uma das leituras da missa e, durante o dia, tinha ido até o campo de Marte para saber como é que funcionava, por onde é que eu ia entrar, o que ia fazer, até isso é interessante, porque tinha visto que havia uma escadaria ampla, assim com degraus baixos e muito largos por onde o Papa ia subir. Era a frente do altar monumento e, lá no alto, ele celebraria a missa. O povo ficaria de frente para o altar e, no fundo, tinha uma escadinha por onde o papa iria descer quando terminasse a missa,

porque ele, depois, tinha um outro programa, e prevendo isso, que haveria uma multidão na frente, seria complicado até para entrar no carro. Aí, então, eu fui olhar isso, onde eu iria ficar, como iria me desempenhar, voltei para casa e parei o carro encostado na guia para abrir o portão. Nessa hora, um sujeito me apontou um revólver e disse: ‘é a polícia, você nos acompanhar’. Eu dei um soco no braço dele, o que segurava o revólver, e tentei entrar em casa, mas o portão estava fechado, pus a mão na campainha, mas aí vieram vários sujeitos com máscaras, mascarados, e me deram uma porção de coronhadas na cabeça e me atiraram dentro do carro.

“Vi que eles não deviam conhecer muito o bairro, porque deram voltas no bairro antes de sair, mas eu estava com a cabeça dentro do carro, forçaram minha cabeça pro chão, mas eu absolutamente lúcido e atento. Aí é que eles entraram na Juscelino Kubitschek. Na avenida, que estava sendo aberta, que ainda não tinha nem iluminação e tinha muitos terrenos baldios, me tiraram do carro, fizeram uma roda e começaram a me bater, chutar, dar soco, tudo isso. Um deles com uma coisa que deve ter sido uma pequena faca, uma coisa, me deu porções de pontações, até que um acertou um soco mais forte e eu caí. Não falaram nada, caí. Esses pontações eram uma espécie de facadas pequenas, não era com intenção, de... mas era para ferir. Não feriram nenhum órgão, coisas pequenas, o problema principal foram as pancadas, no rosto inclusive, chutes, eu caí e eles continuaram chutando, aí saíram correndo e foram embora”.

.....

Por volta das sete, sete e meia da noite, José Gregori soube do seqüestro de Dalmo. Telefonou para a casa dele e quem atendeu foi o também intelectual e professor de História na USP, Carlos Guilherme Mota, vizinho de Dalmo, confirmando que Dallari estava desaparecido.

Mais tarde, Carlos Guilherme telefonou contando que Dalmo estava hospitalizado. Gregori acredita que o seqüestro tenha sido efetuado por uma divisão de segurança que a polícia militar tinha. Imediatamente dirigiu-se para o Hospital Matarazzo. Na porta, encontrou-se com Romeu Tuma.

“A partir daí, eu já disse pro Dr. Tuma: ‘existe uma expressão, a respeito de livro: não li e não gostei. Esse negócio que aconteceu com o Dalmo, não vi ainda o Dalmo, vou subir para encontrá-lo, mas isso é coisa paramilitar’. ‘Seu Gregori, estamos ainda a duas horas do fato, não sei o quê é’. Eu disse: ‘isso é coisa paramilitar’. Falei duro. Logo depois, passou o Dalmo numa maca, ele estava bem. Ele estava ferido no olho, não me viu, só ouviu minha voz: ‘Ô, Zé Gregori, e tal’... e a partir daí...”^{xxii}

Antonio Carlos Malheiros montou guarda no corredor, para a proteção de Dalmo e por preocupação com seu estado.^{xxii}

“Eu estava em casa quando recebi um telefonema do Carlos Guilherme Mota, contando que Dalmo tinha sido agredido e tudo isto. Fui imediatamente para a casa do Dalmo. Vi a camisa dele ensangüentada, as filhas dele. E fiquei até alta madrugada. Carlos Guilherme estava lá o tempo todo. Nunca me esqueço, Carlos Guilherme que me levou para casa porque, quando cheguei no meu carro, tinha furado o pneu. Carlos Guilherme me levou em casa e no dia seguinte, cedo, fui lá com o borracheiro. Bateram no Dalmo perto da minha casa, perto da marginal, espetaram ele com uma espécie de punhal”, rememora Antonio Candido.^{xxii}

.....

“Era noite e eu consegui me levantar, nessas horas é que eu falo da existência de uma força interior, alguma coisa me disse, tenho que sobreviver, levantar. Aí levantei e fui caminhado até a margem da avenida. Eu estava de terno, gravata, e aí... mas eu estava todo cheio de sangue... os carros passavam, iluminavam a avenida. A avenida não tinha iluminação, os carros com faróis acessos, mas viam aquele sujeito todo cheio de sangue, ninguém queria parar, as pessoas tinham medo. Até que um parou e perguntou o que é que havia acontecido e eu disse, acabo de ser assaltado, me leve para minha casa que não é longe daqui. E ele disse, mas estou com muita pressa, e eu vi que ele estava com medo de se envolver, então eu disse, você me leva para minha casa que é aqui perto, me deixe na porta não precisa nem entrar, e ele fez exatamente isso. Até hoje eu não sei quem foi essa alma caridosa.

“Ele me deixou aqui na frente de casa, toquei a campainha, minha mulher foi atender, eu expliquei tudo a ela, o que aconteceu, e pedi para me levar ao pronto socorro, pois ‘eu preciso ir àquela missa, a missa de amanhã de qualquer maneira, nem que seja a última coisa que eu faça na minha vida, eu tenho que ir’. Então, ela me levou para o Sírío Libanês, ela trabalhava na área de saúde e tinha uns amigos médicos lá. Houve uma boa coincidência, estava lá um grupo de jovens médicos que tinha sido meus eleitores, quando eu fui candidato a Reitor, eles eram estudantes, então tinha muita identificação e eu expliquei a eles e disse: ‘vocês façam o que for possível para eu poder ir a essa missa amanhã’. Eles começaram a cuidar de mim durante a noite e quando foi de manhã eu podia andar, tinha recebido muito chute na perna. Corpo inchado, rosto inchado... Todo o corpo, aí eles me prepararam e eu fui de cadeira de rodas numa ambulância.

“Houve uma ironia, porque pouco antes de eu sair do hospital, o Secretário de Segurança Pública chegou lá para me dizer que ia me dar proteção. Não me lembro o nome... era ex-desembargador, o governo era o do Maluf. O Maluf sempre teve este hábito de colocar desembargadores como secretários, porque assim ele tinha proteção no tribunal de justiça. Esse era um dos casos e eu tinha dúvidas de que o Maluf estivesse envolvido na violência. Mas era uma ironia, o secretário ia me dar segurança depois da porta arrombada”^{xxii}.

.....

“E eu fui até o campo de Marte. Fui acompanhado de vários amigos e, entre eles, o Zé Gregório, Flávio Bierrenbach, meu irmão, o Adilson. Eram os três pastores que estavam lá. Quando chegamos, um coronel que fazia que comandava a segurança, não me queria deixar entrar. Eu sugeri que entrássemos pela escada do fundo para não causar escândalo, eu estava de cadeira de rodas, todo enfaixado, eu achei que era mais discreto. Mas o coronel, chefe de segurança, disse, não, não, essa escada é para sair, não pode entrar. Porque não queria que eu aparecesse. Então não permitiu que eu entrasse pelo fundo como eu estava sugerindo.

“Mas aí, os que estavam me acompanhando disseram: ‘Não, se não pode entrar pelos fundos, vai entrar pela frente’. Saíram correndo, empurrando a cadeira de rodas e eram três brutamontes absolutamente decididos e eu acabei entrando pela frente. Foi uma

coisa espetacular, já tinha um multidão. Um padre que irradiava os acontecimentos estava lá, no microfone, as pessoas que me conheciam já tinham dado notícia de que eu estava chegando e o que tinha acontecido comigo, que era violência política, e ele contou isso para o povo, eu recebi aplausos enormes. E, naquela altura, o Maluf já estava lá com a mulher e eu passei bem rente ao Maluf. Vi a cara de ódio que o Maluf fez, surpreso, ódio quando me viu e absolutamente contrariado porque o padre estava me exaltando.

“Um dado que foi muito positivo, também, é que, naquele momento, a televisão do mundo inteiro estava transmitindo, porque era a missa do Papa na América Latina, e, é curioso isto, ainda agora, viajando, recentemente, pela Itália, França, há pessoas que se lembram de ter me visto, aquela situação. É curioso. Como é que eles lembram que aquela pessoa... mas eles se lembram. Várias pessoas fizeram referência a isto, então acabou tendo um significado político muito forte, não é ?. Porque quando se contou, se disse sempre, se acrescentou que eu era o presidente da Comissão Justiça e Paz, que eu pregava a paz, que eu era professor de direito, que jamais pertencia a grupo armado, que jamais preguei luta armada, pelo contrário, sempre falei contra a luta armada, contra o uso da violência. então ficou muito evidentemente que era uma ditadura, que era uma ditadura feroz que nós tínhamos aqui.

“Eles queriam me impedir de ir à missa e a interpretação de D. Paulo pode ser muito correta. Eles quiseram mostrar para a igreja que eles eram fortes e que não temiam a igreja. Então, mesmo na frente do Papa e perante D. Paulo eles quiseram dar essa demonstração, intimidar a Igreja, aproveitando, inclusive, a presença do Papa.

“Aí ficava uma coisa muito evidente. Era um presidente da Comissão Justiça e Paz muito ligado a D. Paulo. O próprio D. Paulo me disse que o Papa quis saber porque eu estava daquele jeito, porque fiz a leitura na missa... Foi um sacrifício enorme, eu estava na cadeira de rodas, consegui me levantar, era em cima do altar, fiz a leitura e comunguei. O Papa perguntou a D. Paulo quem era esse homem que estava todo enfaixado na cadeira de rodas e que fez a leitura. D. Paulo contou e disse ao Papa: ‘Eles fizeram isso ao presidente de Justiça e Paz porque não tiveram a coragem de fazer isso comigo, mas na verdade era eu que eles queriam atingir’. E eu acho que tem muito disso mesmo.”^{xxii}

.....

O Papa chegou no dia seguinte ao sequestro. Cedo, José Gregori e Flávio Bierrenbach deram um jeito de levar Dalmo de qualquer maneira, porque ele já estava programado, independentemente, de ler ou não a homilia.

“...demos um jeito de colocá-lo numa ambulância, os dois carregando, ele ainda trôpego, levamos até o altar. Você imagine as Forças de Segurança que estavam aqui, mas apareceu na televisão, saiu no mundo. Entramos no altar levando o Dalmo. Deixamos ele sentadinho num lugar que disseram, lá. E ele leu. Foi para onde tinha que ler, todo trôpego, e tal, mas leu. As pessoas da segurança queriam, depois que a gente deixou ele, que saíssemos do altar. E nós: ‘Não, enquanto o Dalmo estiver no altar, nós estaremos’. Eles viram que iam criar um caso...Entraram uns dois ou três militares, ficaram do nosso lado, foi a missa mais bem guardada que eu assisti na vida.”^{xxiii}

.....

No altar, o ex-presidente da Comissão Justiça e Paz, Dalmo Dallari, e o então presidente, José Carlos Dias, fizeram, cada qual, sua leitura, perante milhares de pessoas, toda a Igreja de São Paulo, Dom Paulo e seus bispos auxiliares, perante o Papa João Paulo II. Adilson Dallari, José Gregori e Flávio Bierrenbach prestavam atenção nas reações do irmão e amigo ferido. Na platéia, diversos membros da Comissão Justiça e Paz, inclusive Margarida Genevois, Antonio Carlos Malheiros – que viera com eles na ambulância - emocionavam-se.

José Carlos Dias, que passara a noite com a polícia guardando-o, em casa, foi para a missa, no Anhembi, em um camburão, ele e o delegado.

“A polícia ficou em casa durante alguns dias, tomando conta, sempre um camburão na porta. Celina, minha filha, hoje jornalista, que tinha uns sete ou oito anos na ocasião, perguntou para mim. Ela me viu sendo preso, quer dizer, soube da minha prisão, pequenas ainda, ela e a Marina, todo mundo sofreu com esse negócio. Ela me vê sair, depois me vê com a polícia tomando conta. E Celina diz: ‘Papai, eu não entendo porque, às vezes, a polícia te prende e, às vezes, toma conta de ti’. É óbvio. É um negócio absolutamente incompreensível.”^{xxii}

.....

Com carinho, Dom Paulo recorda que José Carlos Dias e Dalmo Dallari “foram perseguidos, o Dalmo foi muito surrado e, depois, jogado num matagal. Fui visitá-lo e vi os ferimentos todos. Vi com os meus olhos e falei com o Papa. O Papa disse que queria ver esse homem que sofreu por minha causa e sofreu por causa da Igreja.

“Dalmo foi à missa em cadeira de rodas e o Papa perguntou: ‘Quem é esse homem trazido em cadeira de rodas?’ Eu disse: ‘é um homem que foi torturado por sua causa. Eu disse em alemão, claramente. Ele respondeu: ‘Este eu quero ver, quero falar com ele. Até a meia noite, fui atrás, para leva-lo, mas não consegui me comunicar com ele. Eu estava longe, com o Papa, com as beneditinas. O recado não chegou até ele e acabaram não se encontrando. E o Papa sempre dizendo que queria ver o presidente da Justiça e Paz, que foi torturado por causa dele. Sempre, de novo, dizia isso.’”^{xxiii}

.....

“Eu acho que isto partiu de toda a ditadura. O Maluf era uma peça do esquema. Segundo eu tive notícia, foi um movimento de oficiais do Segundo Exército na área de segurança. Havia dois irmãos militares, agora nem me lembro o nome. São pessoas sem nenhuma importância, eram dois militares conhecidos como irmãos metralha. Porque eram extremamente violentos e chefiavam a repressão aqui no Segundo Exército. Pelas informações que tive, estavam envolvidos e eu também recebi muitas cartas anônimas de denúncias, mas não quis utilizar polícia, inquérito, tudo isso; porque achei que era muita ingenuidade. O governador estava envolvido, o exército estava envolvido e é óbvio que a polícia não ia investigar coisas alguma e eu não ia fazer papel de tolo.

“Então, não importa quem fez, importa que foi uma ação política, manifestamente política, e que deu errado, teve exatamente um efeito contrário. Foi um fato inesperado, não programado, mas que acredito que ajudou, especialmente no sentido de conscientização. Porque eu mesmo tive a experiência até com bispos que não acreditavam quando a gente falava que havia tortura, violências, seqüestro. Fui a uma reunião da

CNBB, aqui em Itaíci, um bispo me perguntou: ‘essa história de violência, de torturas, é verdade ou é invenção dos comunistas?’ Ele não queria acreditar, mas era fato, não é? E quando aconteceu isso comigo, eu era muito conhecido e conhecido pela pregação de paz. Então reconheceram que era uma situação inaceitável. E eu acho que foi um ato político que teve efeitos favoráveis.

“Não fiquei muito traumatizado, não sei se é minha fé em Deus ou uma espécie de fatalismo, sou muito tranquilo, acredito que as coisas não acontecem por acaso. Nunca, nunca fiquei com medo, depois disto. Continuei exatamente na mesma atividade e de certo modo, tem mesmo que ser, porque eu tinha a convicção, mais do que nunca, de lutar contra a violência. Como seqüela séria, muita gente acha que há essa ligação, eu ter perdido a audição do ouvido esquerdo. Mas a audição já estava precária e a partir daí piorou, sem dúvida, pancada, tudo isso teve efeito.

“Não, nada, nada de mágoa ou ressentimento. Aquilo é fato e, também, nós sabíamos, nós da Justiça e Paz, que corríamos risco. Quando o Hélio Bicudo publicou o Esquadrão da Morte, sabia que corria risco de morte e tantas vezes nós recebíamos ameaças por telefone. Uma vez houve, isso é interessante, estávamos almoçando, tocou o telefone, quem atendeu foi minha filha Mônica que, na ocasião, talvez tinha 17 ou 18 anos, no máximo. E a pessoa do outro lado disse a Mônica, Dalmo Dallari vai morrer hoje. E a Mônica disse: ‘vai morrer nada, você é um grande covarde, mostre a cara e venha aqui matar Dalmo Dallari’. E era isso, coisas assim, a gente saía das reuniões da Justiça e Paz, principalmente quando era ali na avenida Higienópolis, nossos carros eram seguidos, era uma forma de intimidação.

“Eu me mantinha forte para não transparecer, era em relação a minha família, porque eu fiquei viúvo em 1973, e fiquei com muito medo que fizessem alguma coisa contra as minhas filhas, filhos. Era o único medo que eu tinha, agora, em relação a mim, nunca tive medo. Mesmo fora da presidência, continuei muito ativo na Comissão. Eu participava das reuniões, eu ia as reuniões de grupos comunitários, periferias, sempre tive muito contato e recebia muitos convites para fazer palestras, tudo isso e sempre gostei disso”^{xxii}.

.....

Um dia, cerca de um mês antes da chegada do Papa ao Brasil, o cardeal Arns chamou Waldemar Rossi em sua sala na Cúria, para uma conversa confidencial. Avisou-o de que Waldemar saudaria o Papa, mas, por enquanto, não deveria contar sequer à sua mulher, por uma questão de segurança. A Folha divulgou que a Pastoral Operária iria indicar alguém para saudar o Papa.

Numa reunião da PO, organizaram uma votação para indicar quem leria para o Papa e Rossi foi eleito, felizmente. Posteriormente, umas seis pessoas fizeram uma “tempestade cerebral” e foram colocando no papel, Waldemar inclusive, o que deveria ser dito a João Paulo II.

“Depois de escrito e reescrito, mostrei a Dom Paulo, que leu e disse: ‘Você vai, desde o começo, digamos, com um tratamento coloquial ao Papa. Chega um momento em que formaliza. Mantenha o coloquial’.

“Mas que queria tirar umas dúvidas, porque só fiz o primeiro grau, meu português era meio limitado, e procurei o frei Betto, que eu conhecia desde que ele começara a freqüentar o ABC, há não muito tempo. Ele leu o discurso, fez umas correções e disse: ‘Rapaz, você me deixou numa enrascada, porque me pediram para fazer um documento para entregar ao Papa e o seu é muito superior’.

“Fui para a Comissão Justiça e Paz, xeroquei e entreguei ao padre responsável. Mas quando eu disse que ia embora, falaram para eu dormir na Cúria e respondi que eles estavam brincando, eu nunca dormi fora da minha casa, a não ser quando estive preso ou em viagem. ‘Olha, o Dalmo foi seqüestrado, está no hospital e D. Paulo acha que você deve ficar aqui’. O Dario Bevilacqua falou com o capelão da Aeronáutica e fui de carro oficial para casa.

“A segunda coisa foi o enfrentamento com o Segundo Exército, no Estádio do Morumbi. Todos os que iam entrar no campo tinham que ter credencial do II Exército, Vários iam entrar, a partir da 3 horas da tarde para um show que iria animar o pessoal porque o Papa só iria chegar lá pelas 7 horas. E a minha credencial foi negada porque o General Dilermando disse para Dom Paulo que esse não, é um comunista contumaz. Eu ainda brinquei com a turma, agora com o Tomás também.

“Mas eu fui com uma credencial da Cúria, assinada e tudo o mais, e chegando no local, encontrei o padre coordenador do grupos que estavam entrando, conversamos um pouco, e o capitão veio dizer que eu não podia entrar porque não tinha a credencial do Exército. Eu disse para ele: ‘Vou dizer uma coisa para o senhor, essa aqui não é uma atividade nem do Exército e nem do Governo, é uma atividade da Igreja. É o encontro do Papa com os trabalhadores e estou com a credencial do Cardeal e vou entrar’. Quando o padre colocou os primeiros grupos para dentro, entrei junto e fiquei ajudando a animar a turma. Eram cerca de três horas da tarde.

“Era quase oito horas quando eles entraram no Estádio. Chovia, uma chuva fininha e persistente, não era muito forte mas chovia bastante. O Papa, o Secretário do Vaticano e Dom Paulo subiram no palco e os outros bispos vieram para o lugar em que estávamos. Dom Luciano chegou para mim e disse: ‘Waldemar, Dom Paulo pediu para você ler a entrada e o fim do discurso, é um pedido do Secretário de Estado, porque estamos com uma hora de atraso e o Papa ainda tem um encontro lá no Colégio Santo Américo.

“Entre em pânico, o mundo começou a desabar sobre a minha cabeça. Comecei a ler e, num certo momento, Dom Paulo disse ‘Waldemar’ e então eu denunciei as mortes do Santo e do Raimundo e depois li a parte do encerramento. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, era dirigente sindical rural, tínhamos tido um encontro no mês de maio, um encontro das oposições sindicais e, quando ele voltou para a casa dele, foi assassinado. O Santo, fazia oito meses.

“Primeiro, eu falei da repressão – foi quando o povo começou a gritar: Liberdade ! Liberdade ! – depois eu denunciei as mortes e minha voz embargou. Me recuperei e continuei até o fim. Quando eu sai do palco, estava todo o pessoal da Igreja lá e comecei a chorar convulsivamente, nem ouvi o discurso do Papa, fui ler depois, alguma coisa. Um dos bispos que acompanhava o Papa veio conversar comigo em polonês, eu não entendia nada, me deu um santinho da Virgem Negra, da qual o Papa era muito devoto. Na hora que sai do Estádio, encontrei uma turma de sindicalistas e a primeira coisa que me disseram foi : ‘Até aqui cassam a palavra da classe operária’. Dom Paulo entendeu minhas reclamações, tanto que no livro dele, ele volta a isso.^{xxii} O pedido do Secretário provavelmente foi porque ele

já tinha conhecimento do conteúdo do meu discurso, ao qual o discurso do Papa não respondia. Fiquei sabendo que as três horas da tarde as cópias do meu discurso já estavam na sala de imprensa quando a orientação tinha sido para ser entregue quando eu estivesse falando.

“Dom Paulo me entendeu. Ele é muito inteligente, não é ?, e muito humano. Mas eu me frustrei bastante. No ano seguinte, disputei, pela terceira vez, a presidência do sindicato dos metalúrgicos, contra o Joaquinção e o Aurélio Perez formou uma terceira chapa. A Folha me chamou para um debate mediado pelo Joemir Betting, que me disse, quando estávamos conversando, antes do debate começar: ‘Rossi, conheci você em Tóquio’. Eu respondi que nunca tinha estado no Japão. “Fez um ano, você estava fazendo o discurso para o Papa e eu estava em frente à televisão, vendo você’. Veja a dimensão internacional, o mundo voltado para o encontro do Papa com os operários em São Paulo, contra a ditadura. Do meu discurso constava a denúncia da cassação da diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dos Bancários de São Paulo, dos metalúrgicos do ABC e eu não pude ler isto. Por isto que o Betto disse que meu discurso era bom e o deixava numa enrascada.”^{xxii}

.....

Do Morumbi, o Papa João Paulo II foi para o Colégio Santo Américo, onde frei Betto o esperava:

“Fui ao encontro do Papa levando um grupo de sindicalistas, entre eles, eu me lembro do Jacó Bittar, do Lula e do Olívio Dutra, tinha mais, mas não me lembro quem eram os outros. Já tínhamos acertado com Dom Luciano Mendes de Almeida que falou para, depois do ato do Morumbi, nos dirigirmos ao Colégio Santo Américo, onde nossos nomes já estavam e nós poderíamos entrar.

“Só que tardou muito tempo, não me lembro se umas duas ou três horas, não mais do que três. E nós esperando na rua, começou a chover, a fazer frio e não tínhamos como nos abrigar. Quando entramos, aconteceu aquele episódio que contei outro dia, em um artigo. Fomos para capela, meio na penumbra, e apareceu aquele monsenhor polonês que sempre acompanhava o Papa. Entrou com uma bandeja cheia de coisas de plástico, com um brilhozinho assim, e o Lula pega e põe na boca achando que fosse amendoim, que eles estivessem com pena da nossa fome. Eram terços, que estavam sendo distribuídos de presente. Depois o Papa veio, conversou. Lula falou, foi traduzido”.^{xxii}

.....

A União Brasileira do Escritores anualmente elege o Intelectual do Ano, outorgando-lhe o Troféu Juca Pato, em parceria com o jornal Folha de São Paulo. O candidato deve ter livro publicado no ano anterior e o votante pode ser qualquer pessoa que escreva, não precisando ser sócio da UBE. A candidatura é lançada pelos sócios da entidade, a partir de uma lista que tenha, no mínimo, trinta proponentes.

Grande parte das indicações, apesar de respeitar o quesito livro publicado no ano anterior, teve como motivação o conjunto da obra e, especialmente, o caráter de resistência à opressão e de luta pelos valores democráticos e republicanos tanto na obra quanto na vida do indicado.

Dalmo Dallari tinha lançado o livro *O Futuro do Estado*, no ano anterior. Mas sua indicação e posterior premiação com o Juca Pato de 1980, recebendo 1.052 votos, a maior votação na história do Intelectual do Ano, teve um caráter de desagravo pelo seu seqüestro e de apoio ao seu trabalho^{xxii}.

VII

VAI SER TÃO BONITO SE OUVIR A CANÇÃO, CANTADA DE NOVO

José Carlos Dias lembra-se que, mais para o final da sua gestão, (1978-1981), a questão dos passaportes foi importante:

“Os exilados iam pedir passaportes e não conseguiam. Passaporte para viajar, para uso lá mesmo, para voltar para o Brasil, consulados brasileiros negando passaportes para brasileiros. O primeiro caso foi em caráter particular mas a Comissão logo deu um apoio muito grande. O professor Francisco Augusto Catão, na época ainda frei Bernardo Catão, dos dominicanos, era o meu cliente. Estava exilado e queria ter o passaporte. Eu lhe disse; ‘Catão, você amanhã vá até o Consulado e diga que quer lavrar um procuração me outorgando poderes para impetrar mandato de segurança contra ato praticado pelo cônsul geral do Brasil, em Paris, por lhe estar negando passaporte. Peça para lavrarem essa procuração e depois conversamos. Você vai ver o que acontece. Ele foi, mandou lavrar a procuração, o cônsul chamou-o e entregou-lhe o passaporte. Mas depois, esse golpe não funcionou mais. Impetrei um número imenso de mandatos de segurança. E a Comissão fez um trabalho importante, denunciando este fatos.

“Você não imagina a insegurança que a ausência de passaporte dá a uma pessoa. Houve um caso interessante, um casal estava em Estocolmo, exilados, ela depois se tornou assessora do Fernando Henrique. Impetrei um mandato, foi concedido, e os passaportes foram entregues com um carimbo, válido somente para a Suécia. Eu repiquei, entrei com habeas-corpus. Dizendo que as autoridades, em descumprimento à decisão do tribunal, tinha praticado um ato muito mais violento que o anterior. Tinha transformado o território de um país amigo em um grande presídio. Portanto, no caso, não era mais um direito líquido e certo, mas algo muito mais importante, o direito de locomoção, o direito de ir e vir. Pedi o habeas-corpus e consegui que um jornal publicasse uma notícia sobre o caso. No dia seguinte, o casal foi chamado ao consulado para trocar o passaporte e lhes entregaram outro sem essas coisas.

“O interessante é que o exercício da advocacia, nestes períodos duros, exige de você um poder de criatividade. Quando o AI.5 suprimiu o habeas-corpus, tínhamos um problema sério, as pessoas que eram levadas para o Dóí-Codi ou para o Dops e você queria ter a garantia, enfim, você queria ter o recibo, não é ? Porque não comunicavam, como comunicação prevista pela Constituição, eles não comunicavam ao juiz. Então impetrava-se o habeas-corpus dizendo que a pessoa tinha sido presa e não havia motivação política para a prisão. Eles respondiam que a motivação era política sim e, com isso, você já tinha o reconhecimento de que a pessoa estava lá. Você entrava com o habeas-corpus no STM e, quando o habeas-corpus acabou, eles acabaram adotando, como válido, o sistema de representação.

“Isto aconteceu na prisão do Idibal Piveta. Ele foi preso e eu, designado pela OAB para defendê-lo. Fiz uma representação, fui para Brasília e fiz algo impossível de se fazer num tribunal comum. Entrei no Tribunal, com a representação na mão, abriu a sessão, o julgamento, e eu: ‘Senhor Presidente, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, peço a

palavra’ – ‘O Senhor pode subir à Tribuna’ – quem presidia era aquele que depois foi vice do Geisel -. Fui à tribuna e relatei que um advogado conhecido, respeitado inclusive por aquele tribunal, tinha sido preso e eu estava lá para comunicar a prisão e pedir que ele fosse posto em liberdade ou, então, que tivesse quebrada a sua incomunicabilidade para que pudesse se entrevistar comigo. E o presidente falou assim: ‘o senhor nem protocolou a petição’ – “Não, não, a urgência é tão grande que não protocolei, está aqui na minha mão” – ‘Então, Vossa Excelência pode protocolar que deliberaremos ainda hoje’. Protocolei e vim-me embora para São Paulo. Quando cheguei a auditoria já tinha sido comunicada, a incomunicabilidade estava quebrada – o juiz auditor ligou para mim: ‘O senhor pode vir aqui buscar o ofício, não precisava ter feito isto, falasse comigo que eu resolvia’. – ‘Doutor, o senhor sabe muito bem que não ia resolver’ – E fui lá falar com o Idibál, que ficou um tempo preso. Funcionei também no caso do Rubens Paiva, quer dizer, fui um dos que tentaram localiza-lo, sou muito amigo da viúva, mas nunca se conseguiu apurar exatamente o que aconteceu”.^{xxii}

.....

No período em que José Gregori presidiu a Comissão, 1981-1982, e nas gestões de Margarida Genevois, 1982-1986, como, aliás, em todas, o número de membros da Comissão aumentou.

Antonio Candido talvez tenha sido um dos primeiros:

“Eu entrei para a Justiça e Paz no tempo que era presidente o José Gregori. Um dia o José Gregori e, se não me engano, o José Carlos Dias – foram duas pessoas – foram em casa me convidarem para a Comissão Justiça e Paz.

“Disse a ele que ficava muito honrado – sempre fui um grande admirador da Comissão e via o que ela tinha feito no tempo do Dallari, do Candido Procópio, tudo isto – e acrescentei : ‘Mas eu não tenho religião’. E eles: ‘Não, nós conversamos com D. Paulo sobre isto e ele diz que não faz mal’. Fiquei muito honrado, aceitei., foi no tempo da presidência do José Gregori. Ainda neste tempo, houve alguns problemas sérios que o José Gregori enfrentou pessoalmente e nos contava depois. Mas a Comissão em si, eu, pelo menos, já não me lembro dela com problemas tão sérios.

“Fiquei na Comissão um certo tempo, criou-se uma certa rotina. Era agradável, os companheiros eram muito bons, o pessoal trabalhava com muito fervor. Lembro-me da Margarida Genevois, evidentemente, e da Íris Ariê, muito ativa e trabalhadora e de outros companheiros.

“Trabalhava lá a Ivy, que era ótima, viúva do Enzo Nico. Conversava muito com ela sobre uma revista que o Enzo participou, chamada Intus, uma revista que o Morejon inventou, durou pouco, e na qual o Enzo colaborou. Funcionária excelente, exemplar, uma pessoa que ajudava muito.

“Candido Procópio ou já tinha morrido ou não freqüentava mais. Não me lembro exatamente. Havia o José Gregori, Márcia Jaime, Genevois, José Carlos Dias, Dallari, Flávio Di Giorgi – ótima pessoa. Participei ativamente, freqüentei, durante apenas uns dois anos.

“Um dia, o Flávio Di Giorgi estava lá, eu também estava, o José Gregori presidindo a reunião e nós conversando. Eu disse que a ‘santidade era uma aspiração profunda de todo

homem, crente ou não crente, um ponto ideal a que cada homem se propunha, não para si, porque cada um sabe bem de suas fraquezas, mas a existência do santo nos realiza de certa maneira. Chamo de santidade o esforço máximo que a pessoa faz para se esquecer ao máximo, e fazer, ao máximo, coisas que sejam em benefício dos outros'. De repente, o José Gregori olhou para nós dois e disse: 'Você e o Flávio são os nossos teólogos'. Foi uma gargalhada só.

"Em certo momento, senti que o fato de não ser católico militante me deixava um pouco à margem, havia um tipo de atividade e de conversa...Lembro-me de um dia em que este homem que admiro muito, que até indiquei para o Ruy Coelho quando ele foi preso, um homem de grande valor, o Mário Simas. O Ruy Coelho e a mulher foram presos. Ele foi ameaçado de tortura e ela, Lúcia Salvia Coelho, foi torturada. O Ruy ameaçado, resistiu bravamente, é aquele tipo de pessoa suave e firme. Ficaram presos uns três meses e eu fui vê-los, mais de uma vez, no Tiradentes. Quando ele saiu, o advogado que a família tinha arranjado para ele eu percebi logo que era um tipo muito contra indicado, inclusive altamente reacionário. Eu disse: 'Larga desse advogado'. E me aconselhando com o frei Benevenuto ou Santa Cruz, não me lembro se ele ainda era frade ou não, ele me indicou o Mário Simas. Coloquei o Ruy em contato com o Mário Simas e o Mário foi extraordinário.

"Mas daí, o Mário Simas, uma pessoa que respeito muito, estava lá na Comissão e disse, com muita convicção, com muita firmeza: 'o que justifica nossa presença em um organismo como esse é o fato de sermos católicos'. Não me lembro as palavras dele, mas em síntese era isto, não tem sentido a pessoa estar aqui e não ser católica. Achei que ele tinha toda razão. Ele pensou que eu era católico militante, se não não teria dito isto na minha presença, certamente. Pessoas apareciam nas reuniões de vez em quando, que não eram da Comissão. Eu me lembro de uma moça muito enérgica, também com este tipo de colocação. Dom Paulo aparecia de vez em quando. Mas foram manifestações esporádicas, eu é que pessoalmente estava com dúvidas e isto me incentivou. Mas não foi isto a causa determinante. A CJP não estava nas minhas prioridades.

"O que me fez sair da Comissão, o principal, lembrei-me agora, foi o celibato. Eu acho que na Igreja do século XX não tem mais sentido. E um dia, fiz o seguinte raciocínio: 'Como é que eu estou numa Comissão de Direitos Humanos ligados a uma Arquidiocese tão esclarecida como a de São Paulo, com Dom Paulo à frente, como é que uma Comissão de Direitos Humanos pertence a uma Igreja que nega aos seus sacerdotes, aos seus ministros, um direito humano fundamental que é a satisfação da sua afetividade, um direito que permite a propagação da espécie e a continuidade do gênero humano? Isto para mim foi decisivo, não posso continuar.^{xxii}

.....

Nascido em São José do Rio Pardo, em 1947, filho de um professor de Latim e de uma professora primária, pai de três filhas, marido de Carmen, uma artista plástica, formado em 1970 pela São Francisco, Marco Antonio Rodrigues Barbosa foi um dos convidados a integrá-la:

"Na presidência de José Gregori, em razão da participação que eu tive, como advogado, no processo de responsabilização da União Federal, tanto no caso de Vladimir Herzog quanto no caso de Manoel Fiel Filho e considerando que a Comissão deu um apoio muito forte à viúva do Fiel Filho, dona Teresa Martins Fiel, o presidente na época, que era

o José Gregori, juntamente com o José Carlos Dias, me procuraram e me convidaram a participar da CJP. Entrei, portanto, por volta de 1981, 1982”.^{xxii}

.....

Quando presidente, José Gregori lembra-se “da Lei do Estrangeiros, me apliquei muito na Lei dos Estrangeiros porque tinha o problema dos padres estrangeiros. Tinha o problema dos refugiados. No começo foi uma luta pra essa Lei dos Estrangeiros, deu um trabalho... O que era a Comissão num determinado momento ? Era uma espécie de ‘Ministério da Sociedade Civil’, era um espaço que tinha ganho um status muito específico, respeitado...

“Nesse período, já era comum as pessoas irem lá pra falarem dos seus filhos, dos seus presos. Começamos a ter essa sobrecarga, digamos, de casos de Direitos Humanos. A Comissão de Justiça e Paz resolvia problemas, então, a partir daí ela tinha uma parte, por falta de outra palavra, uma parte política por razão do regime político, mas passou a ter também uma parte de pessoas prejudicadas. Uma parte assistencial entre aspas, deficientes físicos, recursos, uma maneira de estudar. Houve um momento em que eu dava expediente como se fosse um enorme escritório de advocacia geral, clínica geral. Na fase da Justiça e Paz e eu, praticamente o meu escritório rodou.

“A Comissão não era presidencialista, a minha participação foi sempre a mesma. Mudou na minha posse. Minha posse foi muito bonita, uma posse na catedral. Aí é que eu digo que era uma espécie de ‘ministro da sociedade civil’, porque São Paulo, digamos, a sociedade civil estava presente. Dom Paulo fez questão que a posse fosse na catedral e deu grande pompa. Creio que foi a única posse pomposa, veio gente do Rio de Janeiro para a posse. Eu me lembro de ter percebido que ‘realmente agora ser presidente da Comissão de Justiça e Paz é coisa importante’; veio um telegrama do Brizola. Quer dizer, salvo nesse momento festivo, o mais, ser presidente ou vice foi a mesma coisa. Fui me dedicando e no fim, quase no último ano, ‘o que que você é José Gregori?’ – ‘Presidente da Comissão de Justiça e Paz, ponto’. Porque já a advocacia tinha ido pra ‘cucuia’, dava pouca aula na PUC, entendeu? Estava por conta da CJP”.^{xxii}

.....

Belisário dos Santos Júnior também aproximou-se da Comissão, inicialmente por causa da Lei contra os estrangeiros :

“A minha relação com a CJP começa no início dos anos 80, era presidente o José Gregori. Tinha acabado de ser aprovada uma lei contra os estrangeiros. O regime militar tinha alguns sustentáculos jurídicos, a Lei de Segurança Nacional. A Constituição era uma constituição que tinha acabado com o *Habeas Corpus*, tinha consagrado aquela disposição do Ato Institucional no. 5, os crimes cometidos contra o regime eram submetidos à Justiça Militar. Algumas alterações do ponto de vista das competências, a diminuição dos poderes da influência do eleitorado do sul e do sudeste preponderando o norte e nordeste, que ainda existe. A Lei de Segurança era outro sustentáculo. Uma

Lei de Segurança que havia sido promulgada em 67 e havia sido alterada em 69 para prever a Pena de Morte e outra lei, curiosamente uma lei que visava quase que consolidar, era uma Lei de Estrangeiros que havia sido aprovada em 72 após o AI5.

“O AI5 havia sido extinto em 1978, dezembro de 78, pelo Geisel. Perdido sua validade diante daquele plano de distensão lenta e gradual, e extremamente controlada. Em 1978, teria vindo a Anistia e ao mesmo tempo uma lei de estrangeiros. A Anistia é de agosto de 79. Em 1985, tivemos uma outra Anistia, Um pouco mais ampla. A cada momento de... no arcabouço jurídico, nos países que saem de uma ditadura, corresponde uma Anistia. A Constituinte de 88 também trouxe uma anistia. Em 1985 foi a convocação da Assembléia Nacional Constituinte pelo Sarney, primeira anistia de um governo não militar.

Com o fim dos AIs veio também em 1979 a alteração das Leis de Segurança Nacional que trazia um abrandamento. Isto era parte da distensão lenta e gradual do Geisel mas era também para a campanha pela anistia, por que a rigor saiu mais gente da cadeia pela alteração da LSN em dezembro de 78, do que pela Anistia em agosto de 79. Mas ainda havia uma LSN. De qualquer forma a Lei de Estrangeiros vinha tapar um buraco. O Brasil, que estava naquele processo de distensão, não deveria se tornar um paraíso das oposições latino-americanas; isso foi cobrado do João Figueiredo pelo Videla.

Uma coisa curiosa é que em maio o general Figueiredo esteve em Buenos Aires, em agosto foi aprovado o Decreto Lei, a Lei de Estrangeiros. E a Lei de Estrangeiros teve uma coisa curiosa, havia expressões na lei que diziam que não era de boa técnica redacional em Português. A lei falava muito em território brasileiro, isso é uma coisa que não é de boa técnica redacional, você é especialista nisso. A boa técnica redacional fala em território nacional. Agente brincava que a lei queria dizer "território brasileiro", e havia outras coisas, enfim, todo estrangeiro era suspeito de atentado contra a LSN. A lei mudou mais tarde para que todo estrangeiro fosse suspeito de tráfico de drogas. Em 1979, então, nós tínhamos uma situação assim: o Mercosul começava a engatinhar, começava a ser pensado, mas a cidadania latino-americana, cada um que ficasse na sua casa e não se atrevesse a sair de sua casa para um lugar que começasse a respirar mais.

Eu sempre brinco que como eu li a lei uma quatro vezes e as outras pessoas não leram nenhuma, eu virei especialista na Lei de Estrangeiros, e nós fizemos uma representação, eu pela Associação de Advogados Latino-americanos e o CLAMOR, contra a Lei de Estrangeiros.

Eu era o presidente da Associação de Advogados Latino-americanos. Já tinha um trabalho a nível latino-americano, anterior à Comissão. A Associação de Advogados Latino-americanos surge de uma união de advogados que militavam na defesa do direitos humanos (DH), defesa das pessoas. Eu vinha de uma longa pratica, desde 1969, de defesa de presos políticos. Outros advogados no Chile, no Peru que vinham de defesas trabalhistas, outros advogados do Paraguai, do Uruguai,

Nós levamos esse trabalho a D. Paulo, que sempre foi uma liderança querida nesses países todos. As pessoas se referiam ao Brasil como o país que tem um Arcebispo como D. Paulo. Nós levamos a possibilidade de trabalhar para aqueles latino-americanos que estivessem no Brasil, sofrendo algum tipo de restrição. Eles poderiam ser presos e deportados. Quem havia me posto em contato com as agências financiadoras foi o Jaime Wright. E aí nós fizemos esse trabalho, montamos essa estrutura D. Paulo nos colocou em

contato com o José Gregori, a quem eu já conhecia pelas lutas pela redemocratização da Ordem dos Advogados, enfim, por todas as campanhas. Era um grupo imenso de advogados que atuava, e advogados que tinham muita força, podiam falar. Fui preso três vezes, meu escritório foi invadido, fiquei horas.

Foi mais ou menos entre 70 e 75, que conheci Dom Paulo pessoalmente. No episódio Herzog, evidentemente. D. Paulo pediu que eu fizesse a acusação dos militares que mataram o Manoel Fiel Filho no início de 76; tentasse reverter o arquivamento do inquérito. Dom Paulo entrou em contato comigo através da Comissão, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, que era o advogado..., José Carlos Dias, primeiro, e Marco Antônio Barbosa, em seguida, cuidavam do caso Herzog. Uma coisa mais orgânica foi esse Projeto de defesa dos estrangeiros, que a Associação ofereceu, e a Comissão ajudou a sediar esse projeto na Cúria.

“Junto com a lei havia uma possibilidade de regularização. A possibilidade, como ela vinha dentro da lei muito dura, se acreditava que a Polícia Federal queria identificar os estrangeiros para mandar embora. Não era verdade isso, houve um certo embate entre advogados dentro da Igreja e eu diria que não havia essa vontade clara de identificar os estrangeiros e mandá-los embora. A História mostrou que eu estava certo. O CLAMOR e a Associação, e a CJP, se insurgiram contra a lei, mas foi a Associação e a CJP que montaram o serviço de atendimento. Os estagiários trabalharam nesse serviço de atendimento, depois galgaram postos importantes, um deles foi chefe dos Direitos Humanos do Ministério Público do Estado, outro foi Secretário de Estado, o Carlos Cardoso de Oliveira, o Marcus Vinicius Petreluzzi, trabalharam nesse projeto.

“Trabalhamos na Cúria. Atendemos aproximadamente umas 1.200 famílias. Isso tudo foi patrocinado por D. Paulo, que portava o aval de que a Cúria faria um serviço confiável. O que o advogado que estava ali aconselhasse deveria ser seguido. Essa confiabilidade é que dava peso a essa orientação política. Claro que as entidades, a Associação, tinham uma tradição de luta nessa área, de solidariedade, mas, evidentemente, D. Paulo dava esse peso.

“E aí me aproximei de D. Paulo. Essa atividade latino-americana levava, muitas vezes, a que a presença de D. Paulo fosse exigida. Tem um episódio muito sintomático: as entidades do Paraguai pediram que D. Paulo fosse ao Paraguai. D. Paulo era Cardeal Arcebispo e o Paraguai não tinha Arcebispo. O Paraguai não era um estado leigo, era um estado em que a religião tinha uma inserção política. D. Paulo teve tratamento de Vice-presidente da República. Foi recebido no aeroporto e perguntaram quais eram as determinações dele, da maior autoridade eclesiástica, e ele disse: "soltar todos os presos políticos. E soltaram realmente. Havia sempre uma discussão se havia ou não preso político. Vários presos, que nós tínhamos como políticos, foram libertados e vieram agradecer, e aí que ele soube do efeito da sua ‘determinação’”.^{xxii}

Ocorreram muitos episódios, já em 1981, ocasião que, por força da questão do Manoel Fiel Filho, que acabou em arquivamento, nós impusemos ao S.T.M. que revisasse. Foi um peso, um custo, o caso veio à imprensa. No caso do S.T.M. foi uma vitória, pois o caso voltava à mídia. Um dos peritos que havia pertencido ao IML deu uma declaração completamente diferente dos peritos que haviam assinado o relatório, da impossibilidade da morte se dar daquela forma, que daquela forma era homicídio. Houve livros a respeito; o Governo Federal, agora nesta quadra, afirmou, naquela comissão do Fernando Henrique, de

mortos e desaparecidos, afirmou que a morte daquela forma era um homicídio, exatamente com base nos fatos levantados àquela época.

Aquela convivência foi boa e fui convidado a integrar a Comissão, mais por força dos laços de solidariedade estabelecidos com as entidades internacionais pela Anistia. Eu trabalhava muito pela questão da Anistia no Uruguai e na Argentina. O Luiz Peres Aguirre era um dos que, dentro do Uruguai, se insurgia pela Anistia. Esse era um valor e fiz várias missões ao Uruguai. Exatamente por conta dessas missões e não tanto pela Comissão é que me aproximei de D. Paulo.

“Fundamos uma entidade, o nome foi dado em Espanhol: Comissão de Expertos pela Prevenção de Tortura nas Américas – CEPTA, que era ligada à Comissão de Juristas à Associação Internacional contra a Tortura, órgãos sediados na Suíça, em Paris.

“Isso foi por volta do começo dos anos 80. A finalidade era a obtenção de uma norma internacional contra a tortura, e isso se obteve. Ela veio através uma comissão internacional e tortura não era a tortura política, era qualquer tortura. O fundamental era, a partir da experiência da tortura na América, levar tanto ao nível universal como ao nível de direitos humanos regional, para que viessem as convenções que se seguiram e que são, ainda hoje, muito avançadas. Por exemplo, elas prevêm a questão do torturador universal, o torturador pode ser processado onde estiver, se no país de origem não o for.

“Creio que este foi um dos trabalhos mais importantes. Dom Paulo era o grande animador disso, eu brinco com ele, D. Paulo era o passaporte, nós podíamos ir onde fosse, tratar dessa questão de tortura porque tínhamos essa imagem de seriedade, com o respaldo dessa autoridade que não era mais uma autoridade eclesiástica, era uma autoridade eclesiástico-política, era um homem tido como grande filósofo-pensador, era um animador, assim já era visto à época. E ele dava muita liberdade no trabalho, era um grande descentralizador, ainda hoje é uma pessoa que exercita muito as virtudes da tolerância, ele ouve, confia. Isto dá muita responsabilidade.”^{xxii}

.....

Para Márcia Jaime, o que mais a gratificou na Comissão foi “o trabalho com todos os refugiados do Cone Sul, que procuravam algum tipo de solidariedade, que nunca foi negada pela Comissão, que conseguiu, através do Alto Comissariado das Nações Unidas, montar um escritório de atendimento.”^{xxii}

.....

Nascido em Jaboticabal, aos 20 de novembro de 1941, casado com Regina, pai de um filho e avô do Francisco, formado em Direito pela PUC, em 1967, Antonio Funari Filho sempre trocou idéias com Madre Cristina, no século Célia Sodré Dória (07.10.1916-26.11.1997), das Cômegas de Santo Agostinho, e que fora colega de escola de sua mãe:

“Vim a conhecê-la mais tarde e depois fui reencontrá-la no Sedes Sapientiae quando do movimento estudantil, em 1962, numa reunião sobre o Método Paulo Freire. E depois disto eu sempre mantinha contato com ela, ia conversar, trocar idéias.

“Sou fundador da AP – Ação Popular, em 1962, 63. Antes, pertencia ao MRB – Movimento Revolucionário Brasileiro, um movimento solidarista nascido sob a influência

da Encíclica do Papa João XXIII. Um documento que nos influenciou muito foi o Cristianismo Hoje. Quando chegou a Ação Popular, fundada em Minas Gerais, houve um espécie de junção. Grande parte do pessoal aderiu a AP e o MRB, fundado principalmente pelo pessoal da Ação Católica da região de Ribeirão Preto, uma das raízes da Ação Popular.

“Fui preso em 1964, era estudante de Odontologia em Ribeirão Preto, secretário regional da UEE e quem recebia o jornal Brasil Urgente, editado por frei Carlos Josaphat, em Jaboticabal, e tinha fundado, com o Edwaldo de Melo Siqueira e o Padre Ary, um núcleo da AP. Desta vez, fiquei preso um mês. Na segunda vez, em 1965, fui preso por um dia, foi uma coisa rápida. Na terceira, em 66, houve a invasão da sede da UEE, na rua Major Sertório, em São Paulo, e fiquei praticamente em cárcere privado. Ficamos clandestinos, com sede volante, principalmente no CAOC, na Politécnica e na FEI e circulávamos o Estado inteiro.

“Em 66, no Congresso da UEE em São Bernardo, fomos invadidos pelo Dops que prendeu a cerca de trezentos, duzentos e cinquenta pessoas presentes. Abri o Congresso no ônibus, um camburão grande que levaram para nos prender, e o congresso continuou ainda no Dops. Eu e a direção fomos isolados, mas o pessoal assim que saiu, um ou dois dias depois, continuo o Congresso fora e elegeu o Travassos. Fiquei preso alguns dias, não me lembro bem. Nunca fui torturado porque não tinha o que confessar, nunca pertenci a organizações clandestinas. Em 1967 ou início de 68, comecei a advogar para presos políticos. Fui preso por sete meses, logo depois do AI.5.

“Namorava a Regina desde 1959 e tive que recomeçar a vida outra vez, não conseguia casar, ia preso, ficava desempregado. Depois disto, condenado a quatro anos, eu estava queimado como advogado de presos políticos. Meus companheiros de processo exilaram-se, o Getúlio Hanashiro, o Fausto Carneiro, que é médico, o Mário Siqueira e outros. Não fugi porque estava preso e quando fui solto não tinha porque sair do país. Consegui um emprego como advogado da Companhia Telefônica Brasileira e só fui me casar em 1972.

“Eu participava do movimento pela Anistia e comecei a militar na OAB, como oposição, na chamada chapa marrom e comecei a ter contato com vários advogados e foi um passo para o Comitê Brasileiro pela Anistia, por volta de 1976. Mas em 74 ou 75, eu chefiava as operações imobiliárias do jurídico da Telesp e um coronel aposentado, gostando do meu trabalho - Não tenho queda para ser corrupto - resolveu me promover para chefe de divisão. Mandaram o meu nome para Brasília e não só não fui promovido como fui demitido por causa da minha ficha corrida. No outro dia, estava a Oban na minha casa e fui preso outra vez. Mas, desta feita, eu estava completamente desvinculado da ação política e logo fui solto.

“Recomecei minha vida inúmeras vezes. Tinha também uma militância como advogado da oposição sindical dos metalúrgicos. Conheci o Flores, o Santo Dias e outros que começavam a fazer um sindicalismo defensor da liberdade sindical, questões que ficaram na moda e até hoje não se concretizaram. Fui também advogado da oposição da APEOESP, da oposição do Sindicato dos Engenheiros e, depois, dos sindicatos, na medida em que ganhavam a eleição”.

Funari foi indicada por Márcia Jaime para integrar a Comissão :

“Eu sou muito amigo da Márcia Jaime, que já estava na Comissão. José Carlos Dias foi meu advogado na Auditoria Militar. A Márcia começou a me sondar, para ver se eu era católico, coisa que sempre fui, embora tivesse ficado muito decepcionado com a extinção,

pela Igreja, da Ação Católica, quando passei por um momento de muito desalento. Na greve dos metalúrgicos eu também estava lá. Entrei para a Comissão quando a Margarida era presidente, nos anos 80, por volta de 1983.”^{xxii}

.....

Margarida Genevois depõe: “Fui eu que convidei Paulo Sérgio Pinheiro para juntar-se à Comissão. Gosto muito dele. Ele é incrível, não conheço ninguém com a capacidade de se indignar como ele. Hoje, ele é um dos expertos da ONU. Ele coloca uma vibração na não aceitação das coisas”.^{xxiii}

.....

Antonio Carlos Malheiros aproximou-se “da Comissão Justiça e Paz por indicação da Márcia Jaime. Nesta época, era Conselheiro da Associação dos Advogados e a Márcia Jaime era secretária na Associação dos Advogados, onde a conheci. Márcia tomou conhecimento de um trabalho que eu desenvolvia na Favela da Bororé. Ela achou super interessante este trabalho e me apresentou, mais ou menos nesta época, 81/82, para o então presidente, que era o José Gregori. Eu cheguei a participar, ainda não sendo membro, de uma ou duas reuniões e, numa delas, expus o trabalho que desenvolvia na Favela, desde a época de estudante, um trabalho de politização.

“Cursei o São Luiz, nasci em 1951, tenho três filhos e sou da turma de 73 da São Francisco. Quando fui para a Comissão eu já conhecia o Zé Carlos desde a minha infância, amigo do meu irmão mais velho, o Laurinho, e também amigo da Izabel, minha irmã, a mais velha de todos os filhos. Eu nasci conhecendo o Zé Carlos Dias, que provavelmente foi quem indicou a Márcia Jaime para a Comissão. Marco Antonio já estava, estavam os históricos. Procópio ainda estava vivo mas não cheguei a conhecer.

“O que mais me marcou foi conhecer Dom Paulo. Foi aí que eu realmente cheguei a conhecer o Arcebispo de São Paulo. Um homem extraordinário. Só por isto já teria valido a minha passagem pela Justiça e Paz.”

.....

Marco Antonio Rodrigues Barbosa lembra-se de que “quando Esquivel estava em greve de fome na Argentina, no momento de transição da ditadura daquele país e muito antes de ganhar o Nobel da Paz, fomos a Argentina, eu, Aloísio Nunes Ferreira, Geraldinho Siqueira e o Cid, da Prefeitura Regional de Pinheiros, na época, nos solidarizarmos com ele. Fizemos uma passeata monumental, fomos até a praça, fizemos um discurso na praça, houve uma tremenda repressão, quase que a gente desapareceu na Argentina. Fomos para o ato público, em cima de uma camionete com o Esquivel e o padre Antonio, que também estava em greve de fome, e quando voltamos furou o pneu, no meio da repressão. Voltamos para onde estávamos hospedados, talvez fosse um convento, que abrigava todos os que tinham vindo de fora.

“Fomos ao Chile, com a Margarida, e visitamos as prisioneiras políticas, entramos na prisão. Estive no Paraguai, com o Belisário, No Uruguai, em todas estas reuniões para discutir projetos de Anistia nestes países vizinhos, nós estivemos presentes, Belisário, eu e, às vezes, a Margarida. No Uruguai conheci o Luiz Perez Aguirre, antes da greve de fome dele. Nesta mesma época conheci o Carlos Etchgoyen, que reencontrei também na Costa Rica.”^{xxii}

Na biografia que Evanize Sidow e Marilda Ferri escreveram de Dom Paulo, podemos ler:

“Adolfo Perez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1980, veio ao Brasil no ano seguinte participar de uma série de conferências sobre a paz. Esteve no Rio de Janeiro e em Petrópolis, onde encontrou Leonardo Boff. De lá Esquivel seguiu para São Paulo. Ia fazer uma palestra no Colégio Sion.”^{xxiii}

“O Esquivel esteve aqui e prenderam o Esquivel” – lembra-se José Carlos Dias – “Junto com o Zé Gregori e o Presidente da Ordem do Conselho Federal, fomos à Polícia Federal, lá na rua Antonio de Godói. Foi muito engraçado, o guarda fechando e nós não deixando fechar a porta. Conseguimos nos comunicar do orelhão, naquele tempo não havia celular, e conseguimos liberar o Esquivel, um negócio extremamente maluco. Ele ficou um pouco excitado mas ele é um homem tranquilo, uma homem da paz.”^{xxiii}

Margarida também se lembra: “Prenderam o Esquivel por algumas horas - até tem uma foto no carro, uma foto famosa com Esquivel e Gregori ao seu lado. Fotos são boas, pois a gente se lembra. Eu tinha muito contato com o Esquivel. Sempre que nos encontramos, ele me faz muita festa. Ele era muito amigo do Perico, do Perez Aguirre.”^{xxiii}

.....

Em suas memórias, o Cardeal Arns relata que, no ano de 1982, atacou a produção e exportação de armas pelo Brasil, que ocupava o quinto lugar na época, o que lhe valeu injúrias por parte do general Coelho Neto e conseqüentes “manifestações de apoio, tanto nacionais quanto estrangeiras (...) muito favoráveis às minhas declarações como arcebispo de São Paulo, às da CNBB e do Papa João Paulo II.”^{xxiii}

A Folha de São Paulo publicou as declarações do militar em 13 de março, nas quais referiu-se a Dom Paulo como “quem não entende do assunto não tem que meter o bedelho. É querer ensinar missa e o ‘pai nosso’ ao vigário. Ele é mau brasileiro, aliás nem sei se ele é brasileiro”.

Indignado até hoje, Antonio Candido fez publicar no mesmo jornal, em 7 de abril de 1982, o artigo “Preconceito Arcaico”:

“Como diz o outro, preconceito é o diabo. Tanto mais quanto as sociedades humanas até hoje não foram capazes de se estruturar nem de se organizar sem ele, isto é, sem alguma forma de negar o próximo. Daí a necessidade de se combater o preconceito a cada instante e daí a sua persistência na História, sob formas sucessivas. (...)”

“Eis por que foi mesmo lamentável o pronunciamento de general Coelho Neto, para quem o cardeal Arns é mau brasileiro, e talvez nem seja brasileiro, por ser contrário à entrada do Brasil no mercado da morte. Pensando no motivo que teria levado o general a simular dúvida sobre a nacionalidade óbvia de um eminente patrício seu, me ocorre que ele poderia estar exprimindo uma das formas mais arcaicas de preconceito que há no Brasil: a

noção que o descendente de estrangeiros, portador de sobrenome não-português, é menos brasileiro. Menos brasileiro em relação a quem ?

“Quando eu era menino, há meio século e mais, ainda florescia este sentimento torto, partilhado automaticamente, quase sem malícia, nem prejuízo das relações do dia-a-dia, pela maior parte dos descendentes de famílias que eram velhas por aqui.(...) Um catedrático de escola superior de São Paulo (ainda não existia a USP) contava na intimidade que, em exame vestibular, fazia o impossível para aprovar os candidatos de nomes ‘brasileiros’, e só aprovando os de nome exótico quando não havia outro jeito.

“Com o rolar do tempo, a cosmopolitização, (...) a coisa foi acabando e ficou reduzida aos poucos setores sem maior responsabilidade pública, que ainda se dão o ridículo de distinguir ‘velhos’ e ‘novos’ brasileiros.(...)”

“Estas coisas me fizeram pensar nos critérios que o general poderia ter para definir quem é realmente brasileiro, ou ‘melhor’ brasileiro; e me ocorreu que os feitos militares com certeza ocupariam entre eles um lugar privilegiado. Aí, lembrei alguns da Segunda Grande Guerra, que ele com certeza conhece bem. Sem querer ensinar padre nosso ao vigário, menciono os seguintes.

“O primeiro piloto da Força Aérea Brasileira que morreu em serviço se chamava Roland Von Rittmeister. Na Força Expedicionária, o notável 6º Regimento de Infantaria tinha uma boa porção de excelentes soldados teuto-brasileiros de Santa Catarina, falando com o seu sotaque característico. E o grande herói da mesma arma foi um ‘teuto’ do Paraná morto em combate, o sargento Wolff, condecorado até com a Estrela de Prata norte-americana.(...)”

“Mas nessa altura, um ‘homem humano’, mesmo sendo militar, há de sentir que melhor fora esses rapazes não terem sido sacrificados, nem entrado na História a semelhante preço. Por isso, dá certo frio na alma a perspectiva de uma prosperidade montada no comércio bélico; e crescem com plena força as razões intrépidas do sereno cardeal Arns, que é sem dúvida um dos maiores brasileiros vivos”.^{xxii}

Estes dois grandes brasileiros nos legaram, também, seu diálogo através da palavra escrita. Por ocasião dos oitenta anos de Antonio Candido, em 1998, no livro comemorativo organizado por Flávio Aguiar, o Cardeal Arns escreveu texto a que chamou “Um intelectual”:

“(...) Em palestra que fiz, anos atrás,(...) tentei conceituar o que é um intelectual – o que não me considero, mas o professor Antonio Candido certamente o é.

“Afirmava na ocasião – junho de 1990 -, que a verdade, a justiça, a solidariedade e a liberdade caracterizam o intelectual. Sua marca básica é o amor em geral e o amor pelo pensamento em particular. É papel do intelectual a luta pela justiça e pela solidariedade, não apenas pela preservação da saúde física da humanidade, mas também para a garantia da sobrevivência da imaginação. O intelectual é o arauto da aurora da humanidade, o homem que precede a história. Mais. O amor é a característica básica do intelectual e, por extensão, do professor Antonio Candido.

“Se me reporto ao modo de ser, faço-o porque, dando uma olhada ligeira em sua obra, percebo sua preocupação com esse conceito. É o que se pode verificar (...) quando escreve: ‘O sentido da vida de cada um está na capacidade de resistir, de enfrentar o destino sem pensar no testemunho dos outros nem no cenário dos altos, mas no modo de ser’.(...)”

“Além da modéstia que o caracteriza, o professor Antonio Candido distingue-se pela lealdade e amizade. Defendeu o arcebispo de São Paulo, não poucas vezes, pelo que

lhe sou muito grato, mas em atitudes que nunca chegaram a me surpreender, porque bem típicas do seu modo de ser. Tendo bebido de todas as fontes, bebeu também dos escritos da Igreja, encantou-se com o padre José M. Lebret, que o influenciou, segundo seu depoimento. Foi, por toda a vida, mais que irmão, até o túmulo, do saudoso professor José Santa Cruz, o ex-dominicano frei Benevenuto, dono da livraria Duas Cidades, na qual o professor e sua mulher, a professora Gilda de Mello e Souza, fizeram publicar muitos de seus livros. Trabalhou, com afinco, na correção literária da tradução da *Bíblia de Jerusalém* (Paulinas, 1975) e em muitas outras atividades junto a nós. Como membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, teve destacada atuação, com suas idéias, atitudes e seus escritos, a favor dos frutos do Concílio Vaticano II, por uma Igreja mais cristã e coerente e contra a ditadura militar.

“Diante das ditaduras, o militante professor fez-se ouvir em todos os espaços, especialmente a partir do mundo universitário, na defesa de professores e alunos, mas igualmente do mundo cultural brasileiro, enfim, da sociedade brasileira em geral. O professor Antonio Candido é, sem dúvida, uma das mais importantes expressões do Brasil.

“Por esse modo de ser, o professor é um dos mais diletos filhos da Igreja e um cristão exemplar, ainda que à sua revelia, porque não se pretende crente e, muito menos, exemplar: o que não impede que o consideremos assim, ou melhor, que ele assim seja. Não somos os melhores juízes de nós mesmos e tampouco pretendemos sê-lo de nossos irmãos. Na verdade, só há um grande juiz: Deus. Mas o professor tem dado a vida por seus amigos, pois amigo, para ele, é todo e qualquer ser humano, na medida em que luta para que todos tenham um modo de ser melhor. E é isso que caracteriza o autêntico cristão”.^{xxii}

.....

De repente, bancas de jornais e revistas começaram a ser incendiadas, especialmente em São Paulo e Minas. Um atentado à bomba assassinou dona Lydia, uma funcionária do Conselho Federal da OAB, no Rio de Janeiro, em agosto de 1980. Um funcionário da Câmara do Rio foi mutilado, em outro atentado. O terrorismo da direita reagia à “abertura democrática” pretendida pelo último presidente do regime militar, o General Figueiredo, e seu chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva.

“No ano seguinte, em 30 de abril de 1981, ocorreu o mais violento episódio terrorista. No Riocentro, enquanto vinte mil pessoas assistiam pacificamente a um show musical”, uma bomba explodiu “no colo do sargento do Exército, Guilherme Pereira do Rosário, matando-o instantaneamente e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado, que dirigia o automóvel de chapa ‘fria’ em que se encontravam. Uma outra bomba havia sido colocada na casa de força, mas não chegou a explodir.(...)”

“Em razão de os responsáveis não terem sido punidos, o ministro Golbery do Couto e Silva pediu demissão abandonando o governo”.^{xxiii}

Sobre o Riocentro, José Carlos Dias prefaciou um livro:

“O ministro do Supremo Tribunal Militar, Júlio de Sá Bierrenbach, que foi almirante, escreveu um livro em que dissecou a coisa do Riocentro. Depois que ele se aposentou, há uns cinco anos, ele publicou este livro e me pediu para fazer o prefácio. Fiz um prefácio em que eu jogava com isso, que era a coisa mais estranha do mundo, porque ele estava de um lado e eu estava do outro. E, de repente, ele pede que eu escreva um

prefácio sobre o livro que ele publicou. Ele tentou desarmar o processo no STM, uma coragem impressionante. Engraçado isto. O livro é muito interessante.”^{xxii}

.....

Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, tendo como presidente o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, na presença de Sérgio Buarque de Holanda, Olívio Dutra, Lélia Abramo, madre Cristina Maria e muitos outros. Mário Pedrosa foi o filiado nº 1.

Fábio Comparato, Maria Victória Benevides, Hélio Bicudo, Antonio Candido, Antonio Carlos Cesarino são alguns dos membros da Comissão Justiça e Paz que se integrarão ao PT.

Em novembro de 1981, Figueiredo baixou um pacote obrigando todos os partidos a lançar candidatos a todos os cargos, proibiu a coligação de partidos e determinou a votação apenas em candidatos do mesmo partido. Nas eleições de 1982, a oposição venceu nos três principais estados, do ponto de vista econômico, do Brasil. Franco Montoro foi eleito governador do estado de São Paulo, e Tancredo Neves, de Minas Gerais, ambos pelo PMDB. Luiz Inácio Lula da Silva também foi candidato ao governo de São Paulo. No Rio de Janeiro, Leonel Brizola elegeu-se pelo PDT.

Em 25 de junho de 1988, em Brasília, foi fundado o Partido da Social Democracia Brasileira, com a presença, entre outros, de Franco Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa. Seu manifesto foi subscrito por 40 deputados e 8 senadores.

José Gregori, José Carlos Dias, Belisário dos Santos Júnior, Paulo Sérgio Pinheiro, Luiz Antonio Alves de Souza, entre outros, são membros da Comissão que se integrarão ao PSDB.

A entidade virá a ter um diálogo privilegiado com estes dois partidos, sem prejuízo de diálogo com os demais.

.....

Com relação a Fernando Henrique Cardoso, Gregori historia : “Em 78 ele foi uma espécie de antecandidato a senador através de uma sub-legenda que a gente constituiu aqui nessa sala, porque muita gente queria ser deputado, deputado estadual, não queria ser do MDB exatamente. A gente tentou fazer um partido, e até nos reunimos algumas vezes numa chácara que a Cúria tem aqui perto, tinha aqui perto, se não é Embu, é alguma coisa assim, nos reunimos lá. Já tinha voltado do exílio o Plínio de Arruda Sampaio, o Almino, muita gente já tinha voltado do exílio, o Mário Covas tinha re-emergido também...Não deu pra fazer um partido, mas deu pra fazer uma sublegenda. Existia essa figura da sublegenda. Mas para fazer uma sublegenda não basta ter candidatos a deputado estadual, e federal, é preciso ter um majoritário, um senador, ‘então vamos lançar um candidato a senador pela sublegenda através de discussões nos domingos à noite aqui em casa’.

“E pensávamos ou no Dallari ou no Hélio Bicudo. Eles tinham muita notoriedade na época e Dom Paulo falou: ‘não, eu acho que ainda não está na hora da luta partidária, vamos continuar com a nossa luta na sociedade civil no nível em que estamos’. E, no

domingo, chegou esta notícia, talvez tenha sido eu que dei esta notícia ao Zé Carlos Dias, não me lembro, e um grupo grande nesta sala: ‘bom, ficamos sem candidato, não podemos fazer a sublegenda’. Foi um momento de muita depressão, durou uns trinta minutos e tal, cinco minutos de silêncio. Um dos que estava querendo se candidatar era o Suplicy, o outro era o Zé Serra. Era gente que queria entrar na política. Faziam parte desse grupo que há dois meses se reunia para constituir essa sublegenda. E, quer dizer, no fundo, era a Comissão de Justiça e Paz, porque as reuniões eram aqui e eu era o presidente da Comissão...

“Aí o Antônio Angarita, que foi chefe da Casa Civil do Mário Covas, disse: ‘bom, por que nós não fazemos candidato o Príncipe da Sociologia Brasileira?’. Ele estava sentado aí nessa mesma poltrona que você está, me lembro como se fosse hoje, camisa esporte, calça jeans: ‘Quem, eu? Não há essa hipótese, eu quero ter uma participação política no plano das idéias’. Ele tinha muito o modelo do Sartre, o homem que abastece de idéias os pensamentos, e tal, não suja a mão na política cotidiana. Depois de uns dez dias dessa negativa, ele acabou aceitando, quer dizer, você veja como havia essa imbricação da Comissão com a política quando ela começou a se fazer militante.”^{xxii}

José Gregori não terminou seu mandato como Presidente da Comissão. Ele conta, quando pretendiam lançar Franco Montoro como candidato a governador, que :

“Nós indicariamos o vice. E estavam pensando no meu nome. Essa sociedade civil, mais oposicionista, estava pensando no meu nome. Sobretudo porque o Mário Covas tinha dito que não queria ser candidato, apesar de presidente do partido, presidente regional do partido. E a verdade é que a coisa estava se encaminhando, mas, no fim, politicamente, não tivemos condição e o Mário assumiu a vice. Mas, na convenção em que ganhou o Montoro e perdeu o Quércia, o Quércia se retirou da convenção, foi para um hotel e, os companheiros dele, lá na convenção, o lançaram a vice. E diante do impasse, numa reunião dramática, com a indignação do Fernando Henrique, a verdade é que o Mário abriu mão da vice-governança e o Quércia foi o candidato. Mas, de qualquer maneira, houve esse pré-episódio em que o meu nome apareceu como candidato a vice. Com isso, enquanto durou, uns vinte dias que durou essa tentativa de vice-governança, entrei num espaço partidário, político, num espaço eleitoral, não é? Conclusão, não tendo dado certo, houve uma imposição de que eu fosse candidato a deputado estadual.

“Acredito que a Comissão ajudou na minha eleição para deputado. Em muitos lugares eu chegava, muita gente ligada a movimentos de base da Igreja me procurava, e: ‘olha, nós vamos apoiar o senhor’. Me ajudou. Eu não fiz uma campanha, digamos, no sentido de angariar o apoio religioso. Para começar, a primeira coisa que fiz, no dia em que me considerei candidato, 24 horas antes, eu levei para Dom Paulo a minha carta de demissão. Margarida passou imediatamente a ser presidente.

“E aí eu me fiz candidato. Quer dizer, boa parte da minha campanha tinha alguns episódios que eu tinha vivido como presidente da Comissão de Justiça e Paz ou como membro da CJP. Depois eu voltei a dar aulas na PUC, mas parei quando fui para Brasília em 1995. Aí não deu mais. Em 95, saí de São Paulo para ser chefe de gabinete do Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

“Depois de dois anos, me tornei o primeiro Secretário Nacional de Direitos Humanos. Fui sucedido pelo embaixador Gilberto Sabóia e, depois, pelo Paulo Sérgio Pinheiro. É uma coisa que ficou. ‘Lá em cima’, se tiver ‘lá em cima’. Uma vez eu disse para Dom Paulo: ‘Mas tem lá em cima, Dom Paulo?’. E ele: ‘Tem’, ‘Porque se não tiver lá

em cima, eu fui logrado’. Ele ria. Mas, ‘lá em cima’, acho que o meu documento será a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, acho que isso foi ainda mais importante do que a Comissão de Justiça e Paz: a transposição dos Direitos Humanos como política pública, acho que isso ficou.

“Não teria havido nada disso se não tivesse havido a Comissão de Justiça e Paz, não há dúvida. É uma coisa religiosa ? É. Não sou praticante. Mas, de fé sou cada vez mais. Tenho três filhas. De maneira que... Mas, sempre tive muita, muita prudência e muito escrúpulo de maneira a não instrumentalizar a Igreja.

“Mantive sempre uma grande afeição por Dom Paulo, acho que é recíproca. E todos os membros eu considero meus amigos. Quer dizer, aquela fase que vivemos juntos foi uma fase muito importante, aquele exército de Brancaleone.”^{xxii}

Dom Paulo lembra-se da candidatura :

“Não cumpriu o mandato porque candidatou-se a deputado estadual, foi eleito, com votação em lugares onde nunca tinha ido na vida e que não sabia que existiam. Obteve 5.000 votos, só mandando o “santinho” dele com a inscrição Presidente da CJP. De maneira que a Comissão, no tempo dele, já se constituía na maior propaganda possível para uma eleição como a dele, que foi muito oportuna, aliás, e na hora certa, porque ele é um grande jurista, não é ? Foi um grande presidente, tanto pela estatura como pela maneira de se apresentar, como também pela argumentação e pelo respeito que impunha a todo o mundo. Era respeitado por todo o mundo e dizia a verdade. Não deixava simplesmente pela metade, as coisas. Ele dizia tudo. Ia ao fundo de todas as questões.”^{xxii}

Em 15 de julho de 1982, Margarida Genevois assumiu a presidência da Comissão, na primeira das quatro vezes em que ocupou o cargo.

.....

Os membros da Comissão marcavam presença nos meios de comunicação, em entrevistas para as rádios e canais de televisão, mas especialmente com artigos em jornais. No semanário da arquidiocese, O São Paulo, havia uma coluna da Comissão Justiça e Paz, na qual os integrantes, por rodízio e por escala, escreviam com regularidade sobre os mais variados assuntos, desde a presidência de José Carlos Dias (1979-1981): “Nós passamos a ter uma coluna semanal que geralmente era escrita por mim, às vezes por outras pessoas, a coluna, se não me engano, chamava-se Justiça e Paz”.^{xxii}

Em 22 de agosto de 1982, conta Dom Paulo, “circulou na cidade uma edição falsificada de *O São Paulo* trazendo na primeira página um grande retrato meu, com a manchete: ‘*Mea culpa*’. Os responsáveis pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e eu particularmente éramos vítimas de difamações. Algumas emissoras de rádio distorciam os fatos em seus programas diários para transmitir a idéia de que eu era defensor de criminoso”.^{xxii}

“O jornal foi vítima de uma violência quando se publicou um número apócrifo” – diz José Carlos Dias – “Dom Paulo modificando suas posições, um negócio muito bem feito, bem diagramado, mas diferente do padrão do jornal. Comecei a dirigir uma investigação para valer. Fui ao Dops, pedi instauração de inquérito para apurar e eles não estavam a fim de colaborar com nada. Começamos a fazer várias pesquisas, a investigar de uma forma amadorística. Mas foi um trabalho bem feito, conseguimos levantar a gráfica onde o jornal tinha sido rodado, em Belo Horizonte. Conseguimos várias informações via

Igreja, via advogados, em alguns contatos com policiais. Eu me lembro que cheguei no Dops e disse: ‘Olha, eu consegui os dados e já sei como a coisa foi rodada, agora precisamos fazer uma diligência policial para valer. Amanhã nós embarcamos e ainda não sei onde é, saberemos lá.

“Foram algumas pessoas, o Luiz Francisco Carvalho Filho, meu sócio, o Ricardo Kotscho e mais alguns jornalistas. Fomos para o hotel em Belo Horizonte e quando o delegado chegou, contatou a polícia local e disse: ‘O endereço é esse. O senhor não confiou em mim’ – ‘Não confiei nem em mim. Agora não tem desculpa, vamos direto para lá’. Fomos para a gráfica e ainda tive um atrito com um jornalista, esqueci o nome, creio que do sindicato, um japonezinho, porque ele quis entrar junto, dentro da sala, e não deixei. Queria entrar e coloquei o peito na frente para ele não entrar. ‘Só vão entrar os dois policiais e o Kotscho para que não pensassem que eu estava produzindo provas. Eu queria um jornalista de nível, o Kotscho, e só. Apanharam tudo, descobriram que foram os autores, tudo pessoal de lá, de Minas, ligados com os daqui, pessoal de extrema direita.

“Ditadura, Governo e extrema direita, tudo se misturava muito. É impressionante, porque a testemunha, que foi a chave para nos dar informações, sentiu-se ameaçada e veio para São Paulo. Fui esperá-la no aeroporto e a deixei na Igreja Imaculada Conceição, lá na Brigadeiro, com o frei Joel, aquela figura admirável, grande amigo do frei Giorgio Callegari. Ela ficou algum tempo e depois a mandamos para o Espírito Santo, onde tinha família. É impressionante, foi um trabalho policial o que fizemos”.^{xxii}

Ricardo Kotscho recorda-se: “O que me marcou muito no trabalho conjunto da primeira fase da Comissão foi o caso do jornal apócrifo de O São Paulo, com muitas ofensas a Dom Paulo e à Igreja. Ali eu não sabia onde terminava o repórter e começava o membro da Comissão Justiça e Paz porque, junto com o advogado José Carlos Dias, nosso amigo, que já tinha sido presidente, fomos procurar os autores desse crime. Eu tinha uma pista, ele tinha outra e não me lembro mais o quê. Fomos, juntos, a Belo Horizonte e descobrimos a gráfica lá. Eu me lembro bem de que escrevi a matéria ainda em Belo Horizonte e passei para a Folha, onde eu trabalhava na época. E até comentei com Zé Carlos, nós voltamos juntos: ‘Pra você ver, não é? Enquanto estamos voltando para São Paulo esta matéria já está entrando no jornal’. Esse foi um trabalho que, assim como esse, diversos jornalistas fizeram muitos outros, sempre em parceria com a Comissão.”^{xxii}

.....

Em 16 de março de 1983, José Carlos Dias assumiu o cargo de Secretário da Justiça do governo Franco Montoro, cargo que ocupou até 26 de junho de 1986.

“A minha indicação para a Secretaria da Justiça se deu por vários fatores. Um deles, a minha ligação com o Montoro. Por outro lado, Montoro tinha várias forças que o apoiavam; algumas não me queriam. Me reforçou o fato de ter sido coordenador do programa de governo dele, na área da Justiça e Segurança, o que me tornava um nome mais ou menos natural para ser Secretário. Estive, com outros assessores dele, na Alemanha, a convite da Fundação Konrad Adenauer, para recolher subsídios para a formação do governo. Não sei se eu seria secretário porque havia outros nomes muito bons e, alguns, com padrinhos ótimos, como, por exemplo, Ulysses Guimarães, que indicava o Miguel Reale, um grande nome. Então, não tenho dúvida de que Dom Paulo foi o grande patrocinador do meu nome. Tenho certeza disto porque ele me disse.

“Não pedi nada a ele, mas ele disse que era uma reivindicação da Igreja, que eu fosse Secretário da Justiça. O Montoro era um homem de Igreja e professor da PUC. Dom Paulo gostava de puxar essas coisas nessas horas: ‘ele é um homem nosso, precisamos ter uma pessoa nossa lá’, essas coisas ele sabe fazer muito bem. O Montoro tinha, por Dom Paulo, um respeito enorme, e eu fui Secretário da Justiça. É claro que isto foi importante no meu currículo. Quando sai da Secretaria e voltei a advogar, minha advocacia cresceu, não sei se cresceu em razão disso, mas o meu nome se tornou mais público”.^{xxii}

Marco Antonio analisa este período: “Na época, a Secretaria da Justiça acumulava a responsabilidade pelos presídios. José Carlos Dias começou uma política de democratização interna dos presídios, que gerou uma postura diversa ideológica dos meios de comunicação, das classes dominantes, que fizeram uma transposição do Zé Carlos, que era um defensor de direitos políticos, a defensor de marginais.

“Foi quando tivemos a noção da necessidade de nos contrapormos a este tipo de coisa e começou a ser gestado um processo de conscientização coletiva do significado dos direitos humanos, algo que abrange a todos e interessa a todos. Não uma coisa específica de presos políticos e, tampouco, de defesa de marginais. Daí este projeto que trouxesse este esclarecimento à opinião pública e que acho que teve um resultado relativamente positivo.”^{xxiii}

.....

O corpo de frei Tito, que repousava no cemitério dominicano de Sainte Marie de la Tourette, entre os bosques de L’Arbresle^{xxiii}, chegou ao Brasil em 1983. Dom Paulo recorda:

“Seus colegas do Brasil, os irmãos e familiares desejavam trazê-lo de volta para São Paulo e o Ceará, sua terra natal, no Nordeste tão ligado à nossa cidade. Preparamos então uma memorável celebração na catedral, para o dia 25 de março daquele ano, 1983: cerimônia despojada, mas profundamente vivenciada por todos aqueles que haviam acompanhado os momentos de tortura e sobretudo algumas insinuações contra o ato de suicídio. Posso afirmar aqui que frei Tito foi morto por ordem do delegado Fleury, porque o trauma da tortura que sofreu foi de tal forma grave, que Tito vivia como que ‘possuído’ pela presença do policial, não conseguindo mais resistir a seus desmandos.

Certamente, hoje, frei Tito de Alencar será o protetor de todos aqueles que defendem a integridade da pessoa humana diante de tantas tentativas de destruí-la.”^{xxiii}

Quatro mil pessoas estiveram presentes na Catedral.^{xxiii} Segundo frei Betto, o corpo de frei Tito estava em surpreendentemente preservado e seu túmulo é o mais visitado da cidade de Fortaleza^{xxiii}. Na mesma missa, os restos de Alexandre Vannuchi Leme:

“Em 1983, quando o Brasil se encaminhava para o governo civil, a família Leme finalmente recebeu permissão para remover os ossos de seu filho do cemitério de Perus. Com a ajuda de um molde dental feito no começo de 1973, dois dentistas confirmaram que os ossos eram de Alexandre. Eles foram enterrados no jazigo da família em Sorocaba, depois de uma cerimônia em São Paulo, durante a qual também foram recebidos os restos de frei Tito”.^{xxii}

Pessoalmente, foi das cerimônias mais emocionantes a que compareci. Minha emoção era tanta, certamente pela minha ligação afetiva com os dominicanos, que um

senhor me perguntou se eu era parente de algum desaparecido. O clima político ainda era pesado. Recebemos ordens para não sairmos desacompanhados da igreja. Lembro-me de que cantamos “Pra não dizer que não falei de flores”, do Vandrê. Não me lembro se cantamos Utopia, mas tenho certeza que a cantamos na Paróquia de São Domingos, quando da celebração pelos 30 anos do martírio de frei Tito. Esta música, no meu entender, exprime toda a Esperança cristã que perpassou a década de 80 e que continua perpassando muitos de nós, na expectativa de um dia em que os direitos humanos sejam realmente respeitados. Permito-me transcrever sua letra:

“Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar. Quando o povo nas ruas sorrir e a roseira de novo florir, eu vou cantar. Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar. Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então os jasmims vão perfumar.

*“Vai ser tão bonito se ouvir a canção,
Cantada de novo, no olhar da gente
A certeza do irmão, reinado do povo.*

“Quando as armas da destruição, destruídas em cada nação, eu vou sonhar. E o decreto que encerra a opressão, assinado só no coração, vai triunfar. Quando a voz da verdade se ouvir, e a mentira não mais existir, será enfim, tempo novo de eterna justiça, sem mais ódio, sem sangue ou cobiça. Vai ser assim.”

.....

Em 10 de maio de 1983 realizou-se o Tribunal Tiradentes, uma promoção da Comissão Justiça e Paz, no Teatro Municipal de São Paulo, para julgar a Lei de Segurança Nacional. Em outubro a Comissão já publicara um livrinho, Pela Revogação da LSN. O Tribunal fez história.

Dalmo Dallari diz: “Foi também um momento muito importante, porque nós ainda tínhamos ditadura militar e o Tribunal Tiradentes foi um movimento em favor da democracia, da justiça, contra a violência, até o fato de se chamar Tiradentes é simbólico.”^{xxii}

A Lei de Segurança Nacional em seu artigo 1º estabelecia que “Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela Segurança Nacional nos limites definidos em Lei” e, no artigo 2º, que “A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra os antagonismos, tanto internos como externos”.

Um Teotônio Vilela bastante devastado pela câncer que logo o mataria presidiu o tribunal, sendo aclamadíssimo em sua entrada. Na platéia, Dom Paulo e frei Gorgulho.

A primeira testemunha, o jornalista Hélio Fernandes classificou a LSN como maldição e lembrou que só depois da Anistia já tinha sido enquadrado quatro vezes na LSN e duas no Código Penal militar, sem ser militar, arrancando risos da platéia.

A baiana Clara Araújo, presidente da UNE, afirmou que a LSN castrou a Universidade no Brasil e evocou o sangue derramado pelos 46 estudantes até aquela data mortos ou desaparecidos, nominando, entre outros, Aurora Maria, estudante de psicologia da USP, que teve o crânio esmagado em 2 cms com a chamada “coroa de Cristo”.

O presidente da PT, à época, Luiz Inácio Lula da Silva disse que nunca um empresário ou latifundiário foi enquadrado na LSN mas os trabalhadores sim. Da Pastoral

da Terra, Daniel Rech lembrou que, só em 1982, 32 pessoas tinham sido mortas nos conflitos pela terra para todos.

A quinta testemunha foi Rosalina Santacruz, ex-presa e irmã de Fernando Santacruz, preso político desaparecido. Depois de relatar as bárbaras torturas a que foi submetida quando presa, em 1971, disse que mais doloroso foi ter o irmão preso e procurá-lo, inutilmente, em todos os centros de tortura, nas portas de quartéis. Afirmou que seu irmão foi levado para um dos centros de extermínio existentes no Brasil, equivalentes aos da Alemanha nazista.

Por último, Ivan Seixas, filho de Joaquim Alencar de Seixas, pai e filho presos e torturados juntos, em 1971. O pai morto no DOI-CODI e Ivan, com apenas dezesseis anos, depois de muito rodar ficou os três últimos anos, ficou até os vinte e um, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, a que chamou de “um hospício-prisão”.

Luiz Eduardo Greenhalgh fez a defesa da LSN lembrando que ela existe em todo país e em qualquer regime, mas normalmente ocupando-se apenas da segurança e dos limites territoriais.

Márcio Thomas Bastos funcionou na acusação. Homenageou Theotonio Vilela como sendo um Tiradentes redivivo e pediu a condenação não só da Lei mas da Ideologia de Segurança Nacional.

Do conselho de jurados fizeram parte, entre outros, Dallari, Dom Candido Padi, Hélio Bicudo e Gofredo Teles Júnior que viu a LSN como a “arma política da oligarquia governante”.

Teotônio encerrou o tribunal dizendo que a LSN estava condenada. O teatro estava repleto. Foi necessário instalar telões na Praça Ramos de Azevedo para que aqueles que não puderam entrar acompanhassem.

É com um brilho nos olhos e um sorriso que Marco Antonio Barbosa lembra-se do Tribunal Tiradentes: “O Henfil, que conheci através de frei Betto, fez todos os desenhos do Tribunal Tiradentes, fez a bandeira do povo trabalhador carregando os frutos do seu trabalho no contexto da bandeira brasileira, como parte do tema do I Tribunal Tiradentes. Betinho foi outro colaborador informal e precioso. Carlito Maia contribuiu bastante, não só dando a sugestão do nome do Tribunal, Tiradentes, idéia do Carlito Maia. Joana Lopes fez o roteiro do filme premiado de Renato Tapajós.”

Sobre o segundo Tribunal, Marco Antonio comenta: “O Segundo Tribunal Tiradentes não foi tão registrado como o primeiro, através de filme, escritos etc., por falta de verba. Goffredo presidiu e uma das testemunhas foi o deputado Ulysses Guimarães que, na época, acusou o Colégio Eleitoral e, posteriormente, votou a favor do Colégio Eleitoral. Perguntei-lhe como entendia esta contradição e ele disse que se você não tirar o veneno da cobra para curar a picada, naquele momento ele entendeu que era importante votar no Colégio Eleitoral embora tivesse participado do Tribunal Tiradentes atacando-o. Como o Tribunal era um teatro brechtiano, o Colégio foi defendido pelo Samuel Mac'Dowell e atacado pelo Paulo Brossard que veio, posteriormente, ser Ministro do Supremo Tribunal Federal.”^{xxii}

Malheiros também se recorda dos dois tribunais: “O que mais me marcou na minha história pessoal dentro da Comissão foi a minha participação nos dois Tribunais Tiradentes, algo emocionante e inesquecível na minha vida. Participei servindo água, indo buscar pessoas, serviços gerais na infra-estrutura. O primeiro foi o julgamento da LSN. O segundo

foi o julgamento do Colégio Eleitoral. Eu já estava há mais tempo na Comissão, minha participação foi maior. Fui buscar o Brossard no hotel, ele foi o acusador do Colégio Eleitoral. O Samuel Mac'Dowell fez o papel teatral do advogado de defesa do Colégio Eleitoral. O juiz era o Goffredo que, com a Maria Eugênia, entraram depois de mim na Comissão. O Goffredo sempre trabalhou com a Comissão mesmo antes de ser membro da CJP. Eu sou um dos cem primeiros signatários da Carta aos Brasileiros.”^{xxii}

“O professor Goffredo entrou na Comissão num momento posterior, sempre como um grande inspirador de idéias. Teve uma participação, ainda que com menos tempo, como também Maria Eugênia, no campo das idéias, no campo do exemplo que ele foi e continua sendo para todo mundo. A Carta aos Brasileiros é uma inspiração pessoal do prof. Goffredo. A Comissão e as demais entidades que a apoiaram deram a dimensão que a Carta realmente merecia. Foi uma inspiração dele, de grande significado”, avalia Marco Antonio Rodrigues Barbosa.^{xxiii}

O Tribunal Tiradentes teve direção, roteiro e cenografia de Joana Lopes. As entidades promotoras foram, além da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, o Comitê Brasileira de Anistia e a União Nacional dos Estudantes-UNE.

Renato Tapajós dirigiu o filme “Em Nome da Segurança Nacional”, a partir das gravações feitas no Teatro Municipal, premiado mais de uma vez no exterior, numa realização da Comissão Justiça e Paz, produzido pela Tapiri Vídeos Produções Ltda, com 48’ de duração. A pretexto de relatar o Tribunal Tiradentes, o filme resgata os primeiros momentos do golpe de 64 e, ilustrando as falas dos participantes, momentos históricos com o Estádio de Vila Euclides e a repressão no ABC, o julgamento dos metalúrgicos na Auditoria de Guerra, em 1981, portanto, depois da Anistia; mortes no campo; a guerrilha do Araguaia etc.

Mas tanto o tribunal quanto o filme colocaram o dedo na ferida. Para a Ideologia da Segurança Nacional toda atividade humana é guerra e o inimigo pode ser o seu vizinho. Àquela época o mundo estava dividido em Civilização Ocidental Cristã e Capitalista, da qual os Estados Unidos se pretende o guardião, e em materialismo ateu e comunista. Desaparecido este, com a queda do muro de Berlim, para os que ainda têm esta ideologia agora o inimigo pode ser o Iraque, os muçulmanos, o narcotráfico ou ainda, como dirá Margarida Genevois na sala Cavour, em Paris, em 1993, o pobre.

É a mentalidade do “Brasil, ame ou deixe-o”. As atividades paramilitares, os seqüestros e torturas deram início à cultura que está aí. A propalada solidariedade brasileira viu-se ameaçada pelo medo, pela desconfiança, pela violência e pela concentração de renda sempre crescente. O brasileiro cordial de Sérgio Buarque de Holanda, se é que um dia existiu, parece quase ter desaparecido de vez sob a égide da ideologia da segurança nacional. Mas é para o resgate desta solidariedade e a fundação de uma sociedade brasileira fundada na vigência dos direitos humanos que entidades como a Comissão Justiça e Paz existem.

Em 1983, a Comissão criou o prêmio Alceu Amoroso Lima, pretendendo incentivar a discussão e a participação da sociedade, em dinheiro, a ser outorgado anualmente.

.....

Na mesma época, em 1983, os sem-terra acamparam em frente à Assembléia Legislativa do Estado, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, lembra-se Margarida, “uma porção de barracas, há uma foto das barracas de plástico preto, era um colosso de gente. Nós fomos lá dar apoio da Comissão, eu e Maria Victória Benevides.

“Fomos falar com o pessoal e fiquei emocionada com um fulano lá, com tantas misérias, e dei um abraço nele. A Maria Vitória diz que depois faziam fila para vir me abraçar. Ah! Então foi muito engraçado ela é muito imaginativa, não é?: ‘O pessoal fazia fila para abraçar você, porque nunca se viu você abraçando um pessoal tão esculachado como aquele lá’. Ela conta isso.

“No fim, o negócio todo se arrumou, era tempo de Montoro e a Lucy Montoro se comprometeu ajudar com coletas de fundo, que eu declarei, para tirá-los de lá. O Chico Whitaker também esteve. Esse acampamento durou bem uns 15 dias.”^{xxii} “Estive em um ato de solidariedade aos acampados no Ibirapuera”, lembra-se Malheiros.^{xxii}

.....

“Uma das experiências mais marcantes na minha trajetória dentro da Comissão” – conta Luiz Antonio Alves de Sousa – “foi quando Dom Paulo, sensibilizado com o problema do desemprego, a queda da produção econômica e a grande pobreza que estava ocorrendo durante o governo Figueiredo, disse que tínhamos que fazer alguma coisa.

“Surgiu a idéia da Associação de Paulista Solidariedade no Desemprego. Dom Paulo convocou diversas religiões e seu apelo foi atendido pela União das Igrejas Evangélicas e pela Federação Espírita do Estado de São Paulo. Foi formada uma Associação que tinha representantes destas religiões e eu representei a Comissão, enquanto Igreja Católica. Formamos grupos de solidariedade, viabilizamos uma série de atividades pioneiras entre a população desempregada. Começamos um trabalho de padarias comunitárias, de oficinas de costura comunitárias e outros tantos projetos que foram ganhando vida.

“Quando a recuperação econômica começou, encerramos os trabalhos desta Associação, mas ficou o grande marco, ficou, especialmente, a lição de que entre os pobres, naquela população que mais necessita, é, na verdade, onde a gente encontra a maior solidariedade”^{xxii}

Belisário analisa a Comissão:

“A Comissão teve a boa intuição, a sabedoria de sempre por primeiro se pronunciar nos grandes temas, reconhecer os grandes temas e se firmar nisso. Quando ela nota que a Lei de Estrangeiros começava a tomar conta como afirmação de uma nova fase de “repressão light”, ela ajuda a criar aquele serviço que me referi a pouco. Ela nota a necessidade de afirmar que era possível um ente da sociedade civil ter responsabilidade social e cria uma entidade que trabalhasse diretamente na recuperação dos Direitos Econômicos e Sociais, e cria aquela Associação pela Solidariedade no desemprego. A Comissão animava isso, ela participava, não se preocupava em constituir um *curriculum*. O CLAMOR participava de iniciativas que ele próprio criava, e outras também. A Comissão tinha a tradição de apoiar, de tanta confiança que ela depositava nos seus membros, onde eles estivessem eles eram membros da Comissão. É uma história difícil de ser contada

porque ela é a história da Comissão e de seus membros. Essa era uma virtude da Comissão.”^{xxii}

Marco Antonio Rodrigues Barbosa faz uma análise na mesma linha, desse momento histórico da Comissão: “Logo fui escolhido para ser o vice-presidente na gestão da Margarida Genevois, que estava substituindo o José Gregori, que se candidatara a deputado estadual. Iniciamos um trabalho que teve uma característica muito peculiar, a peculiaridade é que havia uma união muito forte entre todos os membros da Comissão, quer dizer, havia uma solidariedade muito grande entre todo mundo. Foi um trabalho harmônico, um trabalho de equipe, que foi se desenvolvendo, paulatinamente, até 1987, quando fui indicado e escolhido para ser Presidente, ficando até 1991 ou 92.

“Os trabalhos que tiveram uma característica de trabalho de equipe e feitos de uma maneira harmônica e coesa – porque foram momentos bastante significativos, como a da luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional – o momento de uma gravíssima crise econômica que o país viveu em 1982, com o desemprego maciço sobretudo na grande São Paulo; na época, por solicitação de Dom Paulo e indicação da CJP, montamos uma Associação de Solidariedade no Desemprego que, na verdade, contribuiu muito para minorar a crise decorrente da crise do petróleo, da crise econômica – realizamos o Tribunal Tiradentes, um momento marcante da história da CJP, que acabou contribuindo sim para a revogação da LSN.

“Este trabalho que chamo de coeso e harmônico tinha um viés muito específico, muito peculiar que era a formação da consciência, da militância e dos não militantes – de uma maneira mais abrangente – do significado da questão dos Direitos Humanos.

“Enfrentávamos situações de grande dificuldade, porque o que se contrapunha a isto era uma questão de natureza fundamentalmente ideológica e que se manifestava através dos programas de televisão mas sobretudo dos radiofônicos. A Comissão empreendeu pesquisas que redundaram num livro sobre o anti-jornalismo radiofônico e acaba isto, por culminar num projeto de educação em direitos humanos, o projeto de ação da gestão sob minha presidência, projeto fundamentado basicamente na Teologia da Libertação e no Método Paulo Freire.”^{xxiii}

.....

“Quanto à morte do Joilson, escrevi a respeito no O São Paulo, na Folha, dei diversas entrevistas e passei por momentos delicados, por que grande parte dos advogados, num espírito corporativo, apoiaram a atitude do Procurador do Estado, cujo nome não me lembro, e que acabou matando o Joilson a pontapés. Pelo fato de protestar contra isto, andei de saia justa com os meus colegas”, lamenta Malheiros, lembrando o menino de rua morto nas proximidades do Natal de 1983, no centro de São Paulo.

.....

A Comissão Justiça e Paz esteve presente, sempre que possível, nos encontros com o Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, com a participação da equipe de Coordenação, das Pastorais, dos Movimentos, dos Vicariatos e do Colégio Episcopal.

Assim como com Dom Paulo, também mantinha proximidade com, além de muitos religiosos e religiosas, padres e freiras, com os bispos auxiliares da Arquidiocese: Dom Joel

Ivo Catapan, Dom Angélico Sândalo Bernardino, Dom Antonio Celso Queiroz, Dom Décio Pereira, Dom Fernando José Penteado e Dom Antonio Gaspar.

Presente também, através de seus membros, nos diários como a Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil e outros, a Comissão colaborava semanalmente no jornal O São Paulo e teve, por um período, participação regular na rádio 9 de Julho, da Arquidiocese.

.....

E foi bonito quando se ouviu a canção, cantada pelo povo. Uma multidão nas ruas, o grito reprimido saindo estampado nas camisetas, nas vozes, nas passeatas, no estribilho do movimento pelas “Diretas-Já”.

“Diretas já, gravata amarela durante vários dias. Escrevi artigos, fui para os palanques”, lembra-se, emocionado, Malheiros^{xxii}. Como ele, a Comissão em peso.

“Tive bastante envolvimento nas Diretas Já. Porque aí afetava, inclusive, a minha especialidade universitária, científica. Explicar porquê, qual o significado de direta, de indireta, o que significa eleições diretas, porque isto era importante em termos de democratização de liberdade, de proteção de direito, então eu falava o tempo todo”, lembra-se Dalmo Dallari. “Foi algo que envolveu muito a Comissão, foram três coisas na verdade quase concomitante, o movimento pela Anistia, o movimento pelas Diretas e pela Constituinte. Eram três temas correlatos, a Anistia veio um pouco antes”.^{xxiii}

Marco Antonio afirma: “as eleições diretas acabaram vindo; a condenação do Colégio Eleitoral foi um instrumental conscientizador. Então, era esta a característica dos nossos trabalhos. A Lei de Segurança Nacional acabou por ser revogada, o Tribunal Tiradentes que a condenou foi um instrumento valioso para conscientizar ...O Teatro Municipal ficou lotado, saía gente pelo ladrão e havia o telão lá fora. As pessoas presentes participavam, direta ou indiretamente, de alguma entidade e a partir dali o assunto se propagou”.^{xxii}

Lançada em novembro de 1983, a Campanha pelas Diretas-Já atingiu o auge nos comícios da Candelária, Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984, e no comício do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 do mesmo mês, ambos com a participação de mais de um milhão de pessoas.

“A Comissão Justiça e Paz” – reitera Marco Antonio – “teve uma participação forte tanto na questão da Anistia como na das Diretas-Já. Uma participação de apoio, de presença em comícios, através do Zé Carlos, do Gregori, do Belisário, da Margarida, era meio que indissociável porque as pessoas da Comissão elas não tiravam suas características próprias. Eram sempre pessoas representando a Entidade, sem personalismos.”^{xxiii}

VIII

MARGARIDA

Margarida Genevois presidiu a Comissão de julho de 1982 a dezembro de 1986, em dois mandatos consecutivos, e, depois, em mais dois, de dezembro de 1990 a setembro de 1994. Mas isto é detalhe, palavra que ela gosta de usar. Sua presença na Comissão é marcante porque durante anos participou de seu cotidiano, ativa e com generosidade, independentemente do cargo que tivesse, sendo uma presença ímpar e com um trabalho reconhecido por todos.

A seu respeito, diz Dom Paulo:

“Quando ela entrou, já entrou com novos programas e nova linha. Durante o trabalho dela, foi muito corajosa, muito corajosa. Desde o início, ela trabalhou para que todo mundo se interessasse e para que todo mundo se fizesse presente. Ela fazia muito mais. Trazia vinho, queijo, sanduíche, bolo, para ninguém faltar. E conseguia reunir toda a Comissão, quarenta, cinquenta pessoas. Porque era muito difícil, podiam ser convocados em qualquer dia da semana. Ela soube unir a Comissão Justiça e Paz e soube dar um sabor patriótico e heróico à Comissão, que dura até os dias de hoje. A ação dela dura até o dia de hoje. Ela foi, realmente, a heroína da Comissão, para propagá-la”.^{xxii}

De família tradicional do Rio de Janeiro, Margarida Bulhões Pedreira estudou no Colégio Sion e no Sacré Cœur de Jesus, tendo se formado em Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e feito o curso de Enfermeira Samaritana de Guerra, na Escola Ana Nery de Enfermagem da Universidade do Rio de Janeiro, que incluiu um trabalho na favela do Querozene.

Casou-se com Lucien Eugène Antonin Genevois, engenheiro francês, vinte anos mais velho, diretor da Companhia Rhodia Brasileira (Rhône Poulenc), em Campinas, encarregado da construção de usina de álcool e fábrica de produtos químicos, na Fazenda São Francisco, com dois mil alqueires de cana de açúcar. A partir de 1958, Lucien Genevois tornou-se Cônsul Honorário da França em Campinas.

“Conheci Lucien numa viagem a Ouro Preto, organizada pelo Touring Clube, naquele tempo ainda não era usual o turismo. Mamãe achou que eu deveria ir e me entusiasmei. Foi uma tia viúva comigo, na época uma moça não viajava sozinha. Fazia-se uma baldeação de trem em Cruzeiro. Quatro franceses vindos de São Paulo, nós sozinhas, vindas do Rio, todos tomando o mesmo trem para Minas. Maria Gouveia, minha amiga também estava, além de outras moças. Fizemos um bloco e conversamos. Descíamos nas paradas das estações. Estávamos andando na plataforma e olhei e pensei que era com um homem como aquele que eu queria me casar. Incrível, não é? Namorei uns 6 meses.

“Casei-me em 1944 e sou mãe de Marie Louise, Rose Marie, Anne Marie e Bernard. Logo, fomos morar na Fazenda São Francisco, da Rhodia, em Campinas.

“As mães que viviam na fazenda tinham problemas e, naquele velho estilo, batiam na minha porta para pedir auxílio, remédios, condução para ir à cidade. A demanda foi

umentando e achei melhor organizar. Tínhamos, em vários níveis, os engenheiros, os chefes de seção e os operários.

“Reunimos o pessoal todo e fundamos um centro de puericultura na Vila Lutécia em uma casa que Lucien colocou à nossa disposição. Levei a balança dos meus filhos para lá, pesava as crianças, dava noções de puericultura e o trabalho foi crescendo, normalmente. Quando a coisa estava feia, eu colocava no meu carro e levava para a cidade de Campinas a 18 kms. Depois conseguimos um médico que fosse lá uma vez por semana, recém formado, Dr. Mário Bueno, foi muito amigo, pessoa caridosa e compreensiva. No fim, ele começou a ir mais de uma vez por semana. Foi um trabalho que durou todo o tempo em que morei lá. Quando sai, foi assumido pela Rhodia.

“Tenho as fichas, até hoje, das crianças atendidas. Peso, levou leite, roupa, vitaminas. Reparei que muitas crianças morriam por ignorância das mães. As mães demoram a aprender, a criança morre antes. Então, fizemos uma creche para atender as subnutridas. Tudo feito do quase nada. De caixotes de madeira, que continham cebola, o carpinteiro colocava pés, apoio para o cortinado. Um voal, um colchãozinho e o berço estava pronto. Tudo pintadinho de azul, cheio de patinhos. A criança chegava de manhã e saía de tarde.

“A creche era para atender as subnutridas. Fazíamos sopas com legumes, arroz, farinha, soja. Tínhamos aparelho de banho de luz. A intenção era dar um bom trato, um trato de qualidade. Houve casos que parecem milagres. Tenho umas fotos. A criança parecia um cadaverzinho e com uns meses de creche já estava gordinha, normal, só com a comida e o bom trato. Isto foi muito educativo, as mães aprendiam. O nível das crianças melhorou. Quando a criança ficava normal, não vinha mais à creche.

“A Rhodia fornecia escola primária. Havia a Igreja N. Sra de Lourdes, a Cooperativa, era uma pequena cidade. Lembro-me que auxiliava o padre que ia aos domingos rezar missa. Trouxe um baralho com todos os Evangelhos do ano, com desenhos esquematizados, copiei tudo, 56. Todo domingo, na entrada da igreja, estavam aqueles desenhos.

“Lucien era muito simpático e sociável. De vez em quando iam ao Rio, mas nossa vida social era em Campinas. Ele era do Rotary. Imagine que fui presidente das senhoras rotarianas, uma coisa tão conservadora. Íamos ao clube. Fiz um jornal – O Correio Feminino, último número em abril-maio de 1966, com 60 números. Todo artigo de fundo era eu que escrevia, com pseudônimo. Era mensal e todos recebiam.”^{xxxii}

Roupa na máquina e fora dela, não se descuidava da merenda de seus filhos, receitinhas da tia Zizinha, maneira prática de forrar cintos, como cuidar de seu filho, eram alguns dos assuntos do exemplar que me foi dado ver.

Aos poucos, querendo que os filhos estudassem em São Paulo, as meninas no Sion, Margarida foi se mudando para São Paulo, em um apartamento em Higienópolis.

“Leonor Barreto era presidente da Associação da Igreja Sta Therezinha e queria fazer um trabalho com as donas de fazenda, que as havia muitas na época em Higienópolis. Arranjou uma série de pessoas para expor alguma coisa lá e me chamou para contar a experiência da fazenda da Rhodia.

“Ela gostou da minha fala, disse que dei uma visão cristã do meu trabalho e me convidou para entrar na Ação Católica, na qual acabei por me integrar bem e fazer grande amizade: Maria, Rinita Barros Barreto, Zita Bressane., a Edite Almeida Santos.

“Aproveitei bem, o método Ver-Julgar-Agir deu uma certa metodologia na prática. Depois, veio 64 e em 73, 74 as coisas estavam quentes e eu não me satisfazia mais em

discutir belas idéias e não agir, porque o marido não deixa, o status não deixa, começou a me frustrar. Precisamos fazer alguma coisa, teoria só não basta, para praticar a religião. Foi quando conheci os dominicanos, frei Chico, João Araújo, um líder, quando falava a igreja de São Domingos lotava, ele era empolgante. O Catão sempre foi mais intelectual, escrevia bem, criou documentos que ficaram famosos.

“Depois de algum tempo, Zita e eu tivemos a idéia de criarmos cursos, agindo no meio. Criei o Vêritas, que durou de 1966 a 1977. Dom Paulo foi ao Vêritas quando era no Sion. Todo o pessoal da Comissão foi várias vezes. Era um trabalho do cão, eu pulava fino porque depois comecei a acumular com a Comissão. A Zita só ficou dois anos, entrou para a Faculdade de Comunicação e largou o Vêritas. Ei entrei na faculdade de Sociologia e Política, onde me formei em 1973, e fazia as três coisas; Faculdade, Vêritas e Comissão, mas o pior era a Faculdade.

“Os cursos do Vêritas destinavam-se a mudar a cabeça das mulheres de classe média e média-alta. Mas para fazer isto você tem que atrair os alunos. De que modo? Primeiro, com a qualidade dos professores e interesse dos assuntos. As mulheres daquela época, da minha geração e mesmo mais moças, nunca tinham estudado sociologia, economia, antropologia, política; estas disciplinas não faziam parte dos currículos de estudos para uma mulher. Na Sociologia eu tinha contatos com vários professores, na Justiça e Paz também. Clarice Lispector veio do Rio, almoçou conosco. Amaury Sanches nos ajudou muito, Antonio Candido também.

“Em onze anos, o Vêritas teve bem mais de 10.000 alunos. Eram tempos de ditadura. Não falávamos do Brasil, mas de ditaduras análogas, em outros países. Era evidente mas ninguém poderia reclamar. Carmen Junqueira falava dos índios. Algumas alunas diziam que tínhamos mudado a vida delas. Passaram a trabalhar ou a atuar, a participar de alguma ação social; outras voltaram a estudar, algumas se separaram de seus maridos.”

Deram aulas ou efetuaram palestras no Veredas, entre outros, Paulo Gaudêncio, Therezinha Framm, Paulo Singer, Fernanda Montenegro, Fernando Henrique Cardoso, Noemi Rudolfer, José Geraldo Nogueira Moutinho, Rodolfo Nani, Alceu de Amoroso Lima, padre Eugène Charbonneau, Amaury Sanches, Moacir Falleiros, Samir Mezerani, Berta Waldman, Anatol Rosenfeld, Antonio Candido, Celso Antunes, Bernardo Blay, Walter Lourenção, padre Quevedo, monsenhor Dario Bevilacqua, Zita Bressane, Roland Corbisier, Ignácio da Silva Telles, Flávio Di Giorgi e Paulo Emílio Salles Gomes.

“Conheci Flávio Di Giorgi, no Vêritas, e o chamei para a Comissão. José Gregori chamou Maria Victória Benevides para fazer uma pesquisa sobre linchamento. O trabalho ficou muito bom e ele convidou-a para a Comissão”.^{xxii}

Margarida Genevois ficou uns quinze anos no Conselho da Mulher e também é membro da Comissão Teotônio Vilela

.....

Era comum para Margarida, e outros membros da Comissão, representar Dom Paulo em eventos:

“Uma vez, fui a Londres representando D. Paulo, num prêmio anti ‘slave’, contra a escravidão, mas fui por minha conta também. O Padre Ricardo Resende era o premiado.

Lembro-me como se fosse hoje, estava lá o embaixador brasileiro, de rosto redondo, e o famoso Cardeal de Westminster, o beneditino Dom Basil Hume.

Em Oxford, Margarida esteve representando a Comissão em um encontro ecumênico que contou com a presença de grandes líderes religiosos.

Em Moscou, Margarida esteve duas vezes.

A primeira foi no Fórum Mundial de Dirigentes Espirituais e Parlamentares sobre a Sobrevivência Humana, de 15 a 19 de janeiro de 1990, com cerca de mil delegados de 83 países. Entre eles, o Dalai Lama, madre Tereza de Calcutá, o astrônomo Carl Sagan, o prêmio Nobel de literatura Elic Wiesel, o ministro Shevardnaze, o deão da Catedral de New York reverendo James Morton, Perez Cuellar da ONU. Margarida participou como observadora, representando a CNBB e a Comissão Justiça e Paz de São Paulo:

“Uma vez eu fui a convite de uma entidade de esquerda ligada ao PC da época. Quem me indicou para ir foi o Dom Luciano, nessa vez fui em nome da CNNB. Eu disse: ‘D. Luciano, eu sou tímida, não tenho jeito, convide a Maria Victória’ – ‘Não, não, eu quero você’. Fiquei muito comovida e fui.

“Depois fui, uma segunda vez, representando D. Paulo. Ele disse: ‘fui convidado, não posso ir, você vai’. Também era um encontro ecumênico pela paz e causou espécie um cardeal ser representado por uma mulher, era inédito. Lembro-me de que o deputado Fábio Feldman estava lá. Creio que fiquei uma semana, esses congressos não costumam ser muito longos.

“Os contatos são interessantes, conheci pessoas diferentes. A Teologia da Libertação era uma curiosidade, ninguém conhecia direito, ninguém sabia direito o que era. A gente sentia que era um mundo tão diferente do nosso, ainda mais na ditadura. É ilusão pensar que vão entender os nossos problemas. Alguns até tentam, mas são outras maneiras de ver tudo, outras leituras do mundo.

“Estive na Dinamarca, também, e fui muito interessante.”

Certa vez, Margarida até assinou por Dom Paulo:

“Aconteceu um episódio que acho até chato contar, mas que foi, não sei se é bom para o Dom Paulo, mas todo mundo dizia que Dom Paulo era amigo íntimo de Fidel Castro e que viviam se falando. Tudo aquilo era para prejudicar Dom Paulo. Ai Fidel condenou à morte aqueles companheiros que eram importantes no partido.

“E estávamos em plena campanha contra pena de morte, na Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Lembro-me que era janeiro e havia reunião de comunidades de base, em Nova Iguaçu ou Caxias, e eu fui com o Marco Antonio Barbosa, um calor, um negócio bárbaro. Lembro até do detalhe, assim fora do pátio, junto a um campo de futebol, e aí veio à notícia, Betto estava junto, tinha ido nos encontrar lá. Comentamos, que coisa absurda isso, condenar, imediatamente, dissemos, nós temos que nos manifestar contra, por mais simpatia que tenhamos para com o Fidel.

“Betto disse: ‘Vocês têm que fazerem logo, porque lá em Cuba, quando condenam a morte, em 2 ou 3 dias eles executam’. Bom, ai nós dissemos, Dom Paulo também tem que se manifestar. Então, como fazer ? D. Paulo estava de férias. Ninguém ia falar com ele, ninguém sabe onde ele está, então como é que faz ? Eu pensei, eu era presidente, neste ocasião, eu assino em nome de Dom Paulo. Ai, disseram, você vai assinar? Eu assino, porque tenho certeza de que, se ele estivesse aqui, ele faria. E vai ficar péssimo a gente mandar e ele não. Está bom, então mandamos as notícias para os jornais. Coisa pouca, mas

estava ali, para constar que nós repudiávamos aquilo, éramos contra, assinado Cardeal e nós, Comissão.

“Quando Dom Paulo voltou, fui lá. Disse: ‘Dom Paulo, o senhor desculpe a ousadia, mas achei que, politicamente, era importantíssimo o senhor manifestar-se. O senhor não podia ficar quieto, ninguém ia entender isso. O senhor desculpe, mas sei como o senhor pensa.’ E ele: ‘Ah! Fez muito bem, fez muito bem, eu vi no jornal’ E depois me disse uma frase assim, para colocarem na minha sepultura. ‘Toda vez que você quiser falar em meu nome, você pode fazer, só me avise depois o que você disse’. Não é incrível ?

“Como é que ele faz isso ? É uma prova de confiança, evidentemente, eu nunca mais fiz isso. Mas o jeito dele falar, faz muito bem, pode fazer quando você achar necessário. Quer dizer, ele tinha confiança. Fiquei tão emocionada, nunca vou esquecer isso, mas então foi esse tipo de relacionamento, que facilita a vida das pessoas. Isso que é uma qualidade humana fantástica. Mas outras coisas assim, sabe, pensando, às vezes ele estava pensando, as vezes batíamos papos muito interessantes. Eu ficava comovida. E ele vinha, por exemplo, chegava lá embaixo e conversávamos e conversávamos.”

.....

Margarida sempre foi próxima dos dominicanos :

“Conheci o Betto quando saiu da prisão, ele esteve conosco na Ação Católica. Depois fomos nos encontrando nos Dominicanos. Eu era muito ligada aos Dominicanos, era muito amiga do Frei Chico, Catão, Cardonnel. Você não conheceu o Cardonnel ? Era genial, realmente um carisma.. Depois frei Chico foi para Paris e eu continuei me dando muito bem com ele lá.”

.....

Margarida e Dom Helder:

Conheci Dom Helder em Recife, era amigo do Dom Paulo. Eu o achava um homem carismático, não sei se era santo, mas era por aí, era um homem diferente de tudo. Enviei-lhe os nossos desenhos das pombas da Paz e ele fez versos lindos para cada um. Pedi-lhe, mais tarde, para escrever a mão a poesia de cada desenho e as publicamos com a letra dele. Fizeram grande sucesso.

.....

Um susto:

“Uma vez foi um polícia lá na Comissão. Gregori era o presidente, eu era a vice e estava lá atendendo, veio um polícia que queria falar comigo. A Ivy veio toda trêmula, está bom, mas eu fico muito calma, sabe ?

“Ele queria saber o que a gente estava fazendo, muito polido. Ai eu dei uma de burguesa, ah, aqui a gente ajuda os outros que estão precisando, eles vêm aqui, a gente dá dinheiro, encaminha para o trabalho, o próprio assistencialismo puro. Disse para eles que

nós tínhamos personalidade jurídica, ele ficou muito admirado, somos uma entidade legal e temos relatório do que fazemos. ‘Se o senhor quiser, eu dou o estatuto’.

“Antes de conversar com o policial eu havia dito: ‘Avisem o Gregori porque eu agüento quanto for possível, mas sei lá se ele não vai me levar. Aí eles não encontravam o Gregori, mas o homem foi muito polido, eu acho que ele não tinha idéia do que se tratava. E ele achou que era uma coisa inócua, assistencialista. Eu dei o mais possível dessa impressão para ele, foi embora e não chateou mais, porém eu senti um friozinho. Lembro que a Teresa Brandão estava aflitíssima também”.

.....

Margarida conta sobre a manutenção econômica da Comissão:

“Acho muito justo falar sobre nossos financiadores, porque eu sou gratíssima, se não fosse essa ajuda, a gente não teria funcionado, não tinha condição, eles foram fantásticos. Vários. De dois em dois anos, desde que me casei, nós íamos a França, passávamos dois meses lá.

“Dom Paulo fazia carta de apresentação. E fui sempre muito bem recebida, porque vinha em nome de D. Paulo. Então fui estabelecendo relações. E depois virou bola de neve. Hoje quando olho para trás, vejo que a vantagem, até disse naquele discurso meu do prêmio da USP, foi para mim, a gente é fruto de acasos.

“Primeiro, o fato de eu falar francês bem. Os franceses são danados, agora melhoraram, mas, naquela época, se você não fala, eles falam assim com um certo desprezo, então falávamos de igual para igual. Tinha o nome francês e uma cultura francesa.

“Eu falava com eles de igual para igual na mesma linguagem, facilitava muito o diálogo, mesmo que fosse inconsciente. Conheci a Comissão contra a Fome e pelo Desenvolvimento - C.C.F.D, a mais importante, que foi, durante anos, o nosso sustento. Estabeleci uma amizade pessoal com as diretoras, que eram a Henryanne de Chaponay, e, depois, a Jackie Fabre, as duas até hoje são minhas amigas. Cada uma ficou 10 anos como diretora da América Latina; lá eles são assim, fica 10 anos, depois é substituído. Depois teve a Marlise também, que foi ótima, parece que está no Haiti ultimamente, não a vi mais. Depois houve uma moça brasileira nesse posto máximo, que eram as relações com a América Latina. Jackie Fabre e a Henryanne foram vitais sempre para nós, e os outros também, os diretores, porque elas eram diretoras de departamento.

“Ia, também, sempre, à Alemanha levar os projetos e depois para a Holanda. Na Alemanha, eu ia a Misereor, em Bonn; a Misereor é alemã. Na Holanda fica a Novib, em Haia. Na Holanda, pelo que eu me lembro, todo mundo tem que dar uma porcentagem do seu imposto de renda para uma obra social, de igreja, o que seja. E têm etiqueta, católicos ou outros, mas quem não tinha escolha dava para a Novib, era um pouco estatal, mas todo mundo era obrigado a dar uma porcentagem. Era importante, naquela época a presidente era Magda Klompè, Ministra da Cultura, muito amiga de D. Paulo. Ela tinha uma admiração enorme por D. Paulo. Também ficamos amigas.

“Depois, passei a ir todo ano, mas ia por minha conta, não era por conta da Comissão. Sobretudo, depois que Lucien morreu em 1979, passei a ir todos os anos. Era o luxo que eu me dava. Ficava sempre na casa de amigos, de um outro ou de outro, na casa da

Jackie, tinha a Genevieve, grande amiga, em geral eu ficava na casa dela, então a viagem ficava mais econômica. Mas as viagens todas, eu acho que nesses anos todos só uma vez que a gente estava com folga, que o Marco Antonio não deixou, ‘também não é justo, a gente paga’, essa viagem foi paga pela Comissão, só a passagem. As demais foram sempre por minha conta

“Eu ia muito para Genebra também, era fácil pegar, eu ia sempre a Lion, ver a família de Lucien. De Lion a Genebra, são duas horas, um pouco mais, mas é pertinho, lá eu via o pessoal da Acnur, do Guy Prim. Tinha uma amiga lá, também por causa do trabalho, a Maria Asseberg, ela era holandesa, eu a conheci como representante da Anistia Internacional, outra entidade que também nos ajudou. E estabeleci contato com estas entidades quase que ao mesmo tempo. A Maria era representante da Anistia de Londres. Eu fui procurá-la, ela nos ajudou muito. Depois seu marido, que era da OIT, foi nomeado em Genebra, então foram para Genebra. Ela ficou uns vinte anos em Genebra. Ultimamente, ela foi para África, esteve no Paquistão, esteve no Iraque.

“Mas o meu contato com a Anistia era em Londres. Nestas viagens, eu fazia o tour completo, Paris, Londres, Bonn, Haia, Genebra, esses eram os principais.”

.....

Margarida anfitriã

“Nós vimos o Carter, que esteve com Dom Paulo. Só o vimos, numa reunião.

“Tivemos também o Bandinter, ministro da França, que foi visitar D. Paulo e nós estávamos lá. Todo mundo ia cumprimentar D. Paulo. Bandinter era muito importante, muito corajoso.

“Uma vez D. Paulo me chamou, olha eu vou viajar e você se ocupa do Cardeal de Paris, cotadíssimo em termos de igreja. Ele está vindo aí. Cardeal Louis Tiger, de Paris, até hoje acho que ainda é, era, importantíssimo e amigo de Dom Paulo. Era um homem muito inteligente, de origem judia. Então, veio, eu fiquei muito apavorada, o que vou fazer com um cardeal e tinha que estar o dia inteiro, então arrumei um almoço, lembro-me que veio o Fábio Comparato, o Dalmo, não me lembro mas, enfim, havia uma mesa grande e o Cardeal, homme du monde, não foi difícil o papo, o homem era muito sociável. Depois demos uma volta pela cidade com ele, fizemos um pouco de turismo, mas eu, aflitíssima, porque a responsabilidade era minha, mas deu certo, graças a Deus. Depois, ele foi muito gentil. Quando estive em Paris, fui visitá-lo, ele me recebeu, deu-me até um terço.”

.....

Mas nós, seus companheiros de Comissão, também tivemos e temos a honra de sermos recebido “Chez Genevois”, como brincamos. Cozinheira de mão cheia e refinada, anfitriã de primeira, em sua casa a conversa rola leve e solta e tudo é feito para o visitante se sentir à vontade e sair satisfeito e feliz.

Lembro-me de um almoço com diversos membros da Comissão e a prefeita Luiza Erundina, que estava tendo problemas políticos com o Tribunal de Contas do Município. O assunto era sério, mas o almoço transcorreu leve e agradável. Reuniões importantíssimas, assuntos sérios foram e são resolvidos na mesa de refeições da casa de Margarida Genevois.

Dom Paulo tem toda razão quando fala dos lanches com que Margarida alimentava as reuniões da Comissão.

Reuniões inesquecíveis, históricas, verdadeiras aulas de problemas brasileiros e de políticas públicas. A objetividade de Fábio Comparato, o empenho de Marco Antonio, Candido Malta Campos sempre preocupado com a urbanização da cidade, Evelyn Naked com a administração pública, a paixão pela palavra de Maria Victória Benevides, a voz rascante de Flávio Di Giorgi. Mas, especialmente aulas de ética. Direitos Humanos, como insiste Funari, constituem uma ética.

.....

Margarida fez inúmeras viagens a serviço da Comissão.

Chile :

“Houve uma viagem a Santiago do Chile, com o Belisário e Jair Krische. Fomos dar apoio a OAB de la’. Em solidariedade aos presos políticos, inclusive fomos a prisão visitar alguns presos que estavam fazendo greve de fome. Fomos, como homenagem, levar um buquê de flores no estádio onde tantos foram mortos.”

Nicarágua:

“A primeira vez que falei em público foi no Pacaembu, em favor da Nicarágua. No filme em ‘Nome da Segurança Nacional’ há uma cena em que aparece aquela porção de gente com cartaz e tudo; foi filmada nesse dia. Eu estava com uma camiseta e falar em público, na praça do Pacaembu, foi um esforço descomunal.

“Participei de manifestação na Avenida Paulista, pela Nicarágua, “Não a invasão a Nicarágua”. Subi no carro com um cartaz que eu mesma fiz em casa, com o mapa da Nicarágua. Eu acreditava na Nicarágua, tanta esperança....

“Estive três vezes em Nicarágua, no tempo dos sandinistas. Fui sozinha, mas representando a Comissão. Fui dar apoio, estive com o Noriega. Esperávamos tanto da Nicarágua, que decepção foi depois. Chorei quando li o relatório sobre o Noriega.”

Cuba:

“Fui para a reunião da Deuda, famosa reunião da Dívida Externa. Estávamos em Nairobi, passamos por Cuba e aí o Fidel convidou quem quisesse, as mulheres, a ficarem. Creio que foi quando o conheci, então ficamos uma semana numa espécie de pensão, uma coisa franciscana. Ficamos lá esperando, porque só na semana seguinte haveria o encontro, que foi fantástico. Você sabe que eu gravei todos os discursos, hoje não teria mais

paciência. Não sabia o que fazer e dei tudo para o Paulo Schiling. Dei tudo para ele, da primeira à última reunião que tinha gravado, é um valor histórico aquilo. Para um economista pode ter, eram opiniões de muitas pessoas importantes na época, espero que não tenha jogado fora.”

Pequim

“Foi aquele congresso em Pequim, um encontro das mulheres, não fui pela Comissão, fui pelo Conselho da Mulher.

“Eu estive em Nairobi, no conselho lá, foi em oitenta e cinco e depois, em noventa e cinco, na China. Fui a convite do Conselho. Foi muito interessante, a coincidência de encontrar o embaixador brasileiro, Zózimo Médici, em Nairobi e, depois, em Pequim.

“O Zózimo, muito famoso na época, era casado com Adriana. Eles eram encantadores, fizeram, para nós, um jantar, uma recepção. Você precisava ver que beleza. Embaixada, jardim grande, tinha fachos de fogo acesos e aqueles empregados, parecia que a gente estava vivendo numa colônia inglesa do século XIX. Empregados de cor, retintos como eles são, vestidos com aqueles dalmos brancos de botões dourados, todos empertigados quando a gente passava, uma beleza de recepção, tudo bem arrumado.

“Coincidência, em 1995, dez anos depois, em um outro congresso das mulheres, o embaixador na China era ele também, então foi um reencontro, a Adriana sempre muito simpática. Foi, também, em uma recepção. Ela fez uma coisa que foi um sucesso. Na China, você não entende nada, é aquela cidade na qual nem as letras você entende. Ela fez uma cartilha para nós e todos os estrangeiros. Então tinha o desenho palavra, a tradução em português e uma porção de dicas. Se você precisa de farmácia, está aqui o endereço, então do que precisasse, pegava um táxi e mostrava. Facilitou a vida que foi uma beleza, quer comprar pérola, vai aqui; quer ir no mercado, tudo mais, fez um sucesso no meio diplomático. Depois, soube que as outras embaixadas a imitavam, estavam fazendo igual.

“Essas viagens dão muitas oportunidades de conhecer gente interessantíssima, são a ocasião de abrir os horizontes para ver outras coisas. Você vê, tenho até hoje amigas daquele tempo, 20, 30 anos atrás, que eu estava na Comissão, que ficaram amigas pessoais.

“Uma coisa puxa a outra, e me lembra, por exemplo, o pessoal do Comité Catholique Contre la Faim et pour le développement (CCFD), que me encaminhou para o pessoal da Pax Christi, movimento muito importante na época, de leigos, leigos de vanguarda. Eles, na época, estavam estudando Mounier, a fundo, tinham um jornal interessantíssimo, e vieram uns trinta e passaram por aqui. Fiquei amiga de alguns, até hoje. Estes contatos foram de grande riqueza,”

Haiti:

“Fui ao Haiti para fazer um relatório da situação dos direitos humanos naquela época, que estava conturbada, como sempre estive. Lá chegando, eles não me deixavam sair da capital pois não podiam garantir minha integridade.

“Jean-Bertrand Aristide ainda não era o presidente era o pároco de uma igreja, fui visitá-lo, tenho vários fotos com ele, e ele era mocinho. Gostei dele, animado, era cotadíssimo, o pessoal adorava. Depois, estive, sobretudo, com movimentos de igreja, que eu tinha mais contato, alguns partidos políticos, mas tudo é tão precário lá, sabe ? Tudo é muito limitado, uma mediocridade para tudo, eu encontrei lá uma freira, dessas freiras modernas, era suíça e me ajudou bastante. Me levou à vários contatos e teve até um dia que ela ficou dormindo comigo no hotel, porque depois das nove horas você não podia sair. Uma vez tentei andar pela rua, se você está num lugar quer conhecer, então acabei de jantar, fui saindo assim, vieram correndo e me disseram, ‘volte, é perigosíssimo’, não dava nem para ir a um quarteirão. Tinha toque de recolher não oficial. E a gente ouvia tiro o tempo todo, o negócio era bravo.

“Deu medo. Quando vi a coisa, telefonei para embaixada brasileira, eles nem sabiam que eu estava ali, era época brava. Quis falar com o embaixador, o que a senhora quer ? Uma brasileira que está aqui, quer cumprimentar o embaixador. Tudo bem, pois a situação lá tão ruim, que eles, quem é essa maluca que está aí ? Dei meu nome e me lembro que foi de manhã e eu querendo ir logo, pelos menos a embaixada sabe que eu estou aqui, se eu sumir, alguma coisa, dizer o endereço já está bom. Então a senhora vem amanhã. Ai meu Deus ! Era de manhã, ainda tenho que esperar vinte e quatro horas aqui, incógnita, bom, paciência. Qual foi a minha surpresa quando chegou no dia, no mesmo dia, telefone da embaixada, o embaixador estava me convidando para jantar. Mandou me buscar com o carro da embaixada, o embaixador era o Gomide.

“Achei estranho a mudança dele, primeiro tudo assim, depois ficou interessado. Depois entendi. Ele deve ter ligado para o Itamarati, saber quem é essa maluca que está aqui. Aí devem ter dado a minha fichinha, porque eu cheguei lá e daqui a pouco ele me pergunta como vai o Dom Paulo, quer dizer, já estava sabendo, não foi eu que disse. Mas foi muito gentil, ele e a mulher foram encantadores, mas cada um na sua trincheira. A conversa foi muito engraçada, eu sabia com quem eu estava falando e ele também.

“No Brasil, ele tinha sido acusado de denunciar pessoas que estavam passando pela fronteira e foi seqüestrado pelo pessoal de esquerda. Ele era 100% ligado ao governo militar. Mas foi um homem muito bem educado, gentilíssimo. Mas foi engraçada a minha aventura, pelo menos ficou sabendo que eu existia e ele conhecia muito o meu irmão, nessas horas vale a pena ser burguesa. Meu irmão, José Luís Bulhões Pedreira não faz política, mas é um técnico; todos os governos sempre o consultam para coisas importantes. Depois o embaixador me mandou levar. Eu me senti mais segura.

“O Haiti é uma miséria. Pessoal muito simpático, umas caras alegres, risonhas, mas uma miséria. Uma coisa que fiquei impressionada, você anda pelas ruas, ruas e ruas sem fim, com exposição de quadros, junto à parede, quadros os mais diversos possíveis. No nordeste são sempre aquelas figurinhas. No Haiti não há um quadro igual ao outro, há diversidade. São muito baratos. Têm coisas lindíssimas, de uma imaginação, é um povo artista por natureza.”

.....

Margarida e Aguirre :

“Lembro-me que sempre estávamos descobrindo a América Latina via Paris. Descobrimos realmente o assunto quando fui a Paris e vi aquele livro premiado, Direitos Humanos – Pautas para uma educação libertadora..

“Em 1986, houve um Congresso organizado pelo Serpaj em Montevideo, sobre vários assuntos, direitos humanos e teatro. Fui com a Iá dos Santos, senhora do Belisário. Ela participou de um grupo de teatro e eu em outro, de direitos humanos. Foi quando descobri a educação em direitos humanos, da qual nunca tinha ouvido falar daquele jeito. E conheci o Perez Aguirre. O livro, eu vim a conhecer em Paris, através do Charles Antoine.

“Michel Grolleaud, meu amigo, era o braço direito de Charles Antoine, padre também, mission de France. Já estive umas duas ou três vezes hospedado aqui. Mas o Michel era muito amigo do Perez Aguirre. Amicíssimo, tanto que Aguirre ia todo o ano à França e ficava na casa dele. Ele tem uma casa que é um ovinho. Mas gosta muito de receber, é muito generoso. Lá encontrei o Perez Aguirre várias vezes. E depois do livro, Aguirre ficou mais próximo. Ele gostou tanto da tradução, ficou entusiasmado. É uma perda. Ele era moço, tinha tanto ainda para dar e apenas 59 anos. Morreu atropelado, andando de bicicleta numa praia uruguaia.”

.....

Margarida procurou os corpos dos guerrilheiros do Araguaia:

“O Araguaia... Bom, não sabíamos muito, na verdade, aliás, acho que até hoje sabe-se pouco. Mas nós tínhamos muito contato com a família do João Carlos Hass, com a Sônia, irmã dele. Tinha muita correspondência e ela tinha aquela preocupação, três irmãos, uma irmã e dois irmãos que haviam sumido, tinham ido para lá. Ela queria pelos menos encontrar os corpos.

“Havia um rapaz, Dover, era um ex-presos político lá de Belém e ele, não me lembro, o pessoal do Hass tinha conseguido uma licença de um Juiz para procurar os corpos.

“Essa moça queria muito que a gente fosse lá para procurar os corpos e ela dizia existir uma pista que daria nesta cidade, Araguaína, no cemitério. Não tínhamos bastante dinheiro para isso. Escrevi, na época, ao Lobo, que era o reitor da Unicamp. Expusemos o problema e solicitamos apoio. Ele deu apoio total, mais de 300 mil, não sei porque guardei a cifra.

“Organizamos um grupo grande, quase trintas pessoas. Pela Unicamp, foi o Palhares, com ajudantes e mais dois jornalistas. Foi o Antonio Carlos Fomm e uma porção de pessoas ligadas ao PC, aqueles cujos familiares estavam lá, a família do André, filho do Maurício Grabois.

“Foi uma verdadeira aventura, era precário. A gente ia até Palmas, e depois trocava o avião, depois pegava um jipe para ir até Araguaína, que é uma rua, uma rua que acaba num rio, o Araguaia. Nós vimos uns casebres simplérrimos, aquilo era a cidade. E o cemitério, afastado. Uma ou duas das últimas casas e nós fomos para lá, já tínhamos

conseguido permissão do juiz para a gente abrir a sepultura, porque os trâmites são complicados. Então, munidos dos papéis, fomos lá, o prefeito já estava sabendo e tinha, lá no cemitério, as pessoas para isso, aí abriram. Tudo era indícios e a gente ia atrás. Os mosquitos, um negócio doido, não havia repelente que desse conta, um calor de rachar, aquele lugar era um inferno.

“Chegando no cemitério, eu me lembro, o Palhares tirando do buraco, já no primeiro, tirando a caveira, ficou olhando por uns cinco minutos e disse: esse aqui é uma moça, deve ter uns 20 à 25 anos. Tinha um buraco de bala na têmpora. Fiquei surpresa, como ele conseguia ? Depois, tirou o corpo que estava embrulhado num pano de pára-quadras, o que protegeu o esqueleto da umidade e o conservou quase intacto.

“Graças a isso se conservou, pelo tempo já devia estar dissolvido, porque lá é muito arenoso, então entra muita água e tudo dissolve rápido. Já são trinta anos quase....Mas podem ter enrolado outros em pára-quadras. Tinha outro tiro no osso ilíaco. Engraçado, ela estava com um ballon, nessas alturas já estava marrom, mas o ballon não se dissolve. O resto do corpo não tinha nada.

“É terrível, não é ? Você ver tirar um corpo de dentro da terra, sobretudo você sabendo que era uma menina, tinha vinte e poucos anos, é uma pessoa que foi assassinada, é uma impressão violenta. Eu não sou de muito chorar, mas fiquei abaladíssima. Depois, guardaram na caixa, passamos para outra, um outro túmulo. Aí foi encontrado um corpo. Palhares disse que era um negro. Um homem alto, também com buracos de balas. Havia uma suspeita que era o famoso Carlão, um dos líderes do Araguaia, porém parece que não se conseguiu provar porque a família dele não foi encontrada.

“Essa moça depois foi identificada como Maria Lúcia Petit. Estávamos procurando o José Carlos Hass e foi encontrada a Maria Lúcia, outra que estava lá, irmã de Laura, uma professora municipal que trabalhava conosco no Projeto, hoje em dia muito amiga da Rose, minha filha.

“Ficamos uns quatro dias, porque não tinha mais nada ali. Eu tinha que aproveitar a ocasião, queria conversar com as pessoas. Olhar os túmulos, ninguém queria falar nada, tinham medo da gente. Os outros também, prefeito, ex-prefeito, barqueiros, jornalistas que eram tarimbados em perguntar as coisas, ninguém conseguiu nada. Então diziam que tinha um aeroporto ali perto, que tinham enterrado por lá mesmo, nas beiras, mas que havia passado um trator e tinham misturado os ossos todos, enfim tudo isso é lenda, não tinha como provar e depois todo mundo tinha compromisso, aí voltamos trazendo os dois corpos, em caixas. As caixas eram de isopor, foram bem lacradas. Demorou quase cinco anos para identificar. Depois os ossos de Maria Lúcia Petit vieram, foram levados para a cidade dela, foi na época do Belisário.

“Há uma coisa esquisita em relação a Araguaia, sabe ? Eles puseram a pedra em cima e cada dia que passa pior fica para a gente mexer, porque, com os anos, as pessoas, testemunhas, vão morrendo, os corpos vão se dissolvendo, enfim sempre vai ficar sempre um mistério, muita gente morreu lá, em terríveis as condições. E muito mais do que se diz.

.....

Por seu trabalho, Margarida Genevois recebeu alguns prêmios, muito menos do que merece, segundo Dom Paulo:

“O primeiro, foi uma medalha do Cônsul Francês, em 1980, mas tinha pouco tempo na Comissão. Eu me lembro que José Carlos era o presidente e o cônsul foi falar com D. Paulo, que fez questão que fosse na Cúria. Foi uma bonita cerimônia. Recebi L’Ordre National du Mérit, nesse dia.

“Do Governo brasileiro, recebi a medalha Rio Branco e o prêmio de Educação em Direitos Humanos, em 2004, da Secretaria de Direitos Humanos, em Brasília.

“Recebi o prêmio USP de Direitos Humanos, em 2002.

“No prêmio Baha’u’llah (pronuncia-se barrai), de uma entidade persa voltada para a educação em direitos humanos, recebi uma linda escultura.”^{xxii}

Por ocasião do Prêmio USP, Margarida pronunciou um discurso antológico. Na mesma cerimônia, foi premiado nosso amigo Roberto Monte, do Rio Grande do Norte, membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e autor da Enciclopédia Digital de Direitos Humanos (www.dhnet.org.br).

“Eu indiquei o José Sérgio e o Marcelo Faria, para a Comissão. Eles trabalhavam juntos, eram professores no Colégio Oswald de Andrade, onde os conheci. José Sérgio fez concurso para a Faculdade de Educação da USP e é um braço do trabalho em educação, dando continuidade a ele. Marcelo Faria está em Salvador, dando aulas de geografia com toda a formação que acabou haurindo na Comissão”, testemunha Marco Antonio.^{xxii}

José Sérgio Carvalho, um dos integrantes da Cátedra USP/Unesco de Educação para a Paz, os Direitos Humanos, a Democracia e a Tolerância, assim como Maria Victória Benevides, Margarida Genevois e outros, organizou um livro^{xxii} que inclui o discurso de Margarida ao receber o prêmio da USP, do qual transcrevo partes. Falando de um menino que salvou, numa noite que um temporal impediu que saíssem da fazenda, Margarida disse:

“Talvez não por acaso, este menino se chamava Jesus Aparecido dos Santos. E este menino Jesus que salvei, de certo modo também me salvou: deu um sentido profundo a minha vida, fez-me ver a responsabilidade que temos uns para com os outros e como às vezes podemos fazer muito, com tão pouco esforço.(...)

“Pau-de-arara, cadeira do dragão, choques elétricos, afogamentos e outras torturas desumanas. Hoje, olhando para trás, estes fatos parecem longínquos, irrealis, mas não devem ser esquecidos.

“Às famílias e aos presos nunca perguntava: Qual o seu partido ? Qual a sua religião ? Eram pessoas em sofrimento, que batiam à porta necessitando de ajuda. Eram dramas de vida e morte, havia urgência.

“Atendíamos com o pouco que era possível fazer: os advogados se desdobravam para obter a proteção judicial possível e ajudar na busca dos desaparecidos, escondíamos pessoas em perigo de vida, encaminhando-as para o exterior, fazíamos denúncias aos organismos internacionais.

“E sofriamos com as famílias a angústia da incerteza, o drama da separação, a batalha da incessante procura. Compartilhávamos suas esperanças e decepções.

“Nessa longa noite, infelizmente, alguns desses meninos e meninas não sobreviveram...

“Lembro-me de Augusta Capistrano, de Helena dos Santos, de Célia Pereira e muitas outras, mulheres de coragem à procura de seus maridos e filhos, jamais encontrados.

“Lembro-me da família de Fernando Santa Cruz, de sua mulher, tão mocinha, com um filho pequeno nos braços, de sua irmã Rosalina Santa Cruz, também presa e torturada.

“Onde está o Fernando ? Um dia saiu com seu amigo Eduardo Collier para comprar pão na padaria da esquina e nunca mais voltaram, sumiram no ar feito fumaça.(...)

“Ganhei muito mais do que pude dar, com os meninos Jesus que encontrei pela vida, com as pessoas que tive a sorte de conhecer e conviver – sem elas não seria nada.

“Esse prêmio que me envaidece e comove profundamente, não o mereci sozinha. Divido-o fraternalmente com todos os companheiros de jornada e dedico-o àqueles que tombaram no caminho e que acreditaram, como nós, que um Brasil mais justo e equitativo é possível.”

.....

Em 1984, face ao aumento dos trabalhos, a Comissão contratou Ivani Piccablotto:

“Quando fui trabalhar na Comissão, Margarida Genevois era a presidente. Eu tinha trabalhado com o Dr. Marco Antonio Barbosa, fui secretária no escritório de advocacia dele. Depois fui morar em outro Estado, não deu certo, voltei e ele me convidou para trabalhar na Comissão, onde fiquei durante dez anos. Quando engravidei da minha filha mais nova, tenho três, já trabalhava lá.

“Fazia um pouco de tudo. Desde o atendimento de pessoas até a parte de escritório, cartas, trabalhos de digitação, textos grandes. Quando havia alguma campanha, vamos dizer assim, era feito um projeto que às vezes virava um texto mais longo, até livro. Aqueles cadernos sobre a Pena de Morte e outros, a maioria eu digitei. Participava das entrevistas com o Marco Antonio, com as famílias dos desaparecidos, na época, digitava as tomadas de depoimentos, que eram muitos e bastante pesados.

“O que me chocou mais foi o de um pai e de uma mãe de uma moça, a forma como eles deram o depoimento, contando alguns detalhes das torturas, do sofrimento da filha, que ficou com seqüelas e depois veio a falecer em consequência, depois de ter sido solta. Era brasileira, uma presa política. Peguei depoimentos de estrangeiros também, alguns bem interessantes, mas esqueci. Em todo o meu trabalho na Comissão, o caso desta moça é o que me recordo com detalhes. Não me lembro se ela ficou presa muito tempo, mas morreu no Brasil, era casada e não deixou filhos. Para mim, foi a cena que mais me marcou, lembro até da sala em que estávamos, a sala da diretoria da Comissão, a sala maior, só nós quatro, os pais, Marco Antonio e eu.

“Nós recebíamos desde pessoas carentes até refugiados políticos, de outro países, que nos procuravam. Era sentar, olho no olho da pessoa, tentando descobrir como ajudá-la e sair correndo para comprar um copo de leite. Em um dia muito frio, cheguei a tirar uma blusa de lã do meu corpo e dar para um homem vestir. Eu cheguei a fazer isto. Era um trabalho bonito, a gente trabalhava porque gostava, trabalhava-se muito, na Comissão. E era muito desgastante emocionalmente.

“Era um trabalho que acabava sendo até artesanal, puro, em regime de mutirão. E gratificante também. Gratificava porque – eu costumo dizer – você pensa que está ajudando

alguém mas se este alguém vem lhe contar alguma coisa, lhe passar alguma coisa, um pouco de conhecimento, até do próprio sofrimento, você é que está sendo beneficiado. Quer dizer, você pensa que está ajudando mas é o inverso. Você é o ajudado porque dali você tira muito ensinamento. Estes dez anos em que fiquei na Comissão valeram para mim em um crescimento em todos os sentidos, inclusive crescimento espiritual.

“Amadurecimento na fé. Sentir que você está fazendo um trabalho não só para receber um dinheiro no final do mês, porque eu era remunerada pelo trabalho que prestava. Então, você está ali também por um certo carinho. Já chegava, de manhã, pensando em quem será que vai vir hoje e qual o tipo de solução, para o problema, que a gente vai poder oferecer. Chegava de tudo, até gente que dizia que tinha um chips na cabeça.

“Apesar do meu trabalho ser mais voltado para a parte administrativa, ajudava a atender também, quando a Margarida ou a Márcia Jaime não estavam. Quando digo amadurecimento na fé, é que cada conquista que a gente tentava e conseguia, um resultado positivo para determinada pessoa, para mim era uma grande vitória, por menor que fosse. Encaminhar alguém para conseguir um documento, encaminhar uma pessoa para ter um espaço por uma noite ao menos, um lugar para dormir. Isso é uma grande vitória e encaro como um crescimento na fé, também.

“Uma vez por mês, havia a reunião com todos os membros; semanalmente, a da diretoria. Era uma arrumação como a de qualquer empresa, de papéis, canetas, espaço opara todo mundo. E havia as idas à padaria ou ao super-mercado. Comprava-se as coisas para o lanche, café, chá, tinha toda uma preparação para um clima de confraternização. O clima era de festa porque Dom Paulo poderia participar. Mas era mais do que isto. Eu acredito que a Margarida tinha uma preocupação com a pessoa, que está saindo do seu trabalho, está indo para uma reunião que pode se estender sabe-se lá até que horas. Então, a preocupação dele, além do conforto, era realmente ter alguma coisa para enganar o estômago.

“O dia a dia era isso. Um serviço rotineiro como o de qualquer organização. Fazia-se de tudo desde envelopar uma simples correspondência. Mas entre essas rotinas, aconteciam, às vezes, um projeto grande e o trabalho se multiplicava. Eu me lembro, o mais interessante e que eu admirava, é que na finalização do trabalho manual, artesanal mesmo, a própria presidente participava. Eu gostava muito disto, porque não existia um pedestal. Nesse momento, por mais que a gente sempre procurasse manter uma hierarquia, nesse momento ela não existia, ela somava.

“Todo mundo colava o envelope, todo mundo envelopava, isto era muito bonito. Todos juntos por uma causa justa, nobre, vamos dizer assim. Era muito legal. Eu dizia que parecia uma pizzaria aquilo. Porque faz a massa, rapidinho, recheio, coloca no forno, saiu quentinho e já foi embora. Era um trabalho de produção, cada um pegava uma linha. Se eu pagasse para dobrar a carta, eu só dobrava a carta, entendeu ? Outro fazia o trabalho de envelopar, outro o de colar e o outro, ainda, de botar a etiqueta, era divertido. Trabalho que acabava cansando mas que fazíamos com prazer. Dona Margarida era uma pessoa muito participativa, sentava junto e ajudava. Isto é muito interessante, não é em qualquer lugar que você vê uma coisa destas.

“Márcia Jaime também era uma pessoa muito presente, no período em que trabalhei na Comissão. Estava lá quase todas as tardes. Geralmente fazia o mesmo trabalho de atendimento da dona Margarida e orientava na parte administrativa também. Representava a Comissão em eventos externos.

“Outra pessoa muito presente foi o Dr. Marco Antonio. Quando ele assumiu a presidência, apesar de ter uma atividade fixa no escritório, ele se fazia muito presente. Ele atuou, eu acho, muito bem”.^{xxii}

.....

Dalmo de Abreu Dallari pondera:

“Duas pessoas extraordinárias tiveram muita responsabilidade na Comissão, no sucesso da Comissão, Margarida Genevois e Íris Ariê. As duas trabalhavam juntas, estavam lá desde manhãzinha atendendo as pessoas, Iris ficou vários anos, era também uma figura excepcional. Nos primeiros anos da Comissão foram as duas que carregaram a casa nas costas; estavam lá diariamente recebendo as pessoas, tomando anotações, fazendo contatos, foram realmente excepcionais, e a Margarida continua e ampliou sua atividade mesmo depois, fora da Comissão. Margarida sempre foi uma pessoa excepcional, uma dedicação extraordinária, Margarida vivia praticamente dia e noite em favor da Comissão.”^{xxii}

.....

“Margarida alimentava a Comissão Justiça e Paz com a própria alma dela”, diz Antonio Carlos Malheiros e acrescenta, “com pedaços da alma dela”^{xxii}.

.....

Na entrevista que fizemos para este livro, José Carlos Dias foi bem claro:

“Uma coisa que quero que fique constando, no livro, nas minhas palavras, é que Margarida Genevois é a figura mais extraordinária da Comissão Justiça e Paz. Toda a história da Comissão de São Paulo é a Margarida Genevois.

“Uma pessoa com toda uma história que a levaria a ser uma grande dama, casada com uma pessoa excelente, extraordinária, mas um homem conservador, um francês que ocupava cargos importantes na Rhodia. Uma pessoa que tinha tudo para ser acomodada em seus confortos e que, de repente, se expõe.

“Se expõe da maneira como ela se expôs, sofrendo riscos para os quais não estava preparada, tomando depoimento que não tinha nenhum conhecimento jurídico, mas mesmo assim escutando.

“Ela sentia medo, claro, mas ela enfrentava o medo. E não era uma maluca, é uma pessoa absolutamente centrada. E se perguntar ao Dom Paulo, ele vai secundar o que estou dizendo. E é impressionante, a delicadeza dela”.^{xxii}

.....

Marco Antonio não fica atrás em suas avaliações:

“Margarida e Márcia Jaime foram as pessoas que mais me ajudaram, na troca de idéias e tomada de posição, enquanto eu era Presidente. A Ivani, no dia a dia, foi

fundamental. Mas lembrar o que cada um fez é muito difícil, até porque não há participação pessoal em nada, todo o nosso trabalho foi coletivo.

“Mas Margarida é a própria história da Comissão, ela é a encarnação viva da Comissão Justiça e Paz. Um papel extraordinário de dedicação e de desprendimento ímpares”.^{xxii}

IX

MUDANDO MENTALIDADES

“Para formatar meu Projeto de Ação, enquanto presidente, na Comissão, tive uma bibliografia de 50 a 60 livros, entre os quais os livros do Hélio Pelegrino. Creio que o conheci através do frei Betto, bem como o Henfil.”^{xxii}

Marco Antonio Rodrigues Barbosa presidiu a Comissão no período de 09 de dezembro de 1986 à mesma data de 1990, por dois mandatos consecutivos. Seu projeto de ação constituía-se basicamente numa proposta de educação em direitos humanos, numa tentativa de mudanças de mentalidades, neste país, moldadas pela escravidão, pela concentração de renda, pela ditadura, expressas em uma profunda desvalorização da vida humana, comprovada nas estatísticas da violência policial e dos acidentes de trabalho e de trânsito, dos mais altos do mundo.

“O trabalho da Comissão, que chamo de coeso e harmônico, tinha um viés muito específico, muito peculiar que era a formação da consciência, da militância e dos não militantes – de uma maneira mais abrangente – do significado da questão dos Direitos Humanos.

“Enfrentávamos situações de grande dificuldade, porque o que se contrapunha a isto era uma questão de natureza fundamentalmente ideológica e que se manifestava através dos programas de televisão mas sobretudo dos radiofônicos. A Comissão empreendeu pesquisas que redundaram num livro sobre o anti-jornalismo radiofônico e acaba isto, por culminar num projeto de educação em direitos humanos, o projeto de ação da gestão sob minha presidência, projeto fundamentado basicamente na Teologia da Libertação e no Método Paulo Freire.”^{xxiii}

Lembro-me nítida e emocionadamente da primeira reunião a que compareci, da Comissão, meu primeiro contato mais próximo com muitos de seus integrantes. Marco Antonio, recém empossado em uma missa solene na Catedral, apresentou o Projeto de Educação em Direitos Humanos, ambicioso, abrangente, trabalhoso. Houve uma discussão de prós e contras. De repente, José Carlos Dias resolveu a questão: “Mas qual é o problema ? Nós sempre fizemos o impossível”. Um sorridente Dom Paulo encerrou a reunião :”Eu sempre fico muito feliz em vir aqui porque os senhores alimentam a minha Esperança”.

.....

Na verdade, o Projeto Educação em Direitos Humanos, no meu entender, chegou à Comissão por três vias que se encontraram, confrontaram e sintetizaram. De um lado, Margarida Genevois que, em viagem ao Uruguai e em contato com o Serpaj, contactou o Projeto Educação desenvolvido pelo jesuíta Luis Pérez Aguirre. De outro, Belisário dos Santos Júnior que, por força de seus trabalhos na América Latina, entrou em contato com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, sediado na Costa Rica, em especial com Letícia Olguin. E, finalmente, Marco Antonio que contactou pessoalmente Paulo Freire, que se tornou um colaborador precioso e um interlocutor sempre presente.

.....

“Fui eu quem procurou Paulo Freire para fazer a cartilha que acabou sendo feita, para trazer para o Projeto Educação uma característica de natureza mais popular. Houve diminuição da violência nos bairros em que as escolas se abriram para as comunidades, inclusive nos fins de semana. Vemos o exemplo atualíssimo no Jardim Ângela, o lugar mais violento de São Paulo e onde há 45 dias não há um único homicídio. Que isto tudo sirva de exemplo para as gerações atuais e futuras.”^{xxii}, historia Marco Antonio. A cartilha a que se refere é o caderno A Força do Povo, publicado em 1990, com apresentação de Marco Antônio Rodrigues Barbosa e prefácio de José Carlos Barreto, tendo sido elaborado, a partir das idéias de Paulo Freire, por Vera e José Carlos Barreto e por Domingos Zamagna, e aprovado pelos membros da Comissão em inúmeras reuniões. Foi ilustrado por Sebastião Xavier de Lima.

.....

“Viajei à Costa Rica, a primeira vez, no começo dos anos 80, eu fui convidado pelo presidente da Associação dos Advogados Latino-americanos, não fui pela Comissão”, recorda Belisário dos Santos Júnior. “Eu trouxe o Instituto para a Comissão porque as pessoas que foram para lá, ao voltarem, estavam impregnadas da necessidade, no início dos anos 80 isso é muito sintomático, de passar do ativismo dos Direitos Humanos para uma formação teórica consistente, necessidade de Educação em Direitos Humanos. Então, não bastava transmitir uma consciência de Direitos Humanos pela militância, você precisava trabalhar a consciência. Hoje a gente nem fala em consciência, já ficou um pouco... Hoje é um fazer que se exige, é uma postura, tem que trabalhar coletivamente.

“Estive lá com o João Ricardo Dornelles, foram os primeiros contatos com a Letícia Oguin, que era diretora do Instituto. A Letícia é uma pessoa notável, e começamos a estabelecer as primeiras pontes. Quando voltei para a Comissão, nós voltamos com essa idéia de fazer, de gerar programas nessa área. Uma atividade na Bahia, uma atividade com professores. As pessoas foram para a Costa Rica, você, Marco Antônio, Margarida, voltei, como professor uma ou duas vezes, e aí, a Comissão foi o ponto de apoio, nós fomos a alavanca, que começou esta atividade de ações em Direitos Humanos. Foi um ponto de avanço, pois nesse momento a Comissão deixa de ser reação e passa a ter ação, um momento de todos os movimentos, talvez dos momentos mais ricos da Comissão. Aquela atividade de denúncia, mas atividade de construção é mais difícil. Dom Paulo deu todo o suporte, toda a estrutura para que isso acontecesse.”^{xxiii}

.....

Letícia Oguin:

“No final de 83, Belisário tinha assistido o curso Interdisciplinar, na Costa Rica. Eu apresentei o Projeto de Educação em Direitos Humanos, financiado com fundos europeus e não pelos americanos. O projeto era fruto da minha experiência de vida como Argentina e da minha formação como pedagoga. Tinha tido notícias de que fundações européias tinham interesses de apoiar projetos pelo retorno da democracia no Cone Sul. Neste momento,

apresentamos uma proposta do Projeto a uma fundação do governo alemão, Fundação Naumann, que foi muito importante para mim.

“Alguns meses antes da realização do Curso Interdisciplinar, o Projeto foi imediatamente aprovado para a Argentina, Uruguai e Brasil, acompanhando um processo de educação, um modo de desabrochar, legitimando, os problemas democráticos anunciados pelos direitos humanos. Estava claro que havia uma forte tradição de subversão, com os direitos humanos. Era subversivo. Havia uma forte campanha, com a (o) apoio de ongs, pela democracia, para começar a trabalhar pela legalização real da prática dos direitos humanos. Eu estava encarregada de apresentá-lo às pessoas interessadas.

“Apresentei-o ao Belisário, João Ricardo Dornelles, José Maria Tavares, em 83. Um grupo que tinha feito o curso em São José da Costa Rica. Então, o Projeto de Educação em Direitos Humanos abre toda uma linha de fundos europeus, tudo pela Naumann. A organização, no Brasil, se deu, obviamente, pela Comissão Justiça e Paz. Este Projeto foi apresentado no Curso Interdisciplinar e no mês seguinte eu fiz a primeira viagem. Fiz contatos em cada país, com os ex-alunos dos Curso(s) Interdisciplinar. Telefonei para o Belisário. Foi um Projeto de 83 a 88.

“No Brasil, fizemos mais de 50 seminários, nos anos 80. O primeiro em Recife, onde estava o Arraes, como governador, e havia uma conjuntura política favorável. Estavam José Maria Tavares, Roberto Franca, eles trabalhavam junto com Luís Freire e o Gajop. Trabalhamos com a rede de escolas federais e estaduais de Pernambuco. Aí, conheci Aída Monteiro, que trabalhava com a Secretária de Educação do Estado e também com a municipalidade. As pessoas de São Paulo e Rio foram para o Recife.

“Foram em três cidades que a primeira etapa aconteceu: Recife, Rio e São Paulo. Trabalhamos também no Rio Grande do Sul, em Caxias, e Santa Catarina. Não me recordo do ano em que conheci Wagner D’Angelis, do Paraná, porque em cada viagem fazia, no mínimo, 25 seminários nos três países, que duravam em média 2 meses. Outro detalhe importante é que, no Rio, tínhamos Darcy Ribeiro e Nilo Baptista.

“Ele tinha sido amigo e trabalhado junto com meu sogro. Quando estava em Buenos Aires, meu sogro deu-me uma carta para entregar a Darcy Ribeiro, para fazer contato para trabalhar no Rio. Com Nilo Baptista, trabalhamos com a polícia, um Programa de Educação Policial, quando ele era Secretário de Segurança Pública. Foi uma conjuntura muito especial.

“Em São Paulo, trabalhamos, nesta época, com Dalmo Dallari, que era o diretor da Faculdade de Direito. Lembro-me que nos reuníamos no escritório dele. Foi quando conheci a Margarida, a Comissão. Nós nos reunimos e ele apresentou a Margarida, Marco Antonio, Márcia Jaime, que se incorporaram ao trabalho que, logo, transformou-se em um livro, que foi um forte apoio ao trabalho desenvolvido em outras partes do Brasil. Por exemplo, Dalmo nos acompanhou para o seminário em Córdoba, na Argentina. As pessoas do nordeste e do Rio, quando havia possibilidade, acompanhavam os seminários na Argentina e no Uruguai. Eram grupos importantes na formação de rede.

“Jair Krisch participou deste processo, no Rio Grande do Sul, onde havia pessoas que trabalhavam em Direito do Trabalho. Conheci um professor de direito com quem pude fazer um seminário excelente. Fizemos um em Porto Alegre, também. Em Recife,

trabalhamos também em João Pessoa. Em cada viagem a prestação de contas era impressionante. Nestes encontros, havia representantes do Brasil, Argentina e Uruguai. Definíamos como distribuir as tarefas etc. Não foi o Aguirre quem entrou representando o Uruguai, ele participou mais tarde. Quem entrou foi um psiquiatra, Carlos Etchegoyen,

“O que me parece mais importante relatar, é que em São Paulo o trabalho estava fortemente centrado na Comissão Justiça e Paz, a qual dava apoio aos trabalhos de todas as regiões do Brasil. É preciso ressaltar a participação de Dalmo Dallari, pois Buenos Aires, Córdoba, todas as outras regiões tiveram um acompanhamento muito importante. Foram cinco províncias na Argentina, que tiveram um trabalho completo de contato com a educação em direitos humanos...

“Não sei se este trabalho do Instituto continua. Eu saí do Instituto e passei a fazer os trabalhos que você sabe, com organizações de direitos humanos, com a Rede de Educação em Direitos Humanos fundada pela Margarida. Quando encontrei você em Curitiba, eu estava pessoalmente, individualmente. No Instituto, o trabalho em educação tornou-se apenas de divulgação. Só sei que foi uma experiência muito importante, foram quatro anos muito intensos.

“Nunca perdi o contato com a Comissão e depois entrei na Rede, graças a Margarida, que manteve este nexos ativo.

“Para finalizar, eu diria que, em termos pessoais, o trabalho no Brasil, para mim, foi muito decisivo. Eu, realmente, tive uma visão de uma cultura muito trágica, fomos parte desta cultura da Argentina e, possivelmente, do Uruguai. Eu senti, aqui, no Brasil, um renascer da esperança. O Brasil é menos trágico em termos de mentalidade, em termos de cultura. Verdadeiramente, a experiência do Brasil me brindou com uma riqueza enorme. Pude conhecer uma Igreja que eu desconhecia. A Igreja me parecia terrível e a experiência da ditadura argentina foi nefasta. Fui descobrir outra dimensão através da Comissão Justiça e Paz e, no nordeste, com Dom Helder Câmara. Eu não o conheci mas aos amigos com que ele partilhava, sim. Por exemplo, o José Maria Tavares. Através deles, eu descobri uma Igreja muito diferente daquilo que eu havia vivido.

AC- Você saiu da Argentina por causa da ditadura ou não ?

LO- Sim.

AC- Você e o Geraldo ? Você saiu da Argentina, casada ou não ?

LO- Quando saí da Argentina, meu marido era outro, um desaparecido político. Este é um assunto que me toca muito...

AC- Mas você não teve filhos...

LO- Com ele, não. Com Geraldo, sim, um casal.

AC- Você conheceu Geraldo na Costa Rica ?

LO- Sim, na Costa Rica.

AC- Desculpe-me.

(o gravador foi desligado perante a emoção de Letícia Olguin)^{xxii}

.....

Belisário dos Santos Júnior, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Márcia Jaime e outros participaram de Seminário sobre Educação em Direitos Humanos, realizado em Recife, em dezembro de 1986, com o apoio do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, sediado na Costa Rica, criado, em 1981, com três objetivos básicos: investigação, promoção e educação em Direitos Humanos.

O Instituto desenvolvia um Projeto de Educação em Direitos Humanos, financiado pela Fundação Naumann, com o objetivo fundamental de contribuir para com o desenvolvimento da consciência coletiva, numa perspectiva de integração latino-americana e com enfoque interdisciplinar. Analisado hoje, pode-se perceber que este projeto difere do de Aguirre por uma pedagogia mais tradicional, com diferenças como, por exemplo, do que entende-se por interdisciplinaridade, por uma visão jurídica, conteudística e formalista do que sejam direitos humanos, os quais, para Aguirre, constituem uma forma de ser e estar no mundo.

A visão dos brasileiros ampliava o enfoque do Instituto e aproximava-se do de Aguirre, como podemos constatar, num escrito da época, de José Maria Tavares de Andrade, licenciado em Filosofia, mestre em Sociologia e em Lingüística, doutor em Antropologia, professor de Antropologia Cultural e da Saúde/Doença, membro do Centro de Defesa e Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, que foi bolsista do Instituto Interamericano, em 1985, quando iniciou as articulações para a integração do Brasil no Programa de Educação em Direitos Humanos.

Entendendo a interdisciplinaridade, àquela altura, como uma busca; ressaltando como objetivos primordiais o enfoque ético e também preventivo na luta pelos DH; partindo, *“pois, de uma atitude crítica, com relação ao panorama geral dos DH, nesta conjuntura de construção e consolidação da democracia, destacamos: as responsabilidades, os questionamentos sobre o papel reprodutivo das instituições para as relações sociais no contexto da sociedade global; as relações de poder, do ponto de vista também de relações interpessoais, dentro e fora da academia; os próprios modelos educativos (instrutivos e formativos) que reproduzem tão facilmente as desigualdades, as explorações e privilégios, as violações de projetos humanos individuais e sociais de felicidade e prazer”* ^{xxii}

.....

A Comissão apoiou o Seminário “Direitos Humanos e educação no Brasil, hoje”, organizado pelo Instituto Interamericano e pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no campus desta, de 25 a 29 de maio de 1987, tendo como conferencistas, pela Comissão, Fábio Konder Comparato e Dalmo de Abreu Dallari, além da participação de Margarida Genevois, Márcia Jaime, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Eduardo Cernelós e Belisário dos Santos Júnior. Letícia Olguin representava o Instituto.

Destes seminários resultou a publicação de Direitos Humanos – Um debate necessário, em dois volumes e com vários autores, bem como a de O que são Direitos Humanos, na Coleção Primeiros Passos, de João Ricardo Dornelles, todos pela editora

Brasiliense. (O primeiro volume de Um debate necessário saiu em 1988, com prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns; o segundo, em 1989, ambos em co-edição com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos-IIDH. O livro de Dornelles teve sua primeira edição em 1988).^{xxii}

Em abril, a Comissão constituiu uma equipe para assessoria ao Projeto integrada por Alfredo Bosi, Antonio Candido, Marco Antonio, Maria do Carmo Brandt Falcão, Márcia Jaime e Margarida Genevois. No dia 19, sob a coordenação de Alfredo Bosi, o Projeto foi apresentado a delegados de ensino na Coordenadoria de Educação da Grande São Paulo - COGESP.

Em julho, Alfredo Bosi apresentou ao então Secretário Estadual da Educação, Chopin Tavares de Lima, o Projeto Educação em Direitos Humanos. Do encontro resultou uma palestra sua, em 6 de agosto, “Direitos Humanos e Discriminação das Minorias”, dirigida aos delegados de ensino da grande São Paulo; outra, em 25 do mesmo mês, juntamente com Marco Antonio, sobre “A escola pública no projeto de direitos humanos”, em Santo André, para diretores e professores daquela região; seguida de outra, em 24 de setembro, na Secretaria de Educação (então sediada no largo do Arouche), sobre “Direitos Humanos e Constituinte”; e, encerrando o ano, em 22 de outubro, sua palestra “História e prática do conceito de direitos humanos”, em Diadema, para os professores daquela Delegacia de Ensino. Outros membros da Comissão, em especial Flávio Di Giorgi, efetuaram palestras, paralelamente, divulgando o Projeto junto à rede estadual de ensino.

Os membros e funcionários da Comissão envolvidos com o Projeto Educação reuniam-se com freqüência com Paulo Freire, que os apresentou aos educadores Vera e José Carlos Barreto com quem trabalharam, conjuntamente, a partir de uma reunião, em setembro, na casa de Gofredo Telles Júnior, na elaboração e conseqüente publicação de um caderno popular sobre Direitos Humanos que levou o nome de “A Força do Povo”.^{xxiii}

Na quarta capa, escreveu Paulo Freire : *“Não se constrói uma sociedade democrática sem construir com ela as condições que garantam o exercício pleno dos direitos dos cidadãos que compõem esta sociedade. Estas condições não se criam espontaneamente mas são **conseqüências** do trabalho e da luta de homens e mulheres historicamente engajados. **Este** caderno é um instrumento que pode contribuir na tarefa destes cidadãos que assumiram corajosamente a tarefa de garantir que os Direitos Humanos transbordem os limites da utopia e impregnem o coração da sociedade brasileira”*.

.....

Nos três primeiros dias de outubro de 1987, a Comissão promoveu, com o apoio do Instituto Interamericano, o seminário “Educar para os direitos humanos”. Foram três dias de discussão e aprofundamento sobre como inserir os direitos humanos nas tarefas educacionais, a nível das instituições oficiais e da sociedade em geral. Mais de cento e cinquenta professores e líderes comunitários participaram dos debates, a partir das palestras de representantes, entre outros, do Uruguai, como Carlos Etchegoyen (psiquiatra que sempre trabalhou no SERPAJ, com Luiz Perez Aguirre), que falou sobre “Direito à saúde e Educação”, Silvia Savoine, da Argentina, que discorreu sobre “Direitos Humanos, Educação e Meios de Comunicação”, Carlos Alberto Plastino, argentino lecionando na PUC/RJ, que falou sobre “Democracia e Direitos Humanos”, além de Fábio Konder

Comparato, que abriu o evento com conferência sobre “Significado e conteúdo dos direitos humanos”.

Carlos Etchegoyen talvez tenha sido o que melhor definiu a finalidade da educação em direitos humanos. Tendo trabalhado, como psiquiatra que é, com ex -presos políticos, torturados, familiares de desaparecidos e com toda a gama de vítimas das ditaduras militares que se abateram no cone sul da América Latina nos anos 60 e 70, gradativamente afastou-se do consultório para adentrar às escolas, ciente que os que atendia já estavam marcados indelevelmente, na esperança de que, trabalhando junto às crianças, adolescentes e estudantes, estes fatos não se repetissem nunca mais. Assim, a educação em direitos humanos está voltada para a vigência dos mesmos, para a construção de uma sociedade justa, pacífica e igualitária, na qual o indivíduo possa ser o sujeito de sua própria história.

Ao final do seminário, diversas propostas foram levantadas e se obteve um balanço positivo, segundo a opinião geral. Nos debates, observou-se que educar para os direitos humanos é uma questão de postura, de conscientização, muito mais do que um conteúdo disciplinar. Este seminário, sediado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, contou também com a presença de Leticia Olguin, Gonzalo Elizondo, Alda Facio e Horsrt Kleinheisterkampe, pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, da Costa Rica.

De 8 de outubro a 19 de novembro de 1987, a Comissão levou a efeito, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Francisco, o I Ciclo de Palestras sobre “Direitos Humanos e...”, para divulgação e sensibilização da população em geral quanto ao Projeto.^{xxii}

.....

Como parte do Projeto de Integração Latino - Americana e também do Projeto de Educação, Margarida Genevois e Márcia Jaime foram, em janeiro, a Montevideo e a Buenos Aires conhecer de perto o trabalho de Educação para os Direitos Humanos realizados por entidades daqueles países. Os encontros com o Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ), com a Comissão Argentina de Direitos Humanos e com outras entidades, além da troca de materiais, foram subsídios importantes para a continuidade dos trabalhos pela Comissão. Com o mesmo espírito, Theodomiro Dias Neto participou do Programa de Formação em Direitos Humanos para o Cone Sul, promovido pela CEAAL (Consejo de Educación de Adultos de America Latina), ISS (Institute of Social Studies, da Holanda) e SERPAJ-AL, realizado em Santiago do Chile, o período de 20 de janeiro a 4 de março.

Neste momento, provavelmente por influência de Leticia Olguin, o Projeto orienta-se, apesar do contato direto com Paulo Freire, especialmente por algumas diretrizes do educador espanhol Tuvilla Rayo, muitas comuns aos dois educadores :

- a) promover, na esfera da afetividade :
 - o prazer da criação e não a paciência e a resignação; o ânimo empreendedor e não a virtude da prudência; a eficácia e não a vaidade do esforço humano; o direito a equivocarse e não a culpabilidade; a descoberta e não a produção; a própria realização e não o espírito de recompensa;
- b) colocar em relevo, na esfera do desenvolvimento das faculdades intelectuais e da ética :

- a reflexão constante da teoria a partir da prática, possibilitando a reação; a evolução e a adaptação e não o imobilismo; as crenças múltiplas e não o dogma; a ação benéfica e não a moral codificada;

c) realçar, na esfera da estrutura social :

- o valor da pessoa e não a posse de bens; a iniciativa e não a autoridade repressiva; a responsabilidade e não a obediência passiva; a descentralização e não a centralização; as estruturas dinâmicas e não a hierarquia oficial; a função de cumprir e não o poder ; a resolução dos conflitos e não a sua rejeição;

d) privilegiar, na esfera da convivência :

- a pessoa no grupo e não o indivíduo; a interdependência e não a independência; o confronto de idéias e não a rejeição da comunicação; a expansão do ser e não o prestígio pessoal; a confiança nos outros e não a solidão; a cooperação e não a competição.

Neste início de ano, a Comissão prossegue com a apresentação e divulgação do Projeto, seja em reuniões com professores ou com a Associação dos Educadores Cristãos – AEC^{xxii} ou com o então reitor da PUC/SP, prof. Luiz Eduardo Wanderley^{xxii}, ou ainda em diversas delegacias de ensino^{xxii}, e junto ao COGES^{xxii} e, mais uma vez, com o Secretário de Educação do Estado, Chopin Tavares de Lima.^{xxii}

De 14 de março a 9 de junho de 1988, a Comissão desenvolveu o II Ciclo de Palestras sobre “Direitos Humanos e...”, realizado, como o anterior, no salão nobre da Faculdade de Direito de São Francisco^{xxii}. Mais de mil pessoas participaram do evento e a palestra de Paulo Freire, há pouco de volta do exílio, atraiu caravanas de outras cidades, lotando o auditório. Paulo Freire declarou que estava com medo de falar a um auditório tão lotado – as pessoas acotovelavam-se umas às outras, inclusive no balcão, nas portas – e que dizia isto porque considerava pedagógico que as pessoas soubessem que ele tinha medo, como todos têm e não devem negar.

O mesmo não aconteceu com Betinho. O pouco número de pessoas era constrangedor frente ao tamanho do auditório. Mas Herbert de Souza era só entusiasmo. No entanto, estava sem tomar transfusões, recém diagnosticado ainda estava criando um banco de sangue próprio para evitar o aumento da carga viral. Uma hemorragia interna à altura do ombro, causada pela hemofilia, tornou necessária a aplicação de bolsas de gelo no local. Mas ele estava feliz, tinha falado com Dom Paulo, à tarde. Henfil sobrevivia por meio de aparelhos. “Dom Paulo disse que eu posso desligar” – “E você vai ?” – “Não, mas sei que posso”.

.....

Como a Declaração Universal estivesse fazendo quarenta anos, Guido Andrade, organizador das Jornadas Internacionais de Cinema da Bahia, naquele ano em sua XVII edição, organizou o Simpósio “Cinema: Direitos Humanos no Terceiro Mundo”, entregando a coordenação à Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Do Simpósio, realizado em Salvador - Bahia, de 8 a 13 de setembro, resultou carta a ONU com diversas solicitações referentes aos direitos humanos em geral e ao cinema do terceiro mundo em particular.

Em novembro de 1988, a Comissão promoveu uma Oficina do Teatro do Oprimido, com Augusto Boal, para um público de 30 pessoas, para implementação do Projeto Educação a nível informal^{xxii}.

Por outro lado, em julho de 1988, Maria Victória Benevides representou a Comissão no VI Congresso Internacional para o ensino dos Direitos Humanos, patrocinado pelo Centro Internacional de Formação de Professores para o ensino de Direitos Humanos, em Genebra, na Suíça. Margarida Genevois participou, em agosto, do III Seminário Latino - Americano de Educación para la Paz y los Derechos Humanos, na sede do CEAAL- Conselho de Educação de Adultos da América Latina, em El Canelo de Nós, no Chile, com a presença de participantes de doze países latino-americanos. Neste curso, Margarida foi convidada a desenvolver, no Brasil, uma rede de entidades voltadas para a educação em direitos humanos.

Também em agosto, os então funcionários da Comissão, Fábio Cypriano e eu fomos bolsistas do VI Curso Interdisciplinar em Direitos Humanos, do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, curso no qual Belisário dos Santos Jr. e Dalmo Dallari deram aulas. Em anos anteriores, outros membros da Comissão, como Margarida Genevois, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Theodomiro Dias Netto também tinham sido alunos do curso na Costa Rica.

“Fui duas vezes” – lembra-se Margarida – “Leticia coordenava o curso. Depois ela se indispondo porque o Instituto era muito conservador. Lembro o escândalo deles quando fiz uma intervenção. Eu dizia, é preciso uma intervenção, nós viemos de uma ditadura, os direitos não são reconhecidos. Temos que entrar na prática. Eles não mexiam com política”.^{xxii}

.....

O curso aconteceu de 16 a 26 de agosto de 1988, em São José da Costa Rica. Além de Fábio Cypriano e eu, havia outros brasileiros, Gisele Guimarães Cittadino, professora da PUC/RJ, Luís Donisete Benzi Grupioni, que tem feito importante trabalho junto aos povos indígenas, Antonio César Pimentel Caldeira, representando a OAB do Rio. Foi quando tive a verdadeira dimensão do significado de Dom Paulo para a América Latina. Se não me falha a memória eram 150 participantes de 27 países.

Mas era impressionante e comovedora a deferência de todos para conosco, Fábio e eu, porque éramos os homens que trabalhavam com Dom Paulo Evaristo Arns. Ficamos muito próximos de Graciela de Fernandez Meijide, que posteriormente veio a ser deputada, de Graciela Rosa Salas e de Hilda Graciela Sierra de Colombo, mães da Praça de Maio. Victor Hugo Jijón Arguello desenvolvia um efetivo trabalho pelo rádio de educação em direitos humanos, em Quito, Equador.

Visitamos o Centro Ecumênico de Informação da Costa Rica, onde conhecemos o teólogo Pablo Richard. Queríamos seguir para Cuba, inclusive porque eu tinha umas correspondências de frei Betto, que não poderia ir lá naqueles meses, para entregar. Não me facilitaram nada, recusaram vistos, queriam que eu voltasse para o Brasil. Telefonei para o Dr. Carneado, então Ministro do Culto, em Havana. O telefonema custou quase tudo o que eu tinha, muitas e muitas vezes mais o que me custaram uns telefonemas para São Paulo e entendi o que é o bloqueio, especialmente o econômico.

Mas o Dr. Carneado resolveu a questão. Como ele disse ao telefone, horas depois um professor universitário me procurou no hotel e levou meu passaporte, documentos e passagens. Fiquei ansioso até que ele os devolveu e pudemos chegar a Havana passando pelo México. Em Cuba, cordialmente recebidos pelo Dr. Carneado, contatamos a

Conferência Episcopal, conhecemos o Seminário de Havana, hospedamo-nos, depois de cinco dias em um hotel, no convento dos dominicanos e visitamos, além de diversos locais turísticos, a Casa das Américas e o Departamento Americano da Universidade de Havana.

Em Havana, pude constatar o trabalho de frei Betto a favor da distensão nas relações entre a Igreja e o Estado. Quando o Papa visitou Cuba, escrevi uma carta aberta a frei Betto no jornal O São Paulo, na certeza de que a visita papal foi o coroamento do seu trabalho.

.....

Em 27 de agosto de 1988, a Comissão dera início, com o apoio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, ao Primeiro Curso de Formação de Monitores para Educação em Direitos Humanos, que realizou-se, na Fundação para o Desenvolvimento da Educação, sempre aos sábados, até 8 de outubro de 1988, para um público de 110 professores e diretores da rede pública estadual^{xxii}. Deste curso, a aluna Arminda Regina de Araújo Pinto, professora da rede estadual no município de Mogi das Cruzes, solicitou que o projeto chegasse até a sua delegacia de ensino.

O segundo Curso de Formação de Monitores, com o apoio da Profa. Carmen Silvia Araújo, destinou-se aos professores da 19ª Delegacia da Rede Estadual de Ensino, em Campo Limpo, São Paulo, no período de 6 de maio a 17 de junho de 1989, também com 30 horas aulas, aos sábados, na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Luiz Gonzaga Pinto e Silva, com 50 professores - alunos^{xxiii}.

A Comissão apoiou o curso Educar para os Direitos Humanos, que a profa. Arminda Regina de Araújo Pinto coordenou na Divisão Regional de Ensino 5 Leste, que compreende as delegacias de ensino das vizinhas cidades de Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e Suzano, em novembro de 1989, dirigido para 35 alunos profissionais da área de educação e utilizando apostilas elaboradas pela Comissão. Naquela região o Projeto já chegara à sala de aula, com resultados promissores em quatro escolas - piloto e para 1990 pretendiam estendê-lo para dez escolas. Os relatos de experiência foram satisfatórios : melhoria nas relações humanas dentro e fora da escola, integração da comunidade, movimento dos pais tinha conseguido levar uma linha de ônibus até a porta de uma das escolas, melhor aproveitamento escolar dos alunos^{xxiii}.

Em conjunto com o Departamento de Teoria Geral de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representado pela profa. Sylvia Pimentel, a Comissão efetuou o III Ciclo de Palestras sobre Direitos Humanos e, no campus da rua Monte Alegre, de 5 de outubro a 30 de novembro de 1989.^{xxii}

Estes ciclos de palestras deram origem aos dois volumes intitulados “Direitos Humanos e...”, que a Ed. Brasiliense e a Comissão publicaram em 1989 e 1992, respectivamente, o primeiro com prefácio do Cardeal Arns.^{xxii} Os cursos de formação de monitores gravados em vídeo, deram origem a oito vídeos editados pela jornalista Marisa Marega e que tiveram alguma repercussão quando exibidos em escolas públicas.^{xxii}

.....

De 19 a 23 de março de 1990, a Comissão ofereceu um Curso de Educação em Direitos Humanos para integrantes das diversas Comissões Justiça e Paz do Brasil, no

Instituto Salesiano Pio XI.^{xxii} Entre outras aulas, a professora Arminda Regina de Araújo Pinto, de Mogi das Cruzes, apresentou as esculturas efetuadas por alunos da sua região, tendo como tema os direitos humanos.

A estas alturas a Comissão já tinha bem claro um corpus, alguns princípios e características do Projeto Educação em Direitos Humanos, entre os quais;

a) os direitos humanos não se aprendem de memória, vivem-se, praticam-se ou, ao contrário, morrem e desaparecem da consciência da humanidade;

b) a educação em direitos humanos, mais do que conteúdos, deve ser uma postura do ser no mundo;

c) os direitos humanos não constituem uma disciplina porque são princípios que embasam ou deveriam embasar as diversas áreas do conhecimento do homem e do mundo;

d) a educação em direitos humanos se dá em diversos níveis, em especial :

- no conhecimento e discussão dos textos fundamentais dos direitos humanos

- na reflexão sobre a história recente do respeito ou desrespeito aos direitos humanos;

- em uma metodologia baseada na construção coletiva do conhecimento, através do diálogo entre o saber instituído, de um lado, e o saber informal, de outro.

- a educação em direitos humanos se dá através das seguintes etapas, que podem ser simultâneas ou não: sensibilização; problematização; construção coletiva da interdisciplinaridade; acompanhamento sistemático do processo em desenvolvimento nas escolas; e, formação permanente de professores.

.....

“O Instituto Interamericano teve a participação de membros da Comissão Justiça e Paz em seus programas na Costa Rica. Os estudos que se faziam no Instituto contribuíram para o desenvolvimento deste projeto interdisciplinar em educação em direitos humanos, com a característica específica, própria, na formação do que chamávamos de antenas repetidoras. Já que não tínhamos acesso à televisão e ao jornalismo radiofônico de maneira conscientizadora, outra frente era trabalhar junto com os professores em todas as áreas de conhecimento, para formá-los na questão de direitos humanos. Você participou disto, na Prefeitura de São Paulo, quando a prefeita era a Luiza Erundina e Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella, respectivamente, Secretários da Educação, formando professores na rede pública.

“Fiz várias viagens ao exterior pela Comissão. Participei, com Margarida e Márcia Jaime do Congresso Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1993. Meio disperso, contribui em algumas coisas, mas nada para o trabalho específico, pois as realidades são tão diferentes no mundo. As contribuições deste congresso se deram mais a nível pessoal.

“A partir do momento em que o Projeto Educação passou a se implementar, houve a promulgação da Constituição Federal de 88. Esta promulgação foi precedida de um trabalho muito forte por parte da Comissão Justiça e Paz. Aquele ciclo de palestras sobre Direitos Humanos e...foi uma preparação que acabou culminando com uma participação muito consistente, por parte da Comissão, no Plenário Pró-Participação na Constituinte, que teve lugar na Faculdade do largo de São Francisco, liderado por Francisco (Chico) Whitaker, que fez um magnífico trabalho, e que pôde resgatar a Constituição que o Fábio Konder Comparato havia escrito para o PT.

“Dali resgatamos vários institutos que foram contemplados na Constituição de 88, os artºs 5º e o 7º, que contemplam os Direitos Humanos da primeira geração e os da segunda geração, os direitos econômicos e sociais. Eles **advêm** de um trabalho de participação popular muito efetivo pois várias entidades integravam o Plenário Pró-Participação. A Comissão teve um papel muito significativo neste momento, especialmente com o trabalho pessoal do Chico Whitaker, o animador deste trabalho todo.

“Este trabalho harmônico, de equipe, voltado para a educação de uma maneira conscientizadora, propiciou uma série de iniciativas, dentre as quais a do Plenário, que acabaram frutificando na própria Constituição Federal. E que acabaram por frutificar ainda hoje. Hoje temos a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, cujo embrião está nos nossos trabalhos dos anos 80, quando se pode discutir de uma maneira consistente não só a primeira geração mas sobretudo a segunda , os direitos sociais, concretos”, avalia Marco Antonio.^{xxii}.

.....

Eleita prefeita da cidade de São Paulo, Luíza Erundina convidou Paulo Freire para assumir a pasta da Educação. Um compromisso de cooperação mútua foi estabelecido entre a Secretaria e a Comissão, posteriormente formalizado em um Termo de Cooperação Técnica firmado em 5 de julho de 1990, visando a concretização do processo de reorientação das escolas e de formação permanente do pessoal da rede municipal de ensino.

Além dos contatos pessoais com Paulo Freire, diversas reuniões, a nível institucional, se deram a partir de janeiro de 1989, com a participação de Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Margarida Genevois, Antonio Carlos Malheiros, Alfredo e Ecléa Bosi, Márcia Jaime, eu e outros, a maior parte das reuniões, no primeiro momento, pela Secretaria da Educação, com Ana Maria Saul, que substituiu Cecília Guaraná na Diretoria do Departamento de Orientação Técnica – DOT, um departamento recriado para coordenar a parte pedagógica, substituindo o anterior DEPLAN - Departamento de Planejamento, que tinha como objetivo a normatização pedagógica.

DOT- Departamento de Orientação Técnica foi dividido em três divisões. Maria Inês Villas Boas Estima era a diretora da Divisão de Educação de Adultos, coordenando a construção de projetos próprios das escolas de ensino noturno (o que incluía o pessoal da Ação Educativa e o MOVA, este coordenado pelo casal Vera e José Carlos Barreto e mais ligado ao Gabinete do Secretário). Zoraide Inês Faustinoma era a diretora da Divisão de Educação Infantil, divisão que também efetuaría a reorientação curricular da educação infantil. Finalmente, a Divisão de Ensino de 1º e 2º Graus – DOT.1º e 2º graus, teve como diretora Meire Venci Chieffi, que acabou por centralizar, com alguns assistentes, entre os quais Edson Gabriel Garcia, assistente de Ana Maria Saul, o Grupo de Reorientação Curricular.

Como a Secretaria desse preferência a que uma mesma pessoa pudesse acompanhar todo o processo, a Comissão houve por bem designar a mim, com maior disponibilidade temporal e com afinidade com os trabalhos em curso, que passei a representá-la na maior parte das atividades. Eu chegara a Comissão por indicação de frei Betto, quando constatou meu interesse pela questão dos Direitos Humanos. Mestre em Letras pela USP, lecionava há nove anos nas Faculdades Metropolitanas Unidas-FMU, da qual me demiti para dedicar-

me ao Projeto. Paralelamente, exercia, desde 1966, por concurso público, a função de tesoureiro municipal da prefeitura paulistana. Entendimentos entre as duas Secretarias, garantiam a minha presença em dias inteiros na Secretaria de Educação.

Com o tempo, formando-se os grupos de trabalho, passei a integrá-los, especialmente o Grupo de Reorientação Curricular pela via da Interdisciplinaridade e o Grupo de Assessoria Universitária, além de eventual presença no Grupo de Coordenação dos Núcleos de Ação Educativa – Naes, num trabalho e construção coletivos, esperando o momento oportuno para os cursos específicos a serem oferecidos pela Comissão, os quais só tiveram início a partir de agosto de 1990. Estes grupos de trabalho reuniam-se, cada um, no mínimo quinzenalmente.

Inicialmente resistentes, foi emocionante testemunhar a adesão dos professores ao projeto de Paulo Freire, em reuniões e atividades que avançavam além do expediente, quando não pelos fins de semana. Como o trabalho fosse eminentemente coletivo, a Comissão acabou por participar de inúmeras outras atividades na Secretaria Municipal da Educação.

Num balanço final^{xxii}, a contribuição concreta da Comissão deu-se no Projeto de Reorientação Curricular e na Formação Permanente de Professores. O que não quer dizer que não tenha participado de alguns dos outros Projetos em andamento na Secretaria, tais como : trabalho específico com a 5ª série, para eliminar a retenção do aluno, o gargalo que o impedia de progredir, colaborando, muitas vezes, para a sua exclusão da escola (Paulo Freire negava-se a falar em evasão escolar, utilizava os termos exclusão, expulsão e outros); o trabalho com as salas de leitura; o trabalho com os portadores de deficiências especiais^{xxii}; o grupo de formação de coordenadores pedagógicos e diretores de escolas; além do projeto de educação ambiental.

A Secretaria estava comprometida com a construção de uma educação pública popular que tivesse como marca principal a educação como prática da liberdade. Desejava-se uma escola caracterizada como séria, na apropriação e recriação de conhecimentos, e, ao mesmo tempo, alegre, estimuladora da curiosidade e da solidariedade. Uma escola aberta, para que o povo participasse da aquisição e reconstrução crítica de um saber que leve em conta as suas necessidades e que seja instrumento de emancipação. **Uma** escola que fosse um centro irradiador da cultura popular, não para consumi-la, mas para recriá-la. Esta escola exigia repensar o currículo. A nova proposta curricular não se imporia autoritariamente, respeitou o trabalho digno, mesmo divergente dela; se construiria gradativamente, a partir de experiências criticamente avaliadas em escolas - piloto e, majoritariamente, por atuação voluntária de setores da rede escolar. Repetindo, a linha da Secretaria era estimular as escolas a fazerem projetos próprios, apresentando, para as que aderissem ou não ao Projeto de Paulo Freire, alguns critérios a serem respeitados uma vez que levavam em conta a aprendizagem e a permanência do aluno na escola.

Os eixos básicos da reorientação curricular foram : a) a construção coletiva; b) o respeito ao princípio de autonomia da escola; c) a valorização da unidade teoria - prática que se traduz na ação – reflexão - ação sobre experiências curriculares; e, d) a capacitação permanente dos profissionais de ensino, que deve partir, necessariamente, de uma análise crítica do currículo em ação.

Foi para este trabalho que a Secretaria criou o Grupo de Reorientação Curricular pela via da Interdisciplinaridade. Para subsidiá-lo, o Grupo de Assessoria Universitária, composto por professores universitários, um ou mais representantes de cada disciplina, da USP, UNICAMP, UNESP e PUC/SP. Além das disciplinas, os representantes dos três grupos que constituíam matéria de formação humana, mais do que disciplinas, por subsidiarem os princípios

norteadores das diferentes áreas do conhecimento : ética (grupo de professores da PUC/SP liderados por Terezinha Azerêdo Rios), sexologia (grupo da psicóloga Martha Suplicy) e direitos humanos (Comissão Justiça e Paz de São Paulo).

Nos dias 8 de junho, 3 de agosto e 19 de setembro de 1989, expus o Projeto Educação em Direitos Humanos para os professores da rede, naquilo que tinha de específico, pois era bem claro, para mim, que todo o trabalho e as idéias de Paulo Freire têm os direitos humanos, ou melhor ainda, a dignidade da pessoa humana, como seu eixo e objetivo. Para as ações concretas e pontuais da Educação em Direitos Humanos a Comissão tinha como interlocutora, pela Secretaria, a Profa. Maria Isabel Bacci, também responsável pela área da geografia, sem prejuízo de diálogo com as demais pessoas até agora mencionadas.

O caminho da reorientação curricular foi o seguinte : 1) problematização do currículo, envolvendo sua descrição, crítica e expressão das expectativas; 2) organização dos produtos obtidos no primeiro momento, sistematizados através do cotejamento crítico das áreas do conhecimento com as análises resultantes do primeiro momento do processo; e, 3) retorno, para as escolas, das propostas de trabalho geradas nos momentos anteriores.

Para o primeiro semestre de 1990, a nova proposta curricular foi implementada em dez escolas - piloto. Para o segundo semestre, cem. Até o final da gestão, pretendia-se implantá-la em toda a rede, mas quatro anos revelaram-se insuficientes. A Secretaria Municipal de Educação compreendia, à época, cerca de 650 estabelecimentos de ensino, com uma média de 1.000 alunos por escola, num total aproximado de 650.000 alunos.

.....

Uma vez sugeri a Paulo Freire um concurso, talvez de redações, não me lembro mais, sobre Direitos Humanos. Ele reagiu imediatamente: “Você que é o educador para a paz e vem me dizer isto? Temos que estimular a solidariedade e não a competitividade. Enquanto eu for Secretário, não teremos concursos, não teremos vencedores ou vencidos”.

.....

Graças à insistência e aos esforços de Margarida Genevois, a editora Vozes, finalmente publicou, em 1990, a tradução do livro de Luiz Perez Aguirre e Juan José Mosca, “Direitos Humanos : pautas para uma educação libertadora”^{xxii}, livro fundamental para o Projeto, que Paulo Freire fez comprar para cada escola municipal. A Comissão cedeu cópias de todos os vídeos produzidos por Mariza Marega, além dos filmes “Em Nome da Segurança Nacional”^{xxii}, “São Paulo : Trabalhar e Viver”^{xxii}, e “Humilhação e Dor”^{xxii}, bem como cópias de suas apostilas, para a Secretaria.

Além destas, duas contribuições da Comissão, naquele momento, foram significativas. Discutia-se os critérios de avaliação do aluno. A Comissão apresentou um artigo sobre o assunto, de autoria de Celso S. Vasconcellos, que se tornou uma unanimidade entre os professores e ajudou a estabelecer os critérios de avaliação.^{xxii} Assim, a avaliação deveria ser do aluno em si mesmo, em diferentes etapas de seu aprendizado, e

não comparativamente com outros alunos, como usual, uma vez que alunos diferentes têm condições de vida e de estudo diferentes.

A segunda teve a ver com a irritação de alguns professores, especialmente os das salas de leitura, com a compra de livros de João Guimarães Rosa para a rede, por muitos considerado um autor hermético e difícil. O texto de Antonio Candido, “Direitos Humanos e Literatura”^{xxii}, resolveu a questão, por afirmar que *“a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se de ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”*.

.....

Para o ano de 1990, as quatro grandes prioridades da Secretaria Municipal de Educação foram : 1) democratização da gestão, isto é, fortalecimento dos colegiados enquanto fóruns de decisão (os colegiados foram constituídos por representantes de múltiplos segmentos da comunidade escolar e extra-escolar, organizados em diferentes instâncias na administração pública municipal para participar da elaboração da política educacional da cidade de São Paulo); 2) democratização do acesso à pré-escola e ao ensino fundamental, oferecendo-o ao maior número possível de crianças, jovens e adultos trabalhadores; 3) nova qualidade de ensino, a ser obtida através do Movimento de Reorientação Curricular e da Formação Permanente do Pessoal do Ensino (esta melhoria implicava não só na valorização dos trabalhadores da área de educação, em todos os níveis e também nas suas condições de trabalho, visando uma maior permanência dos alunos na escola, com conseqüente redução dos índices de expulsão e repetência);, e, 4) assegurar aos adultos o direito de alfabetização e pós - alfabetização, através do Ensino Supletivo e do Movimento de Educação de Jovens e Adultos - MOVA - SP.

O longo e árduo processo de escolha dos temas - geradores das atividades de cada escola revelaram a problemática dos direitos humanos. Os temas-geradores obtidos referiram-se à moradia, saúde, trabalho, transporte e outros, enfim, revelaram a carência dos direitos sociais por parte da população freqüentadora das escolas públicas.

A adesão ao Projeto Educação em Direitos Humanos nas escolas municipais se deu das formas as mais variadas, especialmente a partir dos temas - geradores. Em algumas escolas, houve o apoio da direção (situação ideal); em outras, grupo de professores; noutras, reivindicação dos alunos ou de seus pais ou, ainda, das comunidades em torno. Numa projeção, para um público de professores que parecia pouco simpático à idéia, do filme “Em nome da segurança nacional”, quando a professora Laura Petit exprimiu sua emoção por ver, na tela, imagens de sua irmã, Maria Lúcia Petit, desaparecida política, o público deixou de lado seus preconceitos e solidarizou-se com a colega.

Não foi diferente em uma reunião com o MOVA, na EMPG Derville Alegretti, Vera e José Carlos Barreto presentes, que, quando alguém simplesmente colocou em dúvida que

um passado recente tão tenebroso pudesse ter ocorrido no Brasil, uma bela e jovem mulher, uma professora, colocou seus dentes sobre a mesa, uma vez que os naturais os tinha perdido, todos, nas sessões de tortura a que fora submetida quando presa política

Em 11 de agosto de 1990, a Comissão deu início ao primeiro dos doze cursos que ofereceu a Secretaria Municipal de Educação como parte do Projeto. Por desejo de Margarida Genevois, todos os cursos teriam, como de praxe, sete aulas. Não foi possível, por critérios da própria Secretaria. Alguns cursos tiveram sete aulas, outros cinco, outros três, por impossibilidade de estar tirando os professores de sala de aula, uma vez que estavam envolvidos em outros dos projetos já mencionados, além da reorientação curricular da própria disciplina que lecionavam. Os cursos atingiram a todas as escolas por representação, isto é, pelo menos um professor da cada escola municipal teve acesso ao curso, o qual, somado a outras atividades e formas de divulgação da educação em direitos humanos, possibilitava-lhe levar o Projeto à sua escola ou, no mínimo, à sua sala de aula. Os cursos, independentemente de sua carga horária, obedeceram todos a uma mesma estrutura : a primeira aula versava sobre o que são direitos humanos, sua definição, tipologia etc (geralmente ministrada pelos incansáveis Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato ou Maria Victória Benevides); a segunda aula e as demais anteriores à última abordavam problemas brasileiros à luz dos direitos humanos (a mais solicitada, por necessidade de informação dos professores, era a aula sobre Dívida Externa, normalmente ministrada por Paulo Schilling; diversos companheiros da Comissão deram aulas sobre seus saberes específicos, tais como Milton Santos – “Direitos Humanos e espaço da cidadania” ou Antonio Carlos Cesarino – “Direitos Humanos e Saúde Mental”, ou, ainda, “Direitos Humanos e Acidentes do Trabalho”, por Antonio Funari Filho e tantos outros. A última aula tinha como assunto a educação em direitos humanos propriamente dita e era dada por mim, coordenador dos cursos juntamente com Maria Isabel Bacci ^{xxii}, pela Secretaria Municipal de Educação.

.....

É com gratidão e saudade que lembro destas atividades que tanto me realizaram, das pessoas com as quais convivemos naquele período. O acúmulo de conhecimento de todos, muitas vezes transmitidos não só nas aulas mas nos percursos ou reuniões que partilhávamos.

A total dedicação e presença de Marco Antonio no Projeto; o entusiasmo de Maria Victória Benevides; Dalmo e eu, ilhados numa enchente na periferia, numa longa conversa dentro do carro, esperando os efeitos da chuva passarem; a extrema gentileza afetiva de Milton Santos; a assertividade de Ligia Chiappini; a meiguice de Nídia Pontuschka, a ternura de Margarida Genevois; o empenho de Marta Pernambuco; a tranquilidade de Marco Antonio Martinelli; a competência de Edson Gabriel Garcia; a alegria de Paulo Freire; a humildade de André Franco Montoro; a simplicidade da erudição de Carlos Franchi; Fábio Comparato, normalmente sizudo, tocando o prelúdio nº 20, de Chopin, para deleite dos professores-alunos que, como ele, chegaram adiantados à escola municipal; Marilena Chauí recordando nossos tempos no colégio estadual Presidente Roosevelt, no bairro da Liberdade; a presença de Cesarino, meu amigo desde a adolescência; a perplexidade de Helenice com um microfone que recusava-se a ficar sobre o pedestal; a gargalhada plena de vitalidade de Meire Venci Chieffi; Flávio Di Giorgi

declamando Pranto por Ignacio Sánchez Mejías, de Lorca, enquanto esperávamos sermos atendidos pelo professor Gofredo, no escritório dele, *a las cinco de la tarde*.

.....

Além de aulas, palestras e participação em mesas-redondas em outros eventos na Secretaria Municipal da Educação, a Comissão ofereceu, pela Secretaria, um curso de Educação em Direitos Humanos para o público em geral, nos dias 4 e 5 de setembro de 1991, na VI Conferência Brasileira de Educação – CBE, que teve lugar no campus da USP. Teve, ainda, participação ativa no I Congresso Municipal de Educação, em 1991, inclusive com a mesa-redonda sobre “Preconceito e Discriminação”, bem como no II Congresso, em 1992, com a mesa-redonda sobre “Direitos Humanos – Uma questão curricular”.

Em 1991, a Secretaria publicou o caderno “Tema Gerador e a Construção do Programa”, elaborado coletivamente pela equipe da Reorientação Curricular pela via da Interdisciplinaridade, tendo, portanto, a Comissão entre seus autores.^{xxii} No mesmo ano, a Comissão participou da elaboração de um capítulo “A Comissão Justiça e Paz de São Paulo trabalhando com Paulo Freire (Flashes)”, além da tradução do livro *Experiências*, do Instituto Interamericano.^{xxiii}

Mas dos melhores documentos sobre o trabalho realizado é o livro “Ousadia no diálogo – Interdisciplinaridade na escola pública”, com diversos autores, da Secretaria Municipal da Educação, da Assessoria Universitária, organizado por Nidia Nacib Pontuschka, num trabalho coletivo e demorado, isto é, embora cada autor fosse responsável pelo seu capítulo, todos os textos eram lidos por todos, discutidos, reformulados, quando julgado necessário, e, finalmente, aprovados.

Dedicado a Paulo Freire, “*é o relato de uma parceria entre educadores da rede pública municipal de São Paulo, professores universitários e intelectuais, em busca de uma nova qualidade de educação na escola de 1º grau*.”

“A interdisciplinaridade possível na escola de hoje: a problematização do conhecimento dos educandos, educadores e ‘comunidade’ escolar; a relação dos conteúdos significativos e a realidade local, mediados pelo tema gerador; a mudança da postura dos educadores diante da aprendizagem, da avaliação, do papel da escola; os caminhos de uma prática dialógica; a parceria da universidade; as mudanças administrativas acompanhando, preparando, prevendo e possibilitando a implantação de projetos autônomos nas escolas são questões discutidas neste livro escrito por muitas mãos, sob o calor da emoção, o fogo da disputa eleitoral e perspectivas de continuidade, com estilos diferentes, mas com visões e saberes interdisciplinares.

“Destinado a professores, alunos, pais e estudiosos das coisas da educação pública brasileira, atesta que o sonho é possível, quando se tem vontade política”^{xxiv}.

Os resultados dos trabalhos na Prefeitura eram animadores. As relações humanas, nas escolas, transformavam-se. Todos eram considerados educadores e educandos. A noção de igualdade começou a ser construída na medida em que os professores deram-se conta de que deveriam mudar sua forma de tratamento do pessoal operacional. Havia guardas que abriam os portões para que os carros dos professores entrassem. Havia as mulheres que serviam café ou cuidavam da limpeza do recinto escolar. Os professores não lhes sabiam os nomes, não os cumprimentavam, mantinham relações

impessoais e autoritárias com os demais trabalhadores da educação. Isto começou a mudar.

À guisa de recordação e testemunho, vale a pena evocar alguns casos concretos dos resultados da educação em direitos humanos e da reorientação curricular pela via da interdisciplinaridade. Por exemplo :

1º) A escola municipal Professor Felício Pagliuso (região oeste da capital), com três mil alunos, a partir do estudo da realidade, estabeleceu como temas a segurança, violência e moradia. Ainda no estudo da realidade, os alunos levantaram padrões de comportamento em relação à escola, ao colega, ao professor e à família. Efetuaram uma auto – avaliação, surgiu o diálogo, buscaram o consenso. Organizaram mutirões espontâneos e limparam a escola, apagando os grafites, feitos por eles mesmos, das paredes. Houve profundas mudanças de postura, das relações pessoais e do aproveitamento escolar.

2º) Na escola municipal Otávio Pereira Lopes (região norte da cidade), um grupo de ex-alunos efetuou um diagnóstico profundo da escola e elegeu como tema o lazer, pois a escola era triste. Envolvendo inclusive os pais de alunos, os professores do período noturno trabalharam com o direito ao trabalho, com os direitos aos frutos do trabalho e em como melhorar a produção. Cinquenta por cento da comunidade aderiu à proposta de Educação em Direitos Humanos e o curso noturno, bastante problemático, resolveu pelo menos noventa por cento de suas questões.

3º) A escola municipal Álvares de Azevedo (região leste da capital paulista) trabalhou preconceito e discriminação, envolvendo a totalidade do corpo docente, não só os envolvidos no Movimento de Reorientação Curricular, mas também os que trabalhavam com o Mova (Movimento de Alfabetização e Pós – Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo) e Ensino Supletivo de Educação de Adultos (EDA).

O projeto Educação em Direitos Humanos foi incluído no planejamento do início do ano. Através do estudo do bairro inseriu-se a Educação em Direitos Humanos em todas as disciplinas. Em simples caminhadas pelos bairros, os alunos entravam em contato com a realidade do apartheid social brasileiro. Começavam pelas partes mais altas, as melhores casas, continuavam pelas descidas, casas de porte médio, até chegarem aos vales, às beiras dos córregos, às favelas. Certa feita, quando visitavam uma favela, foram acompanhados por um helicóptero da polícia que, no encalço de um fugitivo, temeu que estivessem escondendo o procurado.

A escola, em bairro próximo ao centro industrial do ABC fez história, na medida em que visitou indústrias. Havendo alguns alunos filhos de operários, questionavam desde a SIPA até as instalações e condições de trabalho das instituições que visitavam. O espírito crítico desenvolvia-se. As escolas eram convidadas a não voltar. Os alunos da 2ª série (com a idade média de oito anos) elaboraram, inclusive, os direitos da galinha (à ração, a botar ovos etc).

4º) A escola Cacilda Becker (região centro), através de trabalhos na sala de leitura, efetuou o estudo da realidade, a organização e a aplicação do conhecimento, tendo como temas família – adoção – tóxicos, através do Estatuto da Criança e do Adolescente e de certidões de nascimentos, fotos e outros documentos dos mais velhos habitantes do bairro.

Escolas freqüentemente depredadas pela vizinhança, não ostentavam sequer um vidro quebrado, pois o envolvimento com as comunidades dos bairros, a abertura das escolas nos fins-de-semana, para jogos e outras atividades lúdicas ou comunitárias, tornaram a população

consciente de que a escola pública é sua e não do Estado (entidade abstrata). Em todas as escolas constatou-se profundas modificações de comportamento e melhoria no aproveitamento escolar, com conseqüente diminuição da repetência e da evasão. Houve diversos cursos de direitos humanos organizados pelos próprios professores – multiplicadores.

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo sentia-se altamente gratificada e estimulada a dar continuidade a seus trabalhos, na medida em que a participação e o otimismo superavam as expectativas. Todos juntos, com professores, pais, alunos, a comunidade em geral – na medida em que na educação em direitos humanos não há educadores nem educandos, todos se educam no diálogo, na comunhão – resgatamos nossos ideais e sonhos de juventude e humanizamo-nos ao resgatar, especialmente, a ética.

.....

Uma pesquisa objetiva não corroborou o otimismo do parágrafo anterior. Em outubro de 1992, a socióloga Mara Nogueira Kotscho apresentou um relatório final da avaliação dos cursos sobre direitos humanos. Na Apresentação do relatório pode-se ler que *“apresenta os resultados da última etapa de um programa de pesquisas iniciado pelo IBOPE para a Comissão...O processo previa 4 etapas de levantamento de dados junto ao público alvo, das quais foram realizadas, à época, 3. Com o advento do Plano Collor, a verba destinada a realização dos estudos foi bloqueada, impedindo que o cronograma fosse cumprido.*

“Com a liberação da verba, a Comissão solicitou ao IBOPE a continuidade do processo. No entanto, dada a defasagem de valores entre o restante disponível e os preços atuais de trabalhos desta natureza, não foi mais possível cumprir-se o projeto inicial, tal como havia sido concebido. Em função deste problema e em comum acordo, as partes envolvidas decidiram optar por uma alteração na rota inicial, procurando otimizar – dentro das possibilidades – a verba disponível. A responsabilidade do estudo foi repassada, pelo IBOPE, à socióloga Mara Kotscho, que havia também participado das outras etapas do estudo.”

Esta pesquisa teve como objetivos aferir a postura e comportamento dos professores com relação aos direitos humanos; avaliar o trabalho desenvolvido a partir da realização dos cursos e as perspectivas para o futuro. A metodologia e técnicas adotadas foram a qualitativa e discussões em grupo, através de uma amostra de quatro grupos, dois grupos com professores e dois com diretores e coordenadores, todos participantes dos cursos promovidos pela Comissão.

Nos resultados principais e nas conclusões observa-se que professores e diretores chamaram a atenção para a inexistência de direitos sociais no Brasil, *“em função – sobretudo – da política econômica adotada pelo governo que aliada à falta de conscientização dos cidadãos (incluindo-se aí a deturpação do conceito de direitos humanos para a “defesa dos direitos do bandido”), acaba por superdimensionar o problema.*

Como solução e independentemente da política – econômica do governo apontaram um trabalho de base, através da educação, visando a conscientização dos cidadãos, e conseqüente luta por seus direitos através do exercício da pressão política. Manifestaram descrédito com relação às Instituições (Governo, Justiça, Imprensa e Igreja), considerando-as omissas, panfletárias e com atuação restrita.

Por outro lado, na então administração, se havia mais liberdade para o trabalho, com espaço para novas propostas etc; *“há, por outro lado, um forte conservadorismo interno, resistente a mudanças, que insiste numa linha pedagógica autoritária que – se não incentiva – facilita o desrespeito ao aluno e a discriminação....há uma percepção de ganho com a ‘abertura’ que – no entanto – ainda não está suficientemente sedimentada a ponto de não se temer um sério retrocesso em caso de mudança de administração”*.

Como motivações para terem feito o curso, os professores e diretores apontaram o desconhecimento do tema e a busca de informações e de subsídios para trabalhar melhor a questão da conscientização.

Como aspectos positivos dos cursos, referiram-se ao nível e peso dos palestrantes, ao esclarecimento de aspectos específicos, a organização e estrutura, o fato de ser uma proposta voltada para o diálogo, além do projeto de atuação.

“As críticas remetem, sobretudo, à falta de continuidade, sistematização do curso e, na mesma linha, à falta de suporte permanente para quem queira atuar como elemento multiplicador da proposta”. Apontaram também certa superficialidade nos cursos, curtos e rápidos e, outros, a idéia de que os cursos foram muito teóricos, distantes da realidade de cada um.

Mas o mais importante e positivo, a meu ver, é que a maior parte dos freqüentadores do curso afirma que *“sofreu transformações profundas, tanto a nível pessoal quanto profissional”*.

Entre as mudanças mais profundas, mencionaram a superação de preconceitos e uma maior conscientização pessoal, um maior respeito às pessoas em geral, atuação como elemento multiplicador informal do processo de conscientização das pessoas em geral, promovendo um maior envolvimento da unidade escolar com as comunidades locais e seus problemas. Em termos profissionais perceberam que alcançaram *“um maior respeito pelo aluno”*, tornando-se *“menos autoritários em sala de aula”*.

Muitos ressentiam-se das dificuldades encontradas frente à resistência dos que não freqüentaram os cursos, fossem professores, diretores ou funcionários.

Como sugestões para aprimoramento, surgiram idéias como :

- “realização de novos módulos, especialmente um com enfoque específico sobre crianças e adolescentes/Estatuto da Criança;*
- “fornecimento constante e sistemático de material de suporte ao desenvolvimento do trabalho nas escolas;*
- “trabalho de sensibilização de outras pessoas (da unidade escolar), principalmente as mais resistentes ao tema;*

-
- “realização de debates/palestras nas próprias escolas, abertas à comunidade;
 - “abertura de um espaço formal nas escolas para o debate sistemático do tema;
 - “trabalho de sensibilização/envolvimento das comunidades/sociedade;
 - “reposicionamento do conceito, a nível de imagem, no sentido de que a idéia de defesa dos Direitos Humanos não gere associação imediata e exclusiva com a idéia de ‘defesa dos direitos dos bandidos’, ampliando a abrangência do conceito.”

Em suas conclusões finais, diz o relatório que “a pesquisa demonstrou claramente a necessidade de uma ampla campanha de conscientização para o problema dos Direitos Humanos para se contrapor à deformação do conceito promovida por setores conservadores na mídia. Para isso, é necessário assegurar a continuidade da atuação da Comissão Justiça e Paz junto ao professorado que já se envolveu com o processo, sobretudo em caso de mudança na administração. Apesar dos avanços obtidos, ainda existem resistências em determinados segmentos da sociedade que confundem defesa dos Direitos Humanos com ‘defesa dos direitos dos bandidos’. Paralelamente ao trabalho junto aos professores, urge encontrar fórmulas de atuação nas comunidades, quer dizer, ‘levar as discussões da escola para dentro de casa’. Isso só será possível com a criação de elementos multiplicadores que possam fazer esta ponte entre a teoria e a prática”.^{xxii}

No fim de 1992, a certeza de que o Partido dos Trabalhadores continuaria na gestão da cidade levou a algumas atitudes de continuísmo e não a um balanço e síntese dos trabalhos, como muitos desejariam. Assim, embora a Secretaria de Educação tivesse publicado a síntese dos trabalhos de algumas disciplinas, acabou por não publicar a referente à Educação em Direitos Humanos. Perdidas as eleições, Mário Sérgio Cortella, que substituiria Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação, voltaria para o magistério na PUC. Gavetas foram esvaziadas às pressas e o Projeto foi abruptamente interrompido.

.....

Dallari : “Diria que vivemos uma época, essa época bem a partir da ditadura militar, uma época que mudou a história do Brasil e mudou, sobretudo, num aspecto fundamental, o chamado povo brasileiro era chamado até então um ajuntamento de indivíduos, nós não tínhamos o hábito da ação comunitária. O hábito da ação nasce a partir do começo da década de sessenta, e acho que foi uma das razões para o golpe militar de 1964, porque tradicionalmente os pobres não se organizavam.

“Havia uma ou outra pessoa que falava em favor dos pobres, mas uma ação organizada dos grupos marginalizados não era da nossa tradição e não são só os pobres, as mulheres. Nos anos sessenta os pobres já são uma ameaça. Há uma coincidência, em 1959 a revolução Cubana, 1960 já vem a teologia da libertação. Começa aí, Concílio Vaticano II, é um conjunto de fatores que vai influir no Brasil a mentalidade de ação comunitária que nós não tínhamos.

“A revolução Cubana gerou as ligas camponesas, inspiraram as comunidades eclesiais de base. As ligas camponesas diziam ‘isto é correção de injustiça’, estavam atraindo muita gente e Paulo Freire, de quem fui muito amigo, fomos colegas no

secretariado de Luiza Erundina, dizia isso: ‘se você quiser qualificar na minha pedagogia, diga que é a Pedagogia da Libertação’. Paulo Freire foi muito influenciado pela liga camponesa, ele criou a metodologia que as ligas camponesas usavam de educação muito além da alfabetização.

“Acho o Projeto de Educação em Direitos Humanos fundamental, porque um dos problemas graves que temos é a desinformação das pessoas e pessoas desinformadas acabam acreditando facilmente que direitos humanos é proteção ao bandido, o que mostra a mais absoluta ignorância do que seja direitos humanos, e mostra uma grande inocência, as pessoas não percebem que ser humano é o ser humano nu, inclusive o criminoso é um ser humano, todo ser humano tem uma dignidade essencial que precisa ser protegida”.

O mais marcante em Dalmo Dallari foi a sua total disponibilidade, arranjava sempre tempo para dar aulas nos cursos que organizávamos e o fazia com entusiasmo e carisma. Lembro-me de vê-lo, abatido, dar uma aula e depois seguir para Serra Negra onde ia sepultar um primo dos mais queridos.

“Acho isso fundamental, é aí um pouco na linha do padre Viera, preciso fazer mais do que discursos. Eu preciso estar junto e isso e isso tenho procurado fazer sempre. É um compromisso humanista e cristão no meu caso, porque minha formação é cristã. Temos que viver as nossas crenças. Falar e fazer discursos é muito pouco, isto também muitas vezes é necessário, mas é preciso que haja envolvimento pessoal, porque trabalhar com os direitos humanos não é com horas vagas. É um estilo de vida”.^{xxii}

.....

Luiz Perez Aguirre escreveu que falar dos direitos humanos não é uma questão de discurso teórico. Há que se superar a hipocrisia. Falar de direitos humanos é, antes de mais nada, um estilo de vida, uma maneira de ser perante o acinte, o mais devastador e humilhante, que é a situação de pobreza desumana em que vivem milhões na América Latina.

Há que se adotar o ponto de vista dos oprimidos, dos privados de trabalho e de comida, dos empobrecidos. Não é verdade que todos gozem dos mesmos direitos. Os pobres não têm o direito de ir e vir que outros têm, porque não têm dinheiro para as passagens.

A liberdade é mais importante para os que têm pão. Sem pão, a liberdade de consciência, de palavra, de associação, religião e outras, pode revelar-se existencialmente insignificante.

O desenvolvimento fundado na violação dos direitos humanos é perverso e desumanizante. A pessoa humana tem direito ao desenvolvimento. Tudo deve estar a serviço do ser humano.

A única resposta possível à situação dos empobrecidos é o compromisso pelos seus direitos. A luta por modificações sociais. Uma ação coletiva transformadora que entregue a história na mão dos despossuídos. Precisamos assumir de que lado estamos^{xxii}.

.....

Conhecendo o trabalho desenvolvido em São Paulo, Wagner Rocha D’Angelis, do Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos, solicitou o apoio da Comissão para

desenvolver o Projeto Educação em Direitos Humanos no Paraná. Margarida Genevois indicou a mim que, em maio de 1992, iniciei uma série de viagens àquela cidade onde, juntamente com João Ricardo Dornelles, Elza Maria Neffa Vieira de Castro (UERJ) e outros, desenvolvemos o projeto, sob os auspícios da Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná e coordenação da pedagoga Maria das Graças Espíndola Corrêa, da Coordenadoria dos Direitos da Cidadania – CODIC.

Em minhas palestras, assim como em outros lugares, sempre enfatizei, citando o padre José Comblin, que o problema não é apenas ser, é ser mais. Enfim, a educação em direitos humanos está voltada para a humanização, esta compreendida como a definiu Antonio Candido:

“Humanização é o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor”.^{xxii}

O cultivo do humor sempre me remeteu à entrevista dos setenta anos de Sartre, que ele encerra dizendo da necessidade do humor e às idéias de Norman Brown, além das dos teólogos da libertação. Vale ressaltar que a educação em direitos humanos se pretende e deve ser supra religiosa. Assim, toda a nossa argumentação era sempre a mais laica possível pois, como observou Dom Paulo, numa de suas despedidas da Arquidiocese, no Colégio São Luís, e Hans Küng, em seu livro *Projetos de Ética Mundial*^{xxii}, é nos direitos humanos que reside a esperança da humanidade, até porque a maior parte das guerras tem fundo religioso.

Um mote importante da educação em direitos humanos é o pensamento de Cornelius Castoriadis: *“a minha liberdade começa onde começa a do outro; a minha liberdade termina onde termina a do outro”*^{xxii}. Se a minha liberdade termina onde começa a do outro, então o inferno são os outros, como diria Sartre, alguém a ser eliminado para que a minha liberdade se amplie. Além de evocar o famoso poema de Brecht, de que *“então não dissemos nada”*, referido refrão instaura a noção de solidariedade, de pertença a humanidade como um todo.

Do grupo, coube-me trabalhar junto aos diretores, orientadores, supervisores de ensino e educadores em geral, a inserção dos direitos humanos através da reorientação curricular pela via da interdisciplinaridade, a partir de minha vivência na Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Em dezembro do mesmo ano, um encontro de relatos de experiências, em Curitiba, apresentou resultados análogos aos de São Paulo e Mogi das Cruzes, especialmente em cidades do interior.

O Projeto teve destaque na pauta do Congresso Latino - Americano de Direitos Humanos, realizado em Curitiba no período de 17 a 20 de outubro de 1993 e que contou com palestras, posteriormente publicadas^{xxii}, de diversos membros da Comissão, como Maria Victória de Mesquita Benevides, Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari, Ricardo Kotscho e eu.

Foi quando conheci e tornei-me amigo de Luiz Perez Aguirre, o educador uruguaio aplaudido em pé por sua fala sobre educação em direitos humanos, amizade que possibilitou a tradução de mais um livro seu no Brasil.^{xxii}

Deste Congresso resultou uma “Carta de Direitos Humanos do Paraná para a América Latina”^{xxii}, que afirmou, entre outras coisas que *“a garantia de que os direitos de todos sejam efetivamente respeitados pressupõe a conscientização, a co-responsabilidade e a defesa intransigente dos direitos fundamentais por parte de cada pessoa, sendo pois necessário a implementação de processos formais e informais de Educar para os Direitos Humanos, de forma sistemática, interdisciplinar e coerente com a realidade local”*.

Com a mudança no governo estadual, a partir de janeiro de 1994, o Projeto foi interrompido. Em junho de 1997, ainda fui a Curitiba, chamado pelas mesmas pessoas, para uma palestra promovida pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, no I Seminário

de Educação em Direitos Humanos, mas, ao que parece, os trabalhos não tiveram continuidade.

Não só no Paraná; o Projeto foi levado para diversos estados brasileiros. Além de Aida Monteiro, nossa amiga pernambucana, que posteriormente veio a presidir a Rede Brasileira, registro as amizades de Nazaré Zenaide, da Paraíba, onde me tornei amigo, também, do padre Gabriel Giacomelli, com um trabalho na linha de Paulo Freire, e de Roberto Monte, do Rio Grande do Norte, premiado pela USP por seu trabalho na Internet conhecido como DH-Net.

.....

A Lei 6.643 de 18 de junho de 1990, autorizou a Prefeitura Municipal de Santo André, na pessoa de seu prefeito Celso Daniel, a celebrar Convênio com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, convênio 28/90, objetivando a cooperação e intercâmbio para a assistência e formação humanista da Guarda Municipal.

Em carta de 4 de julho, o Presidente Marco Antônio Rodrigues Barbosa comunica ao então bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, a assinatura do convênio : *“Como se vê nesse projeto e relatório, trata-se de trabalho que vem sendo desenvolvido nos âmbitos formal e informal, em educação interdisciplinar em direitos humanos, há 3 anos e meio pela CJP, e que agora recebe o apoio da Prefeitura de Santo André”*.

O trabalho desenvolveu-se por dois anos, com aulas semanais. Os cursos tiveram como professores membros da Comissão como Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Antonio Funari Filho, Belisário dos Santos Júnior, Eduardo Cernelós, Antonio Carlos Malheiros e outros. Os vídeos produzidos pela Comissão foram utilizados, seguidos de debates. Como programa, normalmente os cursos tiveram : a) Retrospectiva Histórica : o pacto social e o surgimento do Estado, o aparecimento da noção de direitos individuais. Antecedentes do Estado de Direito : o constitucionalismo : as declarações francesa e americana, a teoria da separação de poderes; b) Visão contemporânea dos direitos humanos : a evolução do conceito de Direitos Humanos da ótica liberal individualista à visão social; c) Cidadania, Direitos Políticos e Nacionalidade; d) O Estado Democrático : o exercício cotidiano da democracia, o Estado de Direito e o Estado Democrático, relação entre Democracia e Cidadania; e) Os Direitos e as Garantias Constitucionais; f) Aspectos da Legislação Internacional e sua eficácia quando subscritos pelo Brasil; f) A Polícia e a Preservação dos Direitos da Cidadania : a distinção entre direitos e deveres da polícia na ordem constitucional federal e estadual; legislação internacional sobre direitos e deveres da polícia; e, g) o policial como cidadão, o policial como educador, a polícia e a comunidade.

Funari recorda-se: *“Nesta época, dentro do Projeto Educação em Direitos Humanos, fizemos um convênio, que eu coordenei – com o Belisário, Luiz Antonio e Eduardo Cernelós –, com a Prefeitura de Santo André, com a Guarda Civil de lá. Celso Daniel era o prefeito. Promovemos desde a inclusão, no concurso de ingresso, não apenas de capacitação física e de uso de armas, mas de uma prova de Direitos Humanos. Fizemos palestras e tudo o mais”*.^{xxii}

.....

Maria Alice Isnard foi contratada como coordenadora do Projeto, no início do ano de 1993, e foi promovido a membro da Comissão. Maria Alice, com Lygia Bove e um grupo

de voluntárias tentaram uma ação, frustrada, no Colégio Estadual Fernão Dias Pais Leme. Maria Alice efetuou dinâmicas de psicodrama – pedagógico com os interessados no Projeto.

Na mesma ocasião em que eu, tornaram-se membros da Comissão, Therezinha Fram, Maria Nilde Mascelani, Flávia Piovesan, Maria Luiza Bierrenbach, Antonio Carlos M. Cesarino, Guilherme Amorim Campos da Silva, Paulo Vilela Lomar, Ernandi Faria, Geraldo Magela Tardelli.

.....

Em 19 de maio de 1992, Margarida Genevois, pela Comissão Justiça e Paz, e Maria Cecília Ziliotto, pela FCBIA - Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, firmaram convênio para a implantação do Projeto “Construção da Esperança”, visando a capacitação e treinamento de pessoal para a criação dos Conselhos Tutelares no Estado de São Paulo, através de dois cursos, que foram coordenados por Sônia Paz. Os cursos tiveram como objetivos, além de ampliar e aprofundar o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente : a) formar o futuro agente multiplicador para o trabalho de apoio aos Conselhos Tutelares em formação ou já formados; b) preparar os agentes multiplicadores para a tarefa de sensibilizar setores ativos da sociedade civil, objetivando uma participação mais ampla e comprometida na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente em cada município do estado de São Paulo. Os cursos realizaram-se em julho de 1992.^{xxii}

.....

Entre setembro de 1993 a julho de 1994, formou-se uma equipe constituída por José Cleber Martins (Supervisor de Ensino na rede estadual de SP, mestrando em educação na PUC/SP, sob orientação de Ana Maria Saul), Humberto Pereira Martins (Professor da rede estadual e mestrando em educação na USP, sob orientação de Maria Victória Benevides), Itamar Mendes da Silva (Professor da Rede Estadual de SP e da Universidade Católica de Santos; mestrando em Educação: Currículo, na PUC/SP, sob a orientação de Ana Maria Saul), Olgair Gomes Garcia (Coordenadora Pedagógica do Colégio São Domingos e da Faculdade Tibiriçá ; mestranda em Educação : Currículo, na PUC/SP), Cassiano Macedo (Professor Coordenador no Projeto de Escola Padrão na rede estadual de SP; pós-graduando (lato-sensu) na Universidade Castelo Branco) e Silmara de Campos Andreazza (professora das redes estadual e municipal de SP). Esta equipe, a partir de suas experiências individuais, estudou o desrespeito aos direitos humanos em sala de aula.

.....

Durante o Seminário Educação em Direitos Humanos, realizado na sede do Projeto Nova América, Rio de Janeiro, no período de 7 a 9 de abril de 1995, por iniciativa de Margarida Genevois, foi fundada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. Além de educadoras do Projeto Nova América, sob a supervisão de Vera Candau, a fundação contou com a presença de Margarida Genevois, eleita a primeira coordenadora da Rede, e de Maria Victória Benevides, Aída Monteiro, Antonio Funari Filho (presidente da Comissão à época), deste escriba e de outros. Assim, embora ainda Projeto da Comissão, a Educação em Direitos Humanos encontrou, finalmente, uma ONG específica e exclusivamente voltada para este objetivo.

.....

Fundada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, Margarida e eu fomos à casa de Paulo Freire, convidá-lo para ser conselheiro da entidade, com o que ele prontamente concordou. Foram inúmeras as vezes em que estivemos naquela sala espaçosa e arejada, nas proximidades do Sumaré, e não poderíamos imaginar que seria a última. Paulo Freire seria uma saudade dolorida a partir de 02 de abril de 1997.

Na conversa, comentei que havia escrito sobre ele, sobre esta transparência e naturalidade que o distinguia, sendo sempre o mesmo, quer na sala de sua casa, quer no gabinete de Secretário da Educação, quer numa sala lotada para ouvi-lo proferir suas entusiasmadas palestras: “Mas isto não é mérito nenhum. É apenas o respeito que tenho pela minha própria identidade”.

A conversa prosseguiu e lá pelas tantas contou como, jovem recém chegado ao Rio de Janeiro, telefonou a Gustavo Corção, querendo conhecê-lo. Corção estava ocupado e praticamente destratou-o, dizendo que não poderia recebê-lo. Paulo Freire prometeu a si mesmo que jamais trataria alguém assim, se algum dia fosse importante. E acrescentou, melancólico: “Depois o Corção se tornou aquele reacionário que nós sabemos”. E eu, querendo consolá-lo, disse: “Então, professor, o senhor não perdeu nada deixando de conhecê-lo”.

Paulo Freire ficou sério, olhou-me bem nos olhos e retorquiu:

“Você está tão enganado, Antonio Carlos. A gente sempre perde muito quando deixa de conhecer alguém”.

X

DEMOCRACIA ?

A pena de morte é uma pena irreparável e só pode ser decretada por um tribunal infalível. Ao contrário da morte em legítima defesa, imprevista e provocada pelo instinto de conservação, é um ato pensado e friamente executado. A pena de morte não alcançou, até hoje, em todas as nações que a aplicaram, o resultado desejável, isto é, não impediu e nem mesmo evitou o aumento de toda espécie de criminalidade. Palavras de Tristão de Athayde.

José Carlos Dias, em uma aula numa escola estadual, certa feita declarou que quando quebramos a perna procuramos o ortopedista. Quando somos vítimas de violência procuramos outras vítimas e juntos, sem o parecer de especialistas, advogamos pela pena de morte.

“Meu primeiro trabalho na Comissão” – relata Funari Filho – “foi a resistência ao Projeto de Pena de Morte. Fui a Brasília, quando o Hélio Bicudo não pode ir, reunir-me com os parlamentares contra o projeto, com Genoino, Serra e outros. Fizemos um trabalho, uma estruturação nacional contra o Projeto. Participamos de vários debates, foi quando a CJP publicou o livro sobre a Pena de Morte.”^{xxii}

Margarida Genevois, pesquisando livrarias, encontrou alguns livros a favor da pena de morte e nenhum contra. Foi assim que surgiu, em 1985, dentro da Coleção Princípios de Justiça e Paz, da Comissão, o Caderno Pena de Morte, com uma segunda edição em 1991. Uma publicação de grande repercussão, uma entre muitas outras que a Comissão publicou.

Além de Alceu de Amoroso Lima, escreveram Belisário dos Santos Júnior, Caetano Lagrasta Neto, Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, frei Gilberto Gorgulho, Hélio Bicudo, Hélio Pellegrino, Margarida Genevois, Mário Simas, Paulo Sérgio Pinheiro. Todos os textos são excelentes mas permito-me transcrever algumas palavras de Hélio Pellegrino, falecido em 1989:

“Há, por fim, a favor da pena de morte o argumento psicológico da intimidação. O criminoso, diante do risco de perder a vida, pensa duas ou mais vezes na consequência fatal do delito que o tenta, acabando por desistir de praticá-lo. Afirmar-se aqui o princípio – psicanaliticamente ilusório – de que o delinquente grave tem arraigado amor à própria vida. Em verdade, acontece o oposto. A auto-estima do ser humano se constrói a partir dos cuidados – do amor – recebidos de fora, dos outros. Este amor, internalizado, vai constituir o fundamento da possibilidade que cada um terá de amar-se a si mesmo, por ter sido amado. Se sou capaz de amar a mim próprio, e à minha vida, sou também proporcionalmente capaz de amar ao Próximo, meu semelhante, meu irmão – e meu espelho. O criminoso grave, ao liquidar a sua vítima, condena-se, por mediação dela, à morte, com ódio e desprezo. Não o imitemos, através da pena de morte”.

.....

“Os presos comuns começaram a se dirigir a nós, a Dom Paulo, à Comissão, dizendo que os serviços já existentes não cobriam as delegacias, os presos que estavam cumprindo pena fora de estabelecimentos prisionais, por que aí tinha a estrutura da Procuradoria de Assistência Judiciária, tinha outras estruturas funcionando e nos distritos policiais não. Às vezes tinha tortura, às vezes negociações, tinha corrupção para remoção para presídio onde seriam tratados de acordo com a lei e num distrito não tinha lei. Tinha gente cumprindo pena em distrito policial, tudo coisa que anos depois, viria a ser pauta da Secretaria de Justiça Penitenciária, viria a ser pauta de outros setores do próprio Governo, da Procuradoria. E a Comissão antecipou isso, e defendeu muitas pessoas já com outra estrutura de apoio aos estrangeiros e fui eu que coordenei isso também, com a Silvia Steiner”, conta Belisário dos Santos Júnior.^{xxii}

.....

José Carlos Dias também tem muito o que contar:

“Descobri um microfone embaixo da minha poltrona no Dóí-Codi. Dei uns petelecos no microfone e disse alguns desaforos para o Major Ustra.

“Tempos depois, fiz um requerimento pedindo que fosse fornecido todas as informações que constavam no antigo SNI, que passava a te outro nome, sob pena de eu entrar com um habeas data. Passado algum tempo, uma semana, dez dias depois, recebi um telefonema de que deveria comparecer pessoalmente ao correio. Fui e, para minha surpresa, tinha um envelope, pago, protocolo para você assinar e tal.

“Tinha uma porção de coisas da minha vida, informações, reuniões de que participei, conversas que tive a nível confidencial na Cúria, quando eu imaginava poder confiar em todas aquelas pessoas.

“Mas tinha outras coisas que nunca fiz. Por exemplo, de que participei de homenagem ao João Amazonas, num cinema do Brás e estava na primeira fila, aplaudindo-o freneticamente. Com todo o respeito que eu possa ter por ele, nunca tive identidade ideológica com ele e jamais iria até o Brás assistir a uma palestra do João Amazonas. Ou que participei de uma reunião do Cone Sul, no interior da Bolívia, com outros líderes da esquerda católica. Eu não conheço a Bolívia.

“Muitos dados da minha participação no Governo Montoro, muita coisa que me avivou a memória e que havia esquecido. Mas é impressionante. O que mais me impressionou foi como souberam dessas reuniões, dessas discussões nossas.”^{xxii}

.....

Em 10 de maio de 1986, o padre Josimo Moraes Tavares, da Pastoral da Terra, foi assassinado em Imperatriz, no Maranhão. Margarida foi ao Bico-do-papagaio, com Regina, viúva do Eder Sader, irmão do Emir. Na viagem, esteve com o mãe do padre Josimo

“Regina Sader, antropóloga, estava estudando a região e já tinha ido várias vezes lá. Fomos até Imperatriz. Foi uma sorte para ela também, porque tinha um rapaz da Ação Católica que estava indo para o interior, de jipe. Aproveitamos e fomos juntos e foi precioso porque ele conhecia aquilo e ela também, estudando, e ele estava ali a trabalho, então conheciam as pessoas nos lugares, éramos recebidos de portas abertas. Se eu tivesse

ido sozinha teria sido diferente, foi muito interessante. Eles entraram em contato com o pessoal, participaram das reuniões. Fiquei com admiração pelo povo lá, herói mesmo, sobretudo as mulheres. Elas são as lideranças das comunidades, combativas e com muito bom senso.”^{xxii}

.....

Setenta garimpeiros de Serra Pelada, em Marabá, no dia 29 de dezembro de 1987, foram baleados, pela Polícia Militar, numa ponte sobre o rio Tocantins. Caíram na água e desapareceram.

“Fomos a Serra Pelada num momento de crise. Passamos por Marabá, nos solidarizamos com os familiares dos agricultores que tinham sido mortos. Participamos de um ato político junto com eles para ajudar a protegê-los daquela violência toda que estava acontecendo. Foram várias viagens”, lembra-se Marco Antonio.^{xxii}

“Fomos a Serra Pelada, eu, Marco Antonio e Ricardo Kotscho.” – conta Margarida - “No Bico-do-Papagaio, em Serra Pelada, , participamos de uma procissão em cima da ponte de onde haviam caído as pessoas. Tenho as fotos dos soldados, todos com metralhadoras na mão enquanto a procissão acontecia. É, foi por um triz que não metralharam a gente. O padre com Marco Antonio e alguns poucos foram discutir com eles. Deixavam chegar. Não tive medo não! Talvez até por um certa inconsciência.

“Lembro-me do fotógrafo. Ele dava as notícias, hoje vejo que devia ser um fax, e mandava as fotos para o jornal, de tudo o que ele tirava ali. Foi muito boa a presença dele.”^{xxii}

“Fui eu, Margarida, Marco Antonio, e o fotógrafo do Jornal do Brasil, o Ariovaldo Santos”, identifica Ricardo Kotscho. “Nesta viagem, estava o exército, não sei se era o exército, mas tinha muita gente armada. Havia um protesto, uma manifestação, as pessoas ocupando uma ponte onde tinha morrido gente.

“Depois, fomos até Serra Pelada, que já naquela época estava decadente. Depois, ainda voltei outras vezes lá. É tragédia brasileira e foi uma epopéia. No começo, cem mil homens em busca do ouro. A última vez que estive lá, há uns 3 ou 4 anos, havia uma epidemia de lepra e aids. O ouro acabou e os garimpeiros saíram. No começo, não podia entrar nem mulher e nem bebida, na época dos militares. Depois, o garimpo foi aberto e todo mundo levou a família, as crianças. Aquilo tornou-se uma cidade, uma cidade não, uma favela.”^{xxii}

Dalmo Dallari analisa o fenômeno de Serra Pelada :

“Serra Pelada foi um fato importante. Tínhamos poucas informações e as que chegavam eram muito diluídas, certo modo filtradas. Havia também a idéia de que as pessoas estavam lá por ambição, não estavam lá cumprindo nenhuma missão social, não estavam lá procurando trabalho no sentido de uma atividade permanente com a família, eram pessoas ambiciosas que iam lá para o enriquecimento rápido, e isso chegava inclusive através da imprensa, não tinha meio de sentir, por exemplo, o movimento sem terra.

“Não deixava de ser um massacre, nesse ponto de vista condenamos e achamos que era condenável e nunca houve dúvidas quanto a isso. Mas não se via a violência de um grupo de trabalhadores e suas famílias, como aconteceu em outros lugares.

“De fato, eram pessoas miseráveis que iam lá, mas ainda hoje existe esse problema. Por exemplo, quando os garimpeiros invadiram as áreas indígenas, fui a favor dos índios e contra os garimpeiros. Acredito que não se justifica isso, o caso da ambição e enriquecimento rápido, de pegar a riqueza já pronta, bem mais fácil do que plantar, isso não me leva a concordar com a violência. Também não concordo com a violência contra os garimpeiros, porém acho que eles devem ser proibidos de entrarem em áreas indígenas, a entrada deles gera violência.

“Há um confronto inevitável nisso, transmissão de doenças, eles levam mercenários que envenenam os rios, eles prostituem a mulher indígena, então eles realmente são muito negativos, com isso eu prefiro que eles não entrem nas áreas indígenas, que eles não cometam violência.

“Chico Mendes já foi uma situação diferente, porque não havia dúvida de que ele era trabalhador, líder de trabalhadores. Foi um caso do qual participei. Tive também nessas participações, aí tanto em São Paulo como fora. Acontece que, pelo meu envolvimento grande na Justiça e Paz, por tudo que aconteceu, pelo fato de eu ser professor universitário, por ter sido conselheiro na ordem dos advogados, por todas essas razões, eu acabei e acabo me envolvendo em todos os problemas sociais que acontecem no Brasil. A quantidade de convites que recebo para participar de movimentos sociais é muito grande e vou ao máximo que possível. Mas meu trabalho não está centrado na questão indígena. Eu estou trabalhando com crianças, adolescentes, presos...”^{xxii}

.....

Deputados e senadores eleitos em novembro de 1986 formaram um Congresso com atribuição constituinte, o que não era o mais desejável, do ponto de vista democrático.

Em janeiro de 1988, a Comissão, participando do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, reagiu às iniciativas do agrupamento suprapartidário de constituintes conservadores e o Plenário Pró-Participação conseguiu que o princípio da democracia direta fosse estabelecido no artigo 1º da Constituição Federal.

“A partir do momento em que o Projeto Educação passou a se implementar, houve a promulgação da Constituição Federal de 88. Esta promulgação foi precedida de um trabalho muito forte por parte da CJP. Aquele ciclo de palestras sobre DH e...foi uma preparação que acabou culminando com uma participação muito consistente, por parte da CJP, no Plenário Pró-Participação na Constituinte, que teve lugar na Faculdade do largo de São Francisco, liderado por Francisco (Chico) Whitaker, que fez um magnífico trabalho, e que pôde resgatar a Constituição que o Fábio Konder Comparato havia escrito para o PT.

“Dali resgatamos vários institutos que foram contemplados na Constituição de 88, os artºs 5º e o 7º, que contemplam os Direitos Humanos da primeira geração e os da segunda geração, os direitos econômicos e sociais. Eles advêm de um trabalho de participação popular muito efetivo pois várias entidades integravam o Plenário Pró-Participação. A Comissão teve um papel muito significativo neste momento, especialmente com o trabalho pessoal do Chico Whitaker, o animador deste trabalho todo.

“Este trabalho harmônico, de equipe, voltado para a educação de uma maneira conscientizadora, propiciou uma série de iniciativas, dentre as quais a do Plenário, que

acabaram frutificando na própria Constituição Federal. E que acabaram por frutificar ainda hoje. Hoje temos a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, cujo embrião está nos nossos trabalhos dos anos 80, quando se pode discutir de uma maneira consistente não só a primeira Geração mas sobretudo a segunda, os direitos sociais, concretos.”^{xxii}

Funari afirma :

“Fábio Konder Comparato tem uma importância imensa nisto tudo. O projeto de Ouvidoria, o projeto do Condepe-Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana são criações dele. Comparato teve uma importância muito grande na Constituinte. Quem fez isto pela Comissão foi o Fábio. Ele trabalhou no sentido de introduzir, na Constituição, artigos de grande relevância para a questão do respeito aos direitos humanos. Fez isto enquanto consultor, em reuniões com os próprios constituintes. A Comissão Justiça e Paz auxiliou-o indiretamente, tinha contatos com o relator, o Jobim. A Comissão Justiça e Paz participou da Constituinte no sentido de introduzir projetos de iniciativa popular. O Fábio teve uma participação muito significativa”.^{xxii}

Malheiros atesta : “Não me recordo de jamais, jamais, ter discordado de alguma coisa de Fábio Comparato, a quem conheço também desde menino. Meu pai foi advogado do pai dele, Antonio Comparato. Tenho uma admiração notável pelo Fábio. Ele é uma espécie de um guia para mim. Ele é um dos precursores da Constituinte, com certeza. Na verdade, o Fábio foi um dos propulsores da Constituinte, mas nós não queríamos um Congresso Constituinte, queríamos uma Assembléia Nacional Constituinte, pessoas eleitas apenas e tão somente para fazerem parte da Constituinte, algo muito mais popular.”^{xxii}

Sobre Comparato, diz Dom Paulo Evaristo Arns:

“O Konder Comparato. Ele nunca faltava. Sempre estava lá, com coragem e nos encorajando. Aquele é um lume, um verdadeiro gênio.”^{xxii}

.....

Promulgada a nova e atual Constituição, em 5 de outubro de 1988, aspirava-se à construção de uma democracia em que os direitos humanos vigessem e fossem respeitados.

Em 22 de dezembro de 1988, o ambientalista Chico Mendes foi assassinado no Acre, provocando comoção nacional e internacional. Lula, frei Betto e Leonardo Boff compareceram ao enterro.

Em 28 de dezembro foi criada a Ação pela Cidadania, na casa do senador Severo Gomes, com a presença de: Dom Luciano Mendes de Almeida (presidente da CNBB, à época), Dr. Márcio Thomas Bastos (presidente nacional da OAB), Paulo Sérgio Pinheiro e Glauco Pinto de Moraes (pela Comissão Teotônio Vilela) e Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Margarida Genevois e Fester (pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo)

.....

Em 1º de janeiro de 1989, Luiza Erundina de Souza, primeira prefeita eleita desde 1964, tomou posse. Nomeou Hélio Bicudo para a Secretaria dos Negócios Jurídicos e Waldemar Rossi para Administrador Regional da Mooca. Eduardo Canelós foi, por alguns meses, assessor do vice-prefeito; Antonio Carlos Malheiros tornou-se assessor jurídico do Secretário de Administração; Firmino Fecchio (ligado à Igreja, às CEBs e ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, mais tarde veio a ser Ouvidor Estadual de Polícia);

Theodomiro Dias Neto, assessor do vereador Pedro Dallari; Luiz Antonio Alves de Souza e Fábio Cypriano, assessores do vereador Francisco Whitaker (ex assessor da Cúria Metropolitana de São Paulo, mais tarde membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e da Nacional, em Brasília e, posteriormente, um dos responsáveis pelo Fórum Social Mundial). Cândido Malta Campos Filho é assessor de Entidades Governamentais. Sylvia Whitaker e Fester são funcionários de carreira, ela procuradora, ele tesoureiro desde 1966. A quantidade de membros da Comissão Justiça e Paz que passou a integrar a administração municipal chegou a ser objeto de notícias de jornal.

.....

Em 10 de fevereiro de 1989, o presidente da Comissão, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, participou de entrevista coletiva denunciando o massacre da 42ª delegacia de polícia de São Paulo, em que 18 presos morreram por asfixia. Cinquenta cidadãos estavam detidos numa cela mínima, de 1,50 por 3,00 metros, sem janelas ou qualquer outra forma de ventilação. Antonio Carlos Malheiros representou a Comissão nas apurações do massacre e na instauração de inquérito contra jornalista que aplaudiu o assassinato.

.....

“Assim como já o fizera em 1987 e 1988, no processo de elaboração da Constituição Federal, em 1989, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte atuou em duas frentes: a Constituinte Estadual e a Lei Orgânica. Fábio Cypriano continuou representando a Comissão Justiça e Paz nas atividades do plenário durante 89.

“Em janeiro, o Plenário apresentou uma série de emendas ao Regimento interno da Constituinte Estadual, entre elas diminuindo de 10 mil para 3 mil o número de assinaturas necessárias para as emendas populares. As propostas do Plenário foram endossadas por deputados de todos os partidos e foram em grande parte aproveitadas, inclusive a mudança do quorum nas emendas populares.

“Foram mais de duzentas mil assinaturas com as emendas populares apresentadas às Comissões Temáticas da Constituinte Estadual. A emenda de participação popular, patrocinada pela CJP, alcançou mais de 10 mil assinaturas, e foi defendida por Dalmo Dallari junto aos deputados. Contudo, as emendas populares tiveram parecer contrário em todas as temáticas.

“Foi na Comissão de Sistematização que a emenda de participação popular – que propunha a iniciativa legislativa popular com 0,5 % do eleitorado, a realização de referendos sobre leis requeridos por 0,5 % do eleitorado e de plebiscitos requeridos por 1 % do eleitorado – obteve uma grande vitória, pelo amplo trabalho de articulação realizado pelos membros do Plenário, e em especial o apoio de Dalmo Dallari e José Afonso da Silva, além dos Deputados Wanderley Macris, líder do PSDB, e Clara Ant, líder do PT. Luiz Antonio Alves de Sousa defendeu a emenda do Plenário Pró-Participação Popular junto à Comissão de Sistematização. O texto aprovado na Sistematização, baseado na emenda do Plenário, foi aprovado nos dois turnos subsequentes e está consagrado na nova Constituição Estadual.

“Nem estava promulgada a Constituição Estadual e o Plenário já se mobilizava para trabalhar na elaboração da nova Lei Orgânica do Município, organizando de 26 de

setembro a 10 de outubro, o seminário Lei Orgânica: o que é e para que serve ?, com a participação de juristas, urbanistas, vereadores e membros do CEPAM. O Plenário conseguiu uma sala na Constituinte Municipal, para possibilitar mais adequadamente o acompanhamento do processo constituinte.

“Uma série de princípios gerais sobre a participação popular na nova lei orgânica foi apresentada aos vereadores pelo Plenário Pró-Participação, lidos na Câmara Municipal por Dalmo Dallari em dezembro de 89. O Plenário encerrou o ano, elaborando a emenda popular sobre os instrumentos de participação popular, que, na Constituinte Municipal, deveriam conter 1.500 assinaturas”

O trecho acima transcrito, de um relatório de atividades da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, do ano de 1989, pretende apenas dar uma amostra dos trabalhos desenvolvidos a favor da participação popular.

.....

A Comissão e a AJUP - Instituto de Apoio Jurídico Popular promoveram, como parte das preparações para o Tribunal Internacional pela Defesa dos Direitos dos Povos, nos dias 11 e 12 de agosto de 1989, o Tribunal dos Crimes do Latifúndio, o qual abordou os assassinatos de Wilson Pinheiro, advogado dos sindicatos rurais, e de Margarida Alves, sindicalista.

Pela Comissão, participaram Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, Hélio Bicudo, Belisário dos Santos Júnior e Marco Antonio Rodrigues Barbosa.

Participaram, como juízes, os drs. Evaristo de Moraes Filho, Eros Grau e Herman Assis Baeta; como promotores, Arthur Levigne, Michael Mary Nolan e Herilda Balduino de Souza. Fábio Cypriano foi assessor de imprensa.

Esther Góes, ex-presidente do Sindicato dos Atores de São Paulo, leu texto de apresentação, à noite; Alaíde Costa interpretou a Bachiana nº 5, de Heitor Villa Lobos, à capela; e apresentaram-se, também, Lélia Abramo e a Banda do Luciano.

.....

No dia 16 de novembro de 1989, tive mais uma prova da importância de Dom Paulo para a América Latina. Eu estava trabalhando na sala da Comissão, quando o telefone tocou.

Um homem muito aflito, provavelmente um jesuíta, num espanhol de difícil entendimento, contou-me que Ignacio Ellacuría e mais dez jesuítas, a cozinheira e a filha, tinham acabado de ser assassinados na Universidade Católica de El Salvador, por homens fardados, em plena madrugada. Pediu-me que avisasse imediatamente a Dom Paulo, pois provavelmente as ligações seriam cortadas e ele não poderia falar com o exterior, para que Dom Paulo avisasse ao mundo.

Subi correndo para a sala do Cardeal, que já sabia, pois provavelmente o mesmo homem tinha ligado para outros telefones da Cúria. Foi uma das poucas vezes em que vi Dom Paulo triste.

Sobre este martírio, o teólogo Jon Sobrino escreveu:

“Os mártires da UCA, Inácio Ellacuría, Segundo Montes, Inácio Martín Baró, Amando López, Juan Ramón Moreno, Joaquín López y López, Júlia Elba e Celina Ramos,

junto com Monsenhor Romero e tantos milhares e milhares de salvadorenses, morreram como Jesus na cruz, e por isso têm que continuar vivos como Jesus. Se assim não fosse, vã seria a nossa fé na ressurreição de um crucificado; mas, se é assim, temos de nos perguntar o que estes crucificados nos deixaram.(...)

“Quando a misericórdia se historiza como justiça e libertação, por muito racional e razoável que seja, tem de se confrontar com aqueles que não se deixam reger pelo princípio misericórdia. Na história existem os que ignoram a misericórdia: o sacerdote e o levita, o que já é uma tragédia; mas há outros que se regem pelo princípio da antimisericórdia ativa: os salteadores da parábola, o que é uma tragédia maior.(...)

“Assim foram estes mártires: conseqüentemente misericordiosos até o fim. A misericórdia foi para eles o primeiro e o último, e não antepuseram nada a ela, nem sua segurança pessoal nem – talvez mais difícil – a segurança institucional. Como é sabido, durante quinze anos sofreram inumeráveis ataques e riscos pessoais (...) Suas mortes foram, pois, a culminação de um processo, não o produto de uma macabra loucura momentânea.

“Mas, sendo assim, nossos mártires deram suas vidas livremente – como Jesus, como Monsenhor Romero -, e as deram por manter conseqüentemente a misericórdia. E suas mortes mostram, então, que o que os moveu em vida foi, definitivamente, um grande amor aos pobres, não nenhum interesse pessoal nem o ódio contra ninguém. E nisto radica, em último termo, sua credibilidade perante o povo. Sua morte, conscientemente assumida, é o que convence os pobres, mais do que qualquer outra palavra, de que estavam com eles, de que neste mundo cruel há seres humanos que os defenderam e os amaram”.^{xxii}

.....

Levei um grande susto, no dia 17 de dezembro de 1989, um domingo, quando vi, pela televisão, Dom Paulo em cima do que me pareceu um muro, ele parecia sempre estar se equilibrando, intermediando o seqüestro do empresário Abílio Diniz. Passei o dia em frente à telinha, preocupadíssimo.

Em suas memórias, o Cardeal conta que faria isto por qualquer pessoa, que estava sobre um telhado que lhe permitia conversar, pelo basculante de uma janela, com o chefe dos seqüestradores. Depois de horas, os seqüestradores aceitaram soltar o empresário com a garantia de que não seriam torturados. O pai de Abílio doou a Dom Paulo uma quantia que lhe permitiu terminar uma construção para abrigar os padres idosos.

“Sozinho, acompanhei os seqüestradores no ônibus até a prisão e no trajeto ofereci a assistência dos nossos advogados da Comissão Justiça e Paz, porque acredito que todo ser humano tem direito a uma defesa digna. Na cadeia, já nos esperava o Dr. Mário Simas, acompanhado de dois advogados, para garantir que o acordo fosse mantido”

Em sua opinião, as responsabilidades pelo seqüestro eram diferentes mas a pena foi igual para todos. “O casal de canadenses tinha sido aliciado à última hora, e sua participação diferira fundamentalmente da dos demais, que realmente mereciam uma pena gravíssima”^{xxiii}. A intercessão de Dom Paulo pelos canadenses não foi bem aceita, especialmente pelo seqüestrado.

Margarida foi envolvida no caso: “Eu despachando, de repente chegava D. Paulo, batia na porta, e ia entrando com alguém. Já sabia que era um problemão grosso. Aí, iam os

providenciar, eu me lembro, isso não foi na ditadura, foi no caso dos seqüestradores do Abílio Diniz.

“Lembro daquele casal canadense, pais da moça, eram pessoas finíssimas, o aspecto dele era o de um lorde, e a mulher, uma lady. Não me lembro do nome, mas sabe, esguia, chegando assim feito a rainha, uma senhora alinhadíssima e, coitados, vendo a filha presa nas condições que a gente sabe, já estava sabendo o governo. E Dom Paulo chegou com ela, você sabe, pode ajudar, então nos deixou lá. O que posso fazer ? Lembro-me de que falei com um padre da pastoral carcerária e pedi, por telefone: ‘Olha estou aqui com a senhora’. Expliquei a ela que ele era das prisões, da pastoral. E ela disse que queria pelo menos estar, ter mais contato com a filha, tinha aquelas regras, só podia ser de vez em quando, não lembro detalhes. Então o padre, que era americano, falou com ela em inglês e ela ficou satisfeita.

“Dar um apoio, era só isso que a gente podia fazer, o resto era um problema tão sério, tão complicado, mas esse tipo de coisa Dom Paulo fazia muito. Ele nos encaminhava alguém e tínhamos de providenciar. Quando a coisa era muito séria, ele acompanhava até lá embaixo. Quando abria a porta, eu já sabia que vinha um problemão. Mas ele era sempre o mesmo, o que eu achava formidável. Havia dias em que ele estava menos expansivo, mais seco, não de mal-humor, não ficava irritado, podia ficar mais trancado, mas não deixava transparecer. Um homem de muita fé. Mas ele é firme naquilo que acredita.”^{xxii}.

E Dom Paulo esclarece:

“A cobertura que a imprensa deu a meus atos passou a imagem, por vezes distorcida, de que os que protegem direitos humanos estão do lado dos criminosos. Esquecem-se de que arrisquei conscientemente minha vida para salvar um empresário, porque não quero discriminar ninguém e porque acredito que o Evangelho de Jesus me obriga a dar a vida por nossos irmãos, tanto os inocentes quanto os culpados.”^{xxii}

.....

Em 1990, foi localizada, no cemitério de Perus, zona oeste de São Paulo, uma vala contendo corpos de mortos pela ditadura militar, sepultados clandestinamente.^{xxii}

“No cemitério de Perus, Márcia Jaime teve uma participação muito grande, junto com Funari, Luiz Antonio e Malheiros”, atesta Marco Antonio.^{xxii}

Malheiros confirma: “A abertura da vala comum foi uma das coisas mais emocionantes da minha vida. Me emociona até hoje. Participei da abertura da vala por estar trabalhando no governo municipal, administrativamente; as primeiras entrevistas da Luíza Erundina; vi os restos; senti o cheiro, eram muitos; uns dois meses antes da missa de Finados. E ninguém mais foi identificado...”^{xxii}

No dia de Finados, Dom Paulo celebrou missa junto à vala. Malheiros e eu comparecemos.

Funari depõe: “Tivemos um trabalho muito grande com relação à vala de Perus, Nós, Comissão. Disto participei diretamente. Fui aos arquivos da polícia, que estavam no Instituto Médico Legal, e tivemos acesso aos atestados de óbito. Chegamos lá de surpresa, com o pessoal do Tortura Nunca Mais. Pegamos tudo isto e entregamos para a Unicamp para ver a possibilidade de identificação dos ossos. Nos iludimos com o Palhares e

brigamos pela sua substituição. Abrimos processos contra os médicos que assinaram falsos laudos, o Hirata, por exemplo.”^{xxii}

A Comissão recebeu um grupo de peritos estrangeiros, comandados pelo Dr. Eric Stover, consultor da Américas Watch, Washington, e Médicos para os Direitos Humanos, Boston, que vieram a São Paulo na qualidade de observadores internacionais do caso das ossadas clandestinas de Perus.

.....

Em 12 de dezembro de 1990, a Comissão de Direitos Humanos da OAB entregou a Fábio Konder Comparato o prêmio Franz de Castro Holzwarth. Na mesma solenidade, receberam menção honrosa, entre outros, Dom Paulo Evaristo Arns, Antonio Carlos Malheiros, Dalmo de Abreu Dallari e Paulo Sérgio Pinheiro.

.....

Decididamente, Fábio Comparato é homem muito bem informado. Jamais referiu-se a Fernando Collor de Mello pelo nome, chamava-o de o Menino de Alagoas. Muito antes de Collor ser eleito, previu tudo o que aconteceria em seu governo, cujos desmandos levaram ao movimento pela Ética na Política. Funari estava desde os primeiros momentos:

“Houve o movimento pela Ética na Política, que começou em Brasília com uma reunião em que estavam presentes e coordenaram a CJP/SP, ABI, CNBB, o ISEB do Betinho, e outros, em oposição ao governo Collor. Isto começou com entidades e sem participação de partidos, em cima de uma CPI contra o Collor, quando o atual líder do PFL, Bornhausen, disse que CPI não dava em nada. Fábio Comparato teve uma participação fundamental no encaminhamento da parte jurídica.

“Esta declaração provocou a sociedade civil. Começamos, a OAB - Marcelo Lavenais era o presidente -, a Federação dos Engenheiros, a UNE, contatada por sugestão minha, Luiz Lindbergh Farias Filho, atual prefeito de Nova Iguaçu. Foi virando uma bola de neve, só a Força Sindical não entrou, mas entrou a CUT, a CGT, a CONTAG – Urbano é que a representava e foi importante nesta coisa. Betinho criou a frase “Movimento pela ética na política”, ele era o cérebro da coisa. Fui contra esta frase e estava completamente errado. Depois, veio o Plínio, para a coordenação nacional, e nós montamos a coordenação estadual também.

“Foi crescendo, culminou com uma grande manifestação na Praça da Sé, onde falei em nome do Dom Paulo. Aí os partidos já estavam participando, o PT, o PSDB. E falando em nome do Cardeal, disse uma frase que espantou o Lula, que também estava no palanque : ‘Fora Collor’.

“Depois houve outra, da Paulista para o Anhangabaú e até a juventude malufista, com as caras pintadas, já tinha aderido. Eu fui parar no carro, uma espécie de trio elétrico, e, de repente, eu estava muito emocionado, trinta anos depois, na liderança de uma passeata para derrubar um governo. E falei. Quando desci do carro, encontrei meu filho: ‘Papai, eu ouvi uma voz conhecida’. Ele estava, como estudante, participando da passeata. Daí completou a minha emoção.

“Estavam a Bisé, que era dirigente de um instituto de pesquisa de apoio aos parlamentares, prima do Luís Jaime, estava o Laménais, o Betinho, o Plínio Sampaio, Walter Barelli. E alguém falou, ‘vocês notaram que todo mundo aqui foi de AP’ ?

O Movimento pela Ética na Política, que redundou na queda do Collor, quando se iniciou ninguém imaginaria que fosse ter a dimensão que teve. A Comissão trocando idéias, já tínhamos nos articulado com diversas instituições contra a Pena de Morte. Em cima desta articulação é que demos continuidade quando surgiu a questão da CPI do PC Farias, esta coisa toda. A declaração do Bornhausen foi um desafio para estas instituições.

“Com a queda do Collor, o Itamar assumiu. Primeiro, o Collor foi afastado, até que houve o seu impeachment, antecedido pela renúncia dele. Em suma, a Comissão teve uma atuação muito ativa. Eu queria destacar o Fábio Comparato, com o Evandro Lins e Silva, tio dele, que fez, do ponto de vista jurídico e político, também, todo o encaminhamento, que culminou com uma passeata importante em Brasília, no parlamento. Foi quando houve a adesão do Ulysses Guimarães, dos partidos etc. Neste encontro, falamos eu – como coordenador do Movimento pela Ética na Política e membro da Comissão - e o Plínio de Arruda Sampaio, representando uma outra entidade.

“A questão dos direitos humanos se concretiza numa coisa que se chama Ética. Direitos Humanos tem uma tradução que é Ética. Quando a gente vive uma situação política como a que vivemos, nota-se que o que distingue uma política verdadeiramente voltada para o povo, uma política de direitos humanos, é a Ética.

“É muito difícil fazer a política partidária com ética. Normalmente ela é sem ética. É uma luta para a vida toda. Por que o nosso Chico Whitaker largou da política ? Porque de repente você percebe um pano de fundo que é puro lodo. Mas é uma luta que precisa ser travada até com pragmatismo, mas com ética. O Betinho dizia que a utopia nos dá a direção, mas o já agora deve ser feito levando em conta a utopia. Meios que neguem a utopia não são válidos. No processo, há que se levar em conta os princípios”.^{xxii}

Dom Paulo foi representado por Funari, na Sé, e por Belisário, no Anhangabaú:

“É mais fácil falar em fatores do que em causas da campanha contra a corrupção, o impeachment. A História está muito próxima ainda. As entrevistas são muito apaixonadas, dez anos, treze anos é muito pouco. Entre os fatores, seguramente o trabalho de juristas da Comissão, o trabalho do Fábio Comparato é inegável nessa situação. O papel da Ordem dos Advogados, na Constituinte também, nas Diretas Já, também.

“No Collor, a antepenúltima pessoa que usou o palanque foi uma pessoa da Comissão falando contra o Collor, fui eu. D. Paulo tinha me credenciado. Dom Paulo, a Maria Vitória e o Fábio Comparato haviam me credenciado para falar em nome da Comissão, e como eu representava o Cardeal, falei antes da Prefeita. O Governador foi praticamente impedido de falar pelas vaias. Foi no Vale do Anhangabaú, falou a prefeita Erundina e o Fleury falou no meio de muitas vaias.

“Então, verifico que o trabalho de Dom Paulo pode ser colocado da forma como são analisados todos os movimentos em favor da democracia. Faço sempre um corte bastante político da atuação de Dom Paulo porque este papel da atuação dele você tem outras formas de colocar, avaliar, reter isso no papel. Ele vem para São Paulo numa época de extrema descrença na capacidade da Igreja de reagir. Ele afirma, com atitudes pessoais, a capacidade de reverter aquela situação, ele tem atos concretos e materiais. Ele funda as comunidades eclesiais de base, ele leva a Igreja para a periferia, ele vende o palácio para montar essa rede de apoio aos movimentos sociais, ele não coopta os movimentos sociais, mas dá condições. Descentraliza a Igreja e daí ele cria força como se a Igreja pudesse reagir àquela situação. Ele fez exatamente o contrário do que poderia se esperar de uma grande personalidade, ele criou condições para que a Igreja tivesse uma força tremenda.”^{xxiii}

Funari lembra-se de que, no comício do Anhangabaú, Dom Paulo Ihes delegara outra tarefa: “Neste espaço que foi a Campanha pela Ética na Política, Dom Paulo, que tinha sido convidado para ir à Itália participar de um encontro do Movimento Navegantes da Utopia, escalou a mim e ao Marco Antonio para irmos no lugar dele, em 1992. E quem falou, em nosso lugar, no comício do Anhangabaú, foi o Belizário, enquanto estávamos em Cuneo, na Itália.”^{xxii}

Fernando Collor de Mello foi afastado do cargo em 29 de dezembro de 1992 e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

.....

Belizário diz que ele e “Silvia Steiner fomos as únicas pessoas que se insurgiram em março de 1992 contra a ida dos presos para o comando da Segurança Pública. Dois membros da Comissão no Conselho Penitenciário, não éramos indicados pela Comissão, eu era indicado pela Ordem dos Advogados e a Silvinha, pelo Ministério Público Federal. Fomos os dois únicos votos contrários, sustentamos que não poderíamos permitir pois isso resultaria num confronto. Profético, lamentavelmente, no mesmo ano estoura o massacre dos 111, no Carandiru.”^{xxii}

Leitores, eu vi. Margarida Genevois voltou da Casa de Detenção do Carandiru, três dias depois do massacre em que houve, segundo números oficiais, há quem fale em muito mais, 111 mortos e 110 feridos. O massacre ocorreu em 02 de outubro de 1992.

Margarida entrou na Casa de Detenção, viu que os presos ainda estavam nus e sem alimentação, sem assistência nenhuma. Com uma minúscula máquina fotográfica, que mais parecia um batom, ela documenta. Numa cela, um homem está sozinho, deitado, segurando os intestinos que lhe escapam pela ventre aberto por uma baioneta.

Margarida entra na sala da Comissão, cabisbaixa, e sem dizer palavra dá um telefonema a um Secretário de Estado, provavelmente o de Segurança Pública. Pede um médico, urgente, para o preso desventrado:

- Eu não minto ! Ninguém me contou. Eu mesma vi, eu entrei lá.

E bate o telefone, revoltada. Nunca a quis tanto bem como naquele momento.

Marco Antonio também partiu para a ação:

“No massacre do Carandiru, em 1992, a CJP se insurgiu violentamente contra isto. Lembro-me que fui falar com o Secretário da Segurança Pública, na época, e publicamente cheguei a acusar de que havia uma política de extermínio do Governo do Estado, governo do Luiz Antonio Fleury Filho. As entidades organizadas pressionaram de tal forma que o Secretário de Segurança acabou caindo. E a Comissão solidarizou-se com os familiares dos mortos e tudo o mais”^{xxii}

Malheiros, como muitos outros membros, também envolveu-se: “Participei desde o dia do massacre, em entrevistas e reuniões. Entrei com a Teotônio Vilela dentro da Casa de Detenção. Eu lamento não ter podido ser mediador. Faltou mediação, antes. Não estou falando do massacre, do holocausto.”^{xxii}

Dalmo Dallari comenta: “O Carandiru foi uma brutalidade, uma matança, eu próprio participei de muitas manifestações denunciando isso, aí também pela condição de advogado, analisando os aspectos técnicos, para deixar fora de dúvidas que era um assassinato em massa, então isso também não ficou à distância.”^{xxii}

José Carlos Dias conta: “Um ano ou dois depois do Carandiru, estive num quartel em Campinas, para estudar um IPM importante para fazer prova em um processo. Fui muito bem atendido, o comandante veio e foi mostrar o quartel, o canil. Mostrou os cachorros, quais eram as raças, explicou como era o adestramento para pegar drogas.

“Fomos andando, passamos por uma casinha, tinha um cachorro cabisbaixo. Perguntei: ‘Ele está doente?’ – ‘Não, ele é neurótico.’ – “Neurótico, existe cachorro neurótico?” – ‘Não, mas este está. Ele participou dos incidentes daquele lugar, o Carandiru, e veio para cá. Não brinca com ninguém, não late, não faz nada, fica de cabeça baixa o tempo todo, coisa de louco.

“Eu me arrependo. Deveria voltar lá com uma pessoa que entenda, um psicólogo, alguma coisa assim, ou com um jornalista, fazer uma matéria sobre isso”.^{xxii}

.....

Em 27 de abril de 1993, na sala Caveau, em Paris, 400 pessoas participaram do apelo da Pax Christi. A Pax Christi é um movimento muito importante na França e comemorava-se os 30 anos da encíclica Pacem in Terris. Margarida guarda os recortes dos jornais:

“L’evenement é um jornal, La croix, L’evenement, um acontecimento. La Croix é um jornal católico conhecido lá, e tinha representante em todos os continentes. Isso foi até o Michel Grolleaud, quem me botou nessa, porque o representante da América Latina era o Esquível, que na última hora não pode ir. Ele então me empurrou para ir. Você já imaginou substituir o Esquível? Fiquei para morrer, deu trabalho.

“Um dos jornais noticiou: “Indo de um continente para outro, Margarida Genevois, presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, no Brasil, lembrou que o outro nome da guerra é a pobreza. ‘A fome, a miséria matam’, disse ela e insistiu, ‘No Brasil, a repartição das riquezas foi sempre ignorada pela maior parte da população. Somos a nona economia mundial mas os indicadores sociais são comparáveis às dos países mais desfavorecidos da África e da Ásia.’ Citando números dramáticos: oito milhões de crianças brasileiras estão na rua, os assassinatos pela polícia se multiplicam, duzentas crianças em mil morrem antes do primeiro aniversário. ‘Nem a verdade, nem a justiça, nem a solidariedade, nem a liberdade têm lugar na sociedade brasileira. Os pobres são o maior inimigo”^{xxii}

.....

Em abril de 1994, Malheiros deixou de advogar: “Deixei de ser advogado em 1994, no dia 1º de abril, tomando posse no Primeiro Tribunal de Alçada, indicado pelo 5º Constitucional. Está previsto na Constituição Federal que uma quinta parte dos Tribunais deve ser formada por membros do Ministério Público e da advocacia. Vim para o Tribunal de Justiça em 2001.

“O fato de ser membro da Comissão não me ajudou nesta indicação, pelo contrário. Pesou contra mas em nenhum momento neguei minha intensa militância na Comissão e, mais, em nenhum momento eu disse que pararia de trabalhar na CJP. Naquela época, tínhamos um Judiciário muito mais conservador do que hoje e isto não pegava bem. Não só o fato de pertencer à Comissão, mas também o de ser, flagrantemente, um admirador de

Dom Paulo, de ter sido assessor da gestão Luiza Erundina. Inicialmente, eu assessorava o Firmino Fecchio na Secretaria Municipal de Administração, como assessor parlamentar, o elo entre a Secretaria e a Câmara. Firmino saiu, entrou o Sérgio Renault, e Pedro Dallari me levou para a Secretaria do Governo Municipal, onde trabalhei também com o José Eduardo Cardoso. Eu era assessor dos assuntos judiciários da Prefeita.”^{xxii}

.....

“Importante também, neste período, e foi uma iniciativa da Comissão, a criação do Conselho de Defesa da Pessoa Humana – Condepe. Todo um trabalho pensado pelo prof. Fábio Comparato e que foi levado a ferro e fogo pela CJP para ser aprovado como lei estadual. O Conselho tem uma importância muito grande e é quem indica, através de uma lista triplíce, os ouvidores da polícia civil e militar.

“A Ouvidoria é fruto de uma lei estadual, que atribuiu ao Conselho a indicação. Isto tem uma importância extraordinária porque teoricamente, como o Conselho é majoritariamente composto por entidades da sociedade civil que tenham um mínimo de x anos em militância com os direitos humanos, significa que a lista a ser referendada pelo Governador vem de pessoas da área dos direitos humanos.

“A minuta da Lei Estadual do Conselho foi redigida basicamente pelo Fábio Comparato e a Comissão efetuou a parte executiva, entregando-a aos deputados estaduais, tendo sido aprovada com algumas alterações”, relata Marco Antonio Rodrigues Barbosa.^{xxii}

.....

Em abril de 1994, Dom Paulo recebeu, em Tóquio, o Prêmio Niwano da Paz. Viajou acompanhado pela irmã mais nova, Zélia Arns Straube da Cunha e reencontrou-se com Philip Potter, ex-secretário do Conselho Mundial das Igrejas, que recebera o mesmo prêmio em 1986.^{xxii}

O prêmio, no valor de duzentos mil dólares, foi destinado à construção da Casa de Oração do Povo da Rua, atendido pelo monsenhor Júlio Lancelotti, responsável, também pela Casa Vida, instituição que abriga crianças soropositivas. A Comissão defendeu-o na justiça quando a vizinhança, preconceituosa, tentou despejá-los da casa.

Margarida foi à entrega do prêmio, no Japão:

“Minha viagem ao Japão foi assim: Dom Paulo ia receber um prêmio importantíssimo, correspondente ao prêmio Nobel, dado pelos países da Ásia. Havia um boato de que um grupo grande da Cúria iria, eu vou também, então tomei as posições para ir. Daqui a pouco ninguém ia, como já estava embalada, eu vou. Aí fui a D. Paulo e perguntei se ele conhecia alguém no Japão. Ele disse que tinha um irmão do D.Ivo Lorscheider, me arrumou o endereço e escrevi para ele, não me lembro o nome, parecidíssimo com o irmão, aquele jeitão germânico. Pedi, por favor me arranje um lugar para ficar, não gostaria de ficar sozinha num hotel, é um país que fala outra língua, não entendo nada, eu me sentia analfabeta.

Comprei a passagem e fui direto para Tóquio, chego e tomo um taxi e encontro com Dom Lorscheider. Ele me deu o endereço de um convento, umas freiras que hospedavam e fui com o endereço, não se encontrava e o táxi deu voltas e voltas. Paguei uma fortuna para

chegar ao tal lugar. Imagina se eu ficasse sozinha sem ter nada, era tudo escrito, porque não podia falar com o homem. As freiras foram encantadoras, eram japonesas, mas a entidade era francesa de origem. Então, a maioria falava francês, algumas muito bem e, por sorte, tinha uma portuguesa que ficou muito minha amiga. Foi uma experiência fantástica, eu comia com elas, com aquelas cerimônias todas, a comida, o hábito, aquele quartinho que não era bem um quarto, era uma cela, tudo sumário, não tinha paredes, esteiras de palhas, enfim isso era de menos, mas elas tinham ocupações. Então eu ficava sobrando, daí comecei a andar sozinha. Quando olho para trás, digo: ‘acho que não teria mais coragem de fazer igual’. Andava sozinha. Depois, o padre arranjou uma senhora que tinha estado no Brasil para sair comigo. Tinha uma outra, Yako, cujo marido tinha vivido aqui, adorava o Brasil, também saiu comigo de cima para baixo, aos museus, porque fiquei lá alguns dias.

A cerimônia foi só um dia, aliás, interessantíssima, uma espécie de procissão, convidados de honra, Dom Paulo, um monte de crisântemos brancos, os discursos com muitos salamaleques. Acho que Dom Paulo fez o discurso em inglês. Mas estava o embaixador, tudo foi muito solene, pois o prêmio, em termos orientais, é muito importante.

Depois, eu tinha vontade de ir a Kioto, de pegar o trem bala. Fui sozinha, tomei o metro sozinha, elas tinham feito um mapinha, tantas estações tal, salta, entra à direita, entra à esquerda, mas era arriscado se eu me perdesse. E fui parar em Kioto. Lá tinha outra freira, na casa de quem fiquei. Kioto é muito interessante, uma belezinha, a cidade, e sobretudo, a paisagem do caminho que fiz até lá. Porém, foi muito arriscado, acho que hoje não faria de novo. Dom Paulo estava ocupado, com ele estive pouquíssimo, com as coisas oficiais, foi bonita a homenagem. Então, fui para a África do Sul e voltei por Paris.”^{xxii}

.....

“A Comissão Justiça e Paz sobrevivia com verbas que vinham do exterior. Com o advento da Constituição de 88, houve, a meu ver, um equívoco por parte dos órgãos financiadores de que o Brasil teria atingido a vigência de sua democracia, o que não é verdade. Temos apenas uma democracia formal. Isto provocou uma crise significativa porque não havia condições para manter o mínimo necessário para o funcionamento cotidiano”, diz Marco Antonio Barbosa.^{xxii}

Margarida Genevois presidiu a Comissão de 1990 a 1994. No final de sua gestão, que já se diferenciava das anteriores por ter formado um colegiado, houve problemas vários e, para sua grande contrariedade, Ivy Nogueira Nicco foi demitida

“Ivani foi secretária, era muito eficiente. Foi básica também, era muito organizada, esplêndida secretária. A Ivy também foi dedicadíssima. Trabalhou durante dezessete anos na Comissão”, conta Margarida.^{xxii}

Ivani Piccablotto analisa: “Eu cuidava das finanças, para cada projeto uma verba. De tudo o que se gastava era feito um relatório financeiro, eu cuidava dessa parte e passava para a diretora-secretária que, nesta época, era a Márcia Jaime. A presidência aprovava os relatórios financeiros.

“A Ivy saiu antes que eu. Foi demitida por falta de verba, por contenção de despesas. Em seguida, eu pedi demissão. Estava havendo problemas com os financiadores, o principal era a Misereor. Na época em que a Ivy foi demitida eu até sugeri que dividíssemos os valores, porque o trabalho da Ivy era muito mais importante do que o meu. Porque a Ivy participou de muita coisa ali dentro, é um patrimônio histórico da Comissão, assim como Margarida Genevois, José Gregori, Dalmo Dallari.

“No meu modo de ver, de observar, a Ivy era o cartão de visita da Comissão, aquele jeitinho meigo, o modo de falar. Quando Margarida e Márcia viajavam a Ivy supria as duas, ela fazia o trabalho de atendimento. Mesmo que ela não solucionasse, só pelo fato de sentar-se com uma pessoa que estava precisando ser ouvida, acho um trabalho muito bonito. Eu brincava com ela de que ia fazer parte do arquivo morto da Comissão

“Nós não escolhíamos as pessoas para entrarem lá, entrava quem quisesse. Nessa época, a Mitra era aberta. Dom Paulo não deixava fechar as portas. Eram abertas. Os contatos que eu tive com Dom Paulo foram muito gratificantes. Dom Paulo era um socorro espiritual, uma figura que sempre estendeu a mão

“Não foram dez meses, foram dez anos. Ali, engravidei de última minha filha, que já está com 18 anos. Nasceu com problemas e fui muito ajudada por todos. Tive um apoio muito grande da maioria e fiz vários amigos na Mitra.

“Como na Cúria havia outras entidades de direitos humanos, a gente trocava tudo, informação e material para o funcionamento cotidiano. O Clamor, com a presença da Rosa Maria e da Inge, estávamos muito próximos no espaço físico. Os padres Sérgio Conrado, João Júlio e Rodolfo....O Dr. Edson (Edson Liciardi, diretor financeiro da Cúria à época) estava sempre pronto para auxiliar, sempre disposto a colaborar.

“Sinto falta do Eduardo, que foi nosso office-boy, era como um irmãozinho. Ele chegou a me visitar, depois que saímos, mas sumiu. Nós éramos uma família e não estou falando da Comissão, mas da Mitra. Havia outras entidades, como o Clamor, o Centro Santo Dias, o jornal O São Paulo e nós éramos uma família, no sentido de que íamos almoçar juntos ou fazíamos o almoço lá mesmo, sentávamos e comíamos todos juntos. Terminava o expediente, vamos conversar, vamos tomar uma cerveja, vamos.

“Lembro-me bem dos aniversários de Dom Paulo. Subíamos para cumprimentá-lo, comíamos bolo, conversávamos, era um dia de confraternização também. Também comemorava-se o Natal e a Páscoa, mas o que me marcou mais foram os aniversários de Dom Paulo. Todo mundo parava de trabalhar e ele recebia todos, um por um, colaborador por colaborador. Ele era muito igual, também, não tinha de descer do pedestal. Já estava no mesmo nível. Ele é único, não é ?

“Tantas pessoas...O Fabinho (Fábio Cypriano), aqueles estagiários, aquela americana, o Cernelós, o Theo (Theodomiros Dias Neto), a Sylvia Whitaker. Com esta eu trabalhei em dois lugares, no escritório do Marco Antonio – ela era estagiária lá – e na Comissão. A Sylvia era como uma filha, havia um carinho recíproco.

“O Belisário era muito presente, uma pessoa fantástica, sempre pronto para ajudar. Maria Eugênia, o professor Gofredo, Antonio Candido, pessoas que, apesar de eu não estar com elas no dia a dia, toda vez que eu precisava ou ligava, era sempre muito bem atendida.

Eram pessoas muito disponíveis, você não precisava passar por intermediários, pessoas que, apesar de suas inúmeras atribuições, estavam sempre disposta a falar com você, um pronto atendimento mesmo. Tudo isto foi muito bom

“Foi um trabalho interessante, bonito, que eu carrego comigo até hoje, porque aprendi muita coisa. Eu digitei direitos humanos e saúde, direitos humanos e educação, direitos humanos e meio-ambiente. E aprendi que direitos humanos é como a caridade. Tenho que começar dentro da minha casa, de dentro para fora. Não adianta a caridade ou os direitos humanos de fora para dentro, entendeu ? Isso eu aprendi enquanto estava na Comissão Justiça e Paz. Quando digo que amadureci, cresci espiritualmente, é nesse sentido, porque comecei a enxergar por este ângulo. Então a minha vida foi ficando melhor e eu mantenho isto até hoje.”^{xxii}

Malheiros faz um diagnóstico: “A Comissão começou a morrer desde o momento em que a Margarida se afastou, em decorrência de uma crise, inclusive econômica, com os cortes dos financiamentos europeus, onde ela não concordou com algumas atitudes tomadas por muitos dos membros, que incluíram a demissão de Ivy e da Ivani. Com sua saída, a Comissão mudou a cara e a coisa ficou complicada”.^{xxii}

.....

Luis Antonio Alves de Souza presidiu a Comissão por apenas quatro meses: “Na minha gestão, reestruturamos a Comissão financeiramente, acertando todos os débitos passados, absorvemos uma antiga comissão auxiliar constituída para uma série de trabalhos tipicamente administrativos.

“Comecei na Comissão desde a sua fundação e terminei na presidência, por um curto período de quatro meses, quando pedi licença a Dom Paulo, do compromisso assumido, porque havia sido convidado, pelo governador Mário Covas, para Secretário-Adjunto da Secretaria de Segurança Pública.”^{xxii}

Antonio Funari Filho substituiu-o a partir de 05 de janeiro de 1995, dias após a posse de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República:

“O Barelli foi convidado para ser Ministro do Trabalho, no governo Itamar Franco, e, naturalmente, deveria substituir os delegados regionais nomeados pelo governo anterior. Ele me procurou para ser Delegado Regional do Trabalho, em 1992. Fiquei até 2003.

“Durante cinco anos acumulei a presidência da Comissão com a Delegacia do Trabalho, até porque o Luiz Antonio Alves de Souza foi convidado para ser Secretário Adjunto da Segurança Pública, na gestão do José Afonso Ferreira da Silva, isto já na gestão de Mário Covas. Sua gestão como Presidente da Comissão foi curta, quatro meses, por causa disto, e eu era vice-presidente nesta época em que ele se afastou.

“Quando assumi a Presidência da Comissão, em 1995, eu já era Delegado do Trabalho. O pessoal achou que era compatível porque foi uma fase em que a Comissão passou a se dedicar às questões econômico-sociais, principalmente trabalhistas.

“É muito difícil você separar as pessoas e os fatos. Não dá para dizer que eu coordenei, presidi, etc. Era uma grande articulação dentro da Comissão. Antes mesmo de entrar na Comissão, eu já trabalhava com ela. Por exemplo, coordenando o grupo de

advogados, na Greve do ABC, que ficava de plantão na Assembléia Legislativa, no gabinete do deputado e escritor Fernando de Moraes. A Comissão Justiça e Paz ampliava-se com outras pessoas, algumas acabavam entrando, muitos estagiários, sempre com muita articulação.”^{xxii}

.....

Em janeiro de 1995, Belisário dos Santos Júnior tornou-se Secretário de Estado: “Eu sei, hoje, o governador me contou e o cardeal me confirmou, como fui escolhido para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. O governador Mário Covas foi à casa de Dom Paulo, já eleito, não empossado, coisa de dezembro, e perguntou para ele o seguinte: ‘me indicaram para Secretário da Justiça, vamos ver mesmo como é o nome dele, Belisário Santos Júnior, o senhor conhece?’ E ele brincava: ‘Belisário foi meu secretário durante muitos anos’. Deu boas referências, isso na cozinha da casa de D.Paulo, a cozinha é o lugar onde as boas coisas acontecem e foi aí que o governador falou: ‘Se a coisa é assim, vamos nomeá-lo’.

“Essa ligação com o D.Paulo foi fruto desse trabalho na América Latina e sou testemunha do impacto que causava: quando a gente ia para um lugar muito difícil, dizíamos: ‘Somos de São Paulo, viemos da CJP, viemos da parte de Dom Paulo Evaristo Arns’. Servia para gregos e troianos, servia para pessoas do lado dos direitos humanos e também para pessoas que detinham o poder. Os diálogos sempre foram muito produtivos, e as pessoas que nos recebiam pelos direitos humanos evidentemente davam a imagem de que lado estávamos”^{xxiii}

.....

Marco Antonio comenta este envolvimento dos membros da Comissão nas atividades governamentais: “Não só formávamos pessoas fora, como formávamos pessoas dentro da Comissão. Fábio Cipriano hoje é jornalista na Folha de São Paulo. Belisário foi ser Secretário Estadual da Justiça, Luiz Antonio foi indicado para a Secretaria da Segurança Pública, José Carlos Dias foi Ministro da Justiça, Paulo Sérgio Pinheiro foi para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, enfim, a Comissão foi uma formadora de quadros.

“Divergências partidárias não chegaram a afetar a CJP. Mas havia uma expectativa geral. Há um arrefecimento da atitude contestatória porque as pessoas, que tinham e que têm uma formação humanista e chegaram ao poder, criaram, independentemente de suas vontades explícitas, a expectativa de um retorno. No Poder encontraram todas as dificuldades que o Poder propicia, o que arrefeceu um pouco os ânimos de entidades militantes dos Direitos Humanos em geral, não só a Comissão, que ficaram, de certa forma, poupando e esperando, o que não aconteceu, não porque as pessoas que estavam no Poder não quisessem mas porque o Poder é difícil mesmo”.^{xxiii}

.....

Belisário também analisa este momento:

“Depois da Revolução de 64, houve uma fase a que a professora Ruth Cardoso chama de fase de aproximação, uma fase de emergência dos movimentos sociais. Ela chama de ‘emergência heróica dos movimentos sociais’. Depois, houve a fase mais institucional, a sociedade começa a ser convocada a fazer parte de Conselhos, Comissões. As pessoas que representavam a sociedade civil vão para o Estado; em 1983, um presidente da Comissão, o José Carlos Dias, torna-se Secretário de Estado.

. Com o tempo acreditava-se que os partidos políticos tomariam o protagonismo nesse momento e que o papel da Igreja, dos movimentos sociais, voltaria ao seu leito, seu movimento normal. Num certo sentido, os setores mais conservadores esperavam que se reproduzisse, sobre uma nova ótica, aquele raciocínio: o estudante volta a estudar, o professor volta a ensinar, o trabalhador volta a trabalhar, e os sindicatos, partidos políticos, grêmios estudantis... Como se essas entidades fossem desprendidas das pessoas que as compõem. A História mostrou que isso estava completamente equivocado.

A Igreja foi tendo um imenso protagonismo, os movimentos sociais com esse déficit, as pessoas que foram fazer suas atividades dentro de um partido, foram criar partido político, criar outros movimentos sociais. E a Comissão passa a viver uma crise que não tinha nada a ver com D. Paulo, ele estava no auge de sua atividade. Ela passa a viver uma crise por causa de outros movimentos. Você imagina quantas mil foram criadas, quantos movimentos que estavam na clandestinidade, seja pela atuação seja pela sua importância, emergiram a partir da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o próprio movimento Plenária Pró Participação Popular na Constituinte emerge aí.

A Comissão participou. As próprias forças da Campanha pela Anistia. Não é que a Comissão tenha perdido o seu protagonismo, é que outras instituições ganham um protagonismo diferenciado. A Comissão teve um papel fundamental na denúncia, ela teve um protagonismo fortíssimo em Educação para os Direitos Humanos. Hoje, emerge o ‘terceiro setor’ e a ‘força moral’.^{xxii}

.....

Margarida recebeu mais um dos muitos prêmios pelo seu trabalho:

“O prêmio Baha’u’llah (pronuncia-se barrai), de uma entidade persa voltada para a educação em direitos humanos, eu acho lindo. Uma entidade poderosa, rica e mundial. Recebi o prêmio em Brasília, eles alugaram uma sala na Câmara, numa reunião da própria entidade. O prêmio é uma bela estátua. Prêmio Cidadania Mundial, de 1998.”^{xxii}

.....

“Em 1998, fui procurado pela OIT, enquanto Justiça e Paz, pelo Movimento Internacional de Combate ao Trabalho Infantil.” – conta Antonio Funari Filho, que a presidia na época – “Eles queriam uma audiência com Dom Paulo, pois pretendiam dar início à Marcha Global pelo Trabalho Infantil, na missa de 4ª feira de cinzas, início da Campanha da Fraternidade. Falamos com Dom Paulo e começamos a organizar, com a sociedade civil, esta marcha. Como eu era também o Delegado Regional, incluí o Ministério do Trabalho nesta marcha.

“Esta marcha teve a coordenação da Comissão Justiça e Paz; das centrais sindicais; de instituições como o SESI, SENAC e SESC; da CUT, do sindicato dos comerciários, das duas CGTs, de instituições ligadas à Pastoral da Criança e do Adolescente. A maior participação se deu no interior.

“O Projeto previa que a Marcha saísse de São Paulo rumo ao Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru, percorrendo a América do Sul para se encontrar com a América Central, na Costa Rica, se não me falha a memória, onde se encontrariam também com a que viria da América do Norte. Depois, esta marcha iria para Genebra, para onde confluíam as de outras regiões do planeta.

“Nós tivemos a idéia de fazer, simultaneamente a esta marcha, uma outra que sairia de São Paulo para Osasco, seguindo para Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba, Bauru, Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Bebedouro, Barretos, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Santos e voltava para São Paulo. Em todas estas cidades, com exceção de Bebedouro, tínhamos delegacias do trabalho. Então, eu escalei: ‘olha, você tem obrigação de articular com a sociedade civil, promovendo eventos para a discussão do trabalho infantil, articule com a Igreja e demais instituições, e providencie os ônibus para levar o grupo de crianças e entidades que levavam a tocha simbólica de uma cidade para a outra’.

“Quando chegou em Jundiaí – em Sorocaba já havia um pessoal nos esperando – foi num crescendo -, em Jundiaí já tinha banda de música nos esperando. E fazíamos estas transferências aos sábados. Porque eu trabalhava durante a semana, como Delegado do Trabalho, como Presidente da Comissão. Quando chegava no sábado, eu ia para a cidade, justamente a cidade de onde saía a tocha e acompanhava de uma cidade para outra. Eu participava desse traslado. Uma, para verificar se as condições estavam boas; outra, para, de fato, motivar. Porque quando você sacrifica um sábado, mesmo para o funcionalismo público, o pessoal percebe que o próprio chefe está interessado. Em todos os lugares, tinha prefeitos, vereadores.. Ainda outro dia, num restaurante, um senhor se aproximou e disse: ‘Olha, eu sou de tal cidade, participei da Marcha e coisa e tal’. No Estado inteiro, mobilizamos todas as entidades preocupadas com a questão. E observei o seguinte: a presença da Igreja e da Pastoral da Criança e do Adolescente em todos os lugares. Uma presença constante foi a estrutura do Ministério do Trabalho e as Pastorais, especialmente a Pastoral da Criança. De Jundiaí, fomos para Piracicaba. O bispo de lá fez questão de nos receber, o de Bauru também. Como a Comissão Justiça e Paz estava nisto, em cada um destes lugares a gente tinha contato com o bispo diocesano, fazendo questão de jogar todo o prestígio da Igreja na questão

“E mais, o SESI, SESC, SENAI entraram com tudo nisto. E discutíamos, dávamos entrevistas nas rádios, televisões, debatendo o trabalho infantil e enfrentando as questões que se levantavam tais como: ‘Não é melhor a criança trabalhando do que cheirando cola?’. Todos estes questionamentos, enfrentávamos cara a cara. Consegui formular a seguinte frase: ‘A criança que trabalha hoje, está tirando o emprego, muito possivelmente, do seu pai ou do pai de outra criança e está se candidatando ao desemprego no futuro, porque não vai conseguir concorrer com as crianças que brincaram, estudaram, se prepararam no momento certo’.

“Este caldo de cultura nos levou a fazer propostas. Uma experiência muito interessante, em Campinas, o Grama, do PSDB, era o prefeito, foi o da primeira bolsa-escola. Uma educadora, professora ou assistente-social, foi quem teve a idéia de trabalhar

com as crianças e constatou que a solução seria uma bolsa-escola vinculada à presença da criança no ensino. E ela dizia que isto não era uma panacéia porque o problema da criança é mais amplo do que isto, criança com pais alcoólatras. Tivemos muitas atuações de empresas que empregavam crianças, mas a idéia primordial era sensibilizar todo mundo e discutir com as ‘Guardinhas’, com estas entidades que têm boa vontade. E mais, discutíamos sem pé atrás, respeitando o trabalho que faziam. Começamos, durante este trajeto – naquela época, era 12 anos para ser aprendiz e 14 para ser contratado -, a discutir a possibilidade das próprias Guardinhas contratarem estes jovens e colocá-los a serviço das empresas. Depois houve a mudança para 14 e 15, uma mudança necessária mas efetuada de forma abrupta e sem discussão, que nos pegou pelo pé. De repente, eu recebia telefonemas: ‘Tenho um rapaz de 14, tenho que mandar embora’. Daí eu interpretava a lei e dizia não: ‘você tem que manter porque a Lei é posterior, não retroage, nós não vamos lhe atuar, ele já entrou no Sistema de Previdência e não deve ser prejudicado’. Isto acabou vingando como sendo uma interpretação, depois, judicial. Discutimos estas questões em cada um dos lugares.

“O que me maravilhou, foi descobrir quão orgânico é o interior do Estado de São Paulo. As metrópoles não conseguem ser orgânicas, mas você tem uma sociedade orgânica nas cidades. Nas entrevistas para as rádios, tínhamos de responder de bate-pronto, foi um sufoco e altamente enriquecedor. A Marcha durou 118 dias. Quando estava chegando na capital, saiu no jornal O Estado de São Paulo, que não costuma cobrir estas iniciativas de caráter oficial.

“A Marcha saiu na 4ª feira de cinzas de 1998, em que Dom Paulo era o Arcebispo. No dia que chegou, parece-me, em julho, o arcebispo já era Dom Cláudio Hummes. Terminou na Praça da Sé. Fizemos uma cerimônia ecumênica, na escadaria da catedral, com a presença de Dom Cláudio Hummes, de Henry Sobel, do representante das Igrejas Evangélicas, dos representantes dos Mulçumanos. Foi feito uma espécie de ofertório em que cada uma das regiões trazia, em painéis, os resultados da Marcha.

“Estas coisas parecem simples mas não são. De repente, faltou luz na frente da Catedral. Tive que procurar, por sorte um amigo, o Henrique Suster, assessor da Eletropaulo, que arrumou um fio para ligar. Tudo foi feito com o apoio da sociedade. Quando a Marcha chegou em Jacaré, outras cidades pelas quais a Marcha não passaria, já estavam se dirigindo para pegar a chama e levar para a sua cidade e fazer uma discussão do assunto. Foi uma irradiação incrível. Os jovens atletas do SESI pegaram a chama em Jacaré e foram até o Santuário de Aparecida, numa corrida de revezamento.

“Em termos de atividade pública, na minha vida, foi o que mais me realizou. Aprendi que é possível você utilizar a máquina do Governo como agente articulador da sociedade. Esta parceria público-privado, no bom sentido, é muito possível. Eu fui para este lugar, de Delegado Regional do Trabalho, devido à Comissão Justiça e Paz. Quando o Barelli me convidou, nós pedimos permissão a Dom Paulo. Eu reencontrei Barelli no Movimento pela Ética na Política. Esta Marcha me mostrou que é possível fazer coisas éticas, sérias. Começamos dentro da Igreja Católica, terminamos em frente a Catedral mas num evento religioso plural e o ofertório foi o avanço que se teve numa questão tão fundamental, que é a questão da criança.

“Na Comissão, descobri, de vez, que a minha militância é a dos direitos humanos. Tudo o que a Comissão fez não foi em torno de Presidentes, pelo menos no período em que comecei a participar e até agora. Era praticamente o que se chama um sistema de

coordenação, cada um era responsável por um aspecto do programa. O presidencialismo existia no Estatuto, inclusive chegamos a discutir uma mudança no Estatuto de Presidente para Coordenador ou Coordenadores. Tem coisas que a gente pessoalmente fez, mas, para fazer isto, era necessário um sistema de coordenação. Você já imaginou alguém, sendo Delegado do Trabalho acumular com a presidência da Justiça e Paz e teve um ano em que, também , presidi o Condepe. E porque que entrou SENAI, SESC, SESI ? Porque eu era conselheiro em todas estas entidades. Descobri que quem tem muitas atividades, faz as coisas, departamentaliza as coisas. Não sei distinguir quando fui presidente ou quando Margarida ou Marco foram. O que tínhamos na fase do Dom Paulo é que ele é que nos inspirava, era muito presente, nos dava liberdade, tinha muita confiança.

“Não tínhamos, não temos e não tem que ter astros, a preocupação de quem é quem. Naturalmente, algumas pessoas acabam tendo destaque em determinados momentos, mas em termos de Comissão não, é o que me encanta na atividade com os direitos humanos, pois as pessoas só conseguem fazer estas coisas em conjunto. As coisas só acontecem se fizermos isto, formos solidários. O período de Dom Paulo terminou gloriosamente com a saída da Marcha Global contra o Trabalho Infantil. É muito difícil dividir por etapas, presidente fulano, presidente sicrano.”^{xxii}

.....

Tendo, Dom Paulo Evaristo Arns, tornado-se arcebispo emérito, muitos da Comissão, especialmente os mais antigos, mais ocupados e um tanto cansados por tantos anos de lutas, julgaram-se no direito de aposentar-se também. Cogitou-se mesmo de fechar a Comissão, idéia que eu, Funari, Malheiros, Candido Malta, Guilherme, Hélio Bicudo, frei Betto e outros rejeitamos.

Dom Cláudio Hummes empenhou-se em animar a Comissão, dizendo que mesmo que estando deficitária economicamente, não poderia ser fechada. E por um motivo muito significativo: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo é uma das glórias da Igreja paulistana, é parte da liturgia e, como tal, sendo símbolo, há que ser preservada.

Para mantê-la, o novo Arcebispo de São Paulo entrou com um pedido de financiamento, em Roma, junto ao Comitato per Gli Interventi Caritativi a Favore Del Terzo Mondo, da Conferencia Episcopale Italiana. Empenhou-se, pessoalmente e por diversos telefonemas a CEI, sem resultado. Por fim, determinou que a Arquidiocese arcasse com as dívidas que a Comissão acumulara nos últimos anos e estabeleceu uma mensalidade para um custo mínimo. Para reduzir os custo, Magaly Godoi, a secretária que nos últimos anos respondia praticamente sozinha pelo expediente da Comissão, foi despedida e admitida como membro da Comissão.

.....

“Duas pessoas sempre me falavam muito da Comissão, André Franco Montoro, meu tio-avô, irmão da minha avó materna, Julieta, e você, amigo da minha família desde sempre”, rememora Guilherme Amorim Campos da Silva.

“Quando saí do colegial, procurei, espontaneamente, meu tio André Montoro, querendo me envolver mais. E ele disse que a primeira coisa que eu tinha que fazer era um curso de formação política. Na medida em que tio André me introduziu em cursos de formação política, em 1987, no IBEAC - Instituto Brasileiros de Estudos de Ação Comunitária, que presidia junto com a Lucy Montoro, eu me interessei por isto, especialmente pelos Direitos Humanos.

“Depois disto, fui acompanhando mais de perto o Montoro, na sua campanha para senador, em 1989, na qual ele não se elege, e na instalação do Instituto Latino Americano, em São Paulo. Ele me dava textos para opinar, que eu queria morrer, quem era eu, um mero estudante, para comentar texto do Montoro ? Era um barato. A partir de 1987, comecei a trabalhar com Montoro, até 1994, na rua Colômbia, quando me formei em direito, pela PUC, e vim trabalhar com Rubens Naves.

“Em 1992, ele me chamou para ajudá-lo a organizar a Julad, uma idéia dele, junto com outros latino-americanos com Raul Alfossin, o presidente do Uruguai. Isto porque estava ficando pronto algo que começou na gestão dele e que o Quécia terminou a instalação física, o Parlamento Latino-Americano, no Memorial da América Latina.

“Montoro acreditava na integração latino-americana. Ele vinha da época da democracia-cristã da década de 50. Sempre condenou a tentativa da integração latino-americana apenas pelo viés econômico. Era importante a questão da identidade. Queixava-se também da ausência cotidiana dos DH.

“Entrei em contato com a Comissão num evento no Centro Cultural São Paulo, em 1989, quando foi lançado o livro Direitos Humanos e, com a presença da Marilena Chauí e outros. Ganhei dedicatórias, inclusive do Comparato, e comprei um pôster.

“Fui o primeiro presidente brasileiro da Julad, aos 22 anos, e o mais jovem da Comissão, aos 30 incompletos. O André se via em você, me disse tia Lucy no velório dele, em 1999. Me deixou arrasado.

“Entrei para o Grupo de Oração do frei Betto, em 1996, bem antes de ser presidente da Comissão. Assumi entre junho e agosto de 2000, e o compromisso do grupo era desenvolver um novo planejamento estratégico, buscando responder a algumas angústias em relação ao papel que deveria ser desenvolvido pela Comissão naquele instante, em que o Estado, não mais o inimigo comum, era até um eventual parceiro na realização de políticas públicas de promoção e defesa dos DH. Buscava-se tecer uma reflexão do que é Justiça e Paz no séc. XXI e de como a Comissão poderia colaborar com as tarefas em torno da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

“A partir daí, com grande esforço do grupo, fez-se um planejamento estratégico, do qual emergiram duas questões básicas: a auto sustentabilidade da Comissão, o que deveria nos levar também a trabalhar mais em rede, em conjunto com outras entidades irmãs. Em relação à macro-visão da CJP procurou-se dar continuidade a uma série de conversações que vinham de há muito, desde o tempo de conversas na casa do Marco Antonio Rodrigues Barbosa, com a presença de Margarida, Candido Malta, Funari e o geógrafo Milton Santos, em 1998-1999, o qual não dizia não acreditar no papel das ongs.

“Procurou-se dar seqüência a esta macro-visão e envolver outros atores e a nossa conclusão foi que a Comissão deveria continuar tratando das grandes questões nacionais e não pontualmente, em tarefas específicas, até por não ter, naquele momento, quadros para isto.

“Havia um consenso quanto à importância de se renovar os quadros da Comissão. Tudo isto deflagrou um esforço por parte de todo o grupo no sentido de buscar um maior link com outras entidades.

“Lembro-me de ter aproveitado várias viagens ao Rio de Janeiro, por necessidade de trabalho, para me encontrar com o pessoal do Centro de Justiça Internacional-CEJIL, com o qual chegamos a entabular um instrumento de convênio envolvendo a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, à época presidida pelo Dr. Hélio Bicudo. Com Marco Antonio Rodrigues Barbosa, fui à casa do Dr. Hélio apresentar-lhe esta minuta, o que mostra o comprometimento, inclusive do Marco Antonio, em soerguer algumas atividades da Comissão. Infelizmente, talvez por questões da própria OEA, este acordo não saiu do papel.

“Em 2002, apresentamos o Projeto de Observatório-DESC à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, na época presidida por Paulo Sérgio Pinheiro, nosso companheiros de Comissão, que dialogou muito conosco, tentando nos ajudar. Creio que a coisa não vingou por uma questão de orçamento da Secretaria e pela abordagem

“Contatamos também a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, a FASE^{xxii}, por uma sugestão de frei Betto, o qual, em conversa quando assumi a presidência, me disse para tentar fazer uma coisa arrojada. Com a FASE, a partir de conversas que mantivemos com Pedro Cláudio Cunha Bocayuva, vulgo Cunca, conseguimos acertar uma parceria, em função da respeitabilidade que a CJP tem hoje nos cenários das ongs, produtiva em alguns aspectos.

“Primeiro, a FASE vinha desenvolvendo, juntamente como Movimento Nacional de Direitos Humanos, a constituição de um capítulo brasileiro do Observatório dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – DESC, que buscava, em um grande esforço de articulação de ongs, mapear o grau de eficácia de políticas públicas, na área dos direitos humanos - de uma maneira local, regional e nacional – de forma a subsidiar relatórios ‘sombra’ da sociedade civil, para confronto com os relatórios oficiais a serem feitos pelo governo brasileiro, anualmente, para dar conta do cumprimento de compromissos assumidos no Pactos Internacionais dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. No meio das ongs, costuma-se monitorar também o cumprimento de metas assumidas na área do meio ambiente. Por isto vamos encontrar uma diferença entre as siglas DESC e DESCA, esta última incorporando os direitos ambientais.

“A Comissão era a secretaria regional deste monitoramento. Magali Godoi coordenava e monitorava estes esforços de articulação, de avisar sobre os eventos, de divulgar, de buscar uma estrutura mínima, de mobilizar os membros da Comissão para participar de mesas etc.

“Por conta desta parceria com a FASE, tivemos a ocasião de ir, com o Cunca, para Barcelona, no Encontro Europeu e Austral dos Observatórios DESCs, na Universidade de Barcelona, onde pudemos relatar a participação da CJP. Mais de 1.330 ongs montaram relatórios sobre a sociedade civil. Em Barcelona nos aproximamos de algumas entidades financiadoras, a NOVIB, sediada em Haia, que já financiara o CJP no passado, e Terre des Hommes.

“Isto acarretou nossa boa inserção nos dois primeiros Fóruns Sociais Mundiais, em 2001 e 2002. Eu, Marilu Bierrenbach, Margarida Genevois, Magali Godoi, Gustavo Ungaro, Flávia Piovesan, foram alguns dos membros da Comissão que marcaram presença, além do próprio Chico Whitaker, que muito nos ajudou..

“Promovemos, no Fórum Social Mundial, em conjunto com a FASE, um fórum Latino-americano dos Observatórios Desc, com a presença de José Contreras, da Plataforma Continental dos Desc, de outros capítulos, da seção brasileira. Demos prestígio a eles com a presença da Comissão e ampliamos nossos contatos.

“Ainda no Fórum Social Mundial, tivemos um evento no auditório da Faculdade para mais de 800 pessoas. Nossa mesa contava com Flávia Piovesan e Azis Ab Saber, o geógrafo da USP.

“Substituindo Belisário, convidado pela Comissão de Direitos Humanos Sueca, fui a Estocolmo. Havia a possibilidade de reencontrar pessoas de Barcelona. Fiquei de 7 a 11 de novembro de 2002,. Depois, fui a Haia, visitar a Novib e a Icco.Cedar. Verificamos que só financiavam projetos pontuais, nada de infra-estrutura e queriam uma contrapartida imediata, que não tínhamos.

“O principal problema da CJP continuava sendo os financiamentos e seus membros não conseguiam mantê-la de fonte própria. Quero lembrar os esforços de Dom Cláudio, em Roma, com diversos telefonemas para a CEI. Há uma mudança na política de financiamento das entidades financiadores para projetos menos macro e mais pontuais, com indicadores de resultados muito precisos. Não é que a Comissão não tivesse condição de ser financiada, não era isso. O projeto é que não se encaixava.

“Dom Cláudio saldou as dívidas acumuladas da Comissão, através da Cúria Arquidiocesana. Não convocamos novos membros porque queríamos nos reestruturar. Malheiros chamando umas seis pessoas, no início de sua gestão, demonstra que a reestruturação estava se fazendo.

“Em 2002, há uma nova rearticulação com o pessoal organizador dos Colóquios de DH, com uma entidade presidida pelo Oscar Vilhena, por dois anos. Tivemos a oportunidade de ajudar na divulgação, organização e participação do evento.

“Neste período houve um trabalho técnico importante junto ao pessoal da Fundação Friedrich Herbert, participamos de um debate sobre Direitos Humanos e Mídia, que foi publicado, discutindo inclusive o papel da Educação em Direitos Humanos na mídia.

“Lastimo ter estado pouco disponível no final de minha gestão, com filhos nascendo e fazendo o mestrado, cujo tema foi Direito ao Desenvolvimento^{xxii}, uma decorrência da minha preocupação com os direitos humanos e já está publicado. Dediquei-o inclusive ao tio André, ‘pelos lições que legou de simplicidade, honradez e de vivência da democracia’. Atualmente, além do escritório, leciono também Direitos Humanos na FMU, em quatro turmas.

“O que mais me frustrou foi não ter conseguido um projeto de grande visibilidade na Comissão, um debate, por exemplo, que tivesse tido repercussão pública, gerado um livro. Mas refizemos o estatuto, a Comissão tornou-se uma oscip, inclusive para possibilitar financiamentos públicos.

“Estive duas vezes com Dom Paulo. Quando ingressei como membro, em 97, e, depois, quando me tornei presidente, fomos conversar com ele no convento de São Francisco. Ele me recebeu com entusiasmo, me achou muito menino para ser presidente e estava certíssimo.

“Foi pesado para mim ser presidente. O momento mais pesado foi quando de uma rebelião no Carandiru. Fomos para lá, eu e o James Cavalaro, que estava no Centro de Justiça Global, em São Paulo. Ficamos das 8 da manhã às 8 da noite, eu como presidente da CJP, ao lado do Greenhalgh, do senador Suplicy.

“Vi a hombridade moral de Suplicy. Um corregedor bateu na portão do presídio, disse que queríamos entrar e o comandante da tropa de choque disse que ele não entraria, não havia condições. O corregedor acatou e agradeceu. Suplicy bateu no portão e disse que ia entrar: ‘Sou Senador da República, saia da minha frente’. Entrou e, depois, nos fez entrar.

“E quando, finalmente, entramos, vi um homem degolado, a cabeça de um lado e o corpo de outro. Nada que se aproximasse do massacre, mas me deixou muito tenso. Creio que foi em 2001. Não me lembro da data, tem coisas que a gente quer esquecer e esta é uma delas.”^{xxii}

.....

Atual presidente (2005), Malheiros recorda algumas atividades:

“Fui convidado para ser membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, da qual vim a ser coordenador, quando era advogado.

“Hoje, sou voluntário do Viva e Deixe Viver, somos contadores de história e fazemos palhaçadas em 22 hospitais da grande São Paulo, um trabalho de humanização hospitalar, trabalho no Emilio Ribas. Os Doutores da Alegria são nossos parceiros.

“Durante 7 ou 8 anos, trabalhei ligado à ordem masculina da Madre Thereza de Calcutá, os Irmãos de Caridade. Cheguei lá, através do Giancarlo Altionero, dono de uma loja de lustres na rua Pamplona, que conheceu o irmão Jaime, um indiano, da ordem. Trabalhei com crianças e jovens, fazíamos caminhadas da Praça da República até a Praça da Sé, foi uma experiência maravilhosa.

“Eu era advogado de família, profissionalmente, minha especialização na advocacia. Troquei minha banca pela Magistratura. A reforma do Judiciário não nos atendeu e estamos afogados em processos.

Fui participar da desocupação do CRUSP, que poderia explodir, com botijões de gás no corredor, fiação descascada. Tinha gente do PT, da Usp, da CJP etc e depois de uma fala minha, um punk de cabelos verdes, levanta lá do fundo da sala e me chama de nazista. Na hora, fiquei uma fera, a única vez na vida em que fui chamado de nazista.

“Estive num dos primeiros acampamentos do Sem Terra no Pontal de Paranapanema.

“Fui indicado, pela ONU, como integrante da Comissão e através do Belisário, para observador internacional das eleições paraguaias. Aconteceram coisas engraçadíssimas e outras muito interessantes e importantes”.

Em assembléia que contou com a presença de Dom Cláudio Hummes, Cardeal Arcebispo, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo elegeu e empossou, em 25 de agosto de 2004, sua nova diretoria: “Tenho muito orgulho de ser presidente da CJP, um orgulho cheio de angústia, porque a Comissão esteve para morrer, tomou extrema-unção, saiu do coma, saiu da UTI, mas ainda está na Cadeira de Rodas, embora lúcida. Precisamos revigorar a CJP, precisamos de um Projeto”, disse Antonio Carlos Malheiros.^{xxii}

Na mesma Assembléia de 25 de agosto foram indicados como novos membros da entidade, além de Magali Godoi, há muito membro de fato, os nomes de: Camilo Vannucchi, Flávio Croce Caetano, Gustavo Ungaro, Josephina Bacariça, Luiz Carlos Costa, Marcelo Fonseca, Maurício Benedine Brusadin, padre José Rodolpho Perazzolo e padre João Júlio Farias Júnior.

.....

“A Escola de Governo de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil – Federal e Seção São Paulo, representadas pelo Prof. Fábio Konder Comparato e Dr. Cícero Harada, lançaram a Campanha em Defesa da República e da Democracia, no último dia 23 de março, em sessão solene na Faculdade de Direito da USP.

“O primeiro ato da Campanha foi o lançamento de coleta de assinaturas para subscrição do Projeto Lei nº 4.718/2004, que regulamenta o art. 14 da Constituição Federal, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular, revogando a Lei nº 9.709/98, que os coloca sob inteira dependência de decisão do Congresso Nacional.

“O Projeto de Lei nº 4.718/2004 pretende iniciar a transformação da vida política, uma vez que o povo poderá propor Leis a serem apreciadas prioritariamente pelo Congresso Nacional, bem como poderá ou deverá, em determinadas situações, decidir (aprovando ou reprovando), diretamente, os atos governamentais ou legislativos que possam gerar conseqüências danosas aos objetivos fundamentais da nossa República (artº 3 da CF/88): I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

“Futuramente, a Campanha pretende elaborar anteprojeto de lei de responsabilidade social e obter a regulamentação das rádios comunitárias. A Comissão Justiça e Paz de São Paulo apóia totalmente esta Campanha e deverá integrar a constituição de um observatório crítico do funcionamento dos serviços públicos essenciais.

“Esta Campanha tem como objetivo transformar a República Federativa do Brasil em verdadeiro Estado Democrático de Direito, fundamentada pelos princípios (interpretação dos artºs 1º e 14 da CF/88): 1º) Soberania do povo, uma vez que todo o poder emana deste, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição; 2º) A cidadania; 3º) A dignidade da pessoa humana; 4º) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; 5º) O pluralismo político.”

Com o texto supra, publicado em O São Paulo, a Comissão aderiu à Campanha, em março de 2005.

.....

Belisário tem algumas reflexões quanto ao futuro da Comissão:

“Olha, não havia muita dúvida com relação ao foco, hoje há alguma dificuldade para enxergar qual será o verdadeiro foco porque a Comissão antes reunia pessoas cujo foco era generalista, era uma atuação a partir de uma idéia de confronto entre a atuação do governo e por tanto, a ordem jurídica. Eles eram advogados que podiam denunciar uma violação e a denúncia era cometida por pessoas que podiam fazer esse confronto, confronto entre o direito posto e o direito que deveria ser, o direito posto e as normas internacionais. A idéia que o ambiente cultural exigia tivéssemos era superior ao que o governo achava. Entre violação e o direito era uma posição de juristas. Quando a Comissão foi escolhendo pessoas extremamente qualificadas em distintas áreas de atuação, era normal porque num determinado momento, com as demandas sociais, culturais, econômicas ressurgindo, a

Comissão se ressentiu de multidisciplinaridade nos seus quadros. Quando ela utiliza essa multidisciplinaridade ela se porta bem, ela avança bem, mas hoje...

“Multidisciplinariedade, enquanto havia quorum, havia esse conceito. Hoje, diretamente, a Comissão não sentiu a necessidade de se pronunciar sobre temas gerais que aflorem dos temas trazidos por cada um de seus membros, os quais tem muito foco sobre a ótica do seu conhecimento da sua atuação. E então hoje ela não consegue, talvez pela falta de financiamento, pela falta de uma estrutura executiva mais forte, não consegue dar vazão aos projetos que foram criados. Foram criados projetos importantes, foram pensados projetos importantes. De longe, talvez o mais importante, numa quadra em que tomaram posse 4.000 prefeitos, você vê que ali tinha um projeto de pensar a sociedade, de pensar a comunidade política dentro de um município.

“Temas como segurança, como democracia, como saúde, até porque isso se faz necessário se e quando houver a reforma política, essas lideranças que surgem dos bairros serão importantes, daí sairá um dos dois candidatos em que cada um de nós poderemos votar se vier a reforma, pelo menos o sistema distrital misto, se vier o sistema distrital puro eu não acredito. No sistema distrital misto você vai votar em alguém de sua comunidade e alguém em geral. Se vai votar em alguém de sua comunidade, você precisa de um trabalho, senão vai ser uma questão de marketing político, de dinheiro, de investimento muitas vezes espúrio, de capital. Se a comunidade entendesse isso, ela trabalharia esse projeto que vem de um arquiteto, e que visa a democracia.

“Fui às primeiras reuniões da atual diretoria e disse ao Malheiros: “Essas reuniões aconteceram e foram boas assim, mas se a gente repetir isso, não vem mais ninguém. Porque a gente não entendeu o que a comissão vai fazer. A cada momento, alguém que não veio na reunião anterior vem agora, coloca seu pensamento. Nós precisamos exercitar mais a virtude de ouvir. Todos temos e queremos a Comissão. Acho que a Comissão tinha que talvez refazer a sua composição. Ela tem uma composição excelente, mas nesse momento decisivo, decidido o que vamos fazer, vamos escolher uma Comissão para ela e, os membros que não se adequarem a isso, não vestirem o figurino...

“Creio que a CJP poderia fazer uma reflexão para onde caminha, criar uma comissão executiva, colocar todos os seus ex-membros e dotar-se de uma composição compatível com esse novo momento. Não tentar fazer uma operação pela qual a sua composição atual vai se adaptar às suas novas funções. A grande questão aqui é formular o foco de atuação. Esse foi o meu foco na primeira reunião da atual diretoria: eu disse o seguinte: temos que decidir um foco de atuação. A atuação generalista hoje não cabe mais. Claro que você tendo um foco, não perde mais o foco. A instituição generalista hoje, por excelência é a Ordem dos Advogados do Brasil, que pode falar em democracia, pode falar em República. Mas a CJP, neste momento não.

“A Comissão era procurada pela sua força moral. Quando outros entes adquirem ou pretendem ter adquirido um força moral, a CJP é menos procurada. Precisa exercer sim uma opção. O GAJOP foi advogado dos que não tinha advogado. Trabalhei com eles e criaram uma outra coisa, um sistema de proteção às testemunhas. Venderam a idéia para o Brasil.

“A grande questão das Ongs e das Oscips, e venderam a idéia, é de que eles, entidades civis, deveriam administrar isso. Isso pegou até em São Paulo. Quando fui Secretário quem administrava esse sistema era uma entidade de Campo Limpo, administrada pelo PT. Fui muito combatido por isso, mas preservei essa idéia até mesmo

porque eles administravam apartidariamente; tenho muito respeito por esse pessoal, não era do PT, os dirigentes eram preponderantemente do PT. Acho que hoje, um dos caminhos importantes é pensar no futuro, eu trabalhei muitos anos com estrategistas, Dom Paulo, Mário Covas.

“Hoje você deve entender que virá uma reforma política, do jeito que está não é possível ficar. Ninguém pretende substituir a democracia direta representativa, por democracia direta. Não dá, o tamanho do Brasil, não dá. Devemos fortalecer, claro, a democracia participativa, eu sou a favor desses movimentos, do Comparato. Nós devemos criar uma nova forma de democracia chamada participativa direta. Uma das formas de entender essa reforma política. E nessa reforma política seguramente virá um fortalecimento do poder, do prestígio local. Trabalhar essa questão e a Comissão não tem tamanho para trabalhar essa questão no Brasil. Ela tem que ter competência para trabalhar questões inovadoras como fez com direitos humanos. Creio que se você for falar da CJP, para algumas pessoas, eu acho que você deve ouvi-las sobre o futuro. O que é o futuro da Comissão para essas pessoas? Para mim, o futuro é você entender o que virá em relação a esta instituição política, os partidos, o Congresso, para saber qual é o trabalho que vai sobrar. O trabalho que vai sobrar é um trabalho importantíssimo”.^{xxii}

.....

Marco Antonio Rodrigues Barbosa faz um balanço final:

“Minha maior frustração é com a questão dos direitos humanos em si mesma. Não há uma dinâmica evolutiva permanente, evolui um pouco e regride outro tanto. Sobretudo no que se refere aos mais marginalizados, às crianças e adolescentes na Febem, a questão dos presídios que continua uma tragédia neste país, as crianças nas ruas, coisas que não conseguimos superar efetivamente.

“Para o futuro da CJP, não estou vendo uma consciência de participação coletiva. É necessário destacar o apoio que ela continua recebendo do atual Arcebispo, Dom Cláudio Hummes. Vejo um esforço muito forte e individualizado por parte do Malheiros, mas não estou vendo adesão. As pessoas precisam perceber que a Comissão é importante ainda.”^{xxiii}

.....

Em 15 de junho de 2005, o, a época, vice-presidente da Comissão, Antonio Funari Filho, tomou posse como Ouvidor de Polícia do Estado de São Paulo. À Ouvidoria cabe receber reclamações e denúncias da população de irregularidades praticadas pelas polícias Militar e Civil. Em cerimônia em que se fizeram presentes companheiros das muitas fases de sua vida, Funari, em discurso emocionante, disse que sua experiência de vida lhe mostrou que é preciso ouvir e ouvir sem preconceitos.

O nome do ouvidor é indicado pelo Condepe – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, um órgão em que a sociedade civil tem maioria e que já foi presidido por alguns membros da Comissão: o próprio Funari, Marco Antonio Rodrigues Barbosa e Terezinha Fram.

.....

Gilberto Dimenstein publicou artigo num jornal^{xxii} apontando o descaso da imprensa para o que realmente importa no noticiário do país. Um exame (Saresp) constatou que alunos que passaram pela pré-escola tiveram melhores notas em língua portuguesa:

“Uma experiência que envolve governo, fundações e empresários, realizada em 2.400 escolas públicas abertas nos fins de semana, conseguiu reduzir os índices de agressão, as depredações, o tráfico de drogas e o desrespeito aos professores. Instrumentalizaram-se, nessas escolas, jovens para atuar como agentes comunitários. Mais uma vez, nenhuma repercussão.

“Uma das mais importantes experiências sociais brasileiras é a redução da taxa de homicídios na região metropolitana de São Paulo; só na capital, a queda foi de 40%. Em bairros pobres, devastados pela violência, como Heliópolis (120 mil habitantes), Cidade Tiradentes (150 mil habitantes) e Jardim Ângela (120 mil habitantes), graças a engenhosas articulações comunitárias, conseguiram ir mais longe: baixa de, respectivamente, 50%, 70% e 75%. Lembre-se de que, até pouco tempo atrás, o Jardim Ângela era apontado como a região mais violenta do planeta.

“A repercussão dessas descobertas limitou-se, ainda assim escassamente, a São Paulo.

“O efeito da corrupção é, como se vê, maior do que se imagina. Além do desvio de dinheiro e de abater a moral de todo um país, colabora para tirar ainda mais o foco do que realmente importa numa nação, que é a melhoria do seu capital humano, cuja prosperidade significa mais emprego e salários.(...) Seremos um país de fato desenvolvido quando resultados como o do Saresp produzirem tanta emoção como os resultados futebolísticos. Pode não parecer, mas a habilidade de nossos alunos é mais importante do que a dos jogadores.”

.....

“As feições delicadas e a fala serena da socióloga Margarida Bulhões Pedreira Genevois, de 82 anos, escondem uma mulher de coragem que dedicou sua vida ao combate à violência e às injustiças sociais. Foi a primeira mulher a integrar a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em 1972.

“Sob a proteção e o apoio de D. Paulo Evaristo Arns, ouviu relatos assustadores de torturas, amparou famílias de desaparecidos políticos e ajudou pessoas a fugir para não serem presas durante a ditadura militar. Chegou a esconder dezenas delas para que pudessem escapar da polícia.

“ ‘Acredito que salvamos a vida de muita gente, sim. Quando era possível, dávamos um jeito de botar no avião e mandar embora o mais depressa’, relembra Margarida, que muitas vezes não revelou ao marido, uma francês, os riscos que correu durante o regime militar. ‘Ele tinha muito medo que eu fosse presa. E não sabia de tudo o que eu fazia, não. Que eu escondia pessoas, que tinha certos tipos de contato. Nem sempre foi fácil lidar com isso, mas faz parte’, conta. ‘Eu tinha uma certa inconsciência (do risco). Não chamo de coragem, não. O que tinha que fazer, fazia. Eu tive ameaças telefônicas, cartas anônimas. A polícia foi lá uma vez’.”

Este texto integra a matéria que Regina Terraz publicou no Diário de São Paulo de 03 de julho de 2005, domingo, sob o título “Treze mulheres de SP concorrem ao Nobel da Paz”, sobre o projeto “1.000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005” que pretende

premiar mil mulheres em todo o mundo porque em 104 anos de existência, o Nobel da Paz foi atribuído apenas a 13 mulheres. 153 países fizeram indicações, cota decidida de acordo com o número de habitantes. A cota do Brasil é de 52, São Paulo entrou com 13 e Margarida Genevois é uma delas.

.....

Para começar a encerrar estas memórias da Comissão, creio que o melhor é transcrever um bilhete que Margarida Genevois recebeu, num evento na Faculdade do largo de São Francisco, em 09 de junho de 1998:

“Meu nome é Ricardo Diaz, argentino, uma prova viva de que a militância em Direitos Humanos traz seus frutos. Homenageio a mesa de eruditos, muito especialmente a Margarida Genevois, porque eu sou um dos mil e tantos que a sua crença nestes direitos (*salvou*). Ao ter perdido meu pai (*desaparecido*) e deixando para trás uma mãe fora da realidade, encontrei em São Paulo, na Comissão Justiça e Paz, a mãe que me mandou para a liberdade, na França. Aproveito esta ‘casualidade’ para depois de 22 anos dizer obrigado aos brasileiros, na pessoa de Margarida Genevois. Os Direitos Humanos valem a pena e são humanos para humanos”.

XI

O CARDEAL DOS DIREITOS HUMANOS

Dom Paulo Evaristo, o Cardeal Arns, assim falou dos presidentes da Comissão no seu tempo à frente da Arquidiocese de São Paulo:

“Eu deixava o Dalmo escolher as pessoas. Como jurista, me orientava como proceder, como responder às acusações e como entrar em juízo contra alguém. Ele era o nosso mestre. Dalmo Dallari foi presidente em um período de muitas prisões e fugas. Foi nesta época que as pessoas, como Fernando Henrique Cardoso, foram embora. Dalmo era o nosso mestre.

“José Carlos Dias foi um presidente extremamente eficiente em todas as iniciativas. José Carlos colocou tudo o que tinha à disposição da Comissão Justiça e Paz. José Carlos teve casos jurídicos, que enfrentou com sabedoria, fineza, e também com esperteza. Nunca foi de alguma maneira derrotado ou denunciado por um erro ou por uma falsidade. Foi conosco um homem correto do primeiro até o último dia, embora perdesse, por causa disto, muitos clientes, homens ricos, que o consultavam e que depois disso retiraram-se, ele me contou, com medo de que não pudessem continuar os negócios por causa da situação dele como Presidente da Comissão.

“E eu disse para ele: mas o senhor pode contar com todos os membros autênticos da Igreja. Com isto o senhor pode contar. E eu vou falar para a gente rica da Igreja que o senhor é o homem de mais confiança que nós temos.

“José Carlos Dias teve pouco tempo, mas um tempo muito tenso, um tempo muito autêntico. Portanto, pode escrever, um tempo curto, denso, autêntico e muito eficiente. Ele ficou até ser nomeado Secretário pelo Montoro e, mais tarde, Ministro da Justiça.

“José Gregori era homem de confiança de todo mundo. Participou da grande batalha dos operários, da greve dos operários, do começo até, praticamente, a conclusão. Teve o mérito de conseguir que nenhum operário fosse condenado e que fosse condenada a polícia, que enganava os operários. O Gregori acompanhou o atual Presidente da República (Luís Inácio Lula da Silva) em todo lugar, dando conselhos de como agir. Gregori nos ajudou também a elaborar os documentos que publicamos. Era o Dallari, ele ou o José Carlos Dias que eu chamava, conforme a possibilidade de cada um.

“Eu ia praticamente toda a semana, três vezes, para falar com o comandante do segundo exército, que mandava em São Paulo e no Mato Grosso. Ele sempre me dizia que a Comissão Justiça e Paz tem advogados tão bons, uma elite tão boa, que jamais poderemos condená-los. Nunca chegaremos a ter o mesmo nível da Comissão Justiça e Paz. Os comandantes me disseram isto diversas vezes. Quer dizer, a nossa Comissão era tida como possuidora de um tal nível que jamais poderia ser atingida por eles, isto é importante você anotar. Eram os melhores profissionais do Brasil e os mais cotados, mesmo entre os militares.

“A Universidade de São Paulo teve um papel de tal relevância que cheguei a fazer uma conferência para agradecer, com a sala lotada, dizendo tudo o que a USP tinha feito para que a revolução não atingisse o grau de crueldade e destruição que ocorreu em outros países. Foi na Faculdade de Direito mesmo.

“Margarida teve um mérito extraordinário, o mérito de levar o acúmulo de conhecimento da Comissão Justiça e Paz às escolas e ao ensino do Estado de São Paulo.

“Podemos dizer que Margarida Genevois representou as mulheres de uma maneira tão eficiente que, embora tivesse sido, muitas vezes, a única ou uma das poucas presentes, porque tinha outras também, mas poucas presentes; ela era sempre a animadora e a incentivadora de todos os membros da Comissão.

“Marco Antonio foi um homem de extrema esperteza e capacidade para enfrentar o momento em que o sistema militar estava se debilitando. Foi o homem certo para o momento histórico que não volta mais. Nunca vi Marco Antonio cometer um erro, nem na tática nem no conteúdo de suas apresentações. Ainda tinha o dom, de ser gentil, sorrir e ser agradável a todos, sem ser injusto para com ninguém. Marco Antonio nunca será esquecido na Justiça e Paz. O que se fez naquele tempo é muito difícil de dizer.

“Com a Margarida e o Marco Antonio é que começou a difusão e simpatia em relação à Comissão, no Brasil inteiro. Quando se citava São Paulo, citava-se a Comissão Justiça e Paz. Era a mesma coisa.

“Podemos dizer que estes dois, Margarida e Marco Antonio, é que tornaram conhecida no Brasil e simpático tudo o que a Comissão Justiça e Paz fazia e faz, que não era e não é a favor de bandidos, mas sim em favor da libertação do povo. Era a Teologia da Libertação posta em prática por estas duas pessoas leigas, que têm um mérito singular na Comissão.

“Porque estes dois fizeram a Comissão Justiça e Paz se estender a todos os domínios da vida e não apenas à repressão. Isto é bom anotar: ambos levaram a Comissão a estender seus princípios e a aplicar seus métodos em todos os domínios da convivência humana.

“Se fossem ouvidos, nos dias de hoje não teríamos nem tantos crimes, nem tanta violência, nem tanta corrupção, nem tanto desânimo entre o povo brasileiro.

“Eles foram a verdadeira bandeira da Esperança.

“Nós podemos dizer de Antonio Funari que ele foi a conclusão de uma época de transição. Foi a conclusão de uma época em que as circunstâncias eram totalmente diversas e o mundo inteiro trabalhava pela globalização. Não havia mais o comunismo, não havia mais a esquerda e a direita tão acentuados. Um trabalho especial, dele, foi o de manter viva a chama da Justiça e Paz em toda a Arquidiocese de São Paulo.”^{xxii}

.....

E os membros da Comissão não se furtam a falar do Cardeal Arns, muito pelo contrário. Margarida Genevois se emociona: “Dom Paulo inicialmente me inibia mas depois nos tornamos amigos. Sim, porque a gente lidava sempre, todo dia ele ia lá, ia falar comigo, toda hora me chamava para problemas. No fim se criou um diálogo muito positivo, com muita confiança. Eu cresci muito com a confiança de Dom Paulo, porque é uma qualidade que ele tem, fantástica, de acreditar nas pessoas. Isto faz crescer. Digo sempre, eu sou a prova viva.

“No fim, a gente esquece quem é, o cargo dele, é um amigo, é um pai com quem estamos falando.”^{xxii}

.....

Dalmo de Abreu Dallari entusiasma-se: “Dom Paulo é uma das grandes figuras da Igreja Católica, é uma grande figura da história brasileira também e até diria mais, da história da humanidade. Realmente, o trabalho dele em favor da pessoa humana, da dignidade humana é excepcional e com um grande feito prático. Dom Paulo assumiu riscos, Dom Paulo foi aos presídios, Dom Paulo falou quando era perigoso falar, pouca gente tinha coragem de falar e ele sempre falou com muita clareza.

“Dom Paulo é uma figura excepcional. Acho que ele é bem aquela figura mencionada no sermão da sexagésima do Padre Vieira, quando fazia análise da situação do Brasil e dos pregadores, o Padre Vieira diz isso; “Os pregadores do nosso tempo não produzem frutos! E por que não produzem frutos? Porque pregam apenas para os ouvidos e não para os olhos, pregam com palavras e não com exemplos”.

“E Dom Paulo prega para os ouvidos e para os olhos, ele vai a lugares e fala, ele vai a grupos comunitários e fala na hora certa e fala abertamente, nunca faz cálculo para saber se isso vai ser bom para mim ou não. Ele diz aquilo que é cristão, que é uma exigência de justiça,, faz denúncias, faz coordenação, faz reivindicações sem fazer cálculos e isso é fundamental, é de uma fidelidade absoluta às suas crenças. E é sempre estimulante, um aspecto inteiramente de Dom Paulo é que, sempre que nos encontrávamos, a primeira coisa que dizia, era: ‘Coragem, coragem, coragem’, e a gente teria vergonha de não ter coragem, não havia nem condição de não ter coragem. Ele estava dando o grande exemplo, era um general que saía em frente da tropa e não atrás, então isso teve uma importância prática muito grande, não só para a Justiça e Paz, mas para muita gente, inclusive não católicos. E este é um aspecto muito importante, assisti a muitos encontros de D. Paulo com militantes, muitas vezes do partido comunista, e Dom Paulo nunca perguntou se a pessoa era católica ou não, era um ser humano, uma pessoa que tinha anseio de justiça, que tinha familiares perseguidos ou pessoas que estavam sofrendo violência ou tinha sofrido violência, era um ser humano.”^{xxii}

.....

Belisário dos Santos Júnior afirma:

“Dom Paulo afirmou a realidade da Igreja e prestigiou as pessoas. Ele não é personalista de forma nenhuma. Ele encarnou esta defesa. Nós é que cultuamos muito essa personalidade, é a gente que identifica nele isso. Quantas pessoas cresceram à luz dele: Zé Carlos, Dalmo, Fábio, Maria Vitória, você, Marco Antônio, Margarida, as pessoas que passaram pela CJP, mercê dessa descentralização, tinha que aparecer e realizar o trabalho. Ele fazia as pessoas crescerem e ao mesmo tempo ia à frente, nas interpelações que fazia ao Golbery, nas interpelações aos ministros, comandantes do exército, forças policiais, ia sempre à frente. Acho que ele encarnou, primeiro, a denúncia; depois, ele encarnou construir formas de organização social como as comunidades eclesiais de base, vicariatos de construtores da sociedade civil, reinstalou uma rádio, prestigiou movimentos. Ele animou a construção da democracia, abrigou as campanhas da Anistia, participou desse movimento que foi construir o Brasil Nunca Mais.

“Dom Paulo integrou o Brasil à América Latina. Ele não criou mais uma entidade para fazer isso. Ele prestigiou o CLAMOR, evidentemente que ele prestigiou também a Associação, ele me prestigiava,, me tinha como instrumento.

“São Paulo, no exterior, era a Comissão Justiça e Paz. A Comissão, naquele início, prestigiou a defesa de presos políticos, ela trabalhou bastante na questão da defesa dos defensores e na defesa dos valores, foi uma coisa bastante impactante e ainda hoje é, quando você lê aqueles escritos.

“A Comissão teve a boa intuição, a sabedoria de sempre por primeiro se pronunciar nos grandes temas, reconhecer os grandes temas e se firmar nisso. Quando ela nota que a Lei de Estrangeiros começava a tomar conta como afirmação de uma nova fase de "repressão light", ela ajuda a criar aquele serviço a que me referi. Ela nota a necessidade de afirmar que era possível um ente da sociedade civil ter responsabilidade social e criar uma entidade que trabalhasse diretamente na recuperação dos Direitos Econômicos e Sociais, e cria aquela Associação pela Solidariedade no Desemprego. A Comissão animava isso, ela participava, não se preocupava em constituir um curriculum. O CLAMOR participava de iniciativas que ele próprio criava, e outras também. A Comissão tinha a tradição de apoiar, era tanta a confiança que ela depositava nos seus membros, que onde eles estivessem eles eram membros da Comissão. É uma história difícil de ser contada porque ela é a história da Comissão e de seus membros. Essa era uma virtude da Comissão.”^{xxii}

.....

Para Marco Antonio Rodrigues Barbosa: “Minha maior alegria enquanto Presidente da Comissão foi o fato de ter o reconhecimento de Dom Paulo, ter feito um trabalho que teve um significado para ele. Isto me deixa muito feliz.

“Dom Paulo é a origem de tudo isto, é o grande iluminador de toda a trajetória desta entidade, que, a meu ver, teve um papel de diversos matizes, de diversos significados que mudaram a história do país, eu acho, pelo menos na área de São Paulo.

“Trabalhar com Dom Paulo foi um dos momentos mais significativos para mim, pessoalmente. Primeiro, porque não houve um momento sequer em que houvesse qualquer tipo de divergência de pensamento, de atitude, de iniciativa. Muitas vezes, nós até o representamos fora do país e sempre houve uma convergência de idéias e de pensamentos. Em segundo lugar, ele sempre deu um apoio incondicional à Justiça e Paz e, terceiro, ele propugnava isto para todo mundo ouvir, que a Comissão representava o pensamento dele, o que ele objetivava na sua linha de atuação pastoral e de atuação política, da qual ele jamais divergiu desde a sua criação até o último momento em que ele ficou à testa da Comissão, antes de se afastar da Arquidiocese de São Paulo. Dom Paulo é o grande inspirador disto tudo, constante e permanente.”^{xxiii}

.....

Para José Carlos Dias: “Apesar dos temas sempre serem densos, assuntos pesados que tratávamos nas reuniões que tínhamos na casa dele – as reuniões, no começo, eram na casa de Dom Paulo – ele, com o cachimbo, e eu, também com o meu, eram extremamente enriquecedoras. As reuniões em que eu ia despachar com ele - à noite, não é ? -, chegava lá, ficava uma hora, quarenta minutos, só nós dois conversando. Eu levando informações, ele me chamava para transmitir alguma coisa, com aquele poder de síntese que ele tem, aquela postura forte no falar. Gostei de ver, dias atrás, estive com ele no convento São Francisco, e ele está firme.

“Sob o ponto de vista da minha história, foi muito enriquecedor, primeiro, ter defendido os presos políticos e, depois, ter ido para a Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Mas apenas a convivência com Dom Paulo já seria suficiente. Era um encantamento.”^{xxii}

.....

Para todos nós da Comissão Justiça e Paz de São Paulo fica a habitual saudação de despedida de Dom Paulo Evaristo, o Cardeal Arns, nosso profeta, o Cardeal dos Direitos Humanos, a cada encontro, grupal ou individual, tão marcante que a repetimos entre nós, a sério ou brincando, a saudação que muitos de nós escutamos e ouvimos a cada vez que o encontramos, com sua voz tonitruante, ou a cada vez que a vida se torna pesada e a evocamos com a memória:

“Coragem !“

“Coragem !”

Toda a vez que o escuto falar assim, é uma outra Voz que ouço:

“No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo” (Jo 16,33).

Membros da Comissão Justiça e Paz de São Paulo

Dom Paulo Evaristo Arns
Dom Cláudio Hummes
Dalmo de Abreu Dallari
Fábio Konder Comparato
Mário de Passos Simas.
Luiz Antonio Alves de Souza
Waldemar Rossi
José Carlos Dias
Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Therezinha de Brandão Machado
Hélio Pereira Bicudo
Cândido Procópio Ferreira de Camargo (in memoriam)
José Gregori
Íris Andrade Arié
Zuma de Carvalho Duarte (in memoriam)
Flávio Di Giorgi
Antonio Candido
Márcia Jaime
Marcos Pacheco Toledo Ferraz
Paulo Sérgio Pinheiro
Marco Antonio Rodrigues Barbosa
Maria Victória Mesquita Benevides
Ricardo Kotscho
Antonio Carlos Malheiros
Cândido Malta Campos Filho
Belisário dos Santos Júnior
Eduardo Pizarro Cernelós
Goffredo da Silva Telles Júnior
Maria Eugênia Raposo da Silva Telles
Vicente Roig
Alfredo Bosi
Evelyn Naked
Theodomiro Dias Neto
Sylvia Whitaker
Fábio Cypriano
Antonio Carlos Ribeiro Fester
Antonio Funari Filho
Maria Nilde Mascelani (in memoriam)
Milton Almeida dos Santos (in memoriam)
Paulo José Villela Lomar
Antonio Carlos Massarotto Cesarino

Maria Izabel Malheiros F. de Castilho
Therezinha Fram
Flávia Piovesan
Ernandi Faria
Ewaldo de Almeida Pinto
Paulo Afonso Ronca
Lygia Bove
Lilia do Amaral Azevedo
Francisco Whitaker Ferreira
Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach
Guilherme Amorim Campos da Silva
Geraldo Magela Pessoa Tardelli
José Sérgio Fonseca de Carvalho
Marcelo Oliveira de Faria
Maria Cristina Nascimento
Sérgio Haddad
Humberto Pereira da Silva
Magali Godoi
Camilo Vannucchi,
Flávio Croce Caetano
Gustavo Ungaro
Josephina Bacariça
Luiz Carlos Costa
Marcelo Fonseca
Maurício Benedine Brusadin
padre José Rodolpho Perazzolo
padre João Júlio Farias Júnior

DIRETORIAS /PRESIDÊNCIAS

1972 - CRIAÇÃO DA COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO

GOVERNO MÉDICI – 30.10.69 A 15.03.74

GOVERNO ERNESTO GEISEL – 15.03.74 A 15.03.79

Dom Paulo Evaristo recebe o chapéu cardinalício das mãos do Papa Paulo VI, em 05 de março de 1973

Diretoria oficial da CJP de 20.07.75 a 02.09.78

PRESIDENTE : DALMO DE ABREU DALLARI

VICE : MÁRIO PASSOS SIMAS

SECRETÁRIA : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

TESOUREIRO : JOSÉ GREGORI

GOVERNO FIGUEIREDO : 15.03.79 a 15.03.85

Diretoria oficial da CJP de 02.09.78 a 02.01.80.

PRESIDENTE : JOSÉ CARLOS DIAS

VICE : MÁRIO PASSOS SIMAS

SECRETÁRIA : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

TESOUREIRO : JOSÉ GREGORI

Diretoria oficial da CJP de 02.01.80 a 19.01.81

PRESIDENTE : JOSÉ CARLOS DIAS

VICE : MÁRIO PASSOS SIMAS

SECRETÁRIA : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

TESOUREIRO : CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO

Diretoria oficial da CJP de 19.01.81 a 15.07.82

PRESIDENTE : JOSÉ GREGORI

VICE : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

SECRETÁRIA : IRIS ARIÊ / MÁRCIA JAIME

TESOUREIRO : MARCOS PACHECO TOLEDO FERRAZ

Diretoria oficial da CJP de 15.07.82 a 09.12.84

PRESIDENTE : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

VICE : MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA

SECRETÁRIA : MÁRCIA JAIME

TESOUREIRO : ANTONIO CARLOS MALHEIROS

GOVERNO JOSÉ SARNEY (15.03.85 A 15.03.90)

Diretoria oficial da CJP de 09.12.84 a 09.12.86

PRESIDENTE : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

VICE : MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA

SECRETÁRIA : MÁRCIA JAIME

TESOUREIRO : ANTONIO CARLOS MALHEIROS

Diretoria oficial da CJP de 09.12.86 a 09.12.88

PRESIDENTE : MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA

VICE : MÁRCIA JAIME

SECRETÁRIO : ANTONIO CARLOS MALHEIROS

TESOUREIRO : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO – 15.03.90 a 02.10.92

Diretoria oficial da CJP de 09.12.88 a 09.12.90.

PRESIDENTE : MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA

VICE : MÁRCIA JAIME

SECRETÁRIO : ANTONIO CARLOS MALHEIROS

TESOUREIRO : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

Diretoria oficial da CJP de 09.12.90 A 09.12.92.

PRESIDENTE : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

DIRETORES : ANTONIO CARLOS MALHEIROS

ANTONIO FUNARI FILHO

FÁBIO KONDER COMPARATO

MÁRCIA JAIME

MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA

MARIA VICTÓRIA BENEVIDES

GOVERNO ITAMAR FRANCO – 29.12.92 A 31.12.94

Diretoria oficial da CJP de 09.12.92 a 20.09.94.

DIRETORES : MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

**ANTONIO CARLOS MALHEIROS
ANTONIO FUNARI FILHO
FÁBIO KONDER COMPARATO
MÁRCIA JAIME
MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA
MARIA VICTÓRIA BENEVIDES
ERNANDI FARIA
LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA
LYGIA BOVE**

Diretoria oficial da CJP de 29.09.94 a 05.01.95.

**PRESIDENTE : LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA
VICE : ANTONIO FUNARI FILHO
SECRETÁRIO : EDUARDO PIZARRO CARNELÓS
TESOUREIRO : MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA**

1º GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (01.01.95 A 31.12.98)

Diretoria oficial da CJP de 05.01.95 a 20.09.96.

**PRESIDENTE : ANTONIO FUNARI FILHO
SECRETÁRIO : EDUARDO PIZARRO CARNELÓS
TESOUREIRO : MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA**

Diretoria oficial da CJP de 20.09.96 a 06.03.97

**PRESIDENTE : ANTONIO FUNARI FILHO
VICE: MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA
SECRETÁRIO : FÁBIO CYPRIANO
TESOUREIRO : EDUARDO PIZARRO CARNELÓS**

Diretoria oficial da CJP de 06.03.97 a 06.08.97

**PRESIDENTE : ANTONIO FUNARI FILHO
VICE: MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA
SECRETÁRIO : EWALDO DE ALMEIDA PINTO
TESOUREIRO : EDUARDO PIZARRO CARNELÓS**

2º GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Diretoria oficial da CJP de 06.08.97 a junho de 2.000

**PRESIDENTE : ANTONIO FUNARI FILHO
VICE: MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA
SECRETÁRIO : EWALDO DE ALMEIDA PINTO
TESOUREIRO : MARIA LUIZA FLORES DA CUNHA BIERRENBACH**

23.05.98 – Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito, substituído por Dom Cláudio Hummes.

GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, a partir de 01.01.2002.

Diretoria oficial da CJP de junho de 2.000 a 25.08.2004

PRESIDENTE : GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA

VICE: MARIA LUIZA FLORES DA CUNHA BIERRENBACH

SECRETÁRIO : ANTONIO CARLOS RIBEIRO FESTER

TESOUREIRO : GERALDO MAGELA PESSOA TARDELLI

Atual diretoria, empossada em 25 de agosto de 2004.

PRESIDENTE : ANTONIO CARLOS MALHEIROS

VICE: ANTONIO FUNARI FILHO

SECRETÁRIO : ANTONIO CARLOS RIBEIRO FESTER

TESOUREIRO : GERALDO MAGELA PESSOA TARDELLI

Pérez Aguirre, um profeta uruguaio

Antonio Carlos Ribeiro Fester^{xxii}

Luiz Pérez Aguirre nasceu em 1941, de uma família burguesa, no Uruguai. Parte de sua educação se deu no Canadá. Formou-se em Psicologia pela Universidade Católica de Valparaíso (Chile), licenciou-se em Filosofia pela Universidade Pontifícia de San Miguel (Argentina), cursou Estudos de Teologia no Regis College, em Toronto (Canadá) e pós-graduou-se em Teologia pela Universidade Pontifícia de Comillas, em Madrid.

Em plena ditadura militar no Uruguai, (1973-1985) fundou, em 1980, o Serviço de Paz e Justiça-Serpaj . Fundou, ainda, o Instituto de Estudos Legais e Sociais do Uruguai-Ielsur (para a defesa jurídica das vítimas da repressão) e o Serviço de Reabilitação Social-Sersoc (com médicos, psiquiatras e assistentes sociais para o tratamento dos torturados) e, em 1983, a Comissão Uruguaia de Direitos Humanos. Foi um dos fundadores do Serviço Ecumênico de Reintegração-SER (para canalizar o auxílio internacional e estabelecer programas de ajuda humanitária).

Recebeu diversos prêmios internacionais e notabilizou-se como educador em direitos humanos, tendo escrito cerca de dez livros. Sacerdote, coordenava trabalho pastoral com as prostitutas, travestis e crianças de rua do Uruguai.

Ele fez greve de fome, parou de comer. E porque poderia morrer, seus compatriotas pararam para pensar – era que ele queria – e fizeram panelaços, foram para as ruas. A ditadura uruguaia começava a ruir. O ano era de 1983, o da sua greve de fome, o ano em que os militares declararam ilegal o Serviço de Paz e Justiça-Serpaj, que ele fundara para criar um espaço de defesa e promoção dos direitos humanos, para ajudar as vítimas da repressão. Mas ele fundou a Comissão Uruguaia de Direitos Humanos, que reuniu personalidades de seus país pertencentes a todos os setores políticos e tornou-se um símbolo de resistência, respeitado até pelos militares.

Este homem, Luis Pérez Aguirre, nascido em berço de ouro, tornou-se piloto de avião. Contava, rindo, que sua mãe o pranteara duas vezes. Primeiro, quando seu avião desapareceu; depois, quando, preso político, também foi dado como desaparecido. Mas então já era padre. Ordenara-se, em 1970, aos 29 anos, na ordem dos jesuítas.

No Uruguai, iniciou suas atividades em plena ditadura militar, lutando pela vigência das liberdades básicas, o que lhe valeu a prisão e a tortura, em várias oportunidades. Por suas atividades como jornalista, foi processado pelo militares e as publicações, nas quais colaborava, foram fechadas ou censuradas.

Fundou diversas entidades para a defesa dos direitos humanos, durante a ditadura. Findo o período, como os militares se recusassem a serem julgados, foi membro fundador e

integrante do executivo da *Comissão Nacional pelo Referendum* para revogar a lei de impunidade, votada pelo Parlamento uruguaio sob a pressão dos militares. Do Serpaj, legalizado pelo governo democrático em seu primeiro ato administrativo, por ser o símbolo da luta pelos direitos humanos, lutou pela recuperação da memória, lançando a idéia e a posterior elaboração de *Uruguay nunca más*, editado em castelhano e inglês.

Mas seu trabalho principal concentrou-se na prevenção das violações aos direitos humanos através de um programa de educação. A partir das idéias de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, foi pioneiro na publicação de materiais didáticos e pedagógicos pela educação em direitos humanos. Seu primeiro livro com maior repercussão, em co-autoria com o também jesuíta Juan José Mosca, foi publicado em 1985, *Direitos Humanos – Pautas para uma educação libertadora*. Sua tradução foi publicada, no Brasil, em 1990, pela Editora Vozes, com apresentação de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, e prefácio de Adolfo Perez Esquivel.

Quando Paulo Freire foi secretário de Educação da capital paulista, desenvolveu, junto com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, o Projeto Educação em Direitos Humanos, o que o levou a comprar um exemplar deste livro para cada escola municipal.

A assessoria ao Projeto Educação em Direitos Humanos, no Paraná, garantiu minha presença no Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos, realizado de 17 a 20 de outubro de 1993, em Curitiba. E também a de Luiz Perez Aguirre. Maria das Graças Espíndola Corrêa e Wagner Rocha D'Angelis, assoberbados pela coordenação, solicitaram-me que o recepcionasse. Não precisaram dizer duas vezes.

Pérez Aguirre surpreendeu-me pela postura reveladora de um homem em constante oração, pouco comum mesmo entre os homens de Igreja. Discreto e prudente como um mineiro, fez-me lembrar frei Betto, também por outras características, homens do mesmo tipo físico, e cuja paixão por Jesus e pelos pobres não consegue apagar os traços de favorecidos por uma educação elitista, bem como de conhecedores da vida e do mundo secular, na medida em que optaram pela vida religiosa já adultos, o que talvez explique estas vocações radicais, lúcidas e ricas em frutos.

Foram menos de 24 horas de intensa conversação. Após sua palestra no Congresso, conseguiu deixar silenciosa uma platéia heterogênea, aplaudindo-o em pé. Alegrou-se com os relatos da prática de ensino em direitos humanos de professoras de diversas cidades do Paraná. Enterneceu-se com as crianças da ABAI – Associação Brasileira de Amparo à Infância, um trabalho semelhante ao de La Huella, em um sítio próximo a Curitiba, na época dirigido por Marianne Spiller, o qual visitamos e onde oramos ao entardecer. Na manhã seguintes, antes de ir para o aeroporto, presenteou-me com dois livros seus, um dos quais traduzi.

Revimo-nos em São Paulo, por mais de uma vez. Numa, estava com o braço na tipóia e é assim que aparece na foto em que estamos com o Cardeal Arns. Noutra, depois de uma reunião na casa de Margarida Genevois, fomos conversar em um restaurante.

Trocamos intensa correspondência e alguns telefonemas enquanto eu traduzia o livro. Infelizmente não guardei suas cartas.

Até morrer atropelado em sua bicicleta, em janeiro de 2000, no litoral uruguaio, onde estava de férias por ordens médicas, aos 59 anos, Pérez Aguirre foi membro do Conselho Executivo da CMCT, SOS-Tortura de Genebra, integrou o Comitê Honorário Internacional do Serpaj, e a rede de direitos humanos da CEAAL. Integrava, ainda, como especialista, o Centro de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na área dos Serviços Técnicos.

Além de integrar a coordenação do Serpaj a nível latino-americano, Luiz Pérez Aguirre coordenava o trabalho pastoral com as prostitutas, travestis e crianças de rua do Uruguai. Vivía em La Huella, uma chácara auto-sustentável com o trabalho dos seus moradores, com alguns casais, todos cuidando de inúmeras crianças abandonadas. Consultor da UNESCO e requisitado para palestras pelo mundo inteiro, estabeleceu, rigidamente, períodos curtos de viagens, que não o afastassem por muito tempo das crianças, evitando prejuízos de ordem afetiva e outros na formação e crescimento de seus pupilos. Como ele mesmo escreveu, era desta chácara, rodeado de crianças e de pobres, e não de uma universidade ou biblioteca de faculdade de teologia, que surgiam seus livros.

O Serpaj publicou *Educación y Derechos Humanos*, sobre metodologias educativas e a experiência uruguaia, em 1987, e, no ano seguinte, *Transición Democrática Uruguia*. Em 1988, a Editora Trilce publicou *Anti-confessiones de um cristiano*, dedicado ao teólogo Juan Luís Segundo. Em páginas densas de espiritualidade, nos fala de um Deus que é subversivo, libertador, desmascarador da ideologia dominante, Amor não manipulável.

Si digo derechos humanos é o livro que o Serpaj publicou em 1991. Brado profético, condenando a hipocrisia, a má-fé e a apropriação indébita do discurso sobre direitos humanos. No mesmo ano, publicou *Mujer de la vida*, pela Ed. Trilce, um testemunho romanceado dos direitos violados das prostitutas uruguaias. Em 1992, na Espanha, a Ed. Sal Terrae, publicou *La opción entreñable ante los despojados de sus derechos*. Perante o grito de dor, fruto da injustiça, a campanha é questão de sensibilidade. A opção está na solidariedade, conceito que desenvolve em páginas inesquecíveis. O próximo livro, de 1993, editado pela Trilce, valeu-lhe outra greve de fome, ameaçado de punição pela hierarquia eclesiástica. Trata-se de *A Igreja em Crise – Questões pendentes para seu terceiro milênio* (tradução brasileira publicada pela Ed. Ática, em 1995).

E o livro seguinte, *La condición femenina* (Ed. Trilce, 1995) valeu-lhe ser punido com o silêncio obsequioso. O mesmo silêncio que se fez, na Igreja, quando ele morreu, em 30 de janeiro de 2000, inclusive porque apoiava o grupo de Mulheres Católicas pelo Direito de Decidir. Também o Presidente do Uruguai foi ao seu velório em caráter pessoal e não como primeiro mandatário do país, para evitar fato político...

Mas, como escreveu na Introdução de *DH-Pautas para uma educação libertadora*: “A liberdade só se ensina com a liberdade”.

Antonio Carlos Ribeiro Fester (São Paulo, 1943) é mestre em Letras pela USP (1985), com dissertação sobre o teatro de Abílio Pereira de Almeida, orientado pelo Prof. Décio de Almeida Prado.

Foi bolsista do Curso Interdisciplinar do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, na Costa Rica (1988), e cursou a Escola de Governo, em São Paulo (2.000).

É também jornalista.

Tesoureiro municipal da capital paulista, por concurso público (1966,) aposentou-se em 1995. Entre outras atividades, lecionou Literatura nas Faculdades Metropolitanas Unidas (1978-1987).

Membro da União Brasileira de Escritores, integrou sua diretoria em diversas gestões.

Atualmente (2005) integra a diretoria da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, como secretário.

Publicações :

O mar tem várias cores (contos). SP: Duas Cidades, 1979; 2ª ed. em 1981.

Experiências, San José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1991 (Co-autoria e tradução).

Ousadia no diálogo. Interdisciplinaridade na escola pública. PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). SP: Ed. Loyola, 1993 (co-autoria).

A Igreja em crise - Questões pendentes para seu terceiro milênio. AGUIRRE, Luiz Perez. SP: Ática, 1996.(Tradutor).

Tema Gerador e a Construção do Programa. Ação Pedagógica da Escola pela via da Interdisciplinaridade. SP: Secretaria Municipal de Educação-Departamento de Orientação Técnica, 1991 (Co-autoria).

Educar para os Direitos Humanos (Coletânea de textos). Curitiba: Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania, Paraná, 1994, volumes 3 e 4 (Co-autoria).

Direitos Humanos - Um debate necessário. SP: Ed. Brasiliense, v.1,1988; v.2,1989 (Organizador).

Direitos Humanos e...SP: Ed. Brasiliense, v.1,1989; v.2, 1992 (Organizador).

Direitos Humanos : Educando para a Democracia. Programa Estadual de Direitos Humanos – Governo do Estado de São Paulo – Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 1998 (Revisor de conteúdos).

Mais de cem artigos em jornais e revistas, especialmente nos jornais O São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo, e O Escritor, da União Brasileira de Escritores.

Este livro é como um coral de vinte e cinco vozes, uma reportagem composta de histórias de vida, depoimentos, suspense policial, citações, reflexões sobre direitos humanos e meditações religiosas. As vozes são de dom Paulo Evaristo Arns, Dalmo Dallari, Margarida Genevois, José Carlos Dias, Hélio Bicudo, José Gregori, Antonio Candido e outros entrevistados. O autor, no dizer dele, apenas as alinhou, procurando a ordem cronológica para, como em um romance e por meio de flashes, contar uma história real. No todo, avulta a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que combateu o bom combate em prol dos presos, exilados, torturados e desaparecidos políticos da ditadura militar, mas fez muitas outras coisas que o leitor poderá conhecer. É um livro pleno de vida.

Os editores

ANTONIO CARLOS RIBEIRO FESTER integra a Comissão Justiça e Paz de São Paulo desde 1987 e atualmente (2005) é seu secretário-geral.

Escreveu, traduziu e organizou diversos livros, a maioria sobre direitos humanos. É autor de um livro de contos, **O mar tem várias cores** (1979), e co-autor de **Ousadia no diálogo – a interdisciplinaridade na escola pública** (Loyola, 1993). Mestre em Letras pela USP (1985), foi bolsista do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, na Costa Rica (1988), e aluno da Escola de Governo, em São Paulo (2000). Jornalista, colabora regularmente em jornais e revistas. Tomou parte na diretoria da União Brasileira de Escritores, da qual é membro, em diversas gestões.